



Marcelo de Mello Rangel

Reflexão e diálogo.

Liberdade e responsabilidade em Gonçalves de Magalhães
e a construção da Nação brasileira

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em História Social da Cultura, do
Departamento de História da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Ilmar Rohloff de Mattos

Rio de Janeiro Setembro de 2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



Marcelo de Mello Rangel

Reflexão e diálogo.

Liberdade e responsabilidade em Gonçalves de Magalhães
e a construção da Nação brasileira

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em História Social da Cultura do Departamento
de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profº Ilmar Rohloff de Mattos

Orientador

Departamento de História-PUC-Rio

Profª Márcia de Almeida Gonçalves

Departamento de História – PUC-Rio

Profº. Antonio Edmilson Martins Rodrigues

Departamento de História – PUC-Rio

Profº João Pontes Nogueira

Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 1º de setembro de 2005.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Marcelo de Mello Rangel

Bacharel em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2003), onde concluiu a licenciatura em 2004. Especialista em História do Brasil pela Universidade Cândido Mendes (2003). Professor de Teoria e Metodologia da História da Universidade Iguazu (RJ). Áreas de atuação: Teoria da História; História e Filosofia; História das Idéias e História do Brasil no século XIX. Atualmente está concluindo o curso de bacharelado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ficha Catalográfica

Rangel, Marcelo de Mello

Reflexão e diálogo. Liberdade e responsabilidade em Gonçalves de Magalhães e a construção da Nação brasileira / Marcelo de Mello Rangel ; orientador: Ilmar Rohloff de Mattos. – Rio de Janeiro : PUC, Departamento de História, 2005.

209 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História

Inclui bibliografia.

1. História – Teses. 2. História social da cultura. 3. Magalhães, Domingos José Gonçalves de. 4. Romantismo. 5. Conservadores saquaremas. 6. Nação. 7. Império do Brasil. I. Mattos, Ilmar Rohloff de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Aos meus avós, Olívio e Ondina, *in memoriam*.

À minha mãe, Nayda, pela doação irrestrita.

Ao meu pai, Ismael, pela segurança de um ombro amigo.

Ao meu tio, Olívio, pela paixão.

Ao meu irmão, Orlando, pela presença amiga.

À minha irmã, Elinayda, pela confiança.

Ao meu sobrinho, Paulo Guilherme, pela alegria e
esperança.

À minha sobrinha, Juliana, pelo sorriso.

À minha companheira, Gisele, pelo abraço que me faz ser.

Agradecimentos

A Ilmar Rohloff de Mattos, pela sinceridade e respeito. Obrigado pela presença sempre delicada e marcante. Especial gratidão por estar me ensinando a pensar e a fazer história.

A Manoel Luís Salgado Guimarães, por despertar e tornar o estudo da história um lugar de diálogo infindável. Um encontro ímpar. Amigo e mestre que levo junto a meu coração.

A Antonio Edmilson Martins Rodrigues, pela colaboração e incentivo desde os primeiros anos da graduação na UERJ.

A Márcia de Almeida Gonçalves, amiga e mestra que conheci há pouco, mas que desde a qualificação vem me auxiliando e permitindo importante diálogo.

A Francisco José Calazans Falcon, Ricardo Benzaquen de Araújo, Luiz Costa Lima e Marcelo Gantus Jasmim, pelas importantes lições e paciência.

A Marco Morel pela leitura atenta de minha monografia e pela presença sempre prestativa e lúcida.

Ao professor Luiz Alberto Cerqueira, pela reedição de escritos raros de Magalhães, por ter cedido textos importantes e por ter me recebido e dialogado com interesse.

A Felipe Charbel, Gustavo Naves e Leonardo Padilha por me permitirem a presença. Pela leitura atenta do que venho escrevendo e pelas contribuições que em muito transcendem as fronteiras acadêmicas.

A Affonso Celso, Andréa Queiroz, Bernardo Buarque de Holanda, Daniel Câmara, Daniel Pinha, Danrlei Azevedo, Diogo Pinto, Eduardo Ferraz, Felipe Eugênio, Henrique Gaio, Leonardo Augusto, Leonardo Leônidas, Pedro Augusto, Renata Schittino, Rogério Luis, Sérgio Xavier e todos os

demais amigos com os quais caminho desde há muito. Sou grato pela atenção, cuidado e pelo diálogo sempre profícuo.

Aos colegas do grupo de estudos de historiografia alemã oitocentista – do laboratório Procult do IFCS/UFRJ.

A Géssica Goes Guimarães, pela amizade e pela versão do resumo para o inglês.

A Gisele Batista, pelas leituras atentas e pela revisão ortográfica.

Aos funcionários do Departamento de História da PUC-Rio, Anair, Cláudio, Cleusa e Edna, pela amabilidade e eficiência.

A Melquisedec Colimerio, funcionário do Departamento de Filosofia do IFCS, pelo auxílio e pelo companheirismo.

A Ferreira, Max, André, e demais funcionários do Departamento de História da UERJ, pela eficácia e pela amizade.

A Mauro e Margarete responsáveis pela fotocópia do C.A de História da Uerj, pela atenção e amparo, sem os quais seria muito difícil ter continuado.

Ao Departamento de História da PUC-Rio.

Ao CNPq e à Faperj pelo importante apoio financeiro.

Resumo

Rangel, Marcelo de Mello; Mattos, Ilmar Rohloff de. **Reflexão e diálogo. Liberdade e responsabilidade em Gonçalves de Magalhães e a construção da Nação brasileira.** Rio de Janeiro, 2005. 209 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho se propõe a analisar a crítica moral e o projeto civilizizador empreendidos por Domingos José Gonçalves de Magalhães à sociedade oitocentista e ao Estado conservador centralizado erigido, especialmente entre os últimos anos da década de 30 e os anos 50 do século XIX. O autor fluminense criticava, contundentemente, a Nação escravocrata construída e defendida pelos conservadores. Afirmava que a instituição escravidão não permitia ao homem dois movimentos fundamentais à vida livre e ordenada, a saber, a reflexão a partir da **consciência de si**, influência claramente cartesiana, e a atuação no mundo a partir da finitude enquanto constitutiva aos entes criados em geral. Gonçalves de Magalhães estava indo de encontro ao sentido do movimento de *re-cunhagem* da moeda colonial empreendido pelo Regresso e, especialmente, pelos conservadores Saquaremas. Seu objetivo era reformar o *mundo do governo* de dentro dele mesmo. Buscava civilizar a chamada *boa sociedade*, os mais distantes e os mais próximos, lugar de onde saíam os exemplos de imoralidade.

Palavras-chave

Domingos José Gonçalves de Magalhães; império do Brasil; romantismo; conservadores saquaremas; nação.

Abstract

Rangel, Marcelo de Mello; Mattos, Ilmar Rohloff de (Advisor). **Refletion and dialog. Liberty and responsability in Gonçalves de Magalhães and the construction of brazilian Nation.** Rio de Janeiro, 2005. 209 p. MSc. Dissertation – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This work analyses the moral criticism and the civilizer project undertook by Domingos José Gonçalves de Magalhães to the society of the nineteenth century and to the centralized Conservative State, raised, especially, between the latest years of the Thirties and the Fifties of the XIX century. The author criticized, strongly, the enslaver Nation built and defended by the conservatives. He assured that the institution of slavery has not allowed man two fundamental moviments to the ordinate and free life: the reflection derived from the **conscience of yourself**, influence fairly cartesian, and the acting in the world enable by the finiteness while constitutive to the beings created in general. Gonçalves de Magalhães was moving towards the moviment of *re-coinage* of the Colonial coin achieved by the Regress and, especially, the Conservatives Saquaremas. His objective was to reform the *government world* from inside itself. He sought to civilize the *good society*, the farthest and the nearest ones, place where bad exemples of immorality were given.

Keywords

Domingos José Gonçalves de Magalhães; brazilian empire; romanticism; conservatives saquaremas; nation.

Sumário

1. Introdução	11
2. Da literatura à Nação: indivíduo e sociedade	14
2.1. Auto-reflexão, observação, experimentação e diálogo	14
2.2. A autonomia não alcançada	48
3. Um projeto civilizador dialogal	77
3.1. Os dois caminhos do Regresso Conservador	77
3.1.1. A centralização político-administrativa	77
3.1.2. O IHGB e a construção da Nação	87
3.1.3. Finitude e diálogo: a escrita da História	103
3.2. Um diálogo entre Magalhães e Varnhagen	110
3.3. A escravidão enquanto base da Nação decaída	126
4. Da percepção à liberdade	152
4.1. A filosofia como missão	152
4.2. Da crítica à tradição à teoria da percepção	165
4.3. Liberdade e responsabilidade	183
5. Conclusão	193
6. Referências Bibliográficas	197

*Abertura é um termo para tentar dizer – de novo -, para tentar revelar e mostrar um fenômeno, **uma experiência extraordinária**, mas que, no entanto, está de tal modo caída e decaída na banalidade, no hábito que, por isso mesmo, raramente é vista ou entrevista. A banalidade, o hábito é o grande inibidor, o grande antídoto e paralisador em relação ao ver, ‘como se fosse pela primeira vez’, aquilo que o tempo todo está na nossa cara, debaixo de nosso nariz e, por isso, investido e revestido da carapaça, do calo do hábito. Esta é a grande força de dissimulação e de banalização -, logo, a força de obnubilação e do ‘des-ver’.*

Gilvan Fogel, *Conhecer é criar*

Um papel correspondente para o historiador do pensamento é o de agir como um tipo de arqueólogo, trazendo de volta para a superfície tesouros intelectuais enterrados, limpando sua poeira e possibilitando-nos reconsiderar o que pensamos deles.

Quentin Skinner, *Liberdade antes do liberalismo*

Certamente precisamos da história, mas não como o passeante mimado no jardim do saber, por mais que este olhe certamente com desprezo para as nossas carências e penúrias rudes e sem graça. Isto significa: precisamos dela para a vida e para a ação, não para o abandono confortável da vida ou da ação ou mesmo para o embelezamento da vida egoísta e da ação covarde e ruim. Somente na medida em que a história serve à vida queremos servi-la.

Nietzsche, *Segunda consideração intempestiva*

1. Introdução

O objetivo desta dissertação é investigar a crítica de Domingos José Gonçalves de Magalhães ao Estado-Nação brasileiro oitocentista em construção. O autor fluminense apontava para a ação imoral daqueles que compunham o *mundo do governo*, uma vez que atuavam em pleno fluxo apenas a partir de seus mais imediatos desejos.

Buscamos evidenciar a opção de Magalhães pela formação de um Estado-Nação que resguardasse a ordem, mas que não fosse considerado, no entanto, como o elemento mais importante na arquitetura da sociedade. Analisaremos a obra do autor fluminense como fazendo parte da tradição liberal moral kantiana. Isto quer dizer que falaremos de um autor preocupado com a liberdade de reflexão, mas também com a atuação responsável, desde um diálogo com as vozes que compunham o *mundo do governo*.

Assim, a partir da *reflexão*, ou seja, do **espírito filosófico**, assim como da consciência de **finitude**, Magalhães pretendeu construir um Estado-Nação dialogal e respeitador das individualidades de todos aqueles que compunham o Império do Brasil. Um Estado representante de acordos apenas provisórios, construídos entre aqueles racionais, porém entes sabedores de sua incompletude, da necessidade de ouvir o outro, se preparado estivesse.

Investigaremos, também, como Magalhães aproximou a noção de consciência de si, isto é, a necessidade de uma reflexão que se afastasse do mundo dos fenômenos – aquilo que é resultado e não causa –, da idéia de finitude, de incompletude, logo, a convicção, em última instância, de que aquele primeiro movimento é fundamental, porém sempre em processo, a caminho. Quero dizer, analisaremos o que propunha o autor fluminense como sendo posturas capazes de revolver e de reformar o Estado-Nação em construção.

Ocorre que a crítica de Magalhães ao Estado conservador, ao sentido atribuído ao Estado-Nação que estava sendo forjado, não pode ser vista como apenas retórica ou mesmo moderada. Pretendemos apontar para a radicalidade do discurso de

Magalhães, uma vez que punha em xeque o elemento fundador da *re-cunhagem* da moeda colonial – para usar um termo de Ilmar R. de Mattos – a saber, a escravidão do africano.

Gonçalves de Magalhães apontava para a escravidão como a mais espúria herança colonial, elemento que teria sido capaz de imobilizar a construção da Nação brasileira por ele desejada. Melhor dizendo, todos estavam distantes uns dos outros, não se sentiam participantes de uma mesma comunidade. Ocorre que desde pequenos eram satisfeitos em todos os desejos mais idiossincráticos. Em pleno fluxo, eram o próprio corpo animal. Não refletiam, não buscavam matizar tudo aquilo que lhes era apresentado imediatamente como real, como satisfação plena. Viviam, diria o autor fluminense, num sempre querer mais que não permitia que se lançassem ao movimento de reflexão e alcançassem a consciência de finitude, enfim, atenção em relação aos movimentos do mundo e cuidado para com os outros.

Consideravam-se supra-humanos e por isso capazes de civilizar todos os demais que se encontravam na barbárie e/ou na selvageria. Buscaremos demonstrar que, segundo Magalhães, havia a necessidade de se efetuar uma reforma significativa naquela sociedade. Tal movimento deveria ocorrer de dentro do próprio *mundo do governo*, da *boa sociedade*, mas para isso, todos deveriam abandonar seus hábitos e ambições mais mesquinhas, despreocupação com o mundo. Tinham de parar e atentar-se para si mesmos, para suas potencialidades e limites, buscando com os outros semelhantes a eles os acordos necessários à construção de uma *comunidade imaginada* que não anulasse o que é da ordem do individual¹. Enfim, liberdade inalienável.

Um Estado forte, construído sob a égide da centralização monárquica apenas funcionaria se os homens fossem suficientemente fortes para entender que suas reflexões e atuações eram necessárias, porém humanas, portanto construídas a partir da própria finitude. De nada adiantariam movimentos como a interpretação do Ato Adicional (1840) e a reforma do Código do Processo Criminal (1841). Os homens alocados nas novas funções, fato que ocorreu com a política dos prefeitos no Maranhão, continuariam a atuar a partir de seus puros desejos, afastando ainda mais

¹ Cf. ANDERSON, B. 1989.

as províncias e os municípios do poder central. Como podemos ver, os olhos do *panopticon* não podiam e nem queriam perceber muito além de seus imediatos entornos.

Perceberemos que para Magalhães a solução mais profícua não era aquela da força, da espada. Ela resolvia momentaneamente, fazendo continuar um movimento que deveria ser reformado em sua totalidade. “Pacíficava” levantes criando e acirrando ódios, ignomínia. Era criada uma Nação, cujos participantes eram levados a se imaginar compartilhando as mesmas origens, problemas e possibilidades, porém, homens distantes que pouco convencidos estavam de tal ficção. Magalhães, assim como alertara Vieira num outro lugar e noutra direção, afirmava que a conversão à Nação dependia muito do querer do próprio converso, procedia das assertivas construídas por uma inteligência livre, porém consciente de sua incompletude e da necessidade de ouvir. Um encontro entre indivíduo e sociedade, no qual este não eliminaria aquele nem vice-versa. Liberdade e autoridade, nessa ordem.

Analisaremos, a partir de agora, como Magalhães construiu sua crítica ao Estado-Nação Conservador oitocentista, assim como suas indicações para as reformas necessárias. Adiantamos que seu projeto não foi o vitorioso, que pouco espaço encontrou para se desenvolver. Buscou compulsivamente, por meio de várias formas, concretizar seu projeto civilizador. Foi poeta, filósofo, político, diplomata, historiador. Fez os seus textos visíveis, exclamou em voz alta suas reflexões, produziu até os últimos anos de sua vida. Acompanhou Caxias no movimento de “pacificação” da Balaiada e o resultado de sua pregação, mesmo que tímido no geral, aparece, por exemplo, no discurso reticente daquele militar ao entregar os cargos de presidente de província e de comandante-em-chefe, que em breve teremos a oportunidade de conhecer.

2

Da Literatura à Nação: indivíduo e sociedade

2.1.

Auto-reflexão, observação, experimentação e diálogo

A literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas idéias, de mais filosófico no pensamento, de mais heróico na moral, de mais belo na natureza; é o quadro animado de suas virtudes e de suas paixões, o despertador de sua glória, e o reflexo progressivo de sua inteligência; e quando esse povo, ou essa geração, desaparece da superfície da terra com todas as suas instituições, crenças e costumes, escapa a literatura aos rigores do tempo para anunciar às gerações futuras qual fora o caráter e a importância do povo, do qual é ela o único representante na posteridade. Sua voz como um eco imortal repercute por toda parte, e diz: em tal época, debaixo de tal constelação, e sobre tal ponto do globo existia um povo, cuja glória só eu a conservo, cujos heróis só eu os conheço; vós porém, se pretendeis também conhecê-lo, consultai-me, porque eu sou o espírito desse povo, e uma sombra viva do que ele foi.¹

Gonçalves de Magalhães

Importava a Gonçalves de Magalhães promover a libertação do Brasil em relação à herança colonial portuguesa. Construir a liberdade de um “povo” que possuía suas próprias “instituições”, “virtudes” e “paixões”. Enfim, clamava pela atenção e cuidado acerca de tudo aquilo que compunha um determinado lugar, geometricamente desenhado “debaixo de tal constelação, e sobre tal ponto do globo”. Magalhães pretendeu, através da literatura, apresentar ao mundo uma coletividade de homens capazes de construir relações problemáticas porém funcionais, a partir de suas próprias tradições – virtudes, problemas, códigos e natureza.²

¹ MAGALHÃES, D. J. G. de, 1980 [1836], p. 24. Cabe ressaltar que o título original, quando da publicação do primeiro número da Revista *Niterói*, em janeiro de 1836, era outro, a saber – *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*. O próprio Magalhães teria efetuado a leve correção ao publicar pela Garnier o tomo VIII de suas obras completas, datado de 1865. Utilizaremos o texto publicado em 1980 por Afrânio Coutinho – *Caminhos do Pensamento Crítico*, volume I. E daqui para frente, durante todo o capítulo 2, nos reportaremos ao texto em questão como *Discurso*, fazendo as devidas referências às páginas no próprio corpo do texto e sem a repetição do autor e do título.

² Não é meu objetivo analisar a forma dos poemas e da prosa de Gonçalves de Magalhães. O presente trabalho utiliza-se de sua poesia, assim como da história e da filosofia propostas pelo autor fluminense, com o fito de examinar as reflexões em torno da construção de uma moral social e de um *habitus* ético. E em relação à literatura, adiantamos que o autor fluminense a entende como mais um lugar, nesse momento o mais importante, para que se possa exercer o que chamamos de espírito filosófico, melhor dizendo, atitude crítica permanente para a formação da Nação brasileira, pois como afirma Caetano – “Como tese fundamental, Magalhães postula a existência de um vínculo entre Literatura-Poesia-

Chegamos, assim, a uma primeira definição do que vem a ser a literatura para o autor fluminense. A literatura é uma narrativa preenchida pela razão, “o que há de mais filosófico”, e pela paixão. Discurso capaz de representar um determinado lugar. Apresentar uma “sombra viva” daquilo que o particular oferece, e não exatamente o que é. “Sombra”, pois finita é a capacidade humana de representação; “viva”, porque em movimento sempre surpreendente.

Como percebemos na citação, Magalhães fala de uma atitude filosófica intrínseca à literatura, quando esta realmente deseja se aproximar daquilo que foi e daquilo que é. Enfim, “inteligência” e “paixão” forjam a atividade literária, razão e inventividade, por assim dizer. A literatura para Magalhães deve ser pretendida apenas enquanto elemento capaz de analisar o que vinha sendo apresentado como última instância do real.³ O autor do *Discurso* revelava ser possível, através da literatura, a investigação e a transformação do que vinha sendo afirmado como verdadeiro, a saber, a constitutiva dependência e filiação dos brasileiros em relação às formas morais e políticas portuguesas e à cultura clássica. Senão vejamos:

O Brasil, descoberto em 1500, jazeu três séculos esmagado debaixo da cadeia de ferro, em que se recostava um Governador colonial com todo o peso de sua insuficiência, e de seu orgulho. Mesquinhas intenções políticas, por não dizer outra coisa, ditavam leis absurdas e iníquas que entorpeciam o progresso da civilização e da indústria. Os melhores engenhos em flor morriam, faltos desse orvalho protetor que os desabrocha. Um ferrete ignominioso de desaprovação, gravado na fronte dos nascidos no Brasil, indignos os tornava dos altos e civis empregos. (p. 28)

E continuando, critica o classicismo da maioria dos poetas que tinham escrito até então:

Filosofia-História-Povo-Nação, em uma constelação articulada de valores que ele concebe endereçada ao Brasil...”. CAEIRO, F. da G., 1994, p. 25.

³ Luiz Costa Lima afirma ser característica da modernidade pôr entre parênteses o racionalismo lógico-formal. Com Locke, entre outros, a razão passa a ser surpreendida pelo movimento do mundo material. Deve-se ir à natureza e ao mundo da cultura para forjar reflexões que passem de simples fantasmagorias. Nesse sentido, Gonçalves de Magalhães vai criticar a escola sensualista e o idealismo alemão, afirmando ambos como afastados da idéia de bem permitida à *humanidade*. Cf. LIMA, L. C., 1989.

A literatura brasileira não é uma indígena civilizada; é uma grega vestida à francesa e à portuguesa, e climatizada no Brasil; é uma virgem do Hélicon que, peregrinando pelo mundo, estragou seu manto, talhado pelas mãos de Homero, e sentada à sombra das palmeiras da América, se apraz ainda com as reminiscências da pátria, cuida ouvir o doce murmúrio da castalia, o trépido sussurro do London e do Ismeno, e toma por um rouxinol o sabiá que gorjeia entre os galhos da laranjeira. Enfeitiçados por esse nume sedutor, por essa bela estrangeira, os poetas brasileiros se deixaram levar por seus cânticos, e olvidaram as simples imagens que uma natureza virgem com tanta profusão lhes oferecia. (p. 31-32)

Ocorre que a literatura passa a se forjar a partir do interesse em aproximar reflexão e observação empírica, caminho através do qual se poderia contestar a afirmação de poder da metrópole, e construir cotidianos mais reconhecíveis.⁴ O Império do Brasil possuía qualidades e imperfeições próprias, logo, chaves reflexivas e proposições concretas específicas. Como Costa Lima afirma, não deixará de ser preocupação de certo Romantismo zelar pela abertura em relação ao mundo da matéria; isso é o que Schlegel buscou oferecer através de sua teoria poética transcendental. Acompanhemos:

A poesia romântica [...] quer [...] tornar a poesia viva e social e a vida e sociedade poéticas.⁵

Gonçalves de Magalhães, ao teorizar acerca da literatura e da poesia, se aproximou de tal sentença.⁶ O autor brasileiro decantava a necessidade de se atentar para a incessante afetação, ao mesmo tempo em que apregoava a essencialidade das reflexões capazes de entender e de *criar*. O autor em questão está impregnado da

⁴ Afirma Magalhães no *Discurso* – “A literatura abrangendo grande parte de todas as ciências e artes, e sendo ela filha e representante moral da civilização, é mister um conjunto de extensos conhecimentos para se poder traçar a sua história geral ou particular...”. (p. 26)

⁵ Apud., LIMA, L. C., 1989, p. 105.

⁶ Devemos reconhecer que em alguns momentos do texto de 1836, a poesia era marcada por significativa inventividade, algo capaz de desequilibrar o sistema observação/razão/imaginação/experimentação. Cabe ressaltar, ainda, que por literatura Magalhães entende, principalmente, poesia. Nos idos de 1840 gêneros como o romance ainda não possuíam força, diferentemente do que ocorreria na segunda metade do século XIX, amparados por figuras como Joaquim Norberto de Souza e José de Alencar. Cf. ROCHA, J. C. de C., 1999, p. 51 et. seq.

compreensão histórica que compõe, fortemente, o Romantismo e o Espiritualismo Eclético de Victor Cousin.⁷

Construir uma Nação para Magalhães significava aproximar o que é múltiplo. É atenção e entendimento em relação ao movimento do mundo, assim como inventividade, criação. Pois bem, a literatura é um lugar privilegiado para a realização de tal procedimento. Arrumação problemática do que é, em última instância, caótico, não passível de síntese final. Ainda segundo Schlegel, afirma Luiz Costa Lima:

O caos, que Schlegel adjetivou tantas vezes de modos diferentes, não tem o sentido de balbúrdia ou confusão, mas de complexidade sintética, contraposta à razão discursiva, desmembradora, ‘mecânica’. [...] uma pressão criadora de mundo (que explicita) o propósito de tornar o poema um objeto complexo, onde entusiasmo e ironia mutuamente se controlam e se alimentam e as contradições se simetizam, em vez de se resolverem em alguma harmônica chave de ouro.⁸

Através das palavras acima, busco menos elaborar crítica acerca do pensamento de Schlegel, do que apresentar o Romantismo como uma visão de mundo eivada por posições distintas, quase que contrárias.⁹ E, desde já, anuncio que ao pensar o Romantismo em Magalhães estaremos nos afastando dos extremos que esse mesmo espírito auxiliou a forjar, quer na Europa quer no Brasil. Em Magalhães não há hipertrofia do eu, não há tradicionalismo com suas vertentes imobilista e saudosista, assim como não percebo mentalidade realista calcada nos “grandes” avanços científicos. Acompanhem as palavras de Nelson Saldanha sobre esse emaranhado que constitui o que se convencionou chamar de Romantismo.

⁷ Afirma Roque Spencer – “Mas, de qualquer forma, romântico, não tanto talvez por suas realizações, mas principalmente por sua aguda consciência do tempo e da história...”. BARROS, R. S. M. de, 1973, p. 2. E, em relação a Cousin, afirma o mesmo autor que, assim como Herder e Fichte, o filósofo francês se aproximaria da **compreensão** histórica sem, no entanto, rechaçar o amor pela verdade demonstrado pelos iluministas setecentistas. *Ibid.*, p. 40.

⁸ Apud., LIMA, L. C., 1989, p. 102.

⁹ Antes de continuarmos, entretanto, é fundamental ressaltar que a apropriação que faço da digressão do professor Luiz Costa Lima é heurística. O interesse desse autor é basicamente da ordem da estética, o meu da ética e da moral social.

Dentro das contradições do século XIX, a presença do ideário romântico carregou consigo suas próprias contradições. Desde logo seu vínculo fundamental com o idealismo alemão da geração de Hegel, e entretanto seu empirismo, ligados aos progressos da historiografia e da etnografia, da arqueologia e de outros campos. Também o contraste entre as militâncias político-culturais e o pendor medievalista. Em conexão com isto o Conservadorismo (este um problema extenso dentro dos problemas do romantismo) a conviver com o liberalismo vindo dos clássicos. Por outro lado o realismo, que estava nos Conservadores e em tantos outros, em conflito com uma fundamental religiosidade, correlata do próprio subjetivismo.¹⁰

O que atrai Magalhães ao Romantismo europeu é a crítica à hipertrofia quer da razão quer do empirismo, resultantes, também, da desilusão pós-revolucionária e industrial na Europa. O autor brasileiro busca soluções provisórias para o mundo dos homens, acordos amparados no diálogo entre razão e observação, no qual esta apresenta o mundo àquela também através da imaginação.¹¹ Reafirmo, assim, que Magalhães não se permite seduzir pelo realismo que tomou parte de certo historicismo oitocentista romântico. Sobre as características deste último, vejamos o que anuncia Nelson Saldanha:

A discussão sobre as ciências sociais, historicamente associadas ao realismo e ao relativismo, levou o pensamento social do oitocentos ao fascínio do cientificismo, sugerido igualmente pelo essor das ciências naturais, que se consolidavam desde fins do século XVIII. A exaltação da ciência foi entendida sobretudo nos termos das ciências naturais, porquanto o sustentável dualismo epistemológico só surgiria com o neokantismo, sobretudo com os professores de Marburgo.¹²

¹⁰ SALDANHA, N., 1994, p. 93. Cito, também, Anna Maria Moog Rodrigues - “Enquanto o Classicismo aponta as diferentes categorias dos entes, cada um na sua especificidade própria, acentuando a competência do indivíduo e da razão individual, o Romantismo vai apagando os contornos das individualidades, imergindo-as no grupo, na coletividade. No entanto, contraditoriamente, apregoa a idéia da liberdade, a libertação do indivíduo das peias e amarras das convenções sociais”. RODRIGUES, A. M. M., 1994, p. 82. Cf. GUINSBURG, J., 1993.

¹¹ Devemos mencionar que Magalhães era leitor de Kant. Acompanhava suas reflexões em ética e em teoria do conhecimento, todavia acreditava incorrer, o pensador alemão, em idealismo. Melhor dizendo, Kant, para Magalhães, apesar de demonstrar a finitude da razão humana, acabava por fechar-se nela própria. Tal crítica, apesar de me parecer equivocada, apenas nos mostra a preocupação do pensador brasileiro com os movimentos do mundo.

¹² SALDANHA, N., loc. cit.

O que mais nos importa afirmar, por agora, é que, assim como em certo Romantismo europeu, as reflexões de Magalhães, sejam em relação à literatura ou a qualquer outra forma de narrativa, eram habitadas pela tensão entre razão, observação/ experimentação e imaginação. Magalhães conclamava os seus compatriotas a se insurgirem contra o jugo despótico e escravocrata do pós-independência, todavia, estava preocupado em resguardar as individualidades, única forma de assegurar longo período de liberdade, quero dizer, a própria inteligência - aquilo que há “de mais filosófico no pensamento”. Cabia não cometer arroubos racionalistas, nem materialistas e nem criativos, enfim, **liberdade e ordem**. Conforme afirma Nelson Saldanha, buscando comparar o Romantismo em Magalhães ao Europeu, e reconhecendo a presença salutar da preocupação com o “real”:

Recordemos contudo, agora, que dentro do próprio idealismo alemão, a especulação metafísica abrangeu em sua problemática itens retirados das ciências empíricas. Deste modo o pensamento de Schelling incluiu, principalmente na Filosofia da Natureza, dados oriundos da física e da química de seu tempo. Em Hegel, com uma vasta articulação metafísica vinculada a um profundo entendimento histórico, também se encontram as ciências de sua época. Na verdade, o século XIX, em cujas décadas iniciais ocorreu o idealismo pós-kantiano, foi predominantemente o século do empirismo e das ciências naturais, com enormes progressos na física e na química, e das ciências sociais e históricas, com os avanços da arqueologia, da etnografia e outras disciplinas [...] com isto o espírito romântico, identificado com o idealismo durante certo tempo, foi também um espírito do real – e não faltou um traço de ambigüidade no trânsito, em certos países, de uma literatura dita romântica para outra dita realista.¹³

E continua, agora exclamando a respeito da tensão entre razão e experimentação no pensamento de Gonçalves de Magalhães:

Aliás Gonçalves de Magalhães, que muito se preocupou com o empirismo e com a percepção em seus *'Fatos do Espírito Humano'*, aludiu à metafísica como um ‘terceiro grau da ciência’, além da percepção sensível e da ‘ciência humana experimental e empírica de todas as coisas’.¹⁴

¹³ SALDANHA, N., 1994, p. 98.

¹⁴ Ibid., p. 99.

Então, a “...literatura abrangendo grande parte de todas as ciências e artes” (Cf. nota 4) seria o lugar privilegiado de encontro e produção de conhecimento acerca do verdadeiro, do belo e do bem; tudo isso a partir de uma certa atitude que estabelece a utilização da razão como instrumento capaz de acumular acertos, logo, de refutar os desenganos da herança do classicismo e da colonização portuguesa em relação à natureza e aos cotidianos brasileiros. Entretanto, numa outra mão, não devemos pensar que a inteligência em Magalhães seja capaz de apresentar o próprio real. Aliás, como vimos mais acima, a literatura nos representa dados específicos de “... tal época, debaixo de tal constelação, e sobre tal ponto do globo”, tudo isso, porém, sob a forma de uma “sombra viva”.

Afirmo que para o autor do *Discurso* a produção de conhecimento não é da ordem do imperecível, completando-se, sim, no produtor, melhor dizendo, a partir do diálogo equilibrado, sério e inventivo entre as tradições (vozes estabelecidas) e o movimento (novas necessidades bio-materiais e culturais), pois, “*nós pertencemos ao futuro, como o passado nos pertence*”. (p. 27)

Dentro deste universo, Magalhães pretendia mostrar que por trás daquele dito justo das tradições absolutista e escravista portuguesas e formal do classicismo, existiam forças em movimento capazes de apontar para caminhos que assegurariam melhores possibilidades a um certo conjunto de heterogêneos mundos. Estávamos mais próximos às musas e aos ares coloniais do que aos cenários e problemas que exigiam novas visadas e estratégias de ação. Enfim, vivia-se numa terra, na qual a pobreza assolava a grande maioria, e na qual a imoralidade e a arbitrariedade de pobres e de ricos impossibilitava a constituição de um mundo minimamente normativo. Reparemos:

Que colono tão feliz, ainda com o peso sobre os ombros, e curvado sobre a terra, a voz ergueu no meio do universo, e gravou seu nome nas páginas da memória? Quem não tendo a consciência da sua livre existência, só rodeado de cenas de miséria, pôde soltar um riso de alegria, e exalar o pensamento de sua individualidade? (p. 29-30)

Era necessário denunciar o processo de subaproveitamento dos probos brasileiros, diria Magalhães, desnudando a maligna realidade então construída pelos colonizadores, a saber, a de que os portugueses seriam responsáveis pela construção de uma moralidade digna que teria salvado parte significativa daqueles outros da barbárie. O autor fluminense denunciava, assim, a existência de uma *intelligentsia* brasileira capaz de atuar em prol dos interesses próprios à sua realidade e de comprovar que o novo Estado era digno de libertação, enfim, de alterar verdadeiramente os rumos.

Triste é sem dúvida a recordação dessa época, em que o Brasileiro, como lançado em terra estrangeira, duvidoso em seu próprio país vagava, sem que dizer pudesse: isto é meu, neste lugar nasci! Envergonhava-se de ser Brasileiro, e muitas vezes com o nome de Português se acobertava para ao menos aparecer como um ente da espécie humana, e poder alcançar um emprego no seu país. Destarte, circunscrito em tão curto estádio, estranho à nacionalidade, e sem o incentivo da glória, ia este povo vegetando oculto, e arredado da civilização. (p. 28-29)

E continua, agora afirmando a longa duração daqueles mesmos problemas, denunciando os caminhos errôneos que tomava o Estado em construção:

A Deus não praza que esse perigoso fermento que entre nós gira, esse gérmen de discórdia, ressaibo ainda de não apurada educação, e sobretudo a escravidão, tão contrária ao desenvolvimento da indústria e das artes, e tão perniciososa à moral, não impeçam sua marcha e engrandecimento. (p. 29)

Gonçalves de Magalhães escrevia o *Discurso* já distante do perigo da recolonização, não nos esqueçamos que Pedro I havia morrido em 1834. Seu objetivo era o de afirmar que a independência política necessitava ser acompanhada de uma reforma nos espíritos.¹⁵ Aludia para a permanência da mentalidade arbitrária e francamente exógena daqueles que então governavam o Império do

¹⁵ Estamos de acordo com uma das teses centrais do importante trabalho de Roque Spencer, a saber, a idéia de que Magalhães buscava revolver a mentalidade dos homens e mulheres que habitavam o Império do Brasil, pobres e ricos, governados e dirigentes, senão vejamos – “Trata-se de encetar uma reforma espiritual inteira da sociedade brasileira, sob a égide da filosofia espiritualista e do romantismo ‘comedido’(...)”. BARROS, R. S. M. de, 1973, p. 73.

Brasil. E alertava que, cá no Brasil, existiam pessoas gabaritadas para interpretar lógicas que presidiam os antigos e os novos movimentos do mundo, **historicidade**.¹⁶

A partir desse quadro, Magalhães recorre à noção de herói, mas não com a intenção de afirmar a existência de seres capazes de alcançar a substância que forma o Universal, o próprio Infinito. Todo o contrário. O herói, poeta ou não, é, no Romantismo de Magalhães, repleto de abismos e de impossibilidades, verdadeiro melancólico.¹⁷ Sobre ele caíam as responsabilidades pela civilização dos habitantes do Império, em especial dos dirigentes do Estado em construção.

O poeta em Magalhães, herói melancólico, flutuava entre esperança e ação, por um lado, e apatia e reclusão pelo outro. Todavia, não mais a flutuação vertical típica de certo Renascimento (o de Picco della Mirandola) e de determinado Romantismo idealista, nos quais o dito desequilíbrio era rompido por um eu hipertrofiado capaz de abandonar os limites do corpo, lançando-se seguramente para fora ou para dentro. Movimento esse que não partia da finitude, indo, sim, contra ela. Gonçalves de Magalhães abandonava a desmedida que o levaria, de uma vez por todas, para fora do mundo¹⁸. Ernildo Stein nos apresenta um valioso ensaio capaz de dizer o que vem a ser o sentimento moderno de melancolia que pensamos tomar a alma de Magalhães.

A melancolia é um destes dinamismos do espírito que, pela sua ambivalência e co-origenária radicalidade, revela um parentesco com a questão da finitude, do ponto de vista ontológico-existencial. Este o motivo por que ela representará um subsídio importante para desenhar o horizonte no qual enfoca a finitude como instância decisiva do pensamento ocidental (...) o movimento pendular da melancolia, entre

¹⁶ Essas pessoas eram, especialmente, os literatos. Em outros textos posteriores ao *Discurso* (1836), Magalhães equilibra, digamos assim, os deveres e méritos em relação ao exercício de se construir a reta Nação brasileira. Ganham destaque as figuras do filósofo e do historiador.

¹⁷ Segundo Torres Homem, faltava aos antepassados poetas de Magalhães a “eterna melancolia do pensamento moderno”. Apud., BARROS, R. S. M. de, op. cit., p. 76. Aliás, o próprio Magalhães afirma no poema “Suspiros poéticos” – “Mensajeiro de dor, ah, não visites/ Outros lugares que o prazer inspirem./ Cansa o prazer ao homem quando é longo,/ Mas tu, melancolia, jamais cansas/ A quem d’alma os arroubos saboreia”. MAGALHÃES, D. J. G. de, 1999 [1836], p. 220.

¹⁸ Cf. GREENE, T., [S.d.].

inércia e dinamismo, transforma-se numa força paradoxal. E, precisamente a atmosfera gerada por este antagonismo interno converte-se em lugar privilegiado para a experiência da finitude. A inércia e a resistência ligadas ao dinamismo e à transcendência tomam, nesta aliança paradoxal, um caráter positivo. Esta a positividade que procuro descobrir no questionamento da finitude. Ponto de resistência, o finito é o *topos* privilegiado para a transcendência. Sem a resistência, a transcendência perderia seu ponto de partida; com a resistência, porém, a transcendência jamais chega à sua plenificação, porque é cortada em seu fluxo. Sem a transcendência a resistência permaneceria opaca e inerte; com a transcendência, entretanto, ela adquire uma mobilidade e translucidez.¹⁹

Pois bem, num primeiro momento Magalhães se punha entre a vida e a morte, entre o vazio e o sentido. Na busca do Infinito por pouco não deixou de acreditar na necessidade de se partir desde a própria condição humana, a saber, a finitude, para dela, enquanto ser vivo, nunca se libertar. O poeta se interrogava, auto-refletia, sofria, preferia a morte, quase se entregara. Todavia, qual a fênix, renascera pleno de esperança, de fê na plenitude, naquele que tudo sabe - Deus. Passa a apostar em sua missão frente aos outros homens, qual seja, a de construir relações ordenadas capazes de sustentar o progresso moral. Um lugar social que permita ao poeta uma aproximação cada vez maior àquilo que é puramente justo, belo e verdadeiro. Um débito com a Perfeição. Potencializar seus atributos, dádivas daquele que permitiu a vida. Porém, não obstante, está sempre envolto em mistérios insolúveis, em angústia.²⁰ Vejamos partes de um poema de Magalhães:

¹⁹ STEIN, E., 1976, p. 12-13. Ver, também, a metáfora da pomba que Ernildo Stein toma emprestada a Kant e os devidos comentários. Primeiro Kant: “A leve pomba, enquanto, em seu livre vôo, corta o ar cuja resistência sente, poderia imaginar que ainda mais sucesso teria no vácuo”. Apud. Id., 2002, p. 159. E agora, o comentário de Ernildo Stein – “Kant procura mostrar, com esta alegoria, como a metafísica, demasiadamente confiante na razão humana, pensa poder abandonar o chão da experiência, a que o homem, em sua condição de finitude, está vinculado, para movimentar-se no mundo da abstração e da especulação em que não existe a possibilidade do apelo à experiência.

Se atentarmos para o sentido da alegoria, podemos descobrir nele um enfoque positivo da finitude. A finitude não é um elemento negativo da condição humana. Ela é a própria essência do homem. Sem ela o homem não seria homem. Se assim é, todo o vôo que quisesse deixá-la de lado deveria ser considerado como uma tentativa que não respeita a finitude. Não que a finitude deva ser abandonada, mas sim o vôo que não quer suportá-la. Vista de outro ângulo, a finitude com sua resistência é, antes de mais nada, aquilo que possibilita o vôo; querer eliminá-la seria a própria impossibilidade do vôo”. Ibid., p. 159-160.

²⁰ A finitude enquanto lugar de partida para a experimentação do mundo, da reflexão e da inventividade. Segundo as palavras de Márcio Suzuki a respeito da poética de Schiller: – “A poesia

“Quanto mais penso, mais creio/ Neste mistério profundo;/ E a mim mesmo então pergunto:/ Para que vim eu ao mundo?/ (...) Soa essa voz em meu peito/ Como em caverna profunda,/ Como um suspiro exalado/ Pela vaga gemebunda./ Para a dor, me diz, nasceste;/ Para a dor, para o tormento:/ Teus males só terão termo/ Co’o teu último momento./ Sofrer, tal é meu fado! – Eu me resigno./ E que (...) hei de fazer? – Curta é a vida.../ E quem me tolhe que eu de todo a encurte?/ Não serei livre de lançar por terra/ Um fardo que me acurva, um fardo inútil?/ É a vida para uns néctar suave,/ Tóxico é para mim; - devo tragá-lo?/ Acaso Deus me disse:/ A ti toca sofrer por mil que gozam./ Mas eu blasfemo, ó céus! Que voz me grita:/ ‘Mortal, olha o que fazes! Contra a vida/ Não ouses atentar. Quem vida deu-te/ Só quando lhe aprouver tirar-ta pode. (...) A sorte choremos,/ Que avessa nos é,/ Mas não blasfememos,/ Vivamos co’a Fé.(...) Ó minha alma, tu és como a lanterna/ Do cemitério,/ Que ante o altar, sobre um esquiife solta/ Palor funéreo.²¹

Num primeiro momento o poeta pensa, e quanto mais o faz mais escuridão encontra. Olha para o mundo de fora e vê pessoas felizes, pensa que não merece viver. “Curiosos peregrinos” são aqueles que tanto sofrem e que clamam pela morte. São almas que enxergam sob o dito real as camadas inesgotáveis de mistério, razão pela qual o poeta quer pôr fim à própria vida. Senti sua irremediável incompletude. Num outro momento encontra-se com a finitude, resolve caminhar, abandona o desejo de morte. Opta pela vida, mas sua alma permanece uma “lanterna” em meio às mais espessas trevas “funéreas”.²² Os heróis passam a ter

sentimental parece provir do esforço de querer ir além, sem contudo jamais poder chegar à sua meta suprema, pois não é somente empenho infinito, mas também reflexão e sentimento. Empenhando-se pelo Ideal, é, paradoxalmente, a condição e a impossibilidade de alcançá-lo. E precisamente nisso consiste a atividade poética sentimental: “é a *conditio sine qua non* do Ideal poético, mas é também um eterno impedimento para ele”. Apud. ZILBERMAN, R., 1999, p. 111.

²¹ MAGALHÃES, D. J. G. de, 1999 [1836], p. 249 passim. Ver também, no mesmo livro, os poemas - “As Ruínas de Roma” e “Uma Noite no Coliseu”.

²² Não desejo afirmar que, segundo Magalhães, o poeta é igual a todos os outros homens. Busco, pelo contrário, mostrar uma superioridade humana do poeta auferida a partir do encontro com a finitude, e isso, graças à auto-reflexão. Deixo claro que a poesia em Magalhães traz consigo uma forte carga moralizante, contudo, não está para além de críticas. As Odes que constrói o autor fluminense estão repletas de lições sobre o belo, o bem e a verdade, porém, por outro lado, qualquer produção do poeta não é capaz de romper o mistério constitutivo à vida finita dos homens. Senão vejamos: “Quem tu és? a que fim vieste ao Mundo?/ em alta voz a terra me pergunta./ Ó que é força mostrar aqui meu nada!/ É força despojar-me deste orgulho,/ que das salas dos Reis, contagiados os loucos cortesãos trazem ao campo.../ Eu terra sou; mas terra organizada;/ em mim abita um ser incorruptível,/ uma potência, ou força, que me anima;/ alma se chama, e pensa e delibera,/ e livre quer, e o corpo lhe obedece./ Eis quanto sei de mim; o mais ignoro./ O que hei de vir a ser, dizer não posso,/ não é dado aos mortais prever futuros; mas da esperança um sopro nos afaga”. Apud. BARROS, R. S. M. de, 1973, p. 16. E continuando em sua finitude – “De mortal palidez me tinge o rosto./ Ah! tudo em mim da noite é fiel

uma missão enquanto humanos e finitos, enquanto seres repletos de dor e de dúvida, qual seja, viver e permitir que os outros, finitos como ele, façam o mesmo. Todos devem caminhar juntos para o encontro com a Perfeição. Fiquemos com um trecho de um outro poema de Magalhães, no qual a escolha pela vida significa a revalorização do lugar natal, das imagens, dos símbolos e das pessoas que possuem sentido, a Pátria.

Já que do coração rompestes os seios,/ Onde terna saudade te gerara,/ E quando mais minha alma nas da Pátria/ Idéias se engolfava,/ Da clausura do peito te escapaste,/ Onde mais não cabias,/ Fugitivo roçando inertes lábios,/ Triste suspiro meu!... Já que teu eco/ O silêncio quebrou misterioso/ Do sepulcral horror deste recinto;/ Sai, ó suspiro! sai... Não mais ressoes,/ Inútil! te não percas,/ Nestas longas abóbadas quebradas,/ Murmurando tu só de estância em estância,/ Como um lúgubre som de ave noturna,/ A quem prazem as trevas, e os destroços. (...) Voa, suspiro meu, voa, não tardes;/ Núncio vai ser do estado em que me deixas./ O caminho te indico; aos ares sobes;/ Deixa de Roma os solitários campos,/ Esta terra de sangue, e de cadáveres,/ E às praias chega da querida Pátria,/ Tão longe praias! – Quem me dera eu vê-las! (...) Sobe o Simplão; penetra as galerias;/ Se o nome do Brasil na pedra achares,/ Minha mão o gravou, beija esse nome./ Noutra pedra verás meu nome escrito,/ Se os gelos o não cobrem;/ Sentado aí subi meus pensamentos/ Té ao trono de Deus, e pela Pátria/ Dirigi-lhe meus votos (...) Ó meu suspiro, se acabar pudesses/ Entre outros mil suspiros confundido/ Nessa triste mansão! – Mas não, tens ainda/ De dar tua mensagem (...) Resupino, grandíssimo gigante/ Ao longo assoma, e do Janeiro a barra/ Ao viajor cansado patenteia?/ Igual outro não há; errar não podes./ Aí é que te eu mando;/ Essa é a pátria minha, a Pátria amada,/ Que a vida deu a quem me deu a vida!/ Aí respira ainda a mãe anosa,/ o encarnecido pai, e irmãos queridos!/ Verás se para amá-la razão tenho! (...) Como o ome de mãe, de pai, de amigo;/ E a mãe, e o pai, e o amigo inda que pobres/ A um nobre coração gratos são sempre.²³

O poeta não abandona a dor, a sensação de incompletude, entretanto, encontra algo pelo qual vale a pena viver, esse algo é a própria trajetória, a Pátria.

cópia;/ eu toda noite sou; sou mais ainda./ Só eu, ó Noite, vigilante existo,/ entregue a tua escuridão medonha;/ só eu te prezo e te prefiro ao dia./ O dia por mais belo que ele seja/ nenhum prazer oferece aos olhos tristes/ de um mortal, como eu, angustiado”. (“As Misérias do Gênio”). Ibid. p. 17.

²³ MAGALHÃES, D. J. G. de, 1999 [1836], p. 293 passim. A idéia de pátria em Magalhães remete-se a dois significados distintos. Ao acúmulo de presenças que, anteriores à vida singular, tomam o indivíduo e o auxiliam na construção de cotidianos. E à uma meta que para ser cumprida necessita de um movimento constante de diálogo, capaz de construir regras morais estáveis, porém não irrefutáveis, enfim, uma comunidade imaginada por todos assentida (significativa a todos os indivíduos que a compõem).

Não mais se deve suspirar inutilmente, diz Magalhães. O “lúgubre som da ave noturna” sede espaço às tão longínquas “praias (...) da querida Pátria”. O sentimento de não pertencimento, de deslocamento em relação à vida, agora, a partir do olhar renovado, saudoso sobre a Pátria, é amenizado. Recorre-se à memória, à lembrança daquilo que escondido e do esquecimento necessário. Aproximar-se dos símbolos representava, para o poeta, a redescoberta de si mesmo em meio à escuridão da existência, de seu cotidiano, uma retomada de força desde a consciência de humanidade. É como poder se livrar do “gelo” para poder reconhecer-se, encontrar seu nome. Os elementos do classicismo em nada podiam auxiliar o poeta em sua longa e difícil caminhada por entre a finitude. A saudade “permite” recobrar tradições, imagens que fundo diziam ao coração, que o acompanhavam e auxiliavam-no, também, nas dolorosas reflexões metafísicas. A Pátria é o céu alvo, as praias, o canto dos sabiás, mas confunde-se, também, com o porto do Rio de Janeiro, com a mãe, com o pai, com os irmãos, com tudo aquilo que lhe vêm à lembrança e que pode, mesmo que com muitos limites, pois “inda que pobres”, permitir reflexão, gratidão e certo sentido a um coração melancólico.

Melhor dizendo, o poeta abandona o desejo de morte, lança-se angustiado à vida. Flutua entre desespero e regozijo. Não aceita a pura felicidade, pois reconhece que ela não pertence a ele, está **fora**. Ao viajar para a França em 1833, sente o que até então não havia percebido, e se antes tudo era puro sofrimento, fuga do mundo, após *A Tempestade* que enfrenta em alto mar entrega-se às suas lembranças, àquilo que faz sentido e que requer a sua atenção – a sua vida, a sua Pátria. A partir de então, se movimenta no mundo assim como a pomba de Kant no ar. Busca preencher de sentido uma finitude que não se esgota, caminha apenas porque humano. Vejamos o momento em que se abre para o movimento do mundo e que se entrega à Pátria e ao Senhor, para deles não mais se afastar:²⁴

²⁴ A partir de então, Magalhães passa a ver Deus como um ser inatingível em sua bondade e sabedoria. Sente-se devedor de sua generosidade. Decide viver e potencializar os atributos que a ele foram permitidos; não mais contesta. Daí a necessária religião, melhor dizendo, o *religare*. O Infinito o tinha criado para caminhar, com liberdade, desde a finitude em direção ao reencontro tão esperado;

Aqui, neste Oceano,/ Sem que sequer um só prazer desfrute,/ Tudo é horror, e um vasto cemitério./ De cada lado gigantescas vagas,/ Irritadas elevam-se, curvando/ Sobre o navio que sem tino vaga./ Negras nuvens do sol a face enlutam;/ Soltos trovões se embatem, troam, bramam;/ Rijo sibila o vento nas enxárcias;/ Ante a proa em montanhas espumosas/ Se pulveriza o mar, roncando horrísono (...)/ Que horror, ó céus! Que sorte nos aguarda (...)/ Se é nossa estrela que morramos todos./ Quero ser o primeiro/ Em quem, ó ondas, sacieis a fúria (...)/ Como filhos rebeldes./ Que os são conselhos paternais desprezam,/ Zombam mesmo dos pais, e de delírio/ Em delírio à desgraça se encaminham;/ E quando já no poço da miséria/ Lhes brada a consciência,/ Então os pais invocam;/ E se os pais os não salvam, ali morrem./ Tu és pai, ó meu Deus! Misericórdia! (...)/ Glória! glória ao Senhor! estamos salvos!/ Desaparece a morte,/ Raia o sol, ri-se o céu, o mar se aplanam!/ Glória! glória ao Senhor! estamos salvos! Afaga-me a esperança,/ Que renasce no fundo de minha alma,/ Como a fênix das cinzas./ Ó Pátria, serei teu; minha existência/ Ao louvor de meu Deus, a teus louvores/ De ora avante a consagro.²⁵

Pois bem, o poeta Magalhães, de uma vez por todas de volta à vida, ao mesmo tempo em que sublinhava imagens míticas da Natureza, não deixava de revelar em seu movimento de valorização da Pátria a preocupação Romântica com os problemas mais profundos. A natureza em Magalhães deve ser vista, assim, como lugar misterioso fundamental à auto-reflexão - problematização das certezas do “eu”, assim como das mazelas da civilização. Questões que não eram apenas do poeta, num vôo de subjetividade que criava, tão somente, imagens fantasmagóricas.²⁶

momento que, ao fim e ao cabo, a Deus pertence. Teremos a oportunidade de voltar a esse tema ainda durante o presente capítulo, mais precisamente na segunda e terceira partes.

²⁵ MAGALHÃES, D. J. G. de, 1999 [1836], p. 367 passim.

²⁶ Diferente de Magalhães, Victor Cousin e certo Romantismo entendiam o poeta como sujeito detentor da verdade, homem que se punha além das críticas. O filósofo francês assim define o vate – “Exprimindo a verdade, o filósofo exprime, no fundo, também a beleza, já que ambas são faces diversas do mesmo ser; exprimindo a beleza, o poeta exprime a verdade, pela mesma razão”. Apud. BARROS, R. S. M. de, 1973, p. 83. Em relação ao Romantismo e à sua visão do poeta, do gênio, enquanto descolado do mundo da cultura e da matéria, criador do real, revelação a que chega via experiência racional e/ou mística de contato com o que é Perfeito, segundo Jobim: “O termo *subjetivismo* é com frequência usado para designar uma das características do Romantismo. Quando empregado para este fim, significa que, naquele período literário, há uma focalização do indivíduo, visto como fonte de propósitos, sentimentos, ações e argumentos. Existe um destaque da condição de ser pensante do homem, de sua capacidade de elaborar projetos e sonhos pessoais (e de agir intencionalmente para que se tornem realidade). Valoriza-se sua aptidão para formular e compreender as razões de suas próprias ações, ter sentimentos em relação ao que está fazendo e às pessoas com quem convive, bem como para modificar o mundo através da ação individual”. JOBIM, J. L., 1999, p. 133.

Resumindo em breves linhas, ao poeta era necessário o trabalho intelectual. Dedicava-se às suas questões metafísicas, porém tinha de se empenhar o quanto pudesse, refletindo profundamente sobre os problemas que o rodeavam, logo, os que diziam respeito a uma determinada coletividade que o autor fluminense chamava de Pátria.²⁷ Magalhães nos está comunicando o verdadeiro papel do poeta, a saber, converter os outros à mesma **atitude reflexiva**. Atitude finita, porém necessária à preservação do indivíduo, ao bem viver coletivo e à glória do Senhor. O autor da *Filosofia da Religião* alerta que apenas o homem culto e livre em suas reflexões é capaz de superar os desejos do corpo e buscar a reta moralidade, qual seja, o ser para o outro desde um “equilíbrio social” que possibilite o suportar produtivo da vida, da própria finitude. Pois bem, é a liberdade que funda a vontade²⁸ e a construção da moralidade devida.²⁹ Como afirma Roque Spencer – “essa missão que, para ele, era o essencial da poesia: falar à consciência moral de seu povo, ofertar-lhe, em versos, uma visão espiritualista e cristã do mundo, do homem e de seu destino”.³⁰ A busca, repito, da auto-reflexão livre. Livre para organizar um viver coletivo ordenado e para pôr-se-a-caminho da Infinitude

Todavia, a coletividade a que pertencia insistia em trilhar o caminho da arbitrariedade e da irreflexão, logo, problemas significativos eram produzidos. Magalhães denunciava a pobreza, o despotismo e, especialmente, a escravidão do índio e do negro. Um Estado-Nação que se constituía sobre frágeis pilares, afirmava o poeta. Acompanhemos:

²⁷ Pois afirma Magalhães – “Eu só desejo voltar para minha pátria, tenho algumas idéias e quero pô-las sobre o papel, e só para isso trabalho. Eu sinto não poder falar ao coração de todos os brasileiros, eu lhes diria a todos os momentos que é tempo de trabalhar e de escrever; a vadiação entre nós é grande e excede a tudo o que se pode dizer; ela é a causa de tanta vaidade, e de tanta crítica ignorante, que envergonha”. MAGALHÃES, D. J. G. de, 1964, p. 55.

²⁸ Vontade enquanto capacidade de escolha via auto-reflexão. O oposto, portanto, de desejo, que é a subserviência irrefletida e completa ao corpo, às paixões. Esquecimento de si e do outro, logo, desordem.

²⁹ A moralidade devida parte, como já vimos, de uma atitude reflexiva inegociável, portanto, de autonomia, assim como da consciência de finitude que apresenta o diálogo, necessariamente, como justo lugar para a construção das regras sociais.

³⁰ BARROS, R. S. M. de, 1973, p. 80.

Tu (saudade), que n'alma te embebes magoada,/ Melancólica dor, e gota a gota/
Vertes no coração tóxico acerbo,/ Que entorpece a existência, e a vida rala!/ Tu,
tirana da ausência, que retratas/ Em fugitiva sombra, em negro quadro/ a imagem do
passado;/ Que ao filho sempre a mãe anosa antolhas,/ A pátria ao peregrino, o amigo
ao amigo,/ o esposo à esposa; e ao malfadado escravo,/ Que sem futuro pelo mundo
vaga,/ Mostras a liberdade, e o lar paterno;/ E a cada simulacro que apresentas/
Com farpado agulhão rasgas o peito/ do triste que te sofre;/ E nos olhos sanguíneos,
encovados,/ Não lágrimas distilas,/ Mas fel, só atro fel, bárbara, espremes./ Ó
saudade! Ó martírio de alma nobre!/ Malgrado o teu pungir, como és suave!/ Como
a rosa de espinhos guarnecida/ Aguilhoa, e apraz co'o doce aroma,/ Tu feres, e
mitigas com lembranças./ Mas ah! o teu espinho ainda é mais duro;/ e essas tuas
lembranças são falaces,/ Flores são que o pinhal de Harmódio cobrem.³¹

Como afirma Roque Spencer, o Romantismo “moderado” de Magalhães não o faz isolar-se do mundo e dos problemas que o envolviam, aliás, todo o contrário.

O romantismo, por sua vez, ‘moderado’ nos seus eventuais exageros pelo próprio ecletismo, ainda que ‘importado’, é um apelo à consciência nacional para que se descubra, para que se volte para os seus próprios problemas e paisagens, para que chegue ao universal pela via do individual e do nacional. A ‘união espiritual com a França’, assim, representa mais do que um rompimento simbólico com o País colonizador e dominador; significa uma abertura para o desvelamento de um “eu” (ou de um “nós”) nacional, um convite à auto-consciência e à auto-reflexão do espírito.³²

O movimento para dentro proposto por Magalhães significa atenção aos mais profundos problemas da alma individual, todavia, como podemos ver, cuidado com o que está fora, com os outros que co-habitam, com ele, o mundo. Criticava os delírios dos poetas fascinados pelas imagens abstratas oferecidas pelas Musas do parnaso, assim como se punha radicalmente contra a instituição escravidão. Propunha, enfim, cuidado com o entorno fundado na atividade livre e inalienável da auto-reflexão, assim como no diálogo e nos acordos sempre problemáticos que dela provinham.³³

³¹ MAGALHÃES, D. J. G. de, 1999 [1836], p. 343 passim.

³² BARROS, R. S. M. de, 1973, p. 64.

³³ A idéia de se viver a partir da finitude, procurando desenvolver todas as potencialidades – valorização do **estar-no-mundo** com os outros, é uma característica muito forte do pensamento de

Ocorre que, diferente da filosofia racionalista de Victor Cousin, a auto-reflexão em Gonçalves de Magalhães conta com a presença constante do mistério, pois, “*muito mais do que o seu mestre Cousin, que queria tudo penetrar pela razão, para quem o ‘Deus absconditus era um contrasenso, Magalhães insiste no impenetrável e no indescritível’*”.³⁴ Afasta-se, também, como já dissemos, de certo Romantismo místico propagado por homens como Schleiermacher, valorizando a razão, a observação e a experimentação, o que o faz criticar, também, o Romantismo vanguardista francês, representado especialmente pela figura de Victor Hugo e pelo culto ao grotesco. Em relação ao teatro Romântico francês afirma Magalhães em carta endereçada a Monte Alverne:

Os poetas estão aqui empenhados em explorar a mina da meia-idade, fatigados com as idéias antigas, e não podendo quase marchar na estrada de Racine e Corneille e Voltaire, eles calcam todas as leis da unidade tão recomendadas pelos antigos; as novas tragédias não têm lugar fixo, nem tempo marcado, podem durar um ano e mais; o caráter dessas composições é muitas vezes horrível, pavoroso, feroz, melancólico, frenético e religioso. Os assassinios, os envenenamentos, os incestos são prodigalizados às mãos largas, mas nem por isso deixam de ter pedaços sublimes. Os principais trágicos são De Laragotine, Alexandre Dumas, Victor Hugo. esses poetas chamam-se românticos.³⁵

O herói, poeta ou não, não é, assim, maior do que sua historicidade, pois pode acabar sendo subjugado pelo seu entorno. Esse ser não é psicologicamente orientado todo tempo, melhor dizendo, ele não é capaz de, quer através de contato místico ou mesmo racional, ascender ao que é plenamente verdadeiro, ao Bem.

santo Tomás de Aquino, autor com o qual Magalhães teve contato via Monte Alverne. Acompanhem as palavras de Alceu Amoroso Lima sobre a reflexão de Santo Tomás– “Nem confusão, nem separação, nem paralelismo e sim subordinação relativa da vida ativa à vida contemplativa e união final de ambas – quando passamos da vida meramente humana à vida cristã, isto é, quando subimos da ordem da natureza à ordem da graça – pela *vida apostólica* que é, segundo Santo Tomás, a forma mais perfeita de vida, pois – ‘assim como é melhor iluminar que apenas olhar para a luz, assim também é melhor dar aos outros os frutos da própria contemplação do que apenas contemplar’”. LIMA, A. A., 1938, p. 13.

³⁴ BARROS, R. S. M. de, 1973, p. 89.

³⁵ MAGALHÃES, D. J. G. de, 1964, p. 16-17.

O aparecimento de um grande homem é uma época para a história; e semelhante a uma jóia preciosa, que só possuímos quando podemos possuí-la, o grande homem jamais se apresenta quando não o merecemos. Ele pode existir no meio de nós sem ser conhecido, sem si conhecer a si mesmo, como o ouro nas entranhas da terra, e só espera que o desencavem para *adquirir o seu valor; e a incapacidade que o desconhece o anula. Empreguemos os meios necessários, e teremos grandes homens.* (p. 27) (Grifo próprio)

Vemos que esse gênio depende de estar num *locus* que o estimule, logo, que permita o diálogo, que não seja arbitrário, absolutista. Precisamos fazer-nos merecedores da presença daqueles homens que atuam e pensam com significativa radicalidade. Mas para isso é necessário que também pensemos, que também atuemos, que nos permitamos o diálogo e entendamos a finitude humana como constitutiva e como ponto de partida. Ao fim e ao cabo, os grandes homens são construídos por grandes pactos coletivos capazes de permitir o contínuo uso da razão, a configuração de normas, enfim, de resguardar as individualidades dentro das coletividades, e essas dentro daquelas.

Em Gonçalves de Magalhães o poeta reflete atento ao movimento do “real”.³⁶ O sujeito poético constrói mundos, promove diálogos a partir da reflexão e da observação, e por que não, em especial em Magalhães, experimenta e acorda.

A construção de mundos se dá a partir do elemento *diferença*.³⁷ Em Gonçalves de Magalhães a diferença significa o abandono da crença na possibilidade do homem, poeta ou não, de realizar um perfeito encontro entre natureza e entendimento. Como veremos mais abaixo, o poeta, segundo Magalhães, é um **ser-a-caminho**, forma em movimento, que, por vezes, se impacienta e se desespera com sua finita capacidade de compreensão.

A preocupação, todavia, em observar o que ocorre ao seu redor, e de atuar nele sem se deixar subjugar, revela a relação, tensa que seja, entre a produção de

³⁶ “Portanto o que Schlegel dizia expressamente a propósito da poesia romântica vale de igual para o sujeito poético: ele não é, torna-se progressivamente; está obrigado a um devir que tampouco tem fim, pois realiza em si ‘um movimento que não pode atingir uma meta, que nunca conduz à coincidência com o incondicionado, mas torna patente mesmo os limites, a contradição, a tensão entre o finito e o infinito”. LIMA, L. C., 1989, p. 107.

³⁷ LIMA, L. C., 1989, p. 109-110.

conceitos, ato em parte abstrativo e inventivo,³⁸ e a adequação deles aos devidos espaços mundanos, aos espaços dialogais, atitude observante e experimental. Enfim, o homem, poeta ou não, ao construir significantes, está presente no mundo, dialogando com ele e, em última instância, em função de sua historicidade, transcendendo-o.³⁹ Vejamos que o vate...

De mágico poder depositário,/ Qual um gênio entre os homens te apresentas./ Ante ti não há rei, nem há vassalo./ Tu nos homens só vê virtude, ou vício./ Como um déspota, ufano em teus delírios,/ Uns cercas de imortal auréola tua,/ Outros condenas ao opróbrio, e à morte./ [...] Umás vezes soberbo, impetuoso,/ Qual águia que sublimo o céu devassa,/ E do céu sobre a terra os olhos desce/ Teu ígneo, alado gênio, no ar suspenso:/ Não, ó mortais, não vos pertenco, (exclama)/ Eu sou órgão de um Deus; um Deus me inspira;/ seu intérprete sou;/ ó terra! ouvi-me./ [...] Oh, como é grande o Vate, que arrojado/ Da terra se ergue como labareda,/ E vagando no céu como um meteoro,/ Dos lábios solta a voz, e vibra em raios,/ Que o vício e o crime ferem, pulverizam! [...]

Pura instauração de mundo, porém:

Ah, não profanes o teu gênio, ó Vate!/ O incenso só no altar queimar-se deve!/ Em lago impuro não se banda o cisne,/ Que manchar teme a cândida plumagem./ Imita o cisne; e como sempre as flamas/ Sobem ao céu, ao céu teus hinos subam./ [...] No dia em que da lira sons forçados/ Venderes ao tirano em troco de ouro,/ nesse dia o céu deixa de inspirar-se;/ Quebra essa lira, e cessa de ser Vate./ Quando a virgem do sol seu voto infringe,/ Vedado lhe é tocar no sacro fogo;/ D'alva c'roa de flores a despojam,/ Adornos de vestal, e o nome perde;/ Assim quando uma vez, ó Vate, atende,/ Venais hinos os lábios teus verterem,/ Deixarás de ser Vate; arranca a c'roa./ E co'o selo do opróbrio entra no mundo. Opróbrio ao Vate que profana a lira!/ Opróbrio, infâmia a quem insulta o Vate.⁴⁰

³⁸ Segundo Magalhães: “O poeta independente, diz Schiller, não reconhece por lei senão as inspirações de sua alma, e por soberano o seu gênio”. Só pode um poeta chamar-se grande se é original, se de seu próprio gênio recebe as inspirações. O que imita alheios pensamentos nada mais é do que um tradutor salteado...”. MAGALHÃES, D. J. G. de, 1980 [1836], p.38.

³⁹ O transcender do poeta, ou de qualquer outro herói, é a própria afirmação da **humanidade** do mesmo. Ele, não tendo acesso à Substância, pois é finito, cria. Cria a partir de sua relação problemática com o mundo, com o outro e consigo mesmo, aceitando, na medida do possível, o *mundo*. Criação que instaura o estatuto constitutivo da diferença e da necessidade de diálogo. Diálogo que deve ocorrer na *polis*, buscando aproximar as diversas, porém não contraditórias, mundividências.

⁴⁰ MAGALHÃES, D. J. G. de, 1999 [1836], p. 61 passim.

Conforme vemos, o vate não deve ser reverenciado todo momento como puro, logo, não é a própria Infinitude, aliás, muito longe dela está, já que sobre a Providência Magalhães afirma ser, em outros versos, o que tudo sabe, o que é plenamente bom.⁴¹ O poeta corre o risco de ser tocado pela avareza. Sujeito ao mundo, ele é um *ser-a-caminho* vivendo em meio à matéria e entre os homens, entre os valores que o livre arbítrio destes últimos é capaz de construir. A natureza e os seus mistérios insolúveis tratam de dar cabo da soberba do vate, de “emudecer” aquele que por isso “foge”, “gemendo” e “comparando-se ao verme”, pois: “*Outras vezes, nas selvas meditando,/ Sobre um tronco assentado, junto a um rio,/ Que embalança da lua a argêntea cópia;/ Como entre as folhas sussurrante vento/ Gemer parece, e de algum mal carpir-se,/ Tu gemes, e co’o verme te comparas,/ Que arrasta pelo chão a inútil vida;/ E vês nas águas, que a teus pés deslizam,/ A imagem de teus dias fugitivos./ [...] Quando ouve o sabiá troar nas várzeas/ do fero caçador a mortal alma,/ Sufoca o sabiá seu canto, e foge:/ Assim tu emudeces, quando estruge/ Da civil guerra, e da discórdia o grito...*”.⁴²

O poeta equivoca-se e seus erros devem ser publicizados e refutados. Todavia, o vate é aquele capaz de radicalidade e de inventividade, lugar inalienável da individualidade. Aproxima-se de Deus. Faz valer sua finitude. Dilacerado, porém construtor de mundos mais próximos de consensos avaliados e constantemente refletidos. Humano era o poeta, portanto, necessariamente comprometido com o mundo, assim como, a partir de sua própria historicidade, produtor de radicalidade, de atitude filosófica mediante as imposições despóticas. Vejamos palavras de Torres Homem que afirmam a melancolia do poeta, porém,

⁴¹ Aqui temos um equilíbrio tenso entre a humanidade do vate e sua preeminência constitutiva. Tanto o é, que Magalhães deseja “opróbrio” àquele que vai de encontro ao vate. Entretanto, o próprio autor tece críticas significativas a poetas que, segundo ele, estariam participando da *imoralidade* mais pérfida. Enfim, as repreensões necessárias deviam ser feitas, porém, para se apontar os equívocos do poeta era fundamental compartilhar da radicalidade de sua visão. Radicalidade que significa atitude filosófica, movimento que, segundo Magalhães, poucos estavam preparados para empreender. Aqui, claramente, o autor do *Discurso* demonstra que sua noção de diálogo remete-se a não muitos. A alguns privilegiados, todavia, conquista que se dava através de muito trabalho e dedicação, e não mais pela posição social e/ou pela nobreza do sangue.

⁴² MAGALHÃES, D. J. G. de, 1999 [1836], p. 61 passim.

sobretudo, o necessário cuidado com o mundo, condição *sine qua non* ao resguardo das individualidades.

A incerteza da duração da existência, que como um contrapeso conserva-nos suspensos no meio das ilusões da vida, era assunto que naturalmente devia oferecer-se à meditação do poeta. No momento mesmo em que o mundo vacila em torno de nós, em que os mais descorados objetos se tingem de brilhantes cores, em que uma superabundância de vida parece transbordar do nosso seio, e vivificar tudo o que nos cerca, a onda rápida vai passando, e de quimera em quimera nos lança fora do nada da existência, quando cuidávamos colher a flor prometida pela esperança. O canto do Cisne diz a essa fragilidade da vida com uma simplicidade profundamente tocante, e com aquela harmoniosa tristeza de meditação, que corresponde ao que há de mais vago, de mais indefinido, e ao mesmo tempo de mais íntimo em nossa alma.⁴³

E continua Magalhães a nos falar da importância da literatura, da poesia, como lugar de encontro na e de ante da vida - “...e quando esse povo, ou essa geração, desaparece da superfície da terra com todas as suas instituições, crenças e costumes, escapa a literatura aos rigores do tempo para anunciar às gerações futuras qual fora o caráter e a importância do povo, do qual é ela o único representante na posteridade”(p. 24). Percebemos, assim, o quanto Magalhães está preocupado em construir um lugar que chamo de *mundo*, lugar esse no qual as pessoas, a partir de suas “instituições, crenças e costumes”, pudessem dialogar e promover um entendimento problemático capaz de reproduzir permanências e permitir o novo, algo que inviabilizaria as escravizações civil e política. Vejamos palavras de Torres Homem acerca de que mundo era necessário des-construir, uma vez que aquele em que viviam estava dominado por despotismos e, conseqüentemente, por imoralidade.

Cada dia que corre, receamos seriamente ler nas gazetas que, por mandado da sábia e liberal administração, o fogo fora lançado aos estabelecimentos consagrados aos progressos da inteligência e da civilização. Ao menos haveria nisso o mérito de um sistema de trevas logicamente combinado, e aquela beleza da desordem perfeita, que os antigos estamparam no semblante das fúrias. Onde estão esses ilustres regeneradores, que um belo dia declararam à face do país que o homem nascera

⁴³ Apud. MAGALHÃES, D. J. G. de, 1999 [1836], p. 34-35.

filósofo, e que o estudo da ciência e das letras era pura quimera? Por detrás dos homens atuais não estão escondidos outros homens; o que hoje fere as vistas no Brasil não é uma exceção, é porém sim o estado geral das idéias, provenientes do ceticismo moral, da indiferença para o bem e para o mal, da nulidade dos caracteres estranhos a todos os nobres sentimentos, e votados a um duro egoísmo, e alfim [sic], da extinção dos sentimentos religiosos, que são o contrapeso das humanas loucuras.⁴⁴

A partir das palavras de Torres Homem, podemos nos aproximar da poética de Magalhães, de seus objetivos em relação à sua Pátria. A Nação em construção necessitava de reformas estruturais, uma vez que os espíritos despóticos e arbitrários se reproduziam no Império do Brasil. Um “estado geral das idéias” imprimia direção “cética” e “egoísta”. Torres Homem nos está dizendo que, na verdade, não havia uma Nação nos moldes do plebiscito diário de Renan, melhor dizendo, o Estado estava configurado a partir de desejos arbitrários, distante de acordos mais amplos, havendo, sim, trágicos desencontros. A “indiferença pelo bem e pelo mal” apresenta-se como descuido em relação à coletividade, participação em abstrações não coletivas que nada tem a dizer em relação aos reais movimentos do mundo; crítica à liberdade negativa posta pelos Saquaremas e pelos interesses que representavam, em primeiro plano. “Extinção dos sentimentos religiosos”, dizendo em outras palavras, ausência de uma religiosidade que aponta para a finitude humana, logo, para a necessidade de se congregarem aos outros desde a vida.

Assim, teríamos o tipo “heróico na moral” exclamado na primeira citação de nosso capítulo. Melhor dizendo, os indivíduos abandonariam seus plenos desejos e se aproximariam uns dos outros a partir de uma moralidade que reconhece, ao mesmo tempo, o particular e o coletivo, senão vejamos – “*Cada povo tem sua literatura própria, como cada homem seu caráter particular, cada árvore seu fruto específico*”. (p.24) (Grifo próprio)

Através da metáfora da árvore que Gonçalves de Magalhães afirma além da autonomia e da singularidade do indivíduo, a materialidade de um *modus vivendi*

⁴⁴ Apud. MAGALHÃES, D. J. G. de, 1999 [1836], p. 37.

que possuía logicidade e coerência limitadas e compartilhadas, a própria literatura brasileira. Todavia, uma relação constitutiva entre o mais particular e o mais geral, a necessidade de estar sendo com o outro, próximo ou distante, antigo ou novo.

Então, como nas árvores enxertadas, vêm-se pender dos galhos de um mesmo tronco frutos de diversas espécies; e posto que não degeneram muito os que do enxerto brotaram, contudo algumas qualidades adquirem, dependentes da natureza do tronco que lhes dá o nutrimento, as quais os distinguem dos outros frutos da mesma espécie. Em tal caso marcham a par as duas literaturas, e distinguir-se pode a indígena da estrangeira. (p. 25)

Como vemos, Magalhães, respeitando a presença de elementos da literatura estrangeira no discurso literário brasileiro, em especial a portuguesa (a árvore), não deixa de apontar para novos significados que forjam uma linguagem literária própria (os frutos), capaz de se referir a situações específicas, de estabelecer nexos de inteligibilidade restritos, “... *porque seja qual for a modificação que sofra a literatura, há sempre algum acordo entre ela e as circunstâncias peculiares e temporárias do povo a que pertence e da inteligência que a produz. Assim a literatura é variável como são os séculos; semelhante o termômetro que sobe ou desce segundo o estado da atmosfera*”. (p. 25)

O autor se refere, portanto, a uma certa natureza da “civilização”, do “progresso”, a saber, o movimento repleto de permanências e de rupturas. Magalhães afasta-se de uma síntese absoluta, para afirmar o sempre dialético jogo entre tradição e produção particular de sentido. Se aquela estabelece parâmetros e códigos necessários ao desenvolvimento da humanidade, esta acrescenta informações ao *dito*, necessidades do contínuo viver.⁴⁵

⁴⁵ Essa relação entre o dito e o dizer, *grosso modo*, entre tradição e movimento, Magalhães melhor discute no opúsculo - *A Origem da Palavra*. Vejamos – “Questionam os filósofos sobre a origem da palavra. Os que mais profundamente cavaram no assunto dão-lhe uma origem divina, na impossibilidade de explicá-la humanamente [...] Condillac, que tanto nos recomendou a observação, que tanto nos preveniu contra a hipótese, e que, não obstante, recorreu à hipótese do homem estátua para explicar as operações intelectuais, pecando assim contra os seus próprios preceitos; Condillac, para dar uma explicação humana da origem da palavra, supõe duas crianças sem conhecimento algum, abandonadas em um ermo, e as faz entrar em comércio recíproco por meio de contorções, agitações

O movimento de que acabamos de falar é a maneira através da qual os grupos se formam, nesse caso povos, buscando constituir melhores relações de entendimento dentro de si, maximizando a capacidade de construção problemática de solidariedades internas. Como podemos ver, a formação de um Estado se encontra ou não com esse objetivo. Magalhães aponta para a necessidade de atentarmos para aquilo que está acontecendo à nossa volta, para situações específicas, às quais não estaríamos sabendo responder com algum grau de acerto. Quero dizer, se o Estado não estivesse respondendo às necessidades humanas, ele deveria ser transformado, paulatinamente, em favor de uma força maior - a moralidade. Moralidade, em Magalhães, lembremos, é ser com o outro a partir da liberdade reflexiva. É preocupar-se em estabelecer vínculos e normas problemáticas que respeitem a liberdade da consciência e que, ao mesmo tempo, garantam a ordem social necessária à potencialização dos atributos humanos. Movimento que permita ao indivíduo estar-a-caminho de Deus, na medida do possível, feliz. Enfim, essa é a conformação pretendida da Nação brasileira para o nosso autor.

Buscando demonstrar o quanto a conclusão (a Nação) em Magalhães está repleta de movimento, de particularidades (premissas), acompanhemos as seguintes palavras.

Cada época representa então uma idéia que marcha escoltada de outras que lhe são subalternas, como Saturno rodeado dos seus satélites; essa idéia principal contém e explica as outras idéias, como as premissas no raciocínio contém e explicam a

violentas e jeitos, e por um salto mortal faz surgir um sistema de sinais convencionais e a palavra, sem advertir na impossibilidade de se estabelecer um sistema de sinais convencionais sem prévios meios para se estabelecer essa convenção, sendo necessário a palavra, como bem disse Rosseau. E como inventariam essas crianças ou o homem a palavra, sendo necessário para essa invenção pensamentos pré-existentes, e para esses pensamentos, palavras pré-existentes à invenção que os constituíssem e comunicassem [...]”. Apud. BARROS, R. S. M. de. 1973, p. 266 (“A Origem da Palavra” – [1844]). Linhas depois, Magalhães aponta para a prévia ação divina ao dotar o homem da possibilidade de inteligência, logo de abstração e criação da *parole*. Todavia, se Deus é quem instaura tal faculdade, o homem, por ser criatura finita, já é em meio a ela, logo, em meio ao que ela já produziu. O indivíduo é, portanto, ele e mais o que está sendo ao seu redor.

conclusão. Essa idéia é o espírito, o pensamento mais íntimo de sua época, é a razão oculta dos fatos contemporâneos. (p. 25)

E antes mesmo que o termo “subalterno” nos leve a quaisquer enganos em relação à possibilidade de síntese definitiva em Magalhães, não nos esqueçamos da qualidade “oculta” do espírito da época. Assim, se o principal objetivo do viver em Magalhães é, dada a impossibilidade de ascensão individual ao todo, o estar acompanhado dos outros produzindo conclusões problemáticas, capazes de responder, parcialmente, às necessidades do tempo, tais conclusões são apenas aquilo que acaba sendo possível e visualizável ao homem. Sendo os particulares (as premissas), ao fim e ao cabo, a única instância a que teríamos acesso, é necessário apostar neles **como se fossem** o próprio espírito do tempo. Um encontro que se realiza num estar-a-caminho.

Chegamos, aqui, à confirmação daquele diálogo necessário entre os homens, movimento responsável pelo aparecimento e sobrevivência dos poetas, melhor dizendo, daqueles todos que constroem mundos – se aproximam do espírito do tempo. Podemos entender que se o acesso ao Universal é interdito ao homem, sendo o próprio Infinito “oculto”, a relação entre o “eu” e os outros acaba se tornando a única possibilidade de se construir uma Nação. E, apenas dentro desse universo, haverá o encontro entre a justa Nação e o devido Estado. Do contrário, o movimento de crítica deve ser contundente. Afirma Magalhães:

Assim é que, brilhando o sol com toda a pompa de sua luz prolífica, parecendo não necessitar de coisa alguma para o complemento de sua magnificência, recebe, contudo, no matiz das flores, na verdura dos montes, no azulado dos mares, novas provas de sua bondade e soberania; desapareça o sol, e não terão os olhos que ver é certo; mas, derrame o sol profusamente sobre árido e estéril deserto, tal como nos pinta a mente essas areias da Arábia, e o que terão os olhos para aí ver, sem flores, sem montes, sem águas que reflitam as belas cores de seus raios? [...] Esses reis que tiveram a ventura de dar seus nomes aos séculos em que viveram tal dita não alcançaram só com os próprios feitos senão também pelo concurso de grandes homens, que como flores esmaltaram o

seu reinado, e de que se eles soubera, aproveitar, tirando-os da obscuridade, e favorecendo-os em suas ciências e artes.⁴⁶

A crítica como podemos ver é elemento essencial à mundividência de Magalhães. Reis e poetas podem e devem ser criticados caso sejam verificadas arbitrariedade e perfídia em suas reflexões. Inclusive o príncipe, figura a que Magalhães nutre grande respeito, também é humano, logo, está entregue à finitude e à possibilidade do erro.

Bem, como vemos, historicidade, diálogo reflexivo e ação se aproximam. Era necessário, segundo Magalhães, que a realidade opressora, a saber, o despotismo do Regresso⁴⁷ (herança portuguesa), fosse rechaçada a favor de nossas próprias naturezas, de nossos próprios cotidianos, daquela historicidade verdadeiramente condizente com o espírito do tempo, já mencionado. O homem é peça importante nesse esquema. Ele pode aprisionar o futuro de povos com suas arbitrariedades, assim como é capaz de, através do diálogo, estabelecer os acordos problemáticos necessários ao bom andamento da vida social e das individualidades. A literatura é lugar de encontro privilegiado, segundo o autor do *Discurso*, entre a tradição e o novo, do que foi dito e das necessidades de se estabelecer referenciais que acompanhem novos movimentos; é atitude filosófica, é moralidade. Afinal, o espírito do tempo é em movimento, *historicidade*.⁴⁸

Gonçalves de Magalhães está buscando denunciar um cotidiano que se instaurou no Brasil, herança colonial portuguesa. O autor se reporta à necessidade de

⁴⁶ Apud. BARROS, R. S. M. de, 1973, p. 262-263 (“Discurso sobre o Objeto e a Importância da Filosofia” [1842]). Recitado perante Sua Majestade o Imperador, no dia 14 de fevereiro de 1842, na abertura do curso de filosofia do Imperial Colégio Pedro II.

⁴⁷ Refiro-me ao Regresso enquanto movimento de centralização do poder comandado pela figura de Bernardo Pereira de Vasconcelos, entre os anos de 1836 e 1840, período que Justiniano José da Rocha, em seu texto – *Ação, Reação, Transação. Duas palavras acerca da atualidade* (1855) –, denominou *reação monárquica*. Justiniano José da Rocha classifica esse processo como reação exagerada à obra social democrática, que se teria estabelecido entre os anos de 1831 e 1836, e que teria desestabilizado a ordem no Império.

⁴⁸ Aqui notamos forte influência da filosofia de Hegel. Magalhães, porém, não faz uma leitura redutora da *Fenomenologia*. O universal (o Espírito) seria em movimento, sendo o particular o lugar de partida possível, num **como se** que seria, na verdade, o próprio ato de nomear e de acordar, o próprio ser. Movimento que se faz tenso e que exige ininterrupta atenção e cuidado.

se buscar, através da atitude filosófica, em especial por parte do poeta, caminhos que possam substituir a antiga e falida experiência colonial, quer seja no campo econômico quer no que se refere à construção de reflexões políticas e culturais capazes de estabelecer vínculos entre os brasileiros, produção de sentido, esperança. Vejamos a próxima citação.

Tu suspiras, ó Pátria! / Co'os teus os meus suspiros se misturam./ e que al [sic] fazer eu posso? / Se é surda a Providência às preces tuas, / Que pode a frágil mão de um filho inútil? / os teus suspiros / a mim chegaram, / E me abalaram / O coração. / Socorro dar-te / Embalde (sic) intento, / E só aumento / Minha aflição. / Qual naufragante (sic) / Que uma onda impele, / Outra expelle / Ao alto-mar; / E de onda em onda / Sendo rolado, / Já lacerado, / Vai encalhar. / Mas na praia não achando / Um asilo protetor, / O alento último exala. / Assim morreis, suspiros, em minha alma, / Depois de haver o Oceano magoadado. / Mas, ó Pátria, quem causa mágoas tuas? / Ah! não fales, não digas... sofre... espera. / Eu conheço teu mal. Ah! não são estes, / Qu'inda os pulsos têm lívidos dos ferros, / Recém-livres, costumes têm de escravos, / Estes não são, que ao teu porvir brilhante / As portas abrirão; são os seus filhos / espera, espera, que o porvir é grande; / E a vontade do Eterno, que os teus montes, / O teu céu, os teus rios nos revelam, / Será cumprida um dia: espera, espera. / Ainda ontem te ergueste de teu berço; / Mal um passo ensaiaste, / E não é crível que amanhã já morras / Como em torno do sol os astros giram / Em círculo perpétuo, / Em torno de seu Deus as Nações marcham, / E de tal Astro à luz jamais se eclipsam; / Crê em Deus; que ele só salvar-te pode / E vós, que a fronte ergueis de nós acima, / Vós, que empunhais da governança o leme, / Vós, que velar devíeis, até quando / Fareis da Pátria o patrimônio vosso, / E tolhereis seus passos? / Corai, corai de pejo, envergonhai-vos / de encher o excelso assento de poeira, / De poeira que sois, que um leve sopro / Dispersa, e acaba, e nem vestígios deixa / Para o crástino dia. / Nulidades, que humanas formas cobrem, / Empolas que se geram num minuto, / E que noutro minuto se desfazem, / Como bolhas de espuma, que brincando, / De tênue tubo o infante cair deixa, / e no meio da queda desaparecem: / Que fizeste, que em vossa glória fale? / Nada!... Passastes como secas folhas, / Que os ventos remoinham. / Basta, enfim basta de ilusão, de engano. / Mira a Pátria a grandeza; / Vós a empeceis; / deixai o campo livre / À Juventude, do progresso amiga. / Eu vos saúdo, Geração futura! / Só em vós eu confio. / Crescei, mimosa planta, / Sobre a terra da Pátria só regada / Com lágrimas e sangue. / Crescei, crescei da liberdade, ó filhos / Para a pátria salvar, que vos aguarda.⁴⁹

A longa, porém necessária citação, nos remete a alguns dos pontos que até aqui discutimos. Podemos perceber que Gonçalves de Magalhães está se referindo a um mal-estar profundo que habita sua alma e que teria sido capaz de navegar por longos mares e de encontrá-lo em outras terras, na França. Vemos que Magalhães não estava

⁴⁹ MAGALHÃES, D. J. G. de, 1999 [1836], p. 293 passim.

alienado ao que ocorria no Brasil, ou melhor dizendo, ao que insistia em permanecer, qual seja, a arbitrariedade política e a escravidão; dirigentes que faziam “da Pátria o patrimônio vosso...”. O autor dos *Suspiros Poéticos* afirmava que as mesmas dores que afligiam sua pátria estariam atormentando sua alma.

Parece, num primeiro momento, que as ações prestadas pelo poeta em prol da Pátria e da Nação não parecem surtir efeito, já que “nulidades, que humanas formas cobrem” insistiam em “...encher o excelso acento de poeira, / De poeira que sois...”. Nem o poeta nem a Providência, num primeiro momento. Apenas esta última num outro momento. E por fim, clama por ação - “Basta, enfim basta de ilusão, de engano. / (...) deixai o campo livre / À Juventude, do progresso amiga. / Crescei mimosa planta, / Crescei, crescei da liberdade, ó filhos, / Para a Pátria salvar, que vos aguarda”.

Nada de contradição. Ocorre que, afirmando a diferença entre Deus e o homem, Magalhães revela ser necessário que nos atentemos para o que aqui está a ocorrer, e busquemos, através de uma investigação rigorosa (atitude filosófica), redesenhar diálogos consigo e com os outros, com o novo e com a tradição, enfim, forjar uma Nação em movimento e com a esperança de um futuro melhor.

E o que estava acontecendo no Império do Brasil? A resposta já é conhecida, a saber, as arbitrariedades racionalistas e utilitaristas dos que dirigiam o Estado, assim como a permanência da escravidão e a “miséria” da imensa maioria. Tratava-se de buscar corrigir os males executados pelo Estado brasileiro em construção. Aqui seria necessário, em nome da justiça de certo projeto nacional, criticar o próprio Estado-Nação que o Regresso erguia. Em relação ao mal da escravidão e à ambição dos que dirigiam o Estado, Magalhães é ainda mais incisivo, vejamos:

Ó terra do Brasil, terra querida, / Quantas vezes do mísero Africano / Te regaram as lágrimas saudosas? / Quantas vezes teus bosques repetiram / Magoados acentos / Do cântico do escravo, / Ao som dos duros golpes do machado! / Ó bárbara ambição, que sem piedade, / Cega e surda de Cristo a lei postergas, / E assoberbando mares, e perigos, / Vais infame roubar, não vãs riquezas, / Mas homens, que escravizas! / Mil vezes o Senhor, para punir-te, / Opôs ao teu baixel ondas, e ventos; / Mil vezes, mas em

balde, / Nas cavernas do mar caiu gemendo. / À voz do Eterno obediente a terra / Se mostra austera e parca, / Que a lágrima do escravo esteriliza / O terreno que orvalha. / A Natureza presa a Liberdade, / E só franqueia aos livres seus tesouros. / Ó suspirada, ó cara Liberdade, / Descende asinha do Africano à choça, / Seu pranto enxuga, quebra-lhe as cadeias, / E adoça-lhe da pátria a dor saudosa.⁵⁰

Resumindo, heranças portuguesas como o despotismo e a escravidão medraram no Império do Brasil. “Em balde” vieram as rebeliões regenciais. Nada aprenderam os dirigentes do Estado que, ao invés de buscar corrigir o caminho de sangue e de irracionalismo trilhado, puseram-se a ratificar os pecados cometidos e a se afastar, por fim, dos cotidianos que afligiam, verdadeiramente, o Estado-Nação. Se a Independência seria um momento privilegiado para se entoar os cânticos à liberdade e ao diálogo, Magalhães descobre cedo que a Nação brasileira que estava sendo construída era fruto de avaros interesses. Então, dentro do próprio Estado, passa a criticar a direção **centralista**.⁵¹

Aos governantes, Magalhães interroga: “E vós, que a fronte ergueis de nós acima, / Vós, que empunhais da governança o leme, / Vós, que velar devíeis, até quando / Fareis da Pátria o patrimônio vosso, / E tolhereis seus passos?”. A toda a Nação Magalhães exclama, como já vimos: “Mas, ó Pátria, quem causa mágoas tuas? / Ah! não fales, não digas... sofre... espera. / Eu conheço teu mal. Ah! não são estes, / Qu’inda os pulsos têm lívidos dos ferros, / Recém-livres, costumes têm de escravos, / Estes não são, que ao teu porvir brilhante / As portas abrirão: São os seus filhos”. Aqui, o autor está nos falando de uma mentalidade escrava que habitava aqueles que compunham o *mundo do governo*. Magalhães denunciava um *ethos* despótico que produzia arbitrariedade no âmbito da *Casa* e no *mundo do governo*. Estes estadistas têm costumes de escravos, diz o autor. Escravos, pois impossibilitados foram de aprender o diálogo, o acordo e a preservação das individualidades. Não são capazes

⁵⁰ MAGALHÃES, D. J. G. de, 1999 [1836], p. 343 passim.

⁵¹ **Centralista** por oposição a **centralizadora**. Magalhães afirmava que ao invés de aproximar as diferentes realidades a um sistema educacional/civilizador central, capaz de manter a unidade nacional paralela ao respeito à liberdade individual, o Regresso fiara-se na força e no irracionalismo tão somente. O resultado era uma ilusória percepção de centralização minada, por todos os lados, por indiferença e levantes.

de refletir acima dos próprios desejos, de construir um espaço público dialogal. Esses não eram, “ainda”, como observou Magalhães, os verdadeiros filhos da Pátria, da Nação que ainda estava por ser edificada.

O que Magalhães, enfim, parece querer dizer é que, dialeticamente, o absolutismo português e o sistema escravocrata se pertencem. Alcançar a libertação política não significava que a partir de então a Providência cuidaria de tudo, forjando o mundo necessário, lugar de encontro e de diálogo entre o que já foi e o que estava em vias de ser. O autor dos *Suspiros* alerta para a necessária revolução nos costumes, especialmente para a importância do diálogo racional, algo que já vimos naquele outro trecho em que ele se remete, diretamente, ao jovem Imperador d. Pedro II. A Nação estava em movimento e, diferentemente do que estava sendo afirmado pelo Estado através de sua ideologia utilitarista, no entanto, ausente dos movimentos da realidade⁵², necessitava de mudanças profundas; movimento oposto ao da *recunhagem* da moeda colonial.⁵³

A literatura seria, e aqui voltamos ao nosso ponto inicial, nos idos de 1836, lugar ideal para se comprovar a não redução da natureza do brasileiro à portuguesa (primeira libertação). Além de ser, como já vimos, o lugar por meio do qual descobriríamos e nos convenceríamos da necessidade de remodelarmos nossas almas (segunda libertação). Todavia, se a Nação em construção podia e devia seguir seu caminho, procurando novas interpretações de mundo, ela não estava trilhando o rumo correto, deixando-se colonizar não mais por aqueles oriundos das terras portuguesas, mas por aqueles que tinham, inclusive, pactuado no sentido de livrar o Brasil de sua condição colonial.

⁵² Em seu texto - *Memória Histórica E Documentada Da Revolução Da Província Do Maranhão Desde 1839 até 1840*, Magalhães alerta para a necessidade de uma atuante presença do Estado. Instituição essa que desconheceria as diferentes regiões, quero dizer, os distintos significados de tempo e de espaço, que não aqueles do lado Sul. A partir dessa “desinformação”, o Estado nunca deixaria de enfrentar revoltas como a que teve lugar no Maranhão.

⁵³ Conceito empregado por Ilmar R. de Mattos no livro – *O Tempo Saquarema*, para demonstrar a atuação re-produtiva da direção Consevadora Saquarema em relação ao monopólio da terra e da mão-de-obra escrava.

A literatura, “... *filha e representante moral da civilização*” (p. 26), guardava, na medida do possível, as diversas vozes e realidades que habitavam a Nação brasileira. Preservadora das tradições e representante do constitutivo movimento, apontava para soluções possíveis à constituição mais harmônica da sociedade brasileira. Era através da própria literatura (da história da literatura) que Magalhães questionava o passado e se utilizava da tradição para criticar os rumos do seu tempo.

...remontar-nos ao estado do Brasil depois de seu descobrimento, e daí, pedindo conta à história, e à tradição viva dos homens de como se passaram as coisas, seguindo a marcha do desenvolvimento intelectual, e pesquisando o espírito que a presidia, poderemos apresentar, *senão acabado*, ao menos um verdadeiro quadro histórico da nossa literatura. (p. 26) (Grifo próprio)

Pois bem, cabia ao literato atuar também a partir da razão, do que chamo de atitude filosófica. Era assim que o poeta e outros letrados constituiriam os quadros que auxiliariam na formação de um Estado-Nação atento e próximo aos movimentos do mundo material e social. Atitude aquela que não se confunde com a filosofia enquanto disciplina, e que se faz essencial à produção de conhecimento sobre a vida. Diz Magalhães:

Acabo de pronunciar o termo - filosofia -, cuja significação literal é tão intensa e extensa, que, na sua órbita vasta como o Universo, ficam incluídas todas as ciências humanas e todas as verdades que o tempo nos irá mostrando. Esta significação que lhe deram os antigos desde Pitágoras, posto que legítima, não podia permanecer entre seus modernos cultores, que procuraram fixar o seu objeto e circunscrever o seu domínio; a não ser assim, a lhe darmos a mesma antiga significação, não seria a filosofia uma determinada ciência, mas o complexo de todas as ciências, o que excederia a toda e qualquer capacidade humana por grande que fosse, ainda mesmo a de Aristóteles e Leibniz; por outro lado, tantas e tão variadas são as ciências a que se consagra o espírito do homem, que qualquer delas marcha sem dependência de outra, e mais que suficiente para nossa curta e afadigada vida [...] Esta maneira de falar denuncia claramente que não há ciência onde não há filosofia onde não há razão; e que a razão, só a razão, deve dominar sobre todos os nossos conhecimentos, para que se possam denominar científicos.⁵⁴

⁵⁴ Apud. BARROS, R. S. M. de, 1973, p. 254 (“Discurso sobre o Objeto e a Importância da Filosofia” [1842]).

O “espírito filosófico” a que se refere Magalhães é o maior dos conjuntos. Abriga dentro dele a própria filosofia, a história, a literatura, e as ciências naturais. Todas elas, porém, têm sua importância devidamente reconhecida e tratam, em última instância, de aproximar o homem do mundo, dos outros homens e de Deus.⁵⁵ Vejamos:

Daqui se colige que, no exercício da razão, na pesquisa das causas, na explicação própria dos fenômenos está o *espírito filosófico*. Aquele que se contenta com as aparências sensíveis, com a sucessão dos efeitos e com a ordem de seu desenvolvimento, poderá possuir bastante cabedal para, entre os homens, passar por médico, químico ou físico, mas não bastante razão para se denominar filósofo. Os fatos são mudos e por si só não dão verdadeira ciência, como os títulos e pergaminhos (digamos de passagem) não dão verdadeira nobreza e saber; com esta diferença que sem fatos bem observados não podemos concluir ou deduzir coisa alguma; porque necessário é, segundo a nossa natureza, que marchem de acordo, e mutuamente se expliquem, os elementos a priori e a posteriori; necessário é interrogar os fatos, descobrir as leis que regem e indagar as causas: e isto é filosofar.⁵⁶ (Grifo próprio)

O poeta é aquele que filosofa, melhor dizendo, que possui espírito filosófico. Indaga o que parece ser real a partir da auto-reflexão, todavia deve voltar-se àquilo que produziu e investigar a sua precisão, demonstrar a razoabilidade de suas conclusões, afinal, “elementos a priori e a posteriori” que devem “mutuamente” se explicar. E tudo isso, claro, num movimento mediado pela imaginação.⁵⁷ E continuemos a ouvir Magalhães:

Por que as coisas são assim? O que são esses fenômenos em si mesmos? Quem lhes prescreveu essa ordem a que chamamos lei? O que é essa substância sem a qual não podemos conceber a possibilidade mesmo desses fenômenos? Donde viemos? para que vivemos? e para onde iremos? Eis uma nova ordem de questões da maior importância,

⁵⁵ Pedindo auxílio às palavras de Caetano de Faria: “A visão contemplativa e interdisciplinar que apresenta, rejeitando divisões rígidas do conhecimento em compartimentação estanque, constituía instrumento importante da sua concepção hermenêutica, sem dúvida tributária do Romantismo”. E cita Magalhães – “O historiador há de ser filósofo para bem indagar e julgar; poeta para bem sentir; moralista para bem doutrinar, e político para bem aplicar (...)”. CAETANO DE FÁRIA, F. da G., 1994, p. 25.

⁵⁶ Apud. BARROS, R. S. M. de, loc. cit.

⁵⁷ Tão importante é a importância da imaginação para Magalhães, que ele afirma: “Quanto a nós, a nossa convicção é que – nas obras do gênio o único guia é o gênio; que mais vale um vôo arrojado deste, que a marcha refletida e regular da servil imitação”. (p. 38).

que o homem julga-se com o direito de propor, ainda que lhe faleça a capacidade experimental para resolvê-las. Ele deixa o mundo sensível que nada lhe responde, e interroga a razão que o esclarece; e o que lhe diz a razão? que questione quando quiser e sobre o que quiser, que para isso, é ele inteligente e livre; que toda a questão tem uma resposta definitiva, que não lhe compete o revelar-lhe, mas lhe dará sua sanção se ele próprio a descobrir. Ávida a inteligência da verdade que tanto lhe importa, recorre a suas faculdades; na imaginação acha uma força criadora; ora, a imaginação não é só a faculdade de reproduzir imagens, nem lhe foi dada só para iludi-la; ela aí se concentra, imagina, compõe, levanta hipóteses e forma sistemas; isso fazemos nós todos e nem podemos deixar por mais experimentalistas que sejamos [...] Basta dizer que não é só nos domínios da filosofia que a inteligência se serve da imaginação.⁵⁸

Além da razão e do par observação/experimentação, há a criação. A imaginação aparece como uma “força criadora” constitutiva da atividade do poeta (como de qualquer outra atividade) e aponta para duas conclusões. Em primeiro lugar, é a própria confirmação da impossibilidade de redução plena do mundo e do além-mundo ao conhecimento, pois é índice de adição que soma e/ou subtrai. Em segundo lugar, e não menos importante, revela um viver do homem que é capaz de refletir e de produzir sentidos que respeitam, ao fim e ao cabo, o insuperável movimento dialógico entre observação e experimentação e auto-reflexão. A “resposta definitiva”, não compete à razão, ao homem “revelar-lhe”. A imaginação atua todo momento e constrói lógicas, cuja razão apenas sanciona. A imaginação em Magalhães é um relacionar-se com o mundo material através de um jogo de lembrança e esquecimento, que não somente “reproduz” imagens, pelo contrário, cria-as a partir da relação, repito, entre razão e mundo objetivo.⁵⁹ A equação produzida é: a literatura como exercício habitado pela atitude filosófica e essa, por sua vez, perpassada pela

⁵⁸ Apud. BARROS, R. S. M. de, 1973, p. 257 (“Discurso sobre o Objeto e a Importância da Filosofia” [1842]).

⁵⁹ Leitura muito próxima da de Kant, pensador a que tem acesso, na maioria das vezes, via Victor Cousin. Porém, devemos destacar o fato de que, mesmo antes de conhecer este último, Magalhães já tinha tido acesso ao filósofo referido, antes inclusive de estudar com seu mestre Mont’Alverne em 1832. Cabe, aqui, palavras de Roque Spencer: “E já nessa época (1829), interessava-se pela filosofia, como o revela a Ode (À Filosofia), espécie de poema didático em que se entrega a considerações sobre a verdade, a natureza, expondo algumas vagas idéias de filósofos como Pitágoras, Sócrates, Platão, Aristóteles, Pirro, Zenão, Descartes, Leibniz, Malebranche, Locke, Kant.”. BARROS, R. S. M. de, 1973, p. 7.

atividade intensa da faculdade da imaginação. Como resultado, o conhecimento problemático do mundo, da Nação a ser construída.

Enfim, se *“toda história, como todo drama, supõe uma cena, atores, paixões, e um fato que progressivamente se desenvolve, que tem sua razão, e um fim...”* (p. 29), o homem não é capaz de desvelar esse enredo, apenas o tempo pode sancionar *“as verdades que a história e a memória recente dos fatos nos recordam...”* (p. 29). Se o que passou pode ser alçado de alguma maneira à tona, este conhecimento acaba tendo que prestar contas à historicidade que não se esgota, aliás, que apenas se resolve em Deus – *“...e o tempo, prosseguindo em sua marcha, irá mostrando qual é o destino que a Providência tem marcado a este Império da América”* (p. 29).

Magalhães acredita numa historicidade constitutiva, aposta em acordos problemáticos entre a auto-reflexão e os mundos da matéria e da cultura. Da mesma forma que a razão é importante ao poeta, a observação e a experimentação daquilo produzido devem ser, todo momento, intentadas; ambos, por fim, tangenciados pela imaginação. Se Magalhães parece estar seguro do sucesso de seu projeto, isso é menos por sua crença na capacidade do homem de se elevar ao todo, enfim, de descobrir as essências que movem o universo, do que por sua devoção ao plano divino e por sua fé na salvação anunciada. Salvação essa, porém, que não deve impedir o homem de atuar no mundo, como vimos no caso do poeta, todo o contrário. Mundo esse, no qual, todos nós estaríamos expostos à possibilidade do erro e das catástrofes morais. Decididamente, já nos primeiros textos de Magalhães, o progresso não é algo linear, a verdade não é acessível ao perecível homem e o projeto nacional não se coaduna com o sistema escravocrata e arbitrário tecido pelo Estado brasileiro, pelos espíritos de seus “bons” cidadãos. Segundo Nelson Saldanha:

O romantismo conduziu consigo uma espécie de consciência de posteridade, que veio dentro de sua aguda sensibilidade histórica e que se relaciona com vários outros traços da cultura moderna, possuídos do demônio da comparação e portadores da ‘sensação de crise’ que tem sido, dentro dessa cultura, força e fraqueza.⁶⁰

⁶⁰ SALDANHA, N., 1994, p. 92.

2.2. A autonomia não alcançada

O despotismo português era criticado e a Independência afirmada:

Quem não dirá que Portugal com esse sistema opressor só curava de atenuar e enfraquecer esta imensa colônia, porque conhecia sua própria fraqueza, e ignorava seus mesmos interesses? Quem não dirá que ele temia que a mais alto ponto o Brasil se erguesse e lhe ofusasse a glória? ⁶¹ (p. 29)

Magalhães denunciava o desencontro de interesses entre a colônia e a metrópole. Independência em relação ao jugo estrangeiro, porém, adiante, despotismo por parte dos filhos que dirigiam a Nação. Opressão, materialismo e irracionalismo permaneciam e ditavam a construção do recém-projetado Estado-Nação.

Permanência que se fizera logo flagrante através das atitudes arbitrárias de d. Pedro I, e depois no movimento de centralização política capitaneado por Bernardo Pereira de Vasconcelos. Vejamos alguns poemas através dos quais Magalhães criticou as atitudes arbitrárias daquele Imperador.

Na *Ode à Liberdade*, de 1829:

De novo a voz de Deus, no ar troando,/ dará consolo à aflita humanidade;/ de novo a Liberdade/ Calcará a seus pés o despotismo:/ Livre o mundo será. – Ouvi, humanos,/ há de acabar-se a raça dos tiranos (...) Outra lei sobre os ombros seus não pesa/ mais do que a santa lei da Natureza (...) Livre o homem saiu das mãos do Eterno,/ e livre conservou-se largos anos./ Mas quais ímpios tiranos,/ primeiros, tal estado perturbaram?/ por que, ó Deus, por que fatalidade/ o homem perdeu a cara Liberdade.⁶²

⁶¹ Continuarei fazendo as devidas referências às citações do *Discurso Sobre a História da Literatura do Brasil* no corpo do texto.

⁶² Apud. BARROS, R. S. M. de, 1973, p. 15.

E na *Ode ao dia 25 de março*:

Que me importa morrer! A vida é nada;/ A Liberdade é tudo./ Roma, se teve Heróis, foi por ser livre;/ Catão morreu com ela./ Hoje, ó Roma, o que és tu? És nada. Ah! teme/ igual sorte, ó Brasil, sem Liberdade.⁶³

Diferente, porém, do discurso mais amplo, do qual participavam os estadistas interessados na re-produção do monopólio da mão-de-obra e dos privilégios decorrentes, as palavras de Gonçalves de Magalhães apontam para outras direções. Ele tece uma crítica estrutural ao sistema colonial, algo que não é levado a cabo por aqueles outros. A homens como Bernardo Pereira de Vasconcelos não interessava aprofundar a exposição dos prejuízos mais enraizados que acabariam por denunciar o rumo errôneo daquele Estado que já caminhava havia quatorze anos. Enfim, Magalhães denunciava a barbárie dos que administravam o Estado brasileiro independente, já livre dos portugueses, na segunda metade da década de trinta, porém dependente dos vícios de um sistema escravocrata irracional e produtor do arbitrário.

Para Magalhães, o despotismo e a exploração escravocrata, constituíam um binômio ativo, cuja extinção dependeria da eliminação de ambas as premissas. Vejamos:

Assim é que um bárbaro senhor algema seu escravo, receoso que ele lhe fuja, e só lhe desprende os braços para seu serviço em rústicos trabalhos. A economia política tem

⁶³ Apud. BARROS, R. S. M. de, 1973, p. 15. Aliás, acompanhemos o que Roque Spencer afirma, a partir dos mesmos trechos, acerca da defesa da liberdade política em Magalhães – “O poeta está impregnado do clima político dos anos finais do primeiro reinado (de quando datam algumas composições) e dos tempos imediatamente posteriores à abdicação. Sua atitude é a dos patriotas liberais. É ela que aparece, cheia de alusões greco-romanas num poema de 1830, como a *Ode Pindárica ao Amor da Pátria*, na *Ode – A Liberdade* -, de 29, na *Ode ao dia 25 de Março – Aniversário da Constituição do Império*, na *Ode ao Dia 7 de abril (1831)*, na *Ode aos Deputados da Assembléia constituinte do Brasil no regresso do seu exílio* (sem data), no *Elogio Dramático em aplauso no dia aniversário da independência do Brasil* (1831) e em uma ou outra passagem de outras composições”. Lembrando, sempre, que a liberdade política não se esgota nela mesma, e que ela é *conditio sine qua non* à liberdade metafísica. Aquela à essa e essa àquela, num jogo de reciprocidade que se rompido resvala em pura escravidão. Vejamos as palavras de Roque Spencer – “Mas a liberdade política, que o jovem poeta reclama, fazendo coro com os patriotas de então, tem, para ele, um fundamento mais alto: ela descansa num suporte metafísico, na própria constituição essencial do homem, nos termos da concepção cristã”. *Ibid.*, p. 16.

combatido vitoriosamente o erro que desde muito grassava na política, que um povo não pode prosperar senão à custa de outro povo, e com sacrifício de tudo que o rodeia; política essa que à imitação dos Romanos, e de todos os povos dos baixos tempos, Portugal exerceu sobre o Brasil. (p. 29)

Não nos parece ser despropositada a comparação entre Portugal e os romanos. Está lembrando que a opressão de ambos se exercia a partir de duas práticas despóticas que se completavam, faces da mesma moeda, o absolutismo do imperador e a arbitrariedade do senhor de escravos.

Indo a fundo em sua prosa historiográfica, Magalhães ataca com significativa virulência a imoralidade e o individualismo instituídos no Brasil pelos portugueses, porém, mais do que isso, apreendidos e reproduzidos pelos que aqui nasciam. Digamos que um fruto mal gerado. Imoralidade que se fez presente desde os primeiros anos da colonização. E isso, graças aos vícios e irreligiosidade que se arrastaram desde tempos distantes.

...em vão; as virtudes do cristianismo não se podiam domiciliar nos corações desses homens encharcados de vícios, e tirados pela maior parte dos cárceres de Lisboa, para vir povoar no Novo Mundo.[...] era basear uma Nação nascente sobre todas as espécies de vícios e crimes. (p. 28)

Dois são os pontos que por agora desejo esclarecer. É bem verdade que o discurso de Magalhães peca por se referir a uma origem que não teria contado com a primeira casta dos portugueses, reproduzindo o mito da fundação da colônia Brasil por degredados vis. Isso parece tornar aquelas palavras menos cortantes, pois comprometidas com um certo *ethos* superior nobiliárquico. Todavia, o mesmo autor está destacando uma origem que não era dourada, desenhando um discurso calcado em “tristes” permanências historicamente explicáveis, longa duração da imoralidade e do despotismo.

Se os gentios eram seres que precisavam ser civilizados, especialmente em se tratando da fé católica, parece que os portugueses acabaram por ser tornar figuras ainda mais afastadas do mundo da moralidade; incapazes de ilustrar àqueles.

Magalhães retratava uma Nação na qual a semente primeira tinha a florado numa grande árvore podre. Vejamos:

Quanto aos índios, esses infelizes perseguidos eram a ferro e a fogo, como se fossem animais ferozes; nem eles em outra categoria eram considerados pelos seus arrebanhadores. Sabe-se que necessário foi que uma bula do Papa Paulo III os declarasse verdadeiros homens, e capazes por isso da fé de Cristo; sem o que talvez os Europeus os houvessem de todo exterminado! (p. 28)

E continua, utilizando palavras do português Simão de Vasconcelos:

Os portugueses que ali já estavam, e começavam a povoar esses lugares, viviam a modo de gentios; e os gentios com o exemplo destes iam fazendo menos conceito da lei de Cristo: e sobretudo, que viviam aqueles Portugueses de um trato vilíssimo, salteando os pobres índios, ou nos caminhos, ou em suas terras, servindo-se deles, e avexando-os contra todas as leis da razão. (p. 28)

Como vemos, a história da literatura do Brasil empreendida por Magalhães ia percebendo estruturas profundas que vinham se constituindo como empecilhos fundamentais à civilização por ele pretendida, assim como visualizava presenças indesejáveis, temor, desde sempre, ao plural. Afirma que *“muitos dos Srs. fazendeiros à imitação dos antigos barões, vivem sem respeito algum às autoridades...”*.⁶⁴ Desanimado, em alguns momentos, com a não preocupação dos homens de seu tempo com o mundo, Magalhães afirmava que todo aquele real estabelecido, composto das escravidões política e civil, não poderia ser essencial. “Permanência” que impedia a “marcha” e o “engrandecimento”. Vejamos:

A Deus não praza que esse perigoso fermento que entre nós gira, esse gérmen de discórdia, ressaibo ainda de não apurada educação, e sobretudo a escravidão, tão contrária ao desenvolvimento da indústria e das artes, e tão perniciosa à moral, não impeçam sua marcha e engrandecimento. (p. 29)

⁶⁴ MAGALHÃES, D. J. G. de, 1989 [1848], p. 16

Indo de encontro à postura civilizacional do Regresso, Magalhães afirmou ser necessário uma mudança de curso. Uma profunda transformação que necessitava da ordem implementada pelo Estado, porém que deveria ser construída o quanto antes num outro sentido. Ao invés de instituições fortes e homens fracos, Magalhães decantava a necessidade de se construir aquelas a partir de homens fortes. Era necessário que a herança irracionalista, pois materialista, e arbitraria, pois despótica, que vinha dos tempos da colônia e que permanecia em função da realização dos interesses de alguns poucos, cedesse lugar a um pacto que priorizasse a utilização da razão e de acordos provisórios que respeitassem o interesse da maioria. Homens fortes que a partir da reflexão seriam capazes de superar o desejo, implementando vontade - superação do ser puro animal. Caso contrário, eventos como a Balaiada seriam recorrentes obstáculos à formação da Nação pretendida. Enfim, era necessário civilizar a *boa sociedade*. De lá vinham todos os bons, porém, também, os maus exemplos, a imoralidade. Vejamos:

Qualquer que seja o pensamento da época, nobre ou vil, nunca das classes inferiores se eleva às culminantes; nestas se ele germina, e daí, como o contágio, se vai estendendo até a choupana, donde reage.⁶⁵

Todavia, não se trataria de crer, segundo Magalhães, que a realidade colonial, e a de seus dias, ambas arbitrárias e escravocratas, fossem capazes de eliminar a capacidade de auto-reflexão humana; nosso autor mantinha viva a esperança. Dentro desse quadro, o resultado da pesquisa de Magalhães nos leva à consideração de espíritos que, de alguma forma (em especial a partir da literatura), não se permitiram dominar pela imposição de discursos centralizantes.

Ao través das espessas trevas em que se achavam envolvidos os homens neste continente americano, viram-se alguns espíritos superiores brilhar de passagem, bem semelhantes [a] essas luzes errantes que o peregrino admira em solitária noite nos desertos do Brasil; sim eles eram como pirilampos que no meio das trevas fosforeiam.
(p. 29)

⁶⁵ MAGALHÃES, D. J. G. de, 1989 [1848], p. 14.

Ao mesmo tempo, vemos que essas forças relutantes não deixavam de ser prejudicadas em suas atividades reflexivas e políticas por aqueles que atuavam, nos tempos coloniais, a favor dos interesses portugueses - “espessas trevas em que se achavam envolvidos”. O que devemos ressaltar a partir das palavras de Magalhães é a não desistência do mundo.⁶⁶ Como já mencionamos, nem o começo era somente trevas, pois habitado por “luzes errantes”, nem o “fim” paradisíaco, lugar estável a que chegariam os homens após alguma forma de dominação do “real” e do sobrenatural. Magalhães nos está falando de um *estar-no-mundo* que exige pensamento e presença, melhor dizendo, reflexão e ação.⁶⁷

Enfim, encontramos um autor preocupado com o mundo em que vive, preocupado em buscar diálogos com quem quer que seja capaz de atitude filosófica, em pôr em parênteses o mundo, sem dele se refugiar. E, mais uma vez, Magalhães deixa bem clara sua preocupação com o par escravidão civil - escravidão política, concebendo, enfim, as duas como uma só. Afirmava que o universo de “trevas” que aqui no Brasil se instalara, e que persistia até aqueles dias em que escrevia o *Discurso*, era resultado da ausência de liberdade, da impossibilidade de florescimento das individualidades radicais, impossibilidade de qualquer reflexão grave, senão vejamos:

E poder-se-á com razão acusar o Brasil de não ter produzido inteligências de mais subido quilate? Mas que povo escravizado pôde cantar com harmonia, quando o

⁶⁶ O descontentamento com o “fracasso” da Revolução Francesa, tendo em vista a “ditadura” das massas proposta em 1793, acabou por ecoar por toda a Europa, fazendo com que inteligências que tinham apoiado o movimento retirassem seu consentimento, assim como se subtraíssem do mundo da cultura. A partir de uma relação direta entre sentimento e Natureza, o romântico acabava por denunciar a fragilidade da razão em sua relação com o mundo, isolando-se, todavia, em suas fantasmagorias. Crente de ter tido acesso ao Todo, ele retornaria, por vezes, ao mundo com igual ou maior irracionalismo e arbitrariedade quanto aquele “monstro” que atacara. Cf. LIMA, L. C., 1989 e Cf. ROUANET, M. H., 1991, cap. I.

⁶⁷ Aqui, não vejo problemas em aproximar esse interesse pelo mundo, acompanhado pela preservação da liberdade criadora, reflexiva, ao *cuidado-com-o-mundo*, estrutura fundamental no pensamento de Hannah Arendt, em especial nos livros – *A vida do Espírito* e *A condição humana*. Outra fonte a que nos reportamos é Kant, presente na biblioteca do autor em questão. Esse *cuidado-com-o-mundo*, mantenedor do heterogêneo, encontra-se bem trabalhado no livro - *História Contemporânea de um Ponto de Vista Cosmopolita*, do pensador alemão.

retinido das cadeias e o ardor das feridas torturam? Que colono tão feliz, ainda com o peso sobre os ombros, e curvado sobre a terra, a voz ergueu no meio do universo, e gravou seu nome nas páginas da memória? Quem não tendo a consciência da sua livre existência, só rodeado de *cenar de miséria*, pôde soltar um riso de alegria, e exalar o pensamento de sua individualidade? Não; as ciências, a poesia e as belas artes, filhas da liberdade, não são partilhas do escravo; irmãs da glória, fogem do país amaldiçoado onde a escravidão rasteja, e só com a liberdade habitar podem. (p. 30) (Grifo próprio)

Trechos como “o retinido das cadeias e o ardor das feridas sua existência torturam”, não devem ser encarados como simples metáforas de um momento anterior à Independência, no qual a escravidão política ceifava a inteligência dos que viviam na colônia. Além das referências diretas ao mal da escravidão política e de sua permanência após o processo de Independência, o texto de Magalhães é repleto de uma crítica que não concebe a possibilidade de um viver minimamente organizado sem liberdade civil, além de comentar a importante questão da “miséria”, da qual o homem estava rodeado.

Aliás, o fragmento acima nos traz um conceito muito importante em se tratando do processo civilizador de Magalhães, refiro-me à individualidade. Magalhães, a partir de seu cuidado-com-o-mundo, estava cada vez mais reticente em relação à leitura então vigente do pensamento hegeliano e à sua noção de movimento irrefreável do Espírito (da História). Se durante o *Discurso* ele ainda falava em um movimento do universo orientado por Deus, portanto, em última análise, bem irrefutável, quando da escritura da *Memória Histórica* (sobre a Balaiada) e dos *Fatos* ele disseminava claramente a preocupação com a manutenção das individualidades dentro de um universo sempre dialogal, respeitador da ordem. O nosso autor participa da ordem instituída buscando transformá-la apenas de dentro dela mesma, a partir da atuação na *polis*, projetos políticos distintos que se rivalizavam. De um lado os homens do Regresso, de outro o projeto espiritual/pedagógico de Magalhães, defendido, também, por figuras como Torres Homem e Araújo Porto-Alegre. A civilização não é fim que se deva requerer através da espada, mas sim, via reflexão (atitude filosófica) e diálogo, justificáveis em função do movimento inapreensível do Espírito.

Da filosofia dependem mais ou menos todas as ciências, principalmente as morais e políticas, das quais tanto precisa um povo livre, que aspira a tomar um lugar distinto entre as nações civilizadas; o que só se consegue com a elevação da inteligência a tudo o que é belo, bom e justo; e todos podem cultivar a filosofia sem prejuízo, antes com muita vantagem, de todas as outras ciências e interesses.⁶⁸

Por isso não é nada paradoxal a participação de Gonçalves de Magalhães em cargos políticos e administrativos ao longo de toda sua vida. Ele pretendia, sim, civilizar, de maneira em muito particular, desde os *mais distantes* até os *mais próximos*.⁶⁹ Como já vimos na primeira parte do presente capítulo, tratava-se de um movimento reflexivo aberto ao mundo material, atento a ele, sabedor da afetação constitutiva da razão pelo dito “real”, assim como preocupado em cuidar dos mundos minimamente construídos. Dentro desta lógica penso ser equivocada a hipótese de que devido à aproximação entre Magalhães e o Estado imperial, a partir da figura de d. Pedro II, aquele estaria a serviço da implementação da Nação brasileira como uma reprodução do *status quo*.⁷⁰ Como ressalta Fernando Cristóvão:

Com efeito, há na obra de Magalhães reais méritos que permitem e recomendam uma revisão de juízos, uma reavaliação de méritos e deméritos, até porque neste caso, como em muitos outros, foi excessivo o peso da circuntância sócio-política na avaliação do valor literário do Visconde de Araguaia [...] a partir daí juntaram-se a essa tarefa demolidora a crítica literária e a contestação político-social do tempo, desvalorizando a

⁶⁸ MAGALHÃES, D. J. G. de, 2004 [1858], p. 50.

⁶⁹ Cf. MATTOS, I. R. de, 1994, capítulo 2.

⁷⁰ Para uma versão diferente da proposta no presente trabalho ver os trabalhos de Luiz Costa Lima e o de Antonio Candido (*Formação da Literatura Brasileira*). Segundo aquele - “No caso europeu, tanto o romantismo que manteve o otimismo no progresso da fraternidade e da igualdade, quanto o que cedo refluiu para o ideal de autonomia da arte, manteve o seu caráter de rebeldia contra a sociedade instituída. Sua ida à natureza era pois um estímulo à auto-reflexão libertadora. No Brasil, isso seria inimaginável, desde logo porque a primeira geração romântica, a dos Gonçalves de Magalhães e Porto-Alegre, contava com o estímulo imperial”. LIMA, L. C., 1989, p. 134. Ver também os trabalhos de Flora Süssekind e de Bernardo Ricupero. Acompanhando parte da argumentação deste último, vejamos - “O problema da geração romântica é, além do mais, duplo: é político e cultural. O que é, contudo, menos simples é determinar onde começa o cultural e termina o político para esses homens, que, a partir de Estados em vias de serem estabelecidos, pretendem forjar nações”. E, continuando, explica, utilizando palavras de Latarria, o que quer expressar ao falar da dificuldade em se separar a cultura da política - “Lastarria confessa claramente um uso instrumental da arte: ‘había tenido que hacerme literato para auxiliarme con este propósito todas las formas de arte y combatir el pasado colonial, hiriéndole, chocándolo, sublevando contra él las antipatías de la nueva generación”. RICUPERO, B., 2004, p. XX.

sua obra e a pessoa, pois Magalhães era demasiado próximo do Imperador e do poder estabelecido.⁷¹

Magalhães não se “fez” literato, assim como não pensou o mundo a partir de seu projeto de Nação; ao contrário, este é o resultado de sua mundividência. Literatura e Política⁷² são, para ele, realizações que tomam o espírito desde uma historicidade, devendo, ambas, serem comprometidas com a liberdade individual e com a sobrevivência da coletividade a partir da *polis*.

Magalhães busca forjar um espírito nacional – “... o precursor, a figura histórica do construtor de um projeto de identidade cultural do Brasil”⁷³ – e não ratificar as posturas defendidas pelo Estado imperial em construção.⁷⁴ Lembremos que estão em jogo duras críticas ao duplo despotismo a que já nos referimos. Magalhães punha-se a favor de uma lógica civilizacional que construísse a Nação brasileira a partir dos diferentes elementos racionais e responsáveis, e contra o movimento de formação da Nação pelo Estado Conservador; algo que vinha forjando de universal aquilo que era estritamente particular. Acompanhem as palavras de Francisco da Gama Caeiro, através das quais o autor afirma que o projeto nacional de Magalhães buscou basear-se em distintas vozes:

Eis assim como Magalhães – precursor da autonomia cultural brasileira, do Indianismo e das tradições nacionais específicas de um espaço territorial confinado à América do Sul, e, aquele próprio, o genuíno e verídico autor de um projecto universalizante, que não se compreende sem as concepções teóricas de Europa, de Civilização ocidental e

⁷¹ CRISTÓVÃO, F., 1994, p. 169. Esse mesmo autor critica o pouco senso realista das assertivas românticas de Magalhães, pois – “... tece longas considerações sobre a natureza essencialmente poética dos índios, mesmo que para isso seja necessário imaginar muita coisa e usar documentos sem grande base ou credibilidade históricas”. Idem. p. 176. Entretanto, comparando Magalhães a Varnhagen, afirma como positiva a busca pioneira empreendida por aquele em direção àquilo que era particular ao Brasil, pois – “Varnhagen, nos anos 50, ainda dizia que a civilização brasileira devia ser o prolongamento da europa”. Ibid. p. 177.

⁷² Magalhães, assim como Joaquim Nabuco, estava menos preocupado com o mundo do “toma lá dá cá” típico da política com “p” minúsculo, realizada claramente a partir de interesses particulares. Nabuco, por exemplo, ao afirmar que aprendera com Thiers a fazer Política, se encontraria com Magalhães na inspiração ética de refletir, experimentar e atuar **como se** universal. Enfim, preservação da individualidade reflexiva e encontro a partir de abstrações acordadas como necessárias. Cf. NABUCO, J., 1999, cap. VI e Id., 2000.

⁷³ CAEIRO, F. da G., 1994, p. 17.

⁷⁴ Para uma interpretação distinta Cf. BAREL, A. B. D., 2002, p. 32-63.

Cultural européia. [...] Mas o conceito de civilização européia une-se, na construção teórica de Magalhães, ao elemento indígena como parte integrante da população e da realidade constitutiva do Brasil, uma síntese original e criadora de novas formas de civilização.⁷⁵

Menos do que de um *ethos* aristocrático, Magalhães nos fala de uma formação necessária àqueles que pretendiam dirigir e administrar os rumos do Estado. Uma *paideia* que deixa de ser privilégio absoluto daqueles outros que pelo sangue herdavam as capacidades. A formação do homem de Estado passava a ser resultado de uma caminhada que contemplava, necessariamente, o diálogo, a leitura, a dedicação, a observação e a experimentação.⁷⁶ Aliás, lembremos que o próprio poeta, ser diferenciado, tinha de se policiar e buscar experimentar e observar seus

⁷⁵ CAEIRO, F. da G., 1994, p. 19-20. Aliás, Podemos afirmar que aqui se encontram Magalhães e Machado de Assis e seu conhecido *Instinto de nacionalidade*. Este, ao se referir a Shakespeare, não deixa de ressaltar que universal e particular se entrecruzam, apenas sendo um em companhia do outro. Palavras de Nabuco que podem completar o raciocínio pretendido, seguem-se – “A instabilidade a que me estou referindo está grandemente modificada; a dualidade desapareceu em parte, não tão perfeitamente como em meu amigo Taunay... Este, apesar do seu sangue cruzado, apesar de ter escrito o seu livro clássico em francês, e apesar de sua brilhante propaganda contra o nativismo, é o mais genuíno nativista que eu conheço, porque não compreende sequer a vida em outra terra, em outra natureza”. NABUCO, J., 1999, p. 51.

⁷⁶ Em carta a Monte Alverne, rogando-lhe por permitir a publicação de alguns textos, afirmava a necessidade de se combater a irracionalidade e a mesquinhez que há muito grassavam. E tudo isso, em função da pouca, ou quase nenhuma, dedicação às letras – “Não me admira que ache a sua Lógica imperfeita, o espírito humano se desenvolve todos os dias e de grau em grau marcha à perfectibilidade, que faz desesperar os vaidosos e aos cegos de entendimento; mas mesmo assim não penso creio Padre Mestre não a possa pôr em relação com a Filosofia do tempo. O Ecletismo que no Brasil deve quanto antes ser plantado para que a mocidade aprenda a não dizer blasfêmias contra Deus e os homens. Por falta de Ecletismo um ex-Ministro disse que não havia no Brasil necessidade de escolas de Filosofia e Retórica; outro, que ainda governa, em uma portaria disse que as artes não precisam de proteção; um charlatão quis achar a alma no cadinho, um matemático olha com desprezo para o poeta etc. etc. Mas eu tenho esperanças no futuro; o império da mediocridade há de cair, mas à condição de uma luta consciente, sem o que governará ainda por algum tempo os espíritos; convém, pois, que nos armemos não com punhais, mas com os brandões da sabedoria e ao seu clarão desaparecerão as trevas”. MAGALHÃES, D. J. G. de, 1964, p. 45-46 (15 de janeiro de 1835). E, continuando, afirma a D. Pedro II, num outro texto, o quanto é necessário que todos, inclusive o próprio imperador, não se descuidem do trabalho intelectual sério, algo que faltava, segundo Magalhães aos que habitavam aquele Império. Missão que Magalhães pretende cumprir também a partir da cátedra de filosofia do Imperial Colégio Pedro II – “O verdadeiro conhecimento é, muitas vezes, como o diamante que das mãos do lapidário não recebeu polidas e brilhantes facetas; por ele passa o vulgo, e não o vê; feliz de quem o reconhece através da crosta natural e pouco lisongeira; a verdade, como o merecimento, é simples em seu exterior, e teme ser esmagada a cada passo; nem esperem os bons monarcas que ela os visite sem convite; antes, se a desejam, solícitos e procuram entre os que falam – humilde, baixo, e rude, como diz o Épico, encontram – Da vida o honesto estudo,/ Com longa experiência misturado”. Id. 1973 [1842], p. 262-263.

argumentos no dito “real”, caso contrário, correria o risco de tornar-se instrumento de arbitrariedades próprias ou alheias. O papel da educação, aqui, se faz fundamental.

Como deputado à sexta legislatura, em 1846-47, Magalhães se esforçou por facilitar o acesso à educação, assim como por levar às regiões uma educação sólida, e, ao mesmo tempo, buscou incessantemente, a partir de reformas curriculares, da tradução de livros, enfim, de toda a experiência colhida na França, reeducar o sistema educacional centralista e materialista.⁷⁷

Foi eleito a 6 de maio de 1846, juntamente com Torres Homem e Muniz Tavares, para compor a Comissão de Instrução Pública. Apresentou três projetos sobre ensino no ano de 1846, fundidos em um só no ano seguinte.⁷⁸ Acompanhem as palavras de Torres Homem que, muito próximas às de Magalhães, defendem a reestruturação do ensino no Brasil.

(...) depois de tantas e tão grandes revoluções da filosofia moderna, ela é ainda ensinada em um compêndio de Genuense por ordem do governo. Melhor fora nada ensinar-se absolutamente deste ramo, talvez o mais importante dos conhecimentos.⁷⁹

A aproximação a certa cultura católica é outro elemento fundamental à reforma espiritual pretendida por Magalhães, em detrimento da força da espada. Vale lembrar que no primeiro projeto apresentado pela Comissão de Instrução Pública, assinado por Magalhães, havia a preocupação em se fortalecer o ensino da religião do Estado, estendendo-o, inclusive, às escolas não católicas. Os trabalhos do autor examinados nesta dissertação já nos permitiram falar desse ideal religioso que não se deixava

⁷⁷ Os três projetos complementares apresentados também por Magalhães tratavam de limitar a liberdade de ensino, estabelecendo exigências para a melhor qualificação dos professores. Entre os temas também figuravam a abertura de novas turmas e escolas, a criação de um conselho geral de instrução pública e a de um liceu nacional na capital do Império, lugar de onde se irradiaria a reforma espiritual pretendida. Cabe dizer, ainda, que tais projetos foram arquivados e muito pouco se avançou em relação à reforma e expansão do ensino secundário durante todo o século XIX. Cf. HAIDAR, M. de L. M., 1972.

⁷⁸ Porém, Roque Spencer afirma que Magalhães não era a voz que mais alto gritou na defesa dos projetos – “Magalhães mesmo participa dos debates apenas na sessão de 29 de julho de 46 e o seu discurso está longe de oferecer o interesse e a riqueza da participação de Torres Homem”. BARROS, R. S. M. de, 1973, p. 134.

⁷⁹ Apud. Ibid., p. 135.

fossilizar, valendo lembrar assim que a fé em Magalhães é um elemento a ser experimentado pela razão, e esta por aquela. A fé e a razão foram responsáveis pelo retorno do poeta ao mundo. Segundo Antonio Cândido:

Mas foi a segunda modalidade que dominou: religião concebida como posição afetiva, abertura da sensibilidade para o mundo e as coisas através de um espiritualismo mais ou menos indefinido, que é propriamente a religiosidade, tão característica do Romantismo [...] Assim a vemos, tanto num meticuloso devoto, como Magalhães, quanto num céptico irreverente, como Bernardo Guimarães.⁸⁰

As palavras acima reforçam a afirmação de Roque Spencer de que a religiosidade de Magalhães pertence ao universo do *liberalismo romântico*.⁸¹ A geração de 30 francesa, entre eles, Guizot, Tocqueville e Cousin, também influenciada pela autonomia reflexiva da ética kantiana, ressaltava a religião como mais um lugar de diálogo, ponto de partida que valorizava a finitude. Gostaríamos, ainda, de apresentar a bela sentença de Benedito Nunes em relação à heterogeneidade intrínseca ao pensamento religioso.

Paradoxalmente é o próprio cristianismo que alui o supra-sensível desmoronando. A razão só se transformaria na mola do progresso quando conduzida pelo primado do eu pensante. A interiorização da fé no protestantismo secundaria esse primado, intensificando os opostos que a constituem, a inclinação mundana e a ascese extramundana. A religião cristã viveria do entrechoque de seus opostos. Ela é, quanto a isso, uma religião de interpretação, que implica tanto o dogma quanto a liberdade de consciência. Por intermédio desta passará do religioso para a conduta racional.

⁸⁰ CANDIDO, A., 1981, p. 17.

⁸¹ “Mostramos em outro lugar que a tensão romântica entre singular e universal, entre liberdade e a totalidade, acaba, freqüentemente, por resolver-se em religião. Na maioria das vezes se trata de uma religião da totalidade, em que o individual anseia por perder-se no divino, como no caso de um Schleiermacher, numa linha mística que recua aos ‘padres do deserto’, ao êxtase de S. Bernardo, supremo grau de amor divino, ou do Meister Eckhart. Mas pode tratar-se, também, de uma religião que, embora existindo no fundo de todas as coisas, de tudo o que é belo, íntimo e nobre, nem por isso exija do homem o aniquilamento do ‘eu’, antes o afirme na plenitude de sua liberdade e responsabilidade, ‘religião liberal’ que é a dos românticos Benjamim Constant ou Tocqueville, que é, igualmente, a que se afirma no espiritualismo eclético de Cousin, a que se prende Magalhães com a sua decidida oposição a toda e qualquer forma de misticismo. E é a religião, neste último sentido, ou pelo menos a religiosidade, como atitude fundamental diante da vida, que marca centralmente a personalidade de Magalhães”. BARROS, R. S. M. de, 1973, p. 3.

Conseqüentemente, deste ponto de vista, é uma força de ‘desencantamento do mundo’.⁸²

Um olhar atento pode nos revelar a preocupação com a religião desdobrando-se no cuidado com o outro e com a *polis*. Ela revelaria a existência de uma força maior, ou melhor, qualitativamente diferente, algo que nos levaria a suprimir os individualismos e a acreditar e apostar em nossos cotidianos, assim como na construção e na manutenção de solidariedades.⁸³ Solidariedade seja a um irmão seja a um co-cidadão. Como afirma Braz Teixeira, para Magalhães, a religião é – “*origem do entusiasmo e criadora da arte*”.⁸⁴ Por fim, Deus era o lugar ideal de partida para a conscientização do homem em relação à sua finitude e para a necessária relação de diálogo, preservação e doação na *polis*. Essa era a base do projeto nacional/espiritual de Magalhães – **religião/finitude, reflexão e diálogo**.

Ora, à vista disso, Magalhães continua denunciando o espírito egoísta que, desde os tempos da Colônia, repudiava a reflexão e o diálogo. Um Estado e uma civilização que se afastavam do que seria o reto caminho. Acompanhemos:

Se refletirmos, veremos que não são poucos os escritores para um país que era colônia portuguesa; para um país onde ainda hoje o trabalho do literato, longe de assegurar-lhe com a glória uma independência individual, e um título de mais ao reconhecimento público, parece ao contrário desmerecê-lo, e desviá-lo da liga dos homens positivos, que desdenhosos dizem: é um poeta! sem distinguir se apenas é um trovista, ou um homem de gênio; como se dissessem: eis aí um ocioso, um parasita, que não pertence a este mundo; deixai-o com sua mania. (p. 30)

Observamos que, quer seja no Brasil colonial, quer nos tempos em que escrevia, certa alienação em relação à faculdade da auto-reflexão era dominante. Todavia, “heróis” insistiam em demonstrar que tal capacidade é, ao fim e ao cabo,

⁸² NUNES, B., 2002, p. 26/7.

⁸³ Magalhães, nos moldes de Santo Tomás e de certo Santo Agostinho, via no Reino (no mundo) uma parte do Todo. Um lugar repleto de pistas (inclusive deixadas pelas reflexões e atitudes alheias) que, se aproximadas, ofereceriam possibilidade de acesso parcial ao Criador.

⁸⁴ TEIXEIRA, A. B., 1994 (2), p. 24.

constitutiva e intransponível. Magalhães e a juventude a que tanto se referia, amigos como Torres Homem e Araújo Porto Alegre, eram os tais heróis, aqueles responsáveis pela construção de espaços cada vez mais significativos, espaços nos quais idéias como o fim da escravidão, a liberdade de pensamento e o diálogo consensual ocupavam lugar de destaque. Magalhães brigava contra os interesses do complexo mercantil escravocrata que, como nos lembra Carvalho Franco, foi capaz de produzir uma inteiridade ética baseada no lucro e no individualismo.⁸⁵

O poeta é guiado pelo seu radical dilaceramento, interessado em produzir e externar sua dor e seu regozijo, assim como em defender a existência de um *locus*, no qual todos (os devidamente preparados) pudessem o mesmo fazer, conformando, assim, uma reunião de homens capazes de estabelecer existência, resguardando, porém, a caoticidade (paixão) necessária.

Sempre porém como o peregrino no meio dos bosques, que vai cantando sem esperança de recompensa, o poeta brasileiro não é guiado por nenhum interesse, e só o amor da poesia e da pátria o inspira. (p. 30)

O projeto nacional de Gonçalves de Magalhães não buscava transplantar reflexões e instituições francesas, em detrimento dos verdadeiros interesses brasileiros. Assim como, lá pelos idos de 1830, ao manifestar repulsa à administração de d. Pedro I, Magalhães não se propunha a externar ódio a Portugal, mas, pelo contrário, divulgar um projeto que pretendia, necessariamente, a eliminação do binômio escravidão política/escravidão civil. Rogava pelo olhar mais atento aos rumos enganosos que o Estado-Nação em construção estava tomando.

Dentro deste escopo, Magalhães não se eximia de mostrar identificação a elementos da cultura portuguesa, assim como não deixava de criticar, como bom romântico, a aproximação irracional a outras culturas, especialmente aos elementos clássicos. Estes últimos que longe estavam dos movimentos do dia-a-dia no Império, das respostas (provisórias) ao dilaceramento, da produção de solidariedade. O que

⁸⁵ Cf. FRANCO, M. S. de C., 1976.

ocupava lugar de destaque no pensamento de Magalhães era a busca de diferentes elementos que pudessem contribuir para o fortalecimento de seu projeto espiritual/educacional, viessem de onde fosse.

Se em total esquecimento muitos deles existiam, provém isso em parte da língua em que escreveram, que tão pouco conhecida é a língua portuguesa na Europa, e principalmente em França, Inglaterra e Alemanha, onde mais alto soa o brado da fama e colossal reputação adquire; em parte sobre nós deve cair a censura, que tão pródigos somos em louvar e admirar os estranhos, quão mesquinhos e ingratos nos mostramos para com os nossos, e deste jeito visos damos que nada possuímos. Não pretendemos que a esmo se louve tudo o que nos pertence, só porque é nosso; vaidade fora insuportável; mas porventura vós que consumistes vossa mocidade no estudo dos clássicos latinos e gregos, vós que ledes Racine, Voltaire, Camões ou Filinto Elísio, e não cessais de admirá-los, muitas vezes mais por imitação do que por crítica, dizei-me, apreciastes vós as belezas naturais de um Santa Rita Durão, de um Basílio da Gama, e de um Caldas? (p. 30)

Penso ser importante fazermos um paralelo com Joaquim Nabuco, aliás, um dos alguns possíveis. Caiu sobre a figura de Nabuco a mesma acusação de ter sido alienado em relação às instituições brasileiras, apaixonado que era por Paris e Inglaterra, tudo isso em função de trechos como este: *“As paisagens todas do Novo Mundo, a floresta amazônica ou os pampas argentinos, não valem para mim um trecho da Via Appia, uma volta da estrada de Alerno a Amalfi, um pedaço do cais do Sena à sombra do velho Louvre. No meio do luxo dos teatros, da moda, da política, somos sempre squatters, como se estivéssemos ainda derribando a mata virgem”*.⁸⁶

Poucas linhas depois Magalhães afirma: *“Hoje o Brasil é filho da civilização francesa, e como Nação é filho dessa revolução famosa que abalou todos os tronos da Europa, e repartiu com os homens a púrpura e os cetros dos reis [...] O gigante da nossa idade mandou o susto com as suas baionetas até a extremidade da Península Ibéria, e o neto dos Afonsos, aterrorizado como um menino, temeu que o braço vitorioso do árbitro dos reis cair fizesse sobre sua cabeça o palácio dos seus avós”*. (p. 33)

⁸⁶ NABUCO, J., 1999, p. 49.

Bastava aproximar-se da França “libertária”, culturalmente superior ao Brasil, para que começássemos a ter nossos horizontes “dilatados”, é o que nos faz entender a citação acima. Teríamos, assim, um encontro entre dois autores pouco afeitos às coisas do Brasil?

Pois bem, indo mais adiante, como entender a significativa admiração expressa por Magalhães à França e a exaltação da inventividade, melhor dizendo, daquilo que, novo, verdadeiro, belo e justo, nos pertenceria? Voltando a Nabuco, vejamos como algumas de suas considerações revelam admiração e paixão pela Pátria mãe. Acompanhemos:

Quando, porém, entre a pátria, que é o sentimento, e o mundo, que é o pensamento, vi que a *imaginação* podia quebrar a estreita forma em que estavam a cozer ao sol tropical os meus pequenos debuxos de almas, Ustedes me entienden, deixei ir a Europa, a história, a arte, guardando do que é universal só a religião e as letras.⁸⁷ (Grifo próprio)

Preferiria Nabuco, assim, a sua pátria, o Império do Brasil à Europa, mesmo que isso representasse deixar para trás importantes elementos fundamentais à formação de seu *self*? Adianto que a resposta é, como em Magalhães, em parte, negativa.

Nabuco nos ajuda a voltar àquela discussão que fizemos na primeira parte deste capítulo, na qual procuramos mostrar que: 1. a capacidade de auto-reflexão não caminharia sadia sem a relação aberta com o mundo; 2. que a auto-reflexão é, em última instância, inalienável, e que a *imaginação* deveria ser entendida como uma faculdade constitutiva e produtiva. Assim, somos capazes de concluir que ele entendia a relação entre razão e entendimento, entre auto-reflexão e movimento do mundo, como elemento capaz de forjar o novo, uma construção que em nada deveria a quaisquer outras nações. Afirmar a imaginação como constitutiva e produtiva era refutar afirmações de superioridade incontestáveis e ontologicamente superiores. Assim, o diálogo com a cultura ocidental não deveria ser negado.

⁸⁷ NABUCO, J., 1999, p. 51

O projeto de Nação de Magalhães, assim como o de Nabuco, decanta, também, a especificidade inalienável dos diferentes povos, além de pretender participação num mesmo universo político-cultural, o concerto internacional das Nações, pois a Nação brasileira não era nem superior nem inferior, em essência. E Magalhães continua: “*Os escritos franceses começaram a ser apreciados em Portugal; suas idéias se comunicaram ao Brasil; dilataram-se os vados, e homens de subida têmpera mostraram que os nascidos nos incultos sertões da América podiam dilatar seu vôo até as margens do Tejo, e emparelhar com as Tágides no canto*”. (p. 34). E como afirma Roque Spencer: “*O ecletismo de Cousin (pondo de lado a fraqueza intrínseca, que o próprio Cousin percebeu de todo o ecletismo) tem as suas compensações: permiti-lhe ajudar a compreender o outro, a evitar muitas das ‘alucinações romântica’*”.⁸⁸ Enfim, a partir de Victor Cousin, Magalhães compreende que a historicidade, o movimento do mundo da cultura, é capaz de abrir espaço para a observação e para a experimentação, até então impensáveis dentro dos sistemas racionalistas iluministas. À diferença de Cousin, é bom que digamos, Magalhães alerta para a impossibilidade de qualquer tipo de salto racional capaz de estancar o movimento e a incompletude constitutivos ao ente humano.

Joaquim Nabuco e Magalhães reconhecem na imaginação presença capaz de permitir especificidades à participação da Nação brasileira no cenário mundial, assim como aos indivíduos dentro de uma Nação, lembremos. Tal faculdade habilita o autor de *Minha Formação* a deixar para trás, se preciso fosse, a “história” e as “artes”. Isso significa mais do que possa parecer num primeiro momento. Nabuco quer nos mostrar o quanto a história e as artes da Europa ocidental se auto intitularam superiores, belas, justas e verdadeiras, sínteses de uma experiência humana já desfraldada *in totum*. Ele aposta na capacidade ficcional humana, aliada, é claro, assim como o faz Magalhães, à razão e ao entendimento. De que outra forma, aliás, os antes “incultos do sertão” poderiam ocupar seus devidos lugares, em condições de igualdade, no concerto internacional?

⁸⁸ BARROS, R. S. M. de, 1973, p. 47.

Pois bem, o projeto nacional de Magalhães apontava para a necessidade de se reconhecer as tradições ocidentais, buscando nelas fontes de diálogo e de engrandecimento. O autor estava interessado em construir cotidianos e códigos que não deveriam ser apreciados como (eternamente) dependentes do pensamento europeu, tão pouco como descolados do espírito do tempo. A dependência inicial, como vimos, não se dava por uma inerente inferioridade; não nos esqueçamos do papel reservado à imaginação acompanhando a razão e o entendimento. Magalhães admitia, e com certa coerência, que: 1. a busca de uma originalidade absoluta era impossível, devido, como já vimos, à relação dialética permanente entre o dito e o dizer, entre o universal e o particular; 2. a *intelligentsia* européia, em especial a francesa, possuía um importante acúmulo de experiências e saberes; isto não significa, repito, que tal manancial seja representante daquilo que é bom e verdadeiro, absolutamente.

Cada Nação, Povo, grupo, indivíduo, pois não nos esqueçamos da importância dada por Magalhães à individualidade, possui um papel dentro do respectivo Todo. Esse papel, como vimos, é interditado, ao fim e ao cabo, ao entendimento, graças ao movimento incessante da historicidade, logo, da condição ontológica humana de ser um ente-a-caminho. Cada Nação, como íamos dizendo, deve e pode apresentar seu quinhão de sabedoria dentro do diálogo internacional, assim como no microcosmos, cada indivíduo guarda a capacidade de atuar e de contribuir para a inteligibilidade provisória de determinada comunidade. Pois bem, esse diálogo acontece, ou ao menos deveria acontecer, segundo Magalhães, dentro de uma relação “equilibrada” entre presente e passado, entre os particulares e o universal.

Toca ao nosso século restaurar as ruínas e reparar as faltas dos passados séculos. Cada nação livre reconhece hoje mais que nunca a necessidade de marchar. Marchar para uma nação é engrandecer-se moralmente, é desenvolver todos os elementos da civilização. É pois mister reunir todos os títulos de sua existência para tomar o posto que justamente lhe compete na grande liga social, como o nobre recolhe os pergaminhos da sua genealogia para na presença do soberano fazer-se credor de novas graças. Se o futuro só pode sair do presente, a grandeza daquele se medirá pela deste. O

povo que se olvida a si mesmo, que ignora o seu passado, como tudo o que nele se passa, esse povo fica sempre na imobilidade do império Indochinês. (p. 30-31)

Notemos bem, não apenas “restaurar as ruínas” como também “reparar as faltas”, ou melhor, não se trata de servilismo, seja ele em relação ao passado ou a algum modelo contemporâneo; isto porque “cada nação livre” tem relevância e participação no projeto de construção de um universo mais amplo em qualquer instância, vale lembrar, quer seja na relação entre indivíduos dentro de uma Nação, quer seja em relação ao diálogo entre as próprias unidades nacionais. Como afirma Caeiro:

A concepção romântica da doutrina do povo originário – do Urvolk – e da Nação, inspirada nos princípios anímicos e primordiais do Mito, da Música e da Poesia, teria de ser reelaborada e transposta na obra de Magalhães para o caso específico do sincretismo cultural do povo brasileiro [...] E mais: A noção de povo em Magalhães, tal como ocorre no nacionalismo fichteano, visa uma fundamentação filosófica e é concebida em moldes organicistas – uma realidade orgânica e espiritual, que progressivamente se vai desenvolvendo em novas criações do Espírito [...] com uma memória que identifica suas raízes históricas, cultua os antepassados e as tradições genuínas [...] ⁸⁹

E continua o autor, a fim de demonstrar o interesse de Magalhães em afirmar que a construção da Nação brasileira deveria partir da relação dialética entre o particular e o universal:

A categoria de Volk originário é vertida, na obra de Magalhães [...] no indígena brasileiro: tema que iria mais tarde ser explorado e desenvolvido por Gonçalves Dias e por Alencar, na senda fecunda do indianismo. Importa, porém, desde já salientar os traços característicos da construção de Magalhães: a doutrina do antepassado brasileiro adquire alcance filosófico, insere-se no contexto de uma concepção global de Humanidade, da Cultura universal e simultaneamente radicada e nacional. ⁹⁰

⁸⁹ CAEIRO, F. da G., 1994, p. 25.

⁹⁰ Ibid., p. 26. Como vemos, a relação entre particular e universal, se liberto da crença no mito da origem, pode representar elemento positivo, invenção que insere símbolos compartilháveis e não fantasmagorias. A relação entre particular e universal a que me refiro como salutar se encontra bem trabalhada por Max Scheler, assim como pelo filósofo brasileiro Adolpho Crippa. Citando palavras de José Marinho, que bem representam os discursos daqueles dois autores – “...as formas de filosofar dadas aos homens mantêm-se em variedade infinda, repetindo no entanto sempre algo de essencial

E aqui podemos contar, novamente, com o auxílio de Joaquim Nabuco. Originalidade como encontro.

Nós, brasileiros – o mesmo pode-se dizer dos outros povos americanos – pertencemos à América pelo sedimento novo, flutuante, do nosso espírito, e à Europa, por suas camadas estratificadas. Desde que temos a menor cultura, começa o predomínio destas sobre aquele. A nossa imaginação não pode deixar de ser européia, isto é, de ser humana; ela não pára na Primeira Missa no Brasil, para continuar daí recompondo as tradições dos selvagens que guarneciam as nossas praias no momento da descoberta; segue pelas civilizações todas da humanidade, como a dos europeus com quem temos o mesmo fundo comum de língua, religião, arte, direito e poesia, os mesmos séculos de civilização acumulada, e, portanto, desde que haja um raio de cultura, a mesma imaginação histórica.⁹¹

Vemos que Nabuco, assim como Magalhães, pensa na importância do **acúmulo** de possibilidades. Esse constante produzir, amparado na liberdade de auto-reflexão, na inventividade, assim como na abertura para o “real”, faz com que civilizações que aparentemente não reconheçam tais códigos sejam rejeitadas não em sua humanidade, mas em seu potencial de estabelecimento de uma vida moral e social satisfatória. Entretanto, ao mesmo tempo, Nabuco e Magalhães assumiam que a produção de respostas ao viver cotidiano é apenas provisória. Isso nos leva a acreditar, por fim, que a aposta dos dois na cultura ocidental se dá mais em função de um certo respeito pelos resultados até então alcançados do que por um etnocentrismo ontológico. Melhor dizendo, mais do que respeito à civilização européia, constitutividade irrefutável.

Magalhães nos está alertando para a necessidade de se ter cuidado com o passado, cuidado que, diga-se de passagem, não significa que se deva entender e aceitar, necessariamente, toda e qualquer manifestação estranha ao seu universo simbólico-racional. É a partir da pretensão dialogal que Magalhães oferece o ecletismo como elemento importante do seu projeto nacional.

através das idades. Tal como na diversidade imensa das formas de ser emerge uma unidade que vincula todo o múltiplo, ou um mais apreensível idêntico em todo o diverso, assim também na filosofia e em todo o saber autêntico o análogo se vê”. Apud. Ibid., p. 21

⁹¹ NABUCO, J., 1999, p. 49.

Tudo o que puder concorrer para o esclarecimento da história geral dos progressos da humanidade merecer deve a nossa consideração [...] Nada de exclusão; a exclusão é dos espíritos apoucados, que em pequena órbita giram, sempre satélites, e só brilhantes de luz emprestada. O amante da verdade porém, por caminhos não trilhados, em tudo encontra interesse e objeto de profunda meditação... (p. 31)

Àqueles que entenderam significar o ecletismo, para Magalhães, um sistema capaz de promover a simples coalizão de interesses políticos e econômicos entre elites “mesmas” que apenas possuíam divergências conjunturais, afirmo ser esse um equívoco significativo. Como bem percebeu Ubiratan Borges, Cousin, desde muito cedo, reconheceu ser o ecletismo uma metodologia que se ancorava em forte espiritualismo. Além do mais, desde seus primeiros escritos, Magalhães teceu fortes críticas ao ecletismo como sistema, supondo que este fundava-se num erro de lógica, a saber, chegar ao todo através das multifacetadas partes, algo que acabava em idealismo. Ao criticar o ecletismo, Magalhães reafirmou a diferença ontológica entre Deus (pura Perfeição, simultâneo) e o homem, em última instância, ser histórico, enformado, em muito, por aquilo tudo que está ao seu redor espacial e temporal, pois como afirmou Nelson Saldanha – *“Parece-nos, de certo modo, que o século XIX teve, mais do que o XX, a consciência das mutações históricas, consciência expressada na psicologia histórica de Nietzsche tanto quanto no evolucionismo, e também naquilo que, no ecletismo, foi balanço e reexame”*.⁹² Vejamos, por fim, o que a esse respeito nos diz António Braz Teixeira:

Não obstante esta sua expressa adesão ao ecletismo e à admiração que nutria pelos dois máximos representantes, o jovem Magalhães não deixa, desde o primeiro momento, de procurar o seu próprio caminho especulativo e de se afastar, por vezes, das posições de Cousin. Assim, logo em 1836, se, por um lado, segue expressamente o chefe da escola eclética no modo de explicar o instinto religioso e a origem do culto, por outro afasta-se dele em quatro pontos essenciais: ao afirmar o primado da religião, que reputa, a um

⁹² SALDANHA, N., 1994, p. 94. Nos *Fatos*, Magalhães tece a comentada crítica, algo que mais bem acompanharemos no último capítulo. Todavia, as palavras de Saldanha já nos podem aproximar das reflexões do pensador brasileiro acerca do ecletismo como metodologia – “a propósito do ecletismo, valerá a pena lembrar que não poderia obviamente ter nascido antes dos ‘sistemas’ ao qual se refere, e que nasceu portanto como uma espécie de reexame da sucessão das filosofias; um reexame das alterações que as condicionam”. Ibid.

tempo, ‘fonte da filosofia, base da moral, origem do entusiasmo e criadora das artes’, ao admitir a noção de mistério, que considera a forma última da verdade, reservada à sabedoria do Ser Supremo ou Deus, ao atribuir caráter e dimensão social à moral e no modo de conceber o fundamento da própria moral. Enquanto o filósofo francês, numa atitude especulativa de inegável filiação platônica, via na idéia racional de bem o fundamento da moral, para o jovem pensador brasileiro a base da moral era constituída pela idéia de dever, emanada de Deus, fonte de todas as idéias eternas.⁹³

Em primeiro lugar, vemos que o autor português fala de um “primado da religião” no pensamento de Magalhães, algo que vai de encontro às reflexões de Victor Cousin. Isso se dá em função de significativa distinção entre o racionalismo de ambos os autores. Esse, acreditava ser capaz de alcançar o Todo a partir de suas elucubrações, aquele assumia ser a reflexão humana, em exercícios ético-morais, ontológicos e/ou metafísicos, marcada, desde sempre, por elementos como o *tempo* e o *espaço*, enfim, pela movimentação do mundo material e do mundo da cultura.

Num primeiro momento, Victor Cousin preocupado em resguardar a individualidade posta em perigo, quer pelo despotismo monárquico, quer pela “ditadura” jacobina, afirma a historicidade.

A verdadeira união da alma com Deus se faz pela verdade e pela virtude. Toda outra união é uma quimera, um perigo, às vezes um crime. Não é permitido ao homem abdicar, sob qualquer pretexto, do que o faz homem, do que o torna capaz de compreender Deus e de exprimi-lo em si mesmo em uma imagem imperfeita, pela razão, pela liberdade, pela consciência. É impróprio antecipar neste mundo os direitos da morte e sonhar com o estado dos santos quando a virtude só nos é imposta e quando esta é já tão difícil de cumprir, mesmo imperfeitamente.⁹⁴

E continua Cousin agora, no entanto, demonstrando o rompimento da tensão entre a atividade racional e a humanidade:

[a reflexão] repugna, então, que ela se encontre em qualquer fato primitivo: todo o juízo que a contém pressupõe outro onde ela não se encontra. Chega-se, assim, a um juízo destituído de toda a reflexão, a uma afirmação sem mistura de negação, à intuição

⁹³ TEIXEIRA, A. B., 1994, p. 24.

⁹⁴ Apud. BARROS, R. S. M. de, 1973, p. 46.

imediate, filha legítima da energia natural do pensamento, como a inspiração do poeta e o instinto do herói.⁹⁵

Magalhães exclama, ao contrário, “a noção de mistério (...) forma última da verdade, reservada à sabedoria do Ser Supremo, ou Deus”. Nem o filósofo nem o poeta seriam capazes de ascender à Plenitude, como já vimos.

Magalhães, apesar de não primar pela clareza, exclama a necessidade de se construir uma Nação, na qual a reflexão seja capaz de acoplar-se à inventividade, elo fundamental, segundo o autor, entre a inteligência e o mundo; constrói-se, assim, imagens de mundo amparadas no cotidiano, inteligíveis e compartilhadas, todavia não domesticadoras. Trocando em miúdos, forja-se uma comunidade imaginada em movimento e dialogal desde seus próprios elementos; busca de acordos parciais entre as constitutivas inventividades, entre as individualidades preservadas.

É necessário ao poeta, portanto, auto-reflexão e inventividade para escapar à *imitatio* exigida pelo sistema clássico. Magalhães, ao criticar a noção moderna de *mimeses*, aponta para o necessário auxílio da razão e para a abertura constitutiva em relação ao “real”, não deixando de aclamar a salutar presença da inventividade (imaginação) como produtora de lógicas ótimas e problemáticas à relação homem-natureza-mundo da cultura. Afirma Magalhães - “*Convém, é certo, estudar os antigos e os modelos dos que se avantajaram nas diversas composições poéticas, mas não escravizar-se pela cega imitação*” (p. 38). Aqui sim encontramos a principal contribuição do espiritualismo eclético de Victor Cousin a Gonçalves de Magalhães.

Continuando, se por um lado era necessário afastar-se das musas do parnaso, por outro Magalhães agradecia aos jesuítas por trazer à América a importante presença da religião e da civilização ocidental, assim como alertava para a importante contribuição à civilização brasileira legada pelo elemento indígena. Um e outro eram indissociáveis.

⁹⁵ Apud. BARROS, R. S. M. de, 1973, p. 43.

Enfeitiçados por esse nune sedutor (os arquétipos clássicos), por essa bela estrangeira, os poetas brasileiros se deixaram levar por seus cânticos, e olvidaram as simples imagens que uma natureza virgem com tanta profusão lhes oferecia [...] pois, continua Magalhães – Em poesia requer-se mais que tudo invenção, gênio e novidade; repetidas imitações o espírito esterilizam, como a muita arte e preceitos tolhem e sufocam o gênio... (p. 32)

O autor fluminense persiste. Agora aclama a poesia nativa anterior à independência, assim como o importante cruzamento entre ela e a tradição ocidental, vejamos:

Por alguns escritos antigos sabemos que algumas tribos indígenas se avantajavam pelo talento da música e da poesia, entre todas os Tamoios, que no Rio de Janeiro habitavam, eram os mais talentosos. Em seus combates, inspirados pelas cenas que os rodeavam, repetiam hinos guerreiros, com que acendiam a coragem nas almas dos combatentes, e nas suas festas cantavam coros alternados de música e dança, cantigas herdadas dos seus maiores[...] Porém: Tal veneração a seus cantores lembra-nos esses trovadores que de país em país peregrinavam, e ante os quais se abriam as portas dos castelos dos senhores da idade média; e ainda a respeitosa magnanimidade do grande conquistador antigo para a família do Lírico grego. Por meio dessas duas potências sabiamente empregadas pelos Jesuítas missionários do Brasil, os selvagens abandonavam os seus bosques, e se amoldavam ao cristianismo e à civilização [...] Talvez tivessem eles de influir na atual poesia brasileira, como os cânticos dos bardos influíram na poesia do Norte da Europa, harmonizando seus melancólicos acentos com a sublime gravidade do cristianismo. (p. 37)

Índios e trovadores aproximados não significava uma simples prova de subserviência político-cultural, desejo de implementação de uma ideologia paralisante que se orientaria em direção à domesticação da maioria e à reificação de um *ethos* opressor definido. Aqueles dois pilares são as reminiscências de uma memória, a de Magalhães, e de uma reflexão que aponta para a impossibilidade de se estabelecer as origens últimas, quando se processa um encontro cultural. Em suma, não existiria a possibilidade de se falar do índio descolado de todas as premissas ocidentais, algo que, repito, Magalhães assumia como lugar de possibilidade.

Concluimos, assim, que a partir e através de Magalhães podemos ter acesso a um projeto de Nação que prima pelo movimento, pelo movimento ordenado e assegurado por aqueles que possuem a *paideia* necessária, que atuam respeitando a

irredutibilidade dos elementos - razão, imaginação e observação/experimentação. Aqui, visualizamos um projeto nacional preocupado em garantir às individualidades possibilidade de estar presente na configuração do Estado. Um Estado que estaria interessado em ratificar e proteger acordos obtidos não por uma minoria “mesquinha”, mas através do diálogo entre indivíduos convertidos à reflexão e à consciência de finitude.

Por fim, os grandes poetas deveriam construir suas manifestações a partir das imagens recolhidas e acumuladas em suas mentes e corações, quero dizer, a partir da tradição, da afetação desde a civilização, e isto, todavia, não era capaz de fazê-los afastar-se das manifestações mais particulares e fundamentais às suas pátrias, aliás, todo o contrário. Era salutar à invenção de novos sentidos, de novos cotidianos e símbolos, o diálogo com o *dito*, relação que não é de puro servilismo, longe disso.

Ainda hoje poetas europeus vão beber no Oriente as suas mais belas inspirações; Byron, Chateaubriand e Lamartine sobre seus túmulos meditaram. Ainda hoje se admira o tão celebrado céu da Grécia e da Itália, o céu que inspirou Homero e a Píndaro, e o que inspirou a Virgílio e a Horácio. Vimos esse céu que cobre as ruínas do Capitólio e do Coliseu; sim, é belo esse céu, mas o do Brasil não lhe cede em beleza! Falem por nós todos os viajadores, que por estrangeiros não o tacharão de suspeitos. Sem dúvida que eles fazem justiça; e o coração do Brasileiro, não tendo por hora muito de que se *ensoberbeça quanto às produções das humanas fadigas, que só com o tempo acumulam*, enche-se de prazer, e palpita de satisfação, lendo as brilhantes páginas de Langsdorff, Neuwied, Spix et Martius, Saint-Hilaire, Debret, e de tantos outros viajadores que revelaram à Europa as belezas da nossa pátria (p. 35). (Grifo próprio)

Magalhães, como percebemos, alerta para a necessidade de se estar em constante movimento, observando e refletindo acompanhado da presença do outro, buscando acumular possibilidades. Seja esse outro a natureza, seja uma outra cultura/linguagem, cabe ressaltar que, ao fim e ao cabo, instaura-se um vazio de inteligibilidade.⁹⁶ É como se ele afirmasse que os “viajadores” apenas foram grandes

⁹⁶ Por ser a linguagem intraduzível em sua totalidade, penso ser a publicação da revista *Niterói*, em português, um elemento que se encaixa perfeitamente dentro do pretendido por Magalhães. Melhor dizendo, ele está preocupado em mostrar que dentro da língua portuguesa há contornos específicos,

pois se permitiram a dúvida, a surpresa, o mistério, o não saber dizer, sem deixar, por outro lado, de se expressar, ir e vir repleto de cuidado para não se deixar perder em terras distantes.

Era necessário falar dos mundos aos quais tinham observado; buscar, em parte, compreendê-*los*. Homens, enfim, comprometidos com tudo aquilo que pudesse auxiliar na produção de conhecimento problemático sobre o mundo. Assim, Magalhães via os “viajadores”, mesmo que eles, como já mostrado por extensa bibliografia, tivessem sido cooptados por uma espécie de espírito cientificista *avant la lettre*. Não nos esqueçamos que o saber em Magalhães não é síntese plena. Permitia espaço para a presença sempre estimulante das diferenças, pois – “nada de exclusão, nada de desprezo. Tudo o que puder concorrer para o esclarecimento da história geral dos progressos da humanidade merecer deve a nossa consideração”.

Todo o dito, de acordo com o que afirma Magalhães, instaura uma visão de mundo preocupada mais em criar inteligibilidade do que em apresentar arquétipos irrefutáveis.

‘...não unirei por isso a minha voz ao coro dos que os acusam (aos índios e aos portugueses). Em uns e outros respeito os nossos antepassados; a uns e outros devemos o que somos. Bons ou maus, constituem o passado do Brasil; e nenhuma nação conhecida teve mais ilustres fundadores’.⁹⁷

Aliás, entre outros, Magalhães privilegiava a língua como elemento representante da nacionalidade brasileira, lugar de encontro entre os ditos portugueses e indígenas. Aqui, o autor d’*Os indígenas do Brasil perante a história* afirma que não

indecifráveis aos olhos estrangeiros, que contêm cotidianos e mistérios da natureza brasileira. Ao pretender mostrar ao mundo a concretude de nossas vidas particulares, não poderia Magalhães, mesmo que quisesse, falar em outro idioma, em alheios códigos e símbolos. Tudo isso diferente do que propõe, por exemplo, o trabalho de Pinassi, ao afirmar que Magalhães e seus companheiros efetuaram a publicação da Niterói na França, em língua portuguesa, pois não estavam interessados em construir um universo nacional dialógico, mais sim em fortalecer o Estado e a ordem político-econômica hegemônica, a partir de subserviência à intelectualidade francesa. Cf. PINASSI, M. O., 1996.

⁹⁷ Apud. CAEIRO, F. da G., 1994, p. 27.

se trata de prejuízo ou superioridade do Brasil necessariamente, mas de uma realidade, do que é. Acompanhemos palavras de Caetano:

Mas aos elementos constitutivos da identidade nacional - a Terra, o Povo, a História, a Poesia, a Tradição, as lendas e os mitos primitivos – deve adicionar-se ainda o da Língua, para perfazer o quadro do Nacionalismo romântico, onde Magalhães se inspira.⁹⁸

O modelo de Nação em Magalhães, como temos visto, não se reduz ao nativismo. Enaltece a Terra (Natureza) – “*A terra é quem dá a nacionalidade a seus filhos, e não as raças adventícias que as povoam ...*”⁹⁹ - , entretanto, noções como a de História, Tradição e Língua estão plenas de diálogo com o elemento europeu, como claramente percebeu o autor em questão, pois – “*Se o Brasil é hoje uma nação independente; se uma só língua se fala em seu vasto território, em grande parte o devemos ao valor dos indígenas, que aos portugueses se ligaram*”.¹⁰⁰

Através da relação viva entre razão e entendimento, mediada pela imaginação, Magalhães afirmou seu projeto nacional. Nele estão presentes vozes da tradição, assim como novos ambientes e novos cotidianos. Florestas virgens e a Independência política orientam Magalhães em direção à instauração de parâmetros e símbolos, porém, esse movimento se dá, também, via liberdade de consciência e atenção para com o cotidiano, **abertura** em relação ao mundo. Natureza e Independência apenas foram cantadas desde os cotidianos, desde as relações entre passado e presente, a partir de problemas constitutivos como a escravidão e a miséria. A Nação, portanto, não é fim, é o início de uma ordem mais estável capaz de auxiliar poetas e outros heróis, a todos em geral, no tocante ao dilaceramento constitutivo ao humano e ao estar-no-mundo com os outros. A Nação é o lugar de encontro problemático entre o que é universal e o que é particular, entre o que foi e o que está sendo.

⁹⁸ Apud. CAETANO, F. da G., 1994, p. 27.

⁹⁹ Apud. Ibid.

¹⁰⁰ Apud. Ibid, p. 28.

Acompanhemos, em algumas linhas, parte importante do projeto nacional de Magalhães:

No começo do século atual, com as mudanças e reformas que tem experimentado o Brasil, novo aspecto apresenta a sua literatura. Uma só idéia absorve todos os pensamentos, uma idéia até então quase desconhecida; é a idéia da pátria; ela domina tudo, e tudo se faz por ela, ou em seu nome. Independência, liberdade, instituições sociais, reformas políticas, todas as criações necessárias em uma nova Nação, tais são os objetos que ocupam as inteligências, que atraem a atenção de todos, e os únicos que ao povo interessam. (p. 35)

Todavia, seu propósito não era dos mais fáceis. Construir uma Nação baseada em liberdade de reflexão e de diálogo significava civilizar os espíritos despótico e escravocrata, implementando em seus lugares o respeito às individualidades e às capacidades intelectual e inventiva, necessárias, ambas, à participação construtiva na *polis*. Enfim, o encontro entre indivíduo e coletividade na praça pública forjando a alma da Nação.

A Herder, Fichte, e outros românticos, no sentido de que a realização maior da liberdade se dará através das formas de simpatia, de “afinidades eletivas”, que formam as amizades, os grupos, as famílias, as comunidades e as nações, onde o indivíduo, perdendo sua identidade, ainda que parcialmente, encontrar-se-á a si mesmo no todo.¹⁰¹

A estrada a ser seguida é aquela iniciada no passado, sendo “o mais seguro caminho trilhá-la” (p.38), e não se manter estático sob uma admiração e reconfiguração miméticas. Palavras que apontam para a necessidade de se dialogar com o acúmulo de conhecimento estabelecido pelos homens, em especial pelo poeta nesse primeiro momento. Entretanto, alerta para a necessária historicidade de tudo o que é humano, logo para o dever de se olhar para frente e de se valorizar a inventividade.

¹⁰¹ RODRIGUES, A. M. M., 1994, p. 82

Como não estudamos a história só com o único fito de conhecer o passado, mas sim com o fim de tirar úteis lições para o presente; assim no estudo do que chamamos modelos não nos devemos limitar à sua reprodução imitativa (p. 38)

Enfim, “À direita; à esquerda”, perigos estão por toda parte, afirma o poeta Magalhães. No primeiro texto mais representativo de sua caminhada, mostra-se atordoado, preocupado com os outros, assim como com seus próprios delírios, dilaceramentos constitutivos e necessários, lembremos, à configuração de um mundo menos exposto às arbitrariedades, lugar de liberdade e devidamente ordenado.

3 Um projeto civilizador dialogal

3.1. Os dois caminhos do Regresso Conservador

3.1.1. A centralização político-administrativa

Ilmar R. de Mattos nos chamou a atenção para o horizonte civilizador do projeto Conservador¹⁰². Esse projeto não se detinha apenas às coisas do *mundo do governo*, às questões da centralização política e administrativa. O autor reconhece tal ação como mais ampla, buscando amparar sua direção não apenas no monopólio da força, mas também na domesticação dos sentidos.

Aqui chegamos a uma primeira conclusão. Após a Independência do Brasil, extinta a relação de dependência em relação a Portugal, dentro do Antigo Sistema Colonial, outros e mesmos eixos de poder se reestruturaram. Melhor dizendo, tratava-se, a partir de 1822, da configuração de uma força político-econômica, a *classe senhorial*, e de suas reorientações em relação ao elemento externo, a saber, os antigos colonizadores e o capitalismo inglês, e, também, às questões internas – relações interprovinciais (confeção de um sentimento de comunidade), a questão das fronteiras, a escravidão, a emergência do café como principal fonte de riqueza, a desordem relacionada ao *mundo da rua*, entre outras. Alertamos, assim, para um duplo movimento que se constituía. Um de conservação dos monopólios dos setores dominantes, logo de exclusão de outros grupos hierarquicamente inferiores, e outro

¹⁰² O presente capítulo trata do movimento de centralização político-administrativa e da expansão civilizadora proposta pela primeira e pela segunda geração dos fundadores do Império do Brasil. Acompanhamos Justiniano José da Rocha ao datar entre 1836 e 1852 o movimento de Reação ou do Regresso Conservador. Entre 1836 e 1840 temos a “luta da reação” e posteriormente, entre 1840 e 1852, temos o “triunfo monárquico”. O primeiro momento foi repleto de distúrbios e rebeliões que puseram em perigo a integridade do Império. O segundo é marcado, *grosso modo*, pela consolidação dos projetos centralizadores e civilizadores antes propostos. Nos concentraremos em analisar essa trajetória, porém, sublinhando o projeto civilizador distinto proposto por Gonçalves de Magalhães.

de construção e de consolidação de uma identidade, de uma consciência-para-si¹⁰³, pois – “*sem dúvida, quase sempre estamos mais atentos para esta consolidação do que para aquela conservação; esquecemos que elas não se apresentavam dissociadas, em seu movimento. Fundar o Império do Brasil, consolidar a instituição monárquica e conservar os mundos distintos que compunham a sociedade faziam parte do longo e tortuoso processo no qual os setores dominantes e detentores de monopólios construíam a sua identidade enquanto uma classe social*”.¹⁰⁴

Estas questões foram tratadas intensivamente a partir do *mundo do governo*. Todavia, outros elementos, que não a força e a *virtù* política, foram fundamentais à consolidação do Estado imperial brasileiro. Buscou-se forjar símbolos materiais¹⁰⁵ e idéias capazes de produzir um amálgama até então inexistente, sequer pretendido¹⁰⁶,

¹⁰³ Utilizo esse conceito a partir de uma orientação heurística e não, necessariamente, dentro de um universo hegeliano e/ou marxista. Refiro-me ao desdobramento consciente do sujeito enquanto classe em relação ao mundo, transformando-o e instaurando lógicas de acordo com suas visões de mundo e de suas necessidades historicamente construídas. É uma tomada de consciência em relação à *abertura* para se *ser-no-mundo* e de realizar-se também enquanto grupo. A partir desse ponto de vista, sempre há condições objetivas que se põe enquanto obstáculos - determinações físicas, biológicas e, especialmente, o confronto com outros grupos que venham a refletir e atuar enquanto consciência de suas necessidades e convicções.

¹⁰⁴ MATTOS, I. R. de M., 1994, p. 118-119.

¹⁰⁵ Em relação às imagens produzidas e à domesticação do espaço e do tempo, vejamos um longo, porém revelador, comentário acerca da utilização das folhinhas no Império do Brasil: “Por um lado mostram diretamente ao observador o seu cotidiano, destacando os dias da semana, os dias santos, os feriados civis e religiosos, e principalmente, as datas comemorativas relacionadas ao Estado. Por outro lado, as imagens estampadas desvendam a própria visibilidade desejada para o espaço que representam, ou, em outras palavras, a cara que se queria dar ao país que se estava criando. Na primeira delas, que é uma folhinha perpétua, litografada por um anônimo, em 1826, dedicada a Pedro I, todo o equilíbrio do conjunto pictórico aponta para a desejada unidade e centralidade nacional.

Assim, logo ao primeiro contato visual, o olho do observador é direcionado para o círculo principal sugestivamente formado por uma serpente que morde o extremo oposto de seu corpo, de inspiração heráldica tradicional maçônica. Deste modo sugere uma idéia de respeito à hierarquia dominante que ordena e administra o Estado. Ao mesmo tempo é estabelecido um diálogo direto com os valores monárquicos tradicionais por meio da alusão aos elementos clássicos da simbologia armorial como as figuras mitológicas dos querubins e como as medalhas, brasões, bandeiras e escudos. Paralelamente, a subordinação unificante do tempo e do espaço à ordem imperante é apontada pela destacada presença lateral das colunas, enfeitadas com os dias de cada mês com referências aos feriados nacionais e religiosos (controle do tempo) e pelas 28 coroas de louro que circundam os nomes dados aos principais titulares da recém criada ‘nobreza’ local, com referências às suas unidades provinciais (domínio do espaço). Tal esquema é reforçado pelo destaque dado às frases emblemáticas de conteúdo triunfante, como ‘Pedro ensina a ser rei aos reis do mundo’ ou ‘*In hoc signo vinces*’. Ao centro de tudo, encimado pelo olho maçônico, uma clara perspectiva de representar a ordem estatal dominante e sua referência à tradição européia, o garboso imperador em traje de gala. Fica claro assim, a intenção do artista de afirmar uma imagem equilibrada e homogênea para o novo país, de modo a submergir a qualquer eventual projeto simbólico diferenciado”. VALLE, C. P., 2001, p. 144-145.

¹⁰⁶ Segundo Maria de Lourdes Viana Lyra – “Não era rara a referência aos ‘*Brasis*’ em documentação do período colonial, e bastante significativa é a afirmação do poderoso ministro do governo português,

entre os grupos e províncias do então Império do Brasil. Todo esse aparato foi construído num diálogo com a cultura filosófico-política ocidental. Vejamos o que nos diz o professor Ilmar R. de Mattos:

Fundadores e consolidadores do Império do Brasil tinham os olhos na Europa e os pés na América – eis o segredo da trajetória de individuação de uma classe, e que se revestia da forma de construção de um ‘Corpo Político’ soberano. (...)

Os olhos na Europa porque tinham como ideal erigir um Império soberano, à semelhança dos estados nacionais europeus. Tendo como referência a antiga metrópole, pugnaram por uma igualdade que tanto repelia a subordinação colonial quanto almejava o reconhecimento do Império ‘como Reino irmão e como Nação grande e poderosa’. Reclamaram um lugar na Civilização, por se considerarem também filhos da Ilustração. (...)

Os olhos na Europa acompanharam o curso da Revolução, as conquistas da liberdade, o nacionalismo ascendente, as garantias constitucionais; miravam o Povo enquanto ‘multidão organizada’. As luzes da Razão revelaram a essência do absolutismo, levando a Vontade Geral a repudiar o despotismo e o clericalismo

Os pés na América porque ameaçados pela ‘nova metrópole’. A cada investida da política britânica, no sentido de uma ação geral e comum para a extinção do tráfico negreiro intercontinental, tornava-se necessário marcar a singularidade deste Reino americano, enfatizando que ‘a África civiliza’. Afirmavam que no conjunto da civilização, constituíam uma cultura particular, como a própria Monarquia – ‘flor exótica na América’.¹⁰⁷

Como vemos, uma dupla orientação em direção ao fim civilizador pretendido.

Um movimento também duplo de individuação. O “corpo político” soberano buscava garantir a hegemonia da classe senhorial em *re-cunhagem* através da espada e, também, da construção de memória e de identidade nacionais. Neste último sentido, a escrita da história e os símbolos materiais eram lugares privilegiados para se promover a interiorização daquilo que não era natural, que não constituía tradições

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ao escrever ‘*As províncias da América, que se denominam com o genérico nome de Brasil*’ quando, nos anos finais do século XVIII, apresentou ao Conselho de Estado um projeto de reformulação da administração do império português, tratando em especial das partes do Brasil. Naquele momento o ministro demonstrava ter sido objetiva a orientação da política administrativa portuguesa quanto à ligação direta da metrópole com cada uma das partes dos seus domínios, ao declarar que ‘*as relações de cada domínio ultramarino devem em recíproca vantagem ser mais ativas e mais animadas com a metrópole do que entre si, pois só assim a união e a prosperidade poderão elevar-se ao maior auge*’. O que não deixava dúvidas quanto à determinação da dispersão na ação colonizadora praticada por Portugal como forma de evitar a união de interesses entre as capitanias, o que possivelmente acarretaria a quebra da unidade à metrópole”. (Grifo próprio) LYRA, M. de L. V., 1992, p. 123.

¹⁰⁷ MATTOS, I. R. de, 1994, p. 119-120.

significativas.¹⁰⁸ *Expansão para dentro*, a partir de elementos da civilização iluminista. Individuação de uma classe e, também, de um novo Estado que surgia na América. “Pés na América” significava, por outro lado, o reconhecimento de algumas de suas especificidades, enquanto Estado-Nação, em meio à civilização europeia, entre elas, a natureza exuberante, mas também a escravidão, essa, aliás, em palavras conhecidas de Bernardo Pereira de Vasconcelos, era quem civilizava a América.

Encontramo-nos, aqui, num complexo palco. Bernardo Pereira de Vasconcelos, e posteriormente a “trindade Saquarema” (Paulino Soares de Sousa, Eusébio de Queiroz e Rodrigues Torres),¹⁰⁹ comandavam, a partir do monopólio da força e do discurso, um movimento de hipertrofia do Estado que, anos mais tarde, após viagem à Europa, o próprio Uruguai reconheceria como exagerado e ineficiente.¹¹⁰ A partir desta direção, os Conservadores puderam enfrentar as demais vozes internas e externas que outros desejos exclamavam como o fim da escravidão, objetivo esse, todo momento, exigido pela Inglaterra e pelos movimentos de rebelião do *mundo do trabalho*. Vejamos as palavras de José Murilo de Carvalho, primeiro em relação às reflexões de Bernardo Pereira de Vasconcelos nos momentos prévios ao rompimento com Feijó (no texto *Exposição*), e depois em relação à atuação do Visconde do Uruguai quando já era preparada a reforma do Código do Processo Criminal de 1841:

A *Exposição* reflete a pregação parlamentarista ao tentar dar unidade de pensamento a ação ao governo. Reflete também princípios do liberalismo político ao afirmar o ‘incontrastável direito de resistência à opressão’, e ao falar na ‘gloriosa revolução, que buscou popularizar a monarquia e reconciliá-la com os princípios da ‘verdadeira liberdade’.

¹⁰⁸ É importante ressaltar que o IHGB, tema que analisaremos à parte, foi fundado no ano de 1838, em meio ao avanço político-civilizador do *Regresso Conservador*.

¹⁰⁹ Desde os anos quarenta, em especial durante a “transação”, os Saquaremas se puseram na direção do partido Conservador e do Estado. Portanto, falando em Conservadores estamos nos referindo, se pós-1842, aos Saquaremas, se antes, *grosso modo*, aos Regressistas. Além do termo Conservador, utilizaremos, para nos referirmos aos Regressistas e aos Saquaremas, o termo – *liberal doutrinário*.

¹¹⁰ “No Brasil, em contraste, a administração não leva o Estado até o cidadão, porque é muito centralizada, absolutista, ineficiente e politizada. Tem cabeça enorme e quase não tem braços e pernas. À extraordinária concentração administrativa não correspondem agentes nos municípios e tribunais que garantam o cidadão contra o arbítrio das autoridades. Acrescentando-se a isso as enormes distâncias e a falta de comunicações, tem-se como resultado a morosidade, a arbitrariedade, a precariedade dos serviços públicos em prejuízo dos interesses e direitos dos cidadãos. O Ato Adicional não resolveu o problema porque concentrou por sua vez, a administração no governo provincial em detrimento dos governos locais”. Apud. CARVALHO, J. M. de, 2002, p. 29.

Mas a nova postura política já se fazia também notar. A revolução não pretendia subverter as instituições, nem mudar a dinastia, nem consagrar a violência e proclamar a anarquia. Sem perceber que se contradizia, a *Exposição*, depois de elogiar o direito à resistência, passa a condenar a violência e a sedição. A sedição ‘é crime, qualquer que seja o pretexto de que se revista’. Também a violência é crime porque leva à perturbação da ordem, que só um governo fraco pode tolerar. O governo promete abafar as facções para preservar a ordem pública. Nessa defesa do governo forte, havia pleno acordo de Vasconcelos com Feijó. Mas a *Exposição* continha algo mais substantivo, a distinção entre dois tipos de resistência, a que defendia a ‘verdadeira liberdade’ e a que promovia a anarquia. A primeira era a dos liberais, a segunda, a dos radicais. Não se tratava aí apenas de questão de ordem, era também questão de organização política, monarquia ou república, e de organização social, envolvendo a propriedade de terra e dos escravos.¹¹¹

Em relação ao Visconde do Uruguai:

Sua luta, e a do Partido Conservador em geral, desde 1837, tinha sido a favor da centralização política e administrativa, do fortalecimento do poder central em relação às províncias e aos municípios. Na centralização via a condição necessária para manter não só a ordem mas também a monarquia e a unidade nacional.¹¹²

Homens como Bernardo Pereira de Vasconcelos, que tinham combatido intensamente a favor do liberalismo político durante os primeiros anos após a reabertura da Câmara (1826) - não nos esqueçamos que foi ele um dos principais mentores do Ato Adicional (1834) - punham-se contrários às ações arbitrárias de d. Pedro I, entre elas a dissolução da Assembléia Constituinte, a outorga da Constituição no ano de 1824 e a utilização “excessiva” do Poder Moderador. Mas, se naquele momento atuavam contra um inimigo identificado com o absolutismo, após a multiplicação dos movimentos contestatórios da ordem imperial na década de 30, alguns deles com “confuso” conteúdo republicano e antiescravista, passavam a atentar-se para outro perigo - a desordem. Assim, os até então liberais moderados puseram-se desfavoráveis ao que consideravam ser dois extremos que atentavam contra a saúde da organização estatal e contra os direitos naturais (vida, liberdade e propriedade), a saber, a ordem Absolutista e a desordem democrática.

Os Conservadores construíram um universo político-administrativo capaz de sustentar os interesses materiais mais específicos, mesmo que camuflados de

¹¹¹ CARVALHO, J. M. de, 1999, p. 22.

¹¹² Id., 2002, p. 34.

universais¹¹³ – “Ora, o que se apresentaria, desde então e cada vez mais, como representação dos interesses gerais, assumindo a forma do governo do Estado em oposição aos interesses particulares, não era senão uma forma superior de organização de um segmento desses últimos, objetivando uma restauração e mesmo uma expansão”.¹¹⁴ O resultado de toda essa encenação foi a apresentação de uma estrutura político-administrativa deveras centralizada. No plano político tínhamos o Poder Moderador e o Conselho de Estado, reabilitado desde a reforma do Ato Adicional em 1840, além do senado vitalício com a nomeação de seus membros pelo próprio imperador, e da nomeação dos presidentes de província pelo governo central. No campo administrativo, ao princípio eletivo no sistema judiciário e policial, substituiu o princípio hierárquico a partir das diretrizes do poder central. E completa Gabriela Nunes – “*Os traços gerais do sistema político resultante desse processo de centralização são conhecidos: dois grandes partidos, o Liberal e o Conservador, arbitrados pelo Poder Moderador, que assegurava uma alternância no poder. A criação do cargo de presidente do Conselho, em 1847, firmou definitivamente o ‘parlamento às avessas’*”.¹¹⁵ Vejamos quais eram esses interesses, ainda através das palavras de Gabriela Nunes:

A grande lavoura tinha como centros mais importantes, no fim da Regência, o açúcar nordestino, em declínio, e o café em ascensão no centro-sul, particularmente no vale do Paraíba. Lavoura alimentada pelo braço escravo, e, portanto, pelo tráfico de escravos. O Regresso parece corresponder a um relativo consenso desses setores quanto à necessidade de construção do Estado – forte e centralizado – como a melhor forma de

¹¹³ Diferentes medidas para movimentações similares mostram alguns dos interesses particulares que moviam a ação político-administrativa dos Conservadores ao forjar o Estado brasileiro, vejamos as palavras de José Murilo de Carvalho – “Justificou [Uruguai] as medidas tomadas contra os revoltosos em discurso na Câmara, em 7 de fevereiro de 1843, e no relatório do Ministério da Justiça, de 1843. A tônica do discurso é diferente da do relatório de 41. Neste, tratava-se de combater sobretudo a desordem civil, a anarquia, a impunidade. O alvo principal eram os setores populares, considerados quase bárbaros. O remédio para a desordem civil era o aperfeiçoamento da própria polícia e da justiça, isto é, a reforma do Código de Processo Criminal. Em 1842, tratava-se de desordem entre grupos da elite, pela qual a massa popular não era responsável. A questão agora não era de organização policial, mas de organização política”. CARVALHO, J. M. de, 2002, p. 21. Ou, em relação à hierarquia dentro do *mundo do governo*, encoberta pela ideologia utilitarista, como afirma Ilmar R. de Mattos – “A luminosidade do dia, a que se acrescentava o clarão das girândolas, punha em evidência esplendorosa a figura do imperador. Não deixava, contudo, de projetar sombras sobre os reais construtores do poder que ali se apresentava. Ofuscava também as pálidas luminárias dos Liberais”. MATTOS, I. R. de, 1994, p. 181.

¹¹⁴ MATTOS, I. R. de, 1994, p. 198.

¹¹⁵ FERREIRA, G. N., 1999, p. 37.

preservação de seus interesses. A centralização política na capital do Império corresponderia a esta fase marcada pela coincidência geográfica entre poder econômico e poder político.¹¹⁶

Entrementes, paralelo à ação político-administrativa que em breves linhas analisamos, a direção Conservadora pretendeu domesticar a relação entre o presente e o passado, o diálogo entre imaginação e tradição. Os Conservadores eram portadores do belo, do bom e do verdadeiro, disseminando tais diagnósticos através do Estado forte, mas, também, a partir da escrita da História. Aliás, devemos lembrar que a superioridade dos Saquaremas em relação aos Luzias no palco político, deve-se muito à construção de uma memória que também a esses últimos *con-venceu*. A partir da pretendida objetividade, portadores que eram da civilização, se lançaram num projeto de “invenção” de tradições, de construção da memória e do estabelecimento da justa forma de reflexão, elementos capazes de instaurar longa e latitudinária direção.

Esta combinação de meios de coerção e elementos de persuasão, entre aparelhos ‘privados’ e ‘públicos’, de realizações materiais e ações não materiais, deveria assumir no Império do Brasil um conteúdo e uma forma singulares, como decorrência do privilegiamento da Coroa, encarregada de uma restauração e de uma expansão. Os sempre vigilantes olhos do imperador eram a condição para o triunfo da Ordem, possibilitando a difusão da Civilização; o triunfo da Civilização era a condição para a difusão dos valores de uma Ordem.¹¹⁷

Do mundo do governo emanavam duas preocupações essenciais nos últimos anos da década de 30. Os Conservadores estavam atentos ao chamado liberalismo radical. Dentro do espírito do liberalismo moderno, defendendo um espaço de liberdade negativa inegociável e universal, os liberais radicais propunham com vigor a proteção do indivíduo e de sua propriedade enquanto unidades invioláveis. Todavia, pensadores como Locke, Rosseau e fatos como a Revolução Francesa teriam produzido definições e reflexões que não estariam, segundo os próprios Conservadores, respeitando o movimento dos elementos tempo e espaço, axiomas produzidos pelo afastamento em relação ao mundo da cultura. E aqui anunciamos o

¹¹⁶ FERREIRA, G. N., 1999, p. 39. Não podemos desconhecer a presença de outros importantes interesses como os ligados à expansão da produção de gêneros alimentícios e à criação de animais no sul de Minas e na Zona da Mata. Cf. MATTOS, I. R. de, 1994, p. 151 et. seq.

¹¹⁷ MATTOS, I. R. de, 1994, p. 193.

universo teórico que ira marcar decisivamente a *weltanschauung* dos estadistas e dos intelectuais mais diretamente envolvidos na produção do Estado centralizado, a saber, o historicismo. Vejamos, ainda em relação ao liberalismo radical, o que nos tem a dizer Ubiratan Borges:

As origens do modelo encontram-se em Rosseau, Abbade Raynal e no exemplo da Revolução Francesa. Para os radicais, a menor restrição à liberdade torna despótico um governo, e a medida da liberdade brasileira seria o quanto de liberdade o Sena ou o Tâmbisa banhassem, uma concepção universalista e racionalista dos direitos humanos, apoiada num jusnaturalismo do tipo iluminista. Para eles, a liberdade defensável no Paraguai ou em Nova York é a mesma, porque a dignidade humana e seus direitos são os mesmos.¹¹⁸

Vemos que o discurso dos Conservadores em relação aos liberais radicais apontava para uma antinomia. Melhor dizendo, em nome da defesa da liberdade universal pretendida racionalmente, da *vontade geral*, para usar as palavras de Rosseau, o discurso liberal radical desrespeitaria aquilo que seria o seu próprio cerne, a saber, o direito irrestrito à liberdade individual e o direito à propriedade. É construindo tal natureza de crítica que Bernardo Pereira de Vasconcelos abandona seu antigo aliado, o padre Liberal Diego A. Feijó, como já pudemos ver. Aliás, a negativa de Carneiro Leão em aderir ao movimento proposto por Feijó, já demonstrava o projeto de Estado centralizador que se consolidaria durante as décadas de 40 e 50 do século XIX..¹¹⁹

Por outro lado, o liberalismo doutrinário pretendia aproximar, através de um propalado respeito às especificidades temporais e espaciais, as idéias de ordem e de liberdade. Através das instituições políticas, como já vimos, os Conservadores obtiveram centralização capaz de instaurar seu projeto civilizador através, principalmente, da escrita da história; algo que reconhecemos como uma domesticação do *espaço de experiência*.¹²⁰ A escrita da história funcionou como

¹¹⁸ MACEDO, U. B. de, 1989, p. 76.

¹¹⁹ Sentenças como essa – “já demonstrava” -, por vezes inevitáveis, podem levar-nos a pensar teleologicamente a ação Conservadora. Todo o intento do presente trabalho é oposto. Pretendo mostrar que houve disputas internas ao *mundo do governo*. Sem desconhecer, também, as contestações ao Estado, que advinham dos outros dois *mundos*.

¹²⁰ Refiro-me à confecção de memória e de esperanças construídas a partir do Estado Conservador. Como afirma Reinhart Koselleck, imagens que se completam cada vez mais num futuro irrealizável.

instrumento capaz de escamotear, por exemplo, as duas instituições que Gonçalves de Magalhães tratava de negar – a escravidão e o despotismo, herdados, ambos, dos tempos coloniais. Ao fim e ao cabo, dentro do concerto internacional das Nações, o Brasil se individualizava. Buscava ser reconhecido como elemento participante da civilização ocidental, mas não abria mão de reproduzir as hierarquias internas e de organizá-las maximizando seus resultados materiais; processo este que se concretizava graças ao aparato racional/moral ofertado pelas Luzes. Como afirma José Murilo de Carvalho, os Conservadores eram os representantes da reta civilização, apenas eles estariam aptos a refletir. Enfim, de um lado o respeito às características particulares do Império do Brasil, que precisavam ser re-cunhadas, e, de outro, a superioridade das elites política e/ou letrada detentoras da legítima razão – parte que faziam da civilização ocidental iluminista –, os únicos aptos a governarem. Ainda segundo José Murilo de Carvalho:

Uma vez que a sociedade brasileira não tinha o espírito da liberdade individual nem do igualitarismo, era formada de súditos e não de cidadãos; e de súditos hierarquizados pela escravidão, pela cor, pelo sexo, pela ocupação, pela educação, a simples introdução do federalismo por uma medida legal não poderia fazer a mágica de democratizá-la. Federalizar era necessariamente reforçar as estruturas sociais de poder ‘preexistentes, era reforçar a desigualdade, a hierarquia, o privatismo. Não surpreende que o federalismo fosse bem-vindo aos poderes locais’.¹²¹

O processo civilizador dos liberais doutrinários não deve, assim, ser analisado como pura invenção incorporada graças à utilização dos monopólios da força e do discurso. Estavam preocupados em proteger a liberdade a partir de suas noções de verdadeiro e de justo.¹²² Vemos que a re-cunhagem da moeda colonial pretendida a

Dá-se, assim, um esquecimento do tempo presente, do par reflexão/crítica, e o futuro pouco surpreende. Cf. KOSELLECK, R. 1983.

¹²¹ CARVALHO, J. M. de, 1998, p. 181. Ou ainda, a partir da visada de Borges de Macedo – “Uma aguda consciência histórica da política como arte do possível, e um realismo atento ao que se pode fazer nas circunstâncias nacionais e hostil a perfeccionismos abstratos caracterizam a estratégia central dos doutrinários. Em geral grandes servidores do Estado e ligados também ao Partido Conservador, embora sem vinculações conclusivas com a estrutura agrária, antes ao aparelho estatal”. MACEDO, U. B. de, 1989, p. 79.

¹²² Todavia, há uma lógica perversa nesse discurso. De um lado, a presença da escravidão e de grau elevado de egoísmo não permitia, segundo os Conservadores, que a liberdade fosse estimulada e estendida, não eram sábios o suficiente para interpretá-la e diferenciá-la da plena adesão aos desejos. De outro lado, porém, o poder era cada vez mais centralizado, a escravidão era pedra de toque para os Saquaremas, e se a maioria estava longe de saber lidar com a liberdade, seguindo as afirmações dos

partir da **con-formação** da classe senhorial, não se punha contrária à liberdade, pelo contrário, ela a defendia a partir de uma racionalidade determinada, a do *modus vivendi* consolidado pelo liberalismo francês de 1830.

Para os Conservadores, a relação era mais complicada. Falo, naturalmente, de Conservadores preocupados com o problema da liberdade, daqueles que Victor Hugo chamava de liberais Conservadores, a geração que veio após a Revolução e a criticava sem a negar, como Tocqueville, Benjamim Constant, Guizot, Thiers. No Brasil, este grupo foi representado principalmente pelo visconde de Uruguai, político e teórico do Partido Conservador, um dos principais engenheiros do *Regresso* (...).¹²³

O projeto civilizador Conservador construía uma direção política e, paralelamente, investia na confecção (não pura invenção) de símbolos e memória capazes de, de braços dados, forjar e consolidar o Estado imperial. Um projeto que nasce dentro do horizonte político-reflexivo ilustrado, tempo do movimento filosófico racionalista oitocentista francês, e nacionalista, resultado do fracasso parcial da ação anexadora do Império napoleônico.

Pois bem, analisemos, agora, a fundação do IHGB e a sua relação com a política civilizadora Conservadora. “Saímos”, assim, do campo de batalha político institucional e nos encaminhamos para o campo das percepções. Terreno no qual digladiaram-se projetos historiográficos que, ao mesmo tempo em que buscavam desvelar o real que se apresentaria através das fontes, pretendiam construir e consolidar arquétipos memoriais aliados aos interesses político-econômicos da direção Saquarema. Todos, os *mais distantes* e os *mais próximos*, convencidos, em última instância, pelas noções de verdadeiro, de bem e de belo propagadas por esses Conservadores.

próprios Conservadores, a presença cada vez maior do Estado, como tutor, não permitia que o aprendizado devido fosse construído.

¹²³ CARVALHO, J. M. de, 1998, p. 175.

3.1.2. O IHGB e a construção da Nação

...o que nos pareceu o substrato do Instituto: a existência de uma elite política ‘moderada’, vinculada ao movimento do Regresso e que se opunha, ideologicamente tanto ao modelo político jacobino e sua solução democrática, quanto ao modelo neo-absolutista da Restauração.¹²⁴

Arno Wehling

Como podemos ver, ao projeto político do Regresso Conservador vieram se juntar alguns dos mais importantes literatos do Império do Brasil.¹²⁵ Estes se somaram aos políticos do Regresso reagindo ao liberalismo radical, presente, especialmente, nas revoltas regionais da década de 30, atentos também a um possível retorno de práticas absolutistas. Eram homogêneos, não idênticos,¹²⁶ a favor de um Estado forte, constitucional e centralizado capaz de promover o encontro a que fizemos menção páginas acima, um encontro entre ordem e liberdade.

A ação desta elite política ‘Regressista’ demonstrou-se em variados aspectos, todos tendentes a reforçar a autoridade central e garantir a monarquia constitucional: reação às revoltas regionais, Lei Interpretativa do Ato Adicional, reforma do Código do Processo Criminal. A fundação do Instituto insere-se neste processo e, por isso, os

¹²⁴ WEHLING, A., 1989, p. 45. Ver também Paulo Mercadante e sua polêmica tese da política conciliadora enquanto *ethos* intransponível – “De todos os cantos, desde a consolidação do poder Conservador, interpunham-se os brados que reivindicavam a política de paz entre os espíritos”. MERCADANTE, P., 1965, p. 158.

¹²⁵ Afirma Arno Wehling que a fundação do IHGB “aparece como mais um esforço desta elite para encaminhar politicamente o novo país, enfrentando, ao mesmo tempo, o que lhes parecia federalismo excessivo (com o eventual desmembramento do país) e ameaça à estabilidade social (a oposição à escravidão) (...) Ele foi, circunstancialmente, um dos subprodutos da aliança entre a elite política ‘moderada’ e o grupo cafeeiro emergente da província do Rio de Janeiro, não fosse o cerne do comando Regressista justamente a ‘oligarquia’ (a expressão é da época) fluminense liderada por Rodrigues Torres e Paulino Soares de Sousa (...)

Neste sentido, em consequência, a Lei Interpretativa de 1840 e a reforma do Código de Processo Civil são fruto da mesma afirmação Conservadora e unitária da monarquia constitucional, como única saída política para o Brasil. Ou, noutros termos, a vitória da ‘consciência Conservadora’, com a definição de um ‘centro’ político simultaneamente anti-recolonizador, absolutista, jacobino, federal e abolicionista”. WEHLING, A., 2001, p. 132.

¹²⁶ Isso significa que nem todos possuíam os mesmos pontos de vista sobre todos os temas que permeavam o dia-a-dia no Império. O próprio Januário da Cunha Barbosa condenava abertamente a escravidão, ao passo que afirmava a necessidade de uma Monarquia Constitucional centralizada. A questão da escravidão, diga-se de passagem, foi, desde o início do processo de construção do Estado imperial, um tema muito controverso, dividindo as opiniões dentro dos centros oficiais ou próximos ao Estado; como no caso da própria *Sociedade Auxiliadora*. Cf. CARVALHO, J. M. de, 2003, p. 56.

textos são muito claros na defesa da monarquia constitucional e do sistema unitário como regime político ideal para o País.¹²⁷

Nos importa fazer um breve mapeamento das origens e posições socioprofissionais daqueles que fundaram o IHGB. Ao fim, concluiremos pela aproximação entre esses literatos e o *mundo do governo* dirigido pelos Conservadores.

O IHGB nasce, em 1838, a partir do apoio humano e material da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional¹²⁸, “*cujá finalidade era o fomento das atividades produtivas (especialmente, nesta quadra, a agricultura), e tendo como membros figuras da elite política do Império, homens da geração da Independência, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro visava atingir objetivos político-administrativos e intelectuais que transcendiam de muito qualquer rotina acadêmica...*”¹²⁹

Dos 27 sócios fundadores, 9 exerciam papéis políticos do mais alto nível, eram senadores, ministros e conselheiros do Estado.¹³⁰ Os demais se dividiam, principalmente, entre profissionais liberais, eclesiásticos e negociantes que ocupavam cargos na alta burocracia do Império. Em 1839, como aponta Arno Wehling, o número dos sócios efetivos aumentou para 46, mais 12 honorários. Entre os efetivos, continuou predominando a formação jurídica (41,3%) e a atividade profissional no serviço público (71,7 %), destes, 21,7% ocupavam a magistratura, 28,3% o ensino, 6,5% eram militares e 15,2% se dividiam entre outros ramos da administração pública. E por fim, eram parlamentares 19,6% dos sócios efetivos. Por outro lado, acompanhava o alto índice de elementos participantes da alta burocracia como sócios

¹²⁷ WEHLING, A., 1989, p. 45-46.

¹²⁸ Em relação ao peso político exercido pela *Sociedade*, penso ser importante aproximar a visão de Wehling à de José Murilo de Carvalho. Este autor afirma que tal papel político não teria sido mais significativo do que o exercido na área técnico-científica. – “Não nos parece também que se tratava de um organismo de natureza política, capaz de pressionar o governo em favor de medidas de defesa da indústria, agrícola ou não (...) o tom das posições da *Sociedade* era dado pelos secretários-gerais e era de natureza muito mais técnico-científica do que política. Um secretário típico foi, por exemplo, Frederico César Leopoldo Burlamaque, doutor em ciências matemáticas e naturais pela antiga Escola Militar, que renunciou à secretaria para ser o redator de *O Auxiliador*, no qual colaborava assiduamente defendendo reformas técnicas e sociais na agricultura. A *Sociedade* era algo mais próximo de um centro de estudos ou sociedade literária. A participação dos políticos nela era mais simbólica e honorífica do que instrumental”. CARVALHO, J. M. de, 2003, p. 52.

¹²⁹ WEHLING, A., 2001, p. 128.

¹³⁰ Para uma avaliação das hierarquias existentes entre as posições políticas e administrativas citadas, Cf. CARVALHO, J. M. de, 2003.

efetivos, um predomínio, acentuado entre os sócios honorários de representantes do *mundo do governo*, e como afirma Wehling – “*predominando justamente os representantes Regressistas que fundariam o partido Conservador*”.¹³¹ E concluindo, vejamos as palavras do mesmo autor que nos atentam para o diálogo entre os letrados e o *mundo do governo*:

A heterogeneidade funcional era compensada pela unidade ideológica. Eram, quase todos, homens cuja visão nacionalista e centralizadora caracterizou a elite política do Império. Repetem-se, no caso do IHGB, as características gerais desta elite política imperial definidas por José Murilo de Carvalho: *defesa da unidade nacional, consolidação do governo civil, redução do conflito no plano nacional, limitação da mobilidade social e da mobilização política*, ao contrário da América Hispânica, onde a falta de unidade ideológica da elite levou à balcanização, ao caudilhismo e à instabilidade política.¹³² (Grifo próprio)

Todavia, a atuação de letrados como Januário da Cunha Barbosa e Varnhagen mobilizava outros recursos que não as discussões parlamentares e o uso do monopólio da força. O IHGB, através da escrita da história, apoiado oficialmente, responsabilizou-se pela construção e pela disseminação de um conjunto de imagens e diretrizes reflexivas capazes de inventar¹³³ uma comunidade imaginada,¹³⁴ reconhecida por aqueles que a integravam. Falamos, aqui, do papel da escrita da história enquanto fundadora de símbolos substanciais ao soerguimento da Nação brasileira.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ocupou-se de fomentar a dupla individuação pretendida pelos políticos Regressistas. A formação de um corpo nacional digno de reconhecimento em meio ao concerto internacional das nações ocidentais, e, ao mesmo tempo, a defesa de imagens particulares como a escravidão, enfim, a própria re-cunhagem da moeda colonial sustentada pelo Estado imperial em

¹³¹ WEHLING, A., 2001, p. 129. Todos os dados foram retirados do livro citado. Também, Cf. Id., 1989, cap. IX.

¹³² WEHLING, A., 2001, p. 129-130.

¹³³ O conceito *inventar* não se remete apenas à criação e à falsificação de tradições, vale lembrar, mas também, a um pôr em evidência a partir do monopólio do discurso. Cf. HOBSBAWM, E., 1984.

¹³⁴ Cf. ANDERSON, B., 1989, cap. I, II e III.

construção. Tudo isto a partir de um lugar específico, o Rio de Janeiro.¹³⁵ Como afirma Manoel Salgado:

Em 25 de novembro do mesmo ano (1838), Januário da Cunha Barbosa, na qualidade de primeiro-secretário do IHGB, apresenta em discurso de caráter programático os estatutos da recém-criada instituição, então aprovados, que definem duas diretrizes centrais para o desenvolvimento dos trabalhos: a coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil e o incentivo, ao ensino público, de estudos de natureza histórica. Estes primeiros estatutos estabelecem também as pretensões do IHGB em manter relações com instituições congêneres, quer nacionais, quer internacionais, e em constituir-se numa central, na capital do Império, que, incentivando a criação de institutos históricos provinciais, canalizasse de volta para o Rio de Janeiro as informações sobre as diferentes regiões do Brasil. As semelhanças com o modelo francês parecem bastante evidentes: da mesma forma que as academias literárias e científicas provinciais francesas do século XVIII articulavam-se na teia mais ampla do processo de centralização levado a cabo pelo Estado, sediado em Paris, do Rio de Janeiro as luzes deveriam expandir-se para as províncias, integrando-as ao Estado e criando os suportes necessários para a construção da Nação brasileira.¹³⁶

Enfim, “manter relações com instituições congêneres” internacionais significava, com frequência, como afirma Ilmar R. de Mattos, participar do processo

¹³⁵ Cidade essa que era, desde a segunda metade do século XVIII, ponto estratégico à política mercantilista portuguesa. O Rio de Janeiro, desde quando se tornou capital, e mais ainda após 1808 com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, foi capaz de aproximar as elites político-administrativas, comerciais e produtoras. Mais tarde, com a força da elite cafeeira fluminense, acabou por se tornar palco disseminador da civilização e das normas políticas construídas pela direção Conservadora. Seguindo as palavras de Maria de Lourdes – “Sede do Vice-Reino, o Rio de Janeiro concentrou as funções de centro administrativo com jurisdição sobre as demais capitanias do Sul do *Estado do Brasil*, ao mesmo tempo em que sediava o principal porto gerador da atividade mercantil (...) A transferência da sede da Corte portuguesa para a colônia, ou seja, a instalação do governo da metrópole portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, rompeu a dispersão administrativa, característica do período colonial, ocasionando a efetiva instalação de um governo central no Brasil. Só a partir de então se fez sentir o peso da autoridade de uma sobre as demais instâncias administrativas do território nacional. Com a localização do eixo dinâmico da ação centralizadora do Estado absolutista português no Rio de Janeiro, criou-se um ponto de convergência, isto é, um centro de união, não apenas entre as várias partes do território chamado Brasil, como entre este e o reino de Portugal na Europa, demarcando um movimento particular – em termos de relações sociais, políticas, ideológicas, econômicas e institucionais – no processo de formação do Estado nacional”. LYRA, M. de L. V., 1992, p. 128-129. Cf. MATTOS, I. R. de, 1994, cap I.

¹³⁶ GUIMARÃES, M. L. S., 1988, p. 8. Ana Beatriz Demarchi Barel também nos fala da importante aproximação entre letrados franceses e a criação do IHGB – “Jornalista, fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Paris, aquele mesmo que será o modelo de nosso Instituto Histórico e Geográfico, Monglave consegue reunir em 1834 um grupo de intelectuais para inaugurá-lo e também dar origem ao que Maria Alice de Oliveira Faria chama ‘uma das mais conceituadas agremiações eruditas do fim do século XIX e do século XX, a Société des Etudes Historiques, praticamente extinta com a segunda guerra mundial (...) Tendo viajado para o Brasil nas primeiras décadas do século XIX, Monglave aprendeu o português e foi ele o grande anfitrião dos nossos jovens brasileiros no Instituto Histórico, demonstrando enorme interesse por tudo que dissesse respeito à cultura e à nossa literatura então ainda iniciante...”. BAREL, A. B. D., 2002, p. 50-51.

civilizador europeu,¹³⁷ ter a cabeça lá, sentir-se mais perto da Europa do que das regiões que compunham o Império do Brasil. Relacionar-se com outras “instituições congêneres” nacionais era difundir as imagens e o *ethos* produzido a partir do Rio de Janeiro, a partir do laboratório Saquarema, era recolher *con-vencendo*, hierarquizar; a própria *re-cunhagem* da moeda colonial. Aliás, esta última relação não deve ser entendida enquanto pura dominação. Como já dissemos antes, não se tratava de uma simples invenção de tradições, mas sim de uma aproximação, na qual o olhar era direcionado por componentes teórico-metodológicos definidos, sublinhando determinados elementos da Nação em detrimento de outros. Melhor avaliando, chegaremos ao espírito historicista, especial à segunda fase do IHGB, que buscava respeitar, também e de algum modo, os deslocamentos do tempo e do espaço como capazes de promover **transvalorações**. Melhor dizendo, movimento.¹³⁸ Enfim, como afirma Manoel Salgado:

Se por um lado a viabilização de um modelo de Nação em construção, por outro, e no caso específico brasileiro, essas mesmas particularidades não deveriam comprometer a vinculação desse projeto nacional a um quadro mais geral e abrangente das Nações civilizadas. Portanto, recuperar certamente o específico, sem contudo, comprometer o geral, ou seja, a noção de civilização como conceito fundamental. Tarefa certamente problemática para aqueles engajados em delinear uma fisionomia possível e aceitável para a Nação brasileira.¹³⁹

A equação é a seguinte: através da razão (comandada pelos arquétipos gnoseológicos e ético-morais iluministas) e da empiria (parâmetro historicista), os historiadores do IHGB se aproximariam dos contornos senão exatos, essenciais da

¹³⁷ Cf. ELIAS, N. 1993.

¹³⁸ Entendo, aqui, *historicismo* como sinônimo de *historismo*, e não próximo ao cientificismo e às filosofias da história. É uma postura preocupada mais com os movimentos do tempo e com as presenças e transformações culturais e políticas específicas, do que com algum tipo de espírito subterrâneo e determinante da História. E completando, vejamos como Arno Wehling define o historismo – “... a epistemologia historista, caracterizada pela afirmação da existência de uma realidade histórica irreduzível à explicação físico-naturalista e explanada, conseqüentemente, não por leis, mas pela compreensão (Herder) dos fins visados pelos agentes sociais; e a metodologia documentalista, voltada para o estabelecimento e a crítica das fontes”. WEHLING, A., 1999, p. 29. Sobre o historicismo de Varnhagen, importante componente do IHGB, afirma Wehling que “Em conseqüência, o método adequado para o historiador não seria aquele que o faz caminhar das aparências mutáveis a uma realidade imutável, mas o que permite apreender a realidade como uma contínua mudança, a partir de seus elementos exteriores expressivos, como as obras de arte, os textos literários e os documentos públicos e privados”. *Ibid.*, p. 76.

¹³⁹ GUIMARÃES, M. L. S., 1989, p. 28.

Nação, e tudo isso graças à tutela de um Estado centralizado mantenedor da ordem, lugar de partida e de chegada.

O que temos, na verdade, é uma grande dificuldade em arquitetar modelos bem definidos para expressar as orientações teórico-metodológicas dos elementos componentes do IHGB. Se politicamente podemos afirmar sua aproximação com o projeto Conservador, como já o fizemos, no campo epistemológico a missão é mais complexa. Vejamos as palavras de Arno Wehling:

Há uma tendência, entre os historiadores das idéias, em distinguir certas fases no historicismo: ter-se-ia um historicismo ilustrado, próprio da segunda metade do século XVIII, em geral reagindo ao mecanicismo físico-filosófico; uma fase posterior romântica, na qual aspectos afetivos e valorativos predominaram; e finalmente um fase cientificista onde preponderaria a explicação objetivista típica de positivistas e evolucionistas (...) no caso do IHGB, a admitir-se um historicismo romântico ter-se-ia de constatar, ainda, forte influência da filosofia iluminista e ‘antecipações’ de atitudes tipicamente cientificistas; ou, inversamente, ‘antecipações’ românticas no historicismo ilustrado e ‘sobrevivências’ dele no cientificismo, por mais racionalista que se propusesse.¹⁴⁰

É interessante esse jogo de influências que Arno Wehling propõe entre o que já não é mais e, por outro lado, presenças que ainda não se fizeram plenas. Suas palavras nos servem menos para desistirmos de elaborar classificações, do que para lembrar que esse exercício heurístico requer atitude reflexiva. Atenção que, antes de ser motivo para desculpas antecipadas, é elemento substancial em nossa busca de analisar as direções memoriais imputadas através da construção de determinada concepção de história.

Ora, o que temos de ressaltar é que dois elementos que, a princípio se excluem, devem ser aproximados em nossa proposta. De um lado o racionalismo iluminista, base da concepção de história dos fundadores do IHGB, de outro a preocupação historicista com a compreensão e com a crítica das fontes, presente, em certo grau, na escrita historiográfica de Varnhagen.¹⁴¹ O problema é entender como esses dois

¹⁴⁰ WEHLING, A., 1989, p. 48.

¹⁴¹ Em relação à permanência da perspectiva racionalista iluminista junto ao historicismo do IHGB, afirma Wehling – “No mundo próprio dos historiadores, vemos que os mais significativos entre eles, ainda influenciados pelo racionalismo iluminista, continuavam interessados na fórmula kantiana da melhor Constituição e acreditavam na missão de construir o Estado mais aperfeiçoado, como no caso

vieses aparentemente antinômicos se acomodaram um ao outro. Quero dizer, se de um lado os historiadores do IHGB, quer da primeira, quer da segunda geração, buscavam ir às fontes, procuravam o particular, por outro lado se lançavam às fontes a partir das noções de bem, de belo e de verdadeiro iluministas, enfim, através das noções iluministas de civilização e de progresso. O racionalismo e a moralidade iluministas constituíam parte significativa do projeto nacionalista dos intelectuais em questão.

De uma forma ou de outra, uma proposição nos parece clara, a saber, ao inserir-se na tradição iluminista o IHGB afastava-se de um historicismo mais vigoroso e, buscando forjar a Nação brasileira enquanto corpo particular, refutava a invulnerabilidade das assertivas gnoseológicas e ético-morais produzidas pelo paradigma racionalista iluminista. Como afirma Manoel Salgado:

A leitura da história empreendida pelo IHGB está, assim, marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a contudo numa tradição de civilização e progresso, idéias tão caras ao iluminismo.¹⁴²

Também no *mundo do governo* os Conservadores se posicionaram a favor do historicismo político, entretanto, não abandonaram os elos conceituais e morais que os ligavam à civilização iluminista. Não se podia abandonar as condições específicas de um Império escravocrata, no qual o voto censitário determinava e reproduzia as hierarquias sociais mais profundas, assim como o próprio movimento de recunhagem da moeda colonial e a formação da classe senhorial re-produziam os monopólios da força, da mão-de-obra e da terra. Era inviável romper, por outro lado, com as Luzes. A razão iluminista era admirada e vista, também, como elemento de diferenciação interno, um conjunto que deveria ser levado, pedagogicamente e de

da Alemanha, da Itália e do Brasil. Ou, ainda, de reestruturar melhor o Estado existente, como na Inglaterra, França, Espanha e Portugal.

A combinação do pragmatismo histórico ilustrado com esse progressismo protoliberal, acrescido de rigor metodológico novo, construiu a historiografia que deu suporte, expressão e respeitabilidade científica à cultura histórica emergente. Pensamos, com diferentes graus de proximidade a este modelo, Ranke, Droysen, Schlosser e Gervinus, na Alemanha; Guizot, Thiers e Michelet, na França; na historiografia *whig* inglesa; em Capponi, Gioberti e Balbo, pela versão guelfo-papista italiana, e em Amaria, pela sua versão republicana-mazzina; em Herculano, para Portugal; em São Leopoldo, Cairu, Joaquim Norberto e Varnhagen, no Brasil". WEHLING, A., 1989, p. 31-32.

¹⁴² GUIMARÃES, M. L. S., 1988, p. 8.

forma messiânica a todas as regiões e, conseqüentemente, até os espíritos bárbaros e selvagens do Império, distantes ou próximos. Vejamos como Arno Wehling atrela o discurso de Martius à política Conservadora e, por fim, a um pretendido universalismo dos conceitos, das instituições e das questões ocidentais, em detrimento da atenção radical à historicidade, ao particular.

Martius feria, assim, o ponto central, que os fundadores do IHGB, nos primeiros textos, deixavam subjacente: a elite política do Regresso optara pela monarquia constitucional e o regime unitário pela mesma razão que levou Benjamim Constant a fundamentá-la teoricamente na Europa: oferecer uma alternativa entre o extremo jacobino, com o sufrágio universal rousseauiano e o irrompimento das massas no processo de representação política, e o extremo restaurador, que ambicionava tudo negar da época revolucionária, retornando ao *statu quo* de 1789.¹⁴³

Dois lugares distintos, porém a mesma medida. Entre um e outro, entre o liberalismo radical e o reacionarismo restaurador, os Conservadores. Entre o racionalismo iluminista e a empiria intersubjetiva historicista, os historiadores do IHGB. Entre uns e outros, o projeto nacionalista e moralizante oitocentista.

O Instituto Histórico e Geográfico, a partir da aproximação entre os paradigmas racionalista iluminista e historicista romântico, acabava por confessar que seu projeto de Nação não buscava atender às diferentes vozes que compunham o Estado em construção. Na mesma medida, devia encontrar meios para ratificar algumas das características político-culturais do novo lugar, buscando o reconhecimento da nascente Nação dentre aquelas outras européias. Neste quadro complexo cabe acrescentar que o paradigma racionalista da história sustentava, subjacente a ele, certo resquício da concepção de História *mestra da vida*, e como resultado, o afastamento dos movimentos do mundo, das diferenças incessantemente produzidas.¹⁴⁴ Enfim, a domesticação da vida, assim como a instrumentalização da própria História enquanto lugar de diálogo entre o novo e a tradição. A seguir, exporemos duas passagens da autoria de Manoel Salgado. Elas nos ajudarão a melhor ver a comunhão entre aqueles dois paradigmas, acompanhados da presença subjacente supracitada.

¹⁴³ WEHLING, A., 1989, p. 52.

¹⁴⁴ Cabe ressaltar que a presença dessa concepção é grave, pois significa afirmar que a noção revolucionária de tempo, iluminista, o tempo linear e não mais circular, ainda não tinha sido assumida com fortaleza pelos integrantes do IHGB.

Sobre a presença do *historicismo*:

Como sendo próprio da concepção de História particular àquela instituição: a escrita da História em bases científicas demandava agora o documento original como peça chave e indispensável do trabalho do historiador. Não mais o relato descompromissado, mas sim um relato comprometido com o acontecido, com a verdade, que deixou sua marca no documento (...) Aqui mostra-se o Instituto plenamente de acordo com os princípios àquela altura mais modernos de fazer história: o documento enquanto via de acesso à verdade do acontecido.¹⁴⁵

Sobre a influência do racionalismo iluminista e de seu viés moralizante, acompanhado da concepção de História *mestra da vida*:

No segundo momento de sua fala (José Feliciano Fernandes Ribeiro), ao indicar a importância da leitura da Revista do IHGB, articulando História e exercício da política, confere o Secretário do Instituto Histórico, ao mesmo tempo que sublinha um caráter pragmático para o seu tratamento. Herança do Iluminismo a marcar a visão de História do IHGB até pelo menos a década de 60 do século XIX. A idéia de que a História pode ser a *mestra da vida* subjaz a essa visão pragmática, reservando à ocupação com a História um sentido eminentemente político de orientação do presente. A tarefa de lidar com o passado aparece assim como caminho importante para a resolução das questões do presente; o passado não se esgota em si mesmo, mas ressurgue como campo de experiências, indicador de caminhos.¹⁴⁶

Apenas completando a fala de Manoel Salgado, o passado é “indicador de caminhos” que, todavia, já são, de certa forma, de antemão traçados. Interessam, desde sempre, a um projeto de Nação amparado nas noções de bem, belo e verdadeiro do racionalismo Iluminista. Um olhar que ilumina o objeto a partir de seus interesses político-civilizatórios.

É através da escrita da história que parte da tensão universal *versus* particular é “resolvida”. A história, enquanto disciplina, era tida pelos fundadores do IHGB como lugar capaz de desvelar o verdadeiro nacional, algo que, até então, não estaria sendo satisfatoriamente respondido pelo puro racionalismo iluminista, afastado que era dos

¹⁴⁵ GUIMARÃES, M. L. S., 1989, p. 25. É importante ressaltar que o que Manoel Salgado chama, aqui, de preocupação científica com a verdade, eu, acompanhando Arno Wehling, afirmo ser uma preocupação historicista com a verdade.

¹⁴⁶ Ibid., p. 26-27. Ou ainda, no sentido de aproximar os dois paradigmas de história, Manoel Salgado afirma: “Herdeiro de uma concepção antiga de História, lança-se o Instituto Histórico à tarefa de escrever a gênese da Nação brasileira, preocupação, neste sentido, moderna da historiografia européia do século XIX”. Id., 1988, p. 15.

movimentos do mundo. Através de um olhar para o mundo que afirmava respeito às mudanças, às partes, tornava-se possível um verdadeiro contato com aquilo que constituía o eixo de todos os movimentos, o elemento norteador do Sistema. A partir de então, o Império do Brasil poderia requisitar o lugar pretendido na orquestra das civilizações ocidentais. Vejamos as palavras de Januário da Cunha Barbosa:

Da ignorância dos povos vem comumente a facilidade com que se deixam embair. O conhecimento da história os teria resguardado de inovadores que se esforçam por desacreditar monumentos irrefragáveis, testemunhos fiéis, lançando-lhe a suspeita de erro e de mentira.¹⁴⁷

A história deveria desfazer enganos e, disseminada, apresentar um real estável, precaver contra as “mentiras”. Um real que, menos que movimento, era estabilidade. Notemos a tensão que habita o lançar-se do historiador ao movimento do mundo. A história, ao reconhecer e investigar os particulares que compunham a Nação, necessitava manter-se atenta em relação àqueles “inovadores que se esforçam por desacreditar monumentos irrefragáveis”. O que quer dizer: era fundamental construir discursos que não mais comportassem transformações, recusas, ceticismo. Ia-se ao particular pela via do Universal, do que seria o bem, o belo e o verdadeiro. Como podemos ver através do jornal *Minerva Brasiliense*:

Uma história geral e completa do Brasil resta a compor, e se até aqui nem nos era permitida a esperança de que tão cedo fosse satisfeito este *desideratum*, hoje assim não acontece, depois da fundação do Instituto Histórico, cujas as importantíssimas pesquisas no nosso passado deixam esperar, que esta ilustre corporação se dê à tarefa de escrever a história nacional, resultado final para que devem convergir os seus trabalhos.¹⁴⁸

Entretanto, se a história era capaz de revelar empiricamente o verdadeiro, ela se preocupava, também, e de antemão, em apresentar aquilo que devia ser o nacional. Aquilo que **deve ser** junto do que é. Constrói-se a Nação sem sair do lugar, no caso, o Rio de Janeiro. Como afirma o próprio Januário da Cunha Barbosa:

A História, tornando-lhe presente a experiência dos séculos passados, ministra-lhe conselhos tão seguros como desinteressados, que lhe aclaram os caminhos que deve

¹⁴⁷ Apud. WEHLING, A., 1989, p. 52.

¹⁴⁸ Apud. GUIMARÃES, M. L. S., 1988, p. 14.

seguir, os escolhos que deve evitar, e o seguro porto, a que uma sólida manobra pode felizmente fazer chegar a nau do Estado.¹⁴⁹

Ora, “descompromissado” é tudo o que o saber histórico não é. De uma forma ou de outra, quer a partir da verdade ou do bem, melhor dizendo, dos dois apoiando-se um ao outro, o IHGB forjava uma Nação particular capaz de dialogar com o mundo ocidental, assim como apropriada de autoridade e conhecimento suficientes para ser absorvida pelos três *mundos*. E aqui, menos do que atenção, temos os olhares inquiridores e vigilantes do *panopticon*.

O historicismo se faz presente amalgamado ao racionalismo, acompanhados do paradigma moral ciceroniano. O resultado é uma supressão parcial da tensão particular *versus* universal, a partir da afirmação de um eu hipertrofiado, se quisermos, de um Estado centralizado, produtor do que é e do que deve-ser. Vejamos as palavras que aparecem na Revista do IHGB em abril de 1847:

Deve o historiador, se não quiser que sobre ele carregue grave e dolorosa responsabilidade, pôr a mira em satisfazer aos fins políticos e moral da história. Com os sucessos do passado ensinara à geração presente em que consiste a sua verdadeira felicidade, chamando-a a um nexos comum, inspirando-lhe o mais nobre patriotismo, o amor às instituições monárquico-constitucionais, o sentimento religioso, e a inclinação aos bons costumes.¹⁵⁰

Chegamos, assim, a um historicismo limitado, repleto de estabilidade e de linearidade, ao invés de movimento e ruptura. Limitado, pois mais preocupado em afirmar o mito da Nação do que em construí-la empiricamente, como no movimento herderiano de “hermenêutica” e incompletude confessa. O IHGB se rende ao dever-ser que o permite fabricar abstrações significativas, e isso, repito, sem que se afastasse paradigmaticamente de outro mito, esse moderno, o da objetividade histórica. Moralidade, ontologia e gnoseologia quando pretendem à totalidade revelam, antes de tudo, os *inter-esses* (estar-em-meio sem querer abrir-se para os demais mundos) de grupos determinados.

Como vemos, a preocupação com a verdade ocupa o mesmo espaço reservado ao discurso moralizante, não devendo ser vistos, assim, como antinômicos. Aliás, de

¹⁴⁹ Apud. Ibid., p. 15.

¹⁵⁰ Apud. GUIMARÃES, M. L. S., 1988, p. 15-16.

acordo com Koselleck, a história *mestra da vida* não abandona a preocupação com o conteúdo, com aquilo que é, em prol de um aperfeiçoamento retórico e moral isolados.¹⁵¹ Ricardo Benzaquen comenta a relação entre ser e dever ser, inclusive no discurso historiográfico marcado pela tradição moralizante ciceroniana: “*Note-se, porém, que a ausência de especialização – e mesmo aquela variedade de conteúdos – não nos deve fazer supor que houvesse uma completa e irrestrita comunicação, uma absoluta transitividade entre a história e a tradição, isto é, que qualquer relato encontrado na memória coletiva pudesse automaticamente ser transformado num exemplo (...) Ao contrário, vamos assistir com freqüência a um esforço das mais distintas posições que se utilizam desta concepção no sentido de encontrar um filtro que garantisse uma relativa crítica das narrativas tradicionais, diminuindo a incidência do ‘mítico’, do ‘maravilhoso’, do ‘inverossímil’ e, conseqüentemente, aumentando o poder de persuasão de cada uma delas*”.¹⁵²

Ocorre que se costuma falar de duas gerações.¹⁵³ Os da segunda geração, entre outros Varnhagen, são entendidos como dialogando com o historicismo romântico de Herder e com o historicismo de Ranke, desviando-se do racionalismo iluminista.¹⁵⁴

¹⁵¹ Cf. KOSELLECK, R., 1983.

¹⁵² ARAÚJO, R. B. de, 1988, p. 30.

¹⁵³ Afirma Arno Wheling – “Houve, entre Varnhagen e os ‘pais fundadores’ do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como o visconde de São Leopoldo e o cônego Januário da Cunha Barbosa, uma diferença profunda de concepção em relação à história, a mesma que separou os grandes historiadores da primeira metade do século XIX de seus predecessores, os filósofos setecentistas da tradição de Montesquieu e Voltaire.

Os fundadores do Instituto Histórico, como também Martius, filiavam-se ao historicismo filosófico do século XVIII, na sua versão protonaturalista francesa, que encontramos de Montesquieu e Voltaire até Condorcet e Kant, em fins do século.

Influenciados por esta tradição de pensamento newtoniano, dele recusavam em geral apenas os excessos mecanicistas, aceitando os fundamentos mais significativos desta interpretação da realidade: a idéia de existência de leis naturais e a possibilidade da previsão histórica, tão claramente enunciada por Januário da Cunha Barbosa.

Varnhagen pertenceu a outra geração, já influenciada pelo romantismo e pelo clima de desconfiança em relação às soluções políticas oriundas do racionalismo da revolução. Ademais, ao contrário de São Leopoldo, que era um jurista, e Januário, um professor de filosofia, Varnhagen foi um historiador profissional, convicto da inadequação das generalizações filosóficas e da importância de pesquisa documental para um trabalho consistente”. WEHLING, A., 1999, p. 44-45.

¹⁵⁴ E aqui Arno Wheling nos remete a uma característica do historicismo de Varnhagen, item que o teria afastado do culturalismo de Vico e de Herder. Na historiografia de Varnhagen, as aproximações ao mundo da cultura e da natureza humana “vêm usualmente mescladas com categorias teológicas e morais (...)”, o que produziu fixidez e essencialidade às assertivas. WEHLING, A., 1999, p. 122. Ao contrário, por exemplo, da visada proposta pelo historicismo de Vico, pois, ainda segundo Arno

Nas duas fases, porém, há enrijecimento irreversível dos enunciados históricos produzidos. Ocorre que a preocupação com as **cores locais**, percebida, com matizes distintos, tanto em Januário da Cunha Barbosa quanto em Varnhagen, era orientada pelo *telos* moralizante do modelo nacional europeu disseminador dos “bons costumes”.

Na busca do movimento vêem o que seus olhos querem, melhor dizendo, o que **deve** fazer parte da verdade do mundo. “Falseiam”, honestamente em muitos casos, pois experimentam, humanos que são, a partir de *a priori* sólidos – o modelo de Estado-Nação europeu oitocentista. Narram a trajetória da colonização como despótica apenas se relacionada à supressão de soberania do então **futuro** e poderoso Estado brasileiro.¹⁵⁵ Era necessário que, ao se encontrar o eixo que dá sentido à história, no caso os elementos que apresentassem as cores particulares da Nação brasileira, agissem sem atuar, respeitando aquilo que deve ser mais do que aquilo outro que é em movimento. Não relatam qualquer ação arbitrária do Estado em relação a elementos menos importantes como os indígenas e os escravos, isso seria obstacularizar o justo andamento da história. O Estado é o elemento privilegiado na construção de memória. Apenas ele, através dos monopólios da força e do discurso, é capaz de forjar a Nação, de des-cobri-la. Vejamos o principal argumento que licenciava a atuação do Instituto Histórico de Paris, e depois, acompanhemos palavras de Martius:

Le besoin de l’histoire nous poursuit partout et à tout moment. Voulons – nous faire des lois? Sachons d’abord quelles sont celles qui manquent, et demandons à l’histoire

Wheling – “A contribuição de Vico, a despeito de sua escassa influência no século XVIII, o que é exemplo da força das concepções iluministas, consistiu na afirmação de dois pressupostos ontológicos em relação ao homem individual e coletivo: a - não existe uma ‘natureza humana’ essencial e permanente, presente em todos os homens, como queriam os iluministas. Ou, de forma positiva: existe uma permanente ação dos grupos humanos para relacionar-se com a natureza física e os outros homens, gerando contínuas e ininterruptas mudanças e produzindo o que chamamos ‘história’(...)”. Em Vico, apenas sublinhando, não haveria espaço para enunciados morais capazes de tratar o mundo da cultura como algo fixo, o que acabaria por refutar a viabilidade da história enquanto “mestra da vida”. Id., 2001, p. 64.

¹⁵⁵ Em relação a Varnhagen – “É o caso, por exemplo, da identificação dos portugueses e mesmo luso-brasileiros que lutaram contra os franceses no Rio de Janeiro quinhentista, ou no Maranhão contra os holandeses, como defensores de uma soberania dois ou três séculos *avant la lettre*”. Id., 1999, p. 69.

quel est le caractère des lois qui ont servi la cause de l'humanité, quel est le caractère de celles qui en ont combattu de progrès.¹⁵⁶

E, segundo as palavras lapidares de Martius:

Por fim devo ainda ajuntar uma observação sobre a posição do historiador do Brasil para com a sua pátria. A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. *Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo.* Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros *amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência*, em uma palavra, todas as *virtudes cívicas*. O Brasil está afeto em muitos membros de sua população, de idéias políticas imaturas. Ali vemos republicanos de todas as cores, ideólogos de todas as qualidades. E justamente entre estes que se acharão muitas pessoas que estudarão com interesse uma história de seu país natal; para eles, pois, *deverá ser calculado o livro*, para convencê-los por uma maneira destra da inexigüidade de seus projetos utópicos, da inconveniência de discussões licenciosas dos negócios públicos ‘por uma imprensa desenfreada, e da necessidade de uma monarquia em um país onde há um tão grande número de escravos. Só agora principia o Brasil a sentir-se como um Todo Unido.¹⁵⁷ (Grifo próprio)

Uma prescrição que, mais importante do que a própria construção de conhecimento, em certa medida, domestica o presente e o passado, reduzindo o *espaço de experiências* e alargando um *horizonte de expectativas* que não permite ser ultrapassado, abstração que comanda o não viver da vida. Em última instância, a Nação brasileira já nascia a partir da necessidade de se conservar intactos os monopólios da força, da mão-de-obra e da terra. A Nação era algo buscado a partir do que já se conhecia e do que deveria ser desde antes, um discurso pouco próximo ao movimento plural do real. De um lado, o Estado centralista Conservador, de outro os *lugares* morais que civilizavam o Império do Brasil, nas palavras de Martius – “coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas”. Ambos movimentavam-se desde sempre protegidos. Varnhagen, na “História das lutas dos holandeses no Brasil desde 1624 a 1654”, nos mostra,

¹⁵⁶ Apud. GUIMARÃES, M. L. S., 1988, p. 12. E comenta Manoel Salgado – “Em suma: com a história é possível aprender de forma a não se comprometer a marcha do progresso social. História vista segundo sua instrumentalidade para a compreensão do presente e encaminhamento do futuro, princípios tão caros também àqueles que no Brasil se lançaram à tarefa de escrever uma história nacional”. Ibid.

¹⁵⁷ Apud. GUIMARÃES, M. L. S., 1988, p. 17.

contudo, que a preocupação moralizante não está descolada do interesse pelo que é verdadeiro.

Aos que lamentam o ver dissipadas algumas ilusões de apregoados heroísmos, rogamos que creiam que os haveremos precedido nessas jeremiadas; e pedimos se resignem ante a *verdade dos fatos*, com tanto maior razão, quanto essa verdade nesse mesmo livro lhes proporcionará, em vez dessas ilusórias glórias, outras mais incontestáveis.¹⁵⁸ (Grifo próprio)

O Estado-Nação iluminista e romântico é a lente que permite aos historiadores do IHGB olhar para as diferentes regiões do Império, e nesse jogo de aproximação constrói-se significativo distanciamento. Se Varnhagen acreditava estar aproximando as províncias a partir da construção de uma memória que respeitava aos elementos particulares da Nação brasileira, Gonçalves de Magalhães apontava para um equívoco estrutural que precisava ser repensado, a saber, o próprio esquecimento das regiões – desatenção –, e isso em nome da fortaleza de um Estado que deveria ser, para o autor fluminense, mais efeito do que causa. Vejamos os dois depoimentos:

...era para ir assim enfeixando-as/ as províncias/ todas e fazendo bater os corações dos de umas províncias em favor dos das outras, infiltrando a todos nobres sentimentos de patriotismo de *nação*, único sentimento que é capaz de desterrar o provincialismo excessivo, do modo que desterra o egoísmo, levando-nos a morrer pela pátria ou pelo soberano que personifica seus interesses, sua honra e sua glória” (...) Em geral busquei inspirações de patriotismo sem ser no ódio a portugueses, ou à estrangeira Europa, que nos beneficia com ilustrações; tratei de por um dique à tanta declamação e servilismo à democracia; e procurei ir disciplinando produtivamente certas idéias soltas de nacionalidade.¹⁵⁹

Já Magalhães acreditava que não por mal Varnhagen construía uma memória deveras partidária e, em seu entender, tão arbitrária. Todavia, apontou para os resultados imprecisos. Senão vejamos:

¹⁵⁸ Apud. WEHLING, A., 1999, p. 53.

¹⁵⁹ Apud. GUIMARÃES, M. L. S., 1988, p. 18. Favorável à preocupação moralizante que devia ter o historiador, atenção à reta formação da Nação, o que significava estar resguardado por um Estado forte e participar dos ideais civilizadores europeus, Varnhagen não se absteve em afastar-se de uma visada empírico-compreensiva que buscasse a verdade, classificando o índio como selvagem e o africano como bárbaro, por mais que decantasse a necessidade de se buscar respeitar as lógicas intrínsecas das diferentes culturas. Para essa última aproximação, Cf. WEHLING, A., 1999, p. 129-130.

Contaminados do espírito de partido (...) por elas julgam os acontecimentos, amoldando-os à sua feição; ou por eles impressionados apaixonadamente sentenciam, sem mais indagar e pesar as causas que os produziram. Do mesmo modo desfiguram as crenças, e infamam os usos e costumes; sendo que de ordinário só nos parecem razoáveis os nossos.¹⁶⁰

E continua denunciando o que seria uma prática historiográfica que de empírica pouco tinha. Prescrição que se resolve, segundo o próprio Gonçalves de Magalhães, a partir de assertivas “apaixonadas” e distantes do mundo da cultura. Enfim, busca factual imprecisa e pregação de uma moralidade arbitrária, egoísta.

A história, tal como os homens a escrevem, é o mais das vezes como um processo pleiteado por interesses contrários, que varia de arrazoado segundo o intento, e a dialética dos advogados; e tanto pode claudicar o historiador nas suas reflexões e interpretações, como nas exposições dos fatos. Para que estes sejam compreendidos, e falem por si mesmos, carecem de todas suas circunstâncias; e uma só omitida por descuido, ignorância ou malícia, errado irá o raciocínio, injusta e falsa a conclusão.¹⁶¹

Enfim, como afirmou Arno Wehling, a escrita da história em Varnhagen, assim como em grande parte dos historiadores do IHGB, estava repleta de bipolaridade e maniqueísmo. Uma alteridade forçada, construída sob a égide moralizante da Nação pretendida.¹⁶² Preocupação em construir o passado a partir dos interesses do presente, do Estado em construção, melhor dizendo. A elaboração de uma *memória-lembrança*¹⁶³ que se erigia, em boa parte, a partir do racionalismo Iluminista francês, de sua noção de civilização e de sua economia moral, e próxima, também, ao sentimento e descobertas românticos. Como afirma Manoel Salgado:

A escrita da história, ainda que submetida a regras próprias ao seu campo, não está desvinculada da política. Menos ainda no interior daquela instituição tão visceralmente comprometida com o projeto nacional em vias de implementação pelo Estado imperial brasileiro.¹⁶⁴

¹⁶⁰ MAGALHÃES, D. J. G. de, 1860. p. 3.

¹⁶¹ MAGALHÃES, D. J. G. de, 1860, p. 4.

¹⁶² Cf. WEHLING, A., 1999, p. 69-70.

¹⁶³ Cf. WILKE, V. C. L., 2000. A autora nfala de uma *memória-esquecimento*, pois deseja sublinhar a necessidade do esquecimento à vida produtiva do homem (segundo Nietzsche). O esquecimento enquanto lugar constitutivo, desafiador. Em se tratando da idéia de memória para a maior parte dos intelectuais e políticos que ocupava o IHGB, temos, na mão inversa, a preocupação em preencher a vida com elementos mesmos, afastando-se da possibilidade de surpreender-se, de mudar – o que chamo de *memória-lembrança*. Cf. NIETZSCHE, F., 2003.

¹⁶⁴ GUIMARÃES, M. L. S., 1989, p. 26-27.

3.1.3. Finitude e diálogo: a escrita da História

Magalhães remete-se à forma equivocada e parcial com que Varnhagen teria buscado construir uma memória histórica sobre os indígenas do Brasil.¹⁶⁵ Segundo ele, Varnhagen, em seu desejo de “vitória a todo custo”, auxiliava na construção de um Estado que se voltava contra as origens mais essenciais da Nação brasileira, de costas para os diferentes elementos que a compunham. Magalhães afirmou a não civilização daqueles que dirigiam, melhor dizendo, que “oprimiam” os “brasilienses”, bárbaros aculturados, arbitrários e irracionais; daqueles que através da força e da escrita da história davam contornos falsos e despóticos ao que seria a Nação brasileira.

... não nos esqueçamos que os vencedores querem ter toda a razão do seu lado, mesmo quando levantam fogueiras;¹⁶⁶ e o historiador é um juiz reto, e não o panegerista da vitória a todo custo. (p.4-5)

Vencedores que estão

sempre empenhados em todos os tempos a glorificar seus atos com aparências de justiça, e a denegrir as suas vítimas com imputações de todos os gêneros; engano fora se cuidássemos achar a verdade e os fatos expostos com sincera imparcialidade, e devidamente interpretados. (p.3)

Como podemos ver, Magalhães busca afirmar um direcionamento errôneo que estava sendo dado à construção da memória coletiva no Império do Brasil. Se, como já dissemos, os historiadores do IHGB, entre eles Varnhagen, se esforçavam para construir o Estado brasileiro e, a partir deste, a Nação, o mesmo não podemos afirmar em relação a Gonçalves de Magalhães. O movimento que ele buscava imprimir era no sentido inverso. O Estado devia ser mais um resultado que representasse e protegesse

¹⁶⁵ MAGALHÃES, D. J. G. de, 1860, p. 31. Aliás, como esse será o texto principal que utilizaremos nos subitens 3.1.3 e 3.2, a referência às páginas será feita sem a repetição do título. Em relação ao texto de Varnhagen a que se refere o autor fluminense, trata-se da – *História Geral do Brasil* - 1854-1857, especialmente o tomo I.

¹⁶⁶ Magalhães está sempre se remetendo à força punitiva da fogueira. Como veremos no próximo capítulo, ele está se referindo diretamente à utilização arbitrária e obscura da fé católica.

os acordos e tradições compartilhados pelas individualidades, do que aquele que criava normas e objetivos distantes dos diálogos entre os integrantes inteligentes e responsáveis da Nação em construção.

Segundo Magalhães, completeemos, um despotismo velado por detrás de interesses partidários, ditos nacionais, insistiam em escamotear algumas presenças cotidianas, a saber, o histórico sofrimento do índio com sua escravidão e morticínio, assim como seu não reconhecimento enquanto cidadão e também a permanência da escravidão negra, produtora de irracionalismo que aprisionaria o senhor e o escravo; toda a sociedade melhor dizendo. Enfim, uma trajetória de esquecimento e de lembrança produzida em nome da “ambição”.

Magalhães denunciava a “cobiça” do homem “civilizado” europeu. Remetia-se ao passado e ao presente. E nos alertava também para uma espécie de capacidade ilusionista, apta a fazer desaparecer o que não deveria ser lembrado, pondo em seu lugar imagens redentoras indissolúveis.

O elemento europeu (...) desde que herdeiros dos remanescentes da civilização grega e romana que combateram, deixaram por esse mesmo combate o estado selvagem em que viviam (...) Esse elemento não necessita hoje de reabilitação aos olhos da filosofia. Ele domina por toda parte e voa, através dos mares, até onde a cobiça lhe acena alguma presa. Seus mesmos erros e crimes acham-se suficientemente compensados por ilustres e apregoados feitos que assinalam a sua marcha invasora, a par de muitas destruições e mortes. (p. 6)

E continua:

De ordinário esses narradores de coisas novas, que se não recomendam pela sua ciência e desinteresse, tendem mais a notar o ridículo e extravagante que exageram, do que o bom e razoável (...) O amor ao extraordinário os leva a hipérboles e fábulas; acham homens monstros, sem lei nem grei, como acham gigantes e amazonas. (p. 5)

A crítica de Magalhães se dá em duas direções. Fala-nos de um certo discurso historiográfico partidário (ilusionista), repleto de “hipérboles” e “fábulas”, do que resulta o “exagero” mal intencionado, apontando, também, para certo despreparo. Varnhagen e outros historiadores do IHGB não estariam, mesmo que interessados, devidamente instrumentalizados para produzir conhecimento científico, apesar do

discurso empírico pretendido. Magalhães está defendendo a busca de certa objetividade, sendo essa, porém, problemática.

Quando pois nos apresentam documentos vários, provenientes de um só lado, cumpre-nos procurar a verdade pela crítica, e por um método indireto, notando sempre as contradições, como fazem os juizes no acareamento das testemunhas; cingir-nos aos fatos principais em que todos estão de acordo; desviar reflexões e epítetos afrontosos; e admitir verdade todo o bem que dizem do inimigo. As acusações que mutuamente se fazem os de um mesmo lado, divididos por interesses contrários, justificam o terceiro sem voz para se defender, e são para o historiador sincero novas fontes de verdade. (p. 4)

E sobre o que vem a ser a objetividade da história:

Há na história três categorias de verdade: a dos fatos, a das intuições, e a das conclusões morais e políticas do historiador. A exatidão histórica não há de ser tal como a do daguerreótipo, que é a força mesmo de sua momentânea e passageira fidelidade, desfigura o semblante, nos dando a expressão ordinária, que é a vida própria da fisionomia, e do retrato; e menos ainda como a da caricatura, que sacrifica as formas naturais à força da expressão exagerada e caprichosa. E neste caso estão as pinturas (...) que fazem do nosso selvagem. (p. 36)

Aqui estamos dialogando com um autor preocupado com a autenticidade das fontes. Apontando para a necessidade da realização duma crítica que em muito se aproxima da metodologia rankeana. Devem ser vistoriados, além da autenticidade da fonte primária, a logicidade interna dos documentos e os possíveis exageros. Nessa busca de se notar “sempre as contradições”, o historiador Gonçalves de Magalhães aproximava-se do paradigma moderno de história. Objetividade e intersubjetividade. Aquela devia ser buscada, esta seria o próprio limite da objetividade. Como afirma Magalhães, muito próximo de Vico e de Herder:

A estas belas páginas que acabamos de ler, e que ainda não dizem tudo; porque a história não entra no interior da vida doméstica e industrial dos povos (...) (p.40)

Vemos, enfim, que Magalhães está preocupado em recusar a assertiva de que a tarefa do historiador é um simples exercício de recolhimento e transcrição de fontes, num labor que visa a apreender a absoluta verdade. Ele ressalta a importância de se elaborar crítica, mas também, de se **doar** sentido. Afronta, assim, numa outra direção,

o discurso monocórdio, pretensamente empírico (científico) e imparcial. Critica a hipertrofia do sujeito, a objetividade decantada pela aproximação de certo paradigma moderno de história ao modelo newtoniano.

O mérito da história não consiste só no encadeamento dos fatos, nomes e datas (...) Consiste mais que tudo na justa apreciação dos homens e dos acontecimentos, e na melhor lição moral e política que possa servir ao aperfeiçoamento da ordem social, impedindo-a que recaia nos mesmos erros do passado. O historiador há de ser filósofo para bem indagar e *julgar*; poeta para bem *sentir*; moralista para bem doutrinar, e político para bem aplicar. (p. 35)

O que propõe Magalhães resume-se a quatro conceitos, quais sejam, **atenção**, **investigação**, **movimento** e **diálogo**. O historiador deve bem indagar e procurar julgar com atenção, já que as fontes, por si só, não falam. Deve sentir, intuir, pois o binômio razão/entendimento, como já vimos na segunda parte do primeiro capítulo, possui limites. E tudo isso nos faz entrever que a capacidade de conceituar da história, de dar conta do que aconteceu em absoluto, é rejeitada.

Dentro desse mesmo universo, a moralidade que Magalhães propõe a partir da História se remete mais a um diálogo do que à imitação moralizante. Ele reconhece o constitutivo movimento do tempo enquanto produção do novo. Fala-nos de uma relação com o passado que resultaria num aprimoramento crítico-reflexivo e moral do homem. Trata-se da capacidade que o homem tem de observar e refletir dentro do diálogo, e de construir lugares comuns; normas a serem seguidas com atenção. Julgamos, sentimos, ouvimos e criamos.

Como não estudamos a história só com o único fito de conhecer o passado, mas sim com o fim de tirar úteis lições para o presente; assim no estudo do que chamamos modelos não nos devemos limitar à sua reprodução imitativa.¹⁶⁷

Magalhães está criticando o discurso moralizante que pretende a domesticação da ação, do novo, assim como não deixa de apontar para as promessas objetivas ilusórias dos historiadores “modernos” do IHGB, em especial Varnhagen.¹⁶⁸ Ambas

¹⁶⁷ MAGALHÃES, D. J. G. de M., 1980 [1836], p. 38.

¹⁶⁸ Os juízos morais e as assertivas ontológicas e gnoseológicas se encontram na mesma origem, produzindo ambição e egoísmo. Segundo Roberto Machado – “A genealogia da verdade prolonga e

as estratégias discursivas fazem parte, segundo Magalhães, de uma atitude política comprometida com os interesses particulares que davam direção ao Estado imperial em construção. Portanto, o discurso objetivo de Varnhagen estaria, segundo Magalhães, afastado da pretensão “hermenêutica” romântica e mais próximo do racionalismo iluminista e da moralidade proposta pela história *mestra da vida*.¹⁶⁹

As palavras do autor brasileiro poderiam ser substituídas, digamos que sem grande perda de verossimilhança, por aquelas de outro filósofo do século XX, acompanhemos:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele foi exatamente’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.¹⁷⁰

Recapitulando, o que vimos até agora é que mais do que denunciar as injustiças físicas e memoriais que teriam sido cometidas contra os indígenas, algo que põe a escrita da história no centro do texto de Magalhães, aparece uma contestação ainda mais radical. Alerta para a constitutiva movimentação dos mundos da cultura e da natureza, desdizendo a objetividade de que os dados da razão eram revestidos. Vejamos:

As regras d’estatística, que longe estão de serem axiomas de geometria, dado que mais ou menos certas em geral e abstrato, sofrem contudo grandes descontos, por

completa a genealogia da moral. A crítica ao ideal de verdade, ao valor da verdade é a extensão da crítica aos valores morais dominantes”. MACHADO, R. 1999, p. 76. Cf. NIETZSCHE, F. 1976.

¹⁶⁹ No subcapítulo 3.1.2 afirmamos que Varnhagen, representando a segunda geração do IHGB, teria se comportado entre o discurso racionalista moralizante e o paradigma moderno “hermenêutico” de História. Todavia, Magalhães parece afirmar que o racionalismo moralizante teria abarcado qualquer pretensão compreensiva da escrita da história em Varnhagen. Segundo o autor fluminense, Varnhagen teria pretendido inquirir o mundo social a partir das referências epistemológicas e metodológicas do racionalismo iluminista.

¹⁷⁰ BENJAMIN, W., 1985, p. 224. Completando, Benjamin muito se aproxima do que Certeau afirma ser constitutivo à escrita da história, a saber, o sempre *não dito* e a marca de *mundanidade* dada pelo *lugar* no mundo, sempre autêntico. Cf. CERTEAU, M. de, 1983. Com isso nos afastaríamos tanto quanto possível da domesticação do *espaço de experiências*. Acompanhemos o comentário de Valéria Cristina Lopes Wilke às conseqüências das assertivas benjaminianas – “O método dialético benjaminiano ao contrário, prega uma inversão desta relação: o passado deveria receber sua fixação dialética a partir do presente, que efetuará a síntese sobre duas imagens oníricas antitéticas. Desde esta ótica, na concepção historicista residiria o mais forte narcótico do século XIX, uma vez que, ao conceber a história como aquela instância que visa a mostrar a coisa ‘tal como aconteceu’, teríamos tanto o esquecimento proposital do presente quanto a fixação do ‘tal como aconteceu’ como sendo os fatos a partir da perspectiva dos vencedores”. WILKE, V. C. L., 2000, p. 164.

circunstâncias atenuantes, quando se aplicam; e que muito, quando em tal caso também os sofrem as verdades matemáticas. (p. 51)

E, continuando, refuta as conclusões lógicas apresentadas por Varnhagen sobre a inviabilidade da construção de uma sociedade estável a partir do *ethos* indígena. Primeiro a partir da constatação de um equívoco historiográfico do próprio Varnhagen, a saber, a de que os índios eram nômades; e mais a seguir, a partir dos próprios **mistérios** intrínsecos aos mundos da natureza e da cultura:

Pretendendo o Sr. Varnhagen demonstrar o quanto está hoje o Brasil mais povoado do que no tempo em que começou a sua colonização (...) e que por conseguinte nem chegaria a um milhão os Índios que percorriam nessa época o nosso vasto território invoca um axioma conhecido d'estatística, - que em qualquer país a povoação só toma o devido desenvolvimento, quando os habitantes abandonam a vida errante e nômade, para se entregarem à cultura da terra com habitações físicas. - Como se esse princípio tivesse inteira e contrária aplicação aos primeiros íncolas brasios.

De grande peso fora esse aforismo na balança dos nossos cálculos estatísticos, se os Índios não cultivassem a terra, e não fossem os índios 'tão limpos, gordos e são, e tão formosos que não pode mais ser' (...) Se as necessidades materiais dos homens dos bosques, e de modestos pescadores de piscosos mares e rios fossem as mesmas dos luxuriosos habitantes das cidades, quando o que sobeja a cem daqueles não chega às vezes a só destes; *como se o historiador mesmo não citasse o testemunho de Acunna*, que faz menção de 'uma grande taba ou povoação de uma légua que forneceu à sua expedição quinhentos fonegos de farinha' isto é, dois mil alqueires. O que prova quanto os Índios agricultavam e fabricavam, não só o necessário para a sua subsistência, como ainda o supérfluo para dar ou permutar. E essa grande taba, ou cidade, que não era a única, comunicava-se com outras por caminhos abertos e transitados. Mais uma prova de que viviam em sociedade, com grandes centros de moradas fixas. (p. 49-50) (Grifo próprio)

Enfim, Magalhães fala de uma "fantasiosa" memória forjada pela confecção de histórias como a de Varnhagen. Juízos calcados nas imagens e paixões do presente. Lembrando, em seguida, daqueles mistérios que superam o poder de compreensão da razão, da qual já falamos.

Habitamo-nos tanto a considerar os indígenas como selvagens errantes sem lei nem grei, a despeito do que em contrário sabemos continuamos a raciocinar como se eles assim fossem; talvez pelo estado de decadência a que se acham reduzidos os que por esses sertões se refugiaram.

Ponde em um lugar dez casais de colonos com moradas fixas, rateando e amanhando a terra para deixar um legado aos seus filhos: e em outro lugar dois ou três casais de nômades, suprimindo o pouco do solo com a pesca e a caça; e no fim de alguns anos

poderão os primeiros, por calamidades diversas, estar todos extintos, e os segundos em grande aumento de família. (p. 51) (Grifo próprio)

Vejamos um pouco mais das imagens construídas em relação à cultura indígena, em especial por Varnhagen, assim como a crítica de Magalhães. Perceberemos que o “historiador” fluminense buscava em fontes primárias reconhecidas, assim como em antinomias presentes no próprio discurso de Varnhagen, rechaçar a superioridade ontológica da cultura européia.

3.2.

Um diálogo entre Magalhães e Varnhagen

Mas se não tenho motivos para victoriar os seus opressores, não unirei por isso minha voz ao coro dos que os acusam. Em uns e outros respeito os nossos antepassados; a uns e outros devemos o que somos. Bons ou maus, constituem o passado do Brasil; e nenhuma nação conhecida teve mais ilustres fundadores. De certo nem os Indígenas deste continente eram tão ferozes, tão incultos, tão selvagens como os bárbaros do norte da Europa, nem os portugueses tão degenerados como os Romanos da decadência. (p. 48-49)

As palavras de Magalhães permitem, quase sempre, múltiplas interpretações, e isso não é diferente quando comenta a relação entre indígenas e portugueses no processo de colonização da América portuguesa. Podemos acompanhar interpretações advindas de textos importantes da crítica literária, entre eles o de Antonio Cândido, que afirma, entre outros, que o tratamento dispensado por Magalhães aos indígenas se baseou num *apriorismo* cultural.¹⁷¹ No universo historiográfico, Magalhães tem sido visto como um literato preocupado em forjar e consolidar o Estado imperial Conservador, havendo, também, a possibilidade de se entendê-lo a partir da chave do movimento indianista, como defensor incondicional da superioridade dos autóctones em relação à civilização proposta pelos portugueses e pelos brasileiros que dirigiam o Estado imperial.

¹⁷¹ José de Alencar e Varnhagen também criticaram obras como a *Confederação dos Tamoios* de Gonçalves de Magalhães. Alencar, por exemplo, afirmou, em conhecida e longa querela, não respondida no mesmo tom por Magalhães, que não se podia compreender a alma nacional brasileira através de formas alienígenas como a epopéia. Em relação à estrangeiridade da forma e do conteúdo em Magalhães, dois são os esclarecimentos que desejo fazer. Em primeiro lugar, e isso afirmo reconhecendo, destarte, a necessidade de leitura detida dos escritos estéticos de Alencar, o autor de *Ao correr da pena* parece estar dialogando de dentro de um universo que Magalhães reputa como falso em si mesmo, o da busca da originalidade enquanto lugar desvelador da absoluta verdade. Aliás, não devemos esquecer do papel atribuído por Magalhães à imaginação em relação à produção de conhecimento. Em segundo lugar, Magalhães afirma na advertência à segunda edição da *Confederação dos Tamoios* suas reservas à forma da epopéia – “A rima facilita a versificação e lhe encobre os defeitos; e dado uma vez o compasso das estâncias, amolda-se o pensamento sem mais trabalho. Mas razões tive para em uma longa composição desta natureza não escravizar o desenvolvimento das idéias a um compasso uniforme de repetidas sílabas consoantes.

Se Camões e Tasso, cedendo ao gosto do seu tempo, adotaram a oitava-rima em suas sublimes epopéias, à imitação de Boiardo e Ariosto que antes a empregaram em seus poemas herói-cômicos, onde ela assenta, não é isso a razão para que se conformem os modernos a tal exemplo (...)

Não se sustenta o poema épico pela rima; não precisa dela o sonoro hendecassílabo português, nem a nossa língua tão latina”. MAGALHÃES, D. J. G. de, 1864 [1856], p. 30-31.

A análise que se inicia por agora não pretende optar por um daqueles dois caminhos, até porque acredita que o pensamento de Gonçalves de Magalhães é suficientemente tenso, e capaz, portanto, de comportar alguns matizes interpretativos distintos. Nos deteremos no que Magalhães afirma ser o seu objetivo ao desconstruir e construir a memória em relação ao indígena, qual seja: 1. demonstrar o caos da cultura em detrimento de certa essencialidade e fixidez, pretendidas por Varnhagen;¹⁷² 2. afirmar a necessidade de contínuo aprimoramento moral e intelectual, independente da cultura a que se pertence; 3. mostrar a força da cultura indígena que se fazia presente apesar de todo o ultraje físico e moral; e 4. alcançar o reconhecimento dos contemporâneos em relação à presença física e cultural indígena. Pois bem, Magalhães afirma, novamente, que não deseja apresentar heróis e derrotados, afinal – “nem os Indígenas deste continente eram tão ferozes (...) nem os portugueses tão degenerados (...)” -, mas sim manifestar um equívoco que impedia a sociedade de caminhar em direção ao justo diálogo.

Filho da Civilização, admirando as suas maravilhas, gozando dos seus dons, nem por pensamento, nem por zombaria pretendo imitar o filósofo de Genebra, nesse seu discurso em favor do estado selvagem, verdadeiro brinco de uma imaginação caprichosa, como o elogio da loucura feito por Erasmo. Mas por amor dessa civilização mal definida, que é o ídolo do nosso historiador, não irei quase ao ponto de acusar a Providência de haver abandonado a espécie humana só a mercê de instintos ferozes, dizendo como ele ‘sem os vínculos das leis e da religião o triste e mortal propende tanto à ferocidade, que quase se metamorfoseia em fera.’¹⁷³ (p. 30-31)

Nem do lado da “imaginação caprichosa” de um Rosseau, pensador que teria, segundo Magalhães, rechaçado o importante acúmulo de conhecimento e de progresso aferido pela civilização ocidental, nem defensor de uma natureza selvagem do índio, o que, segundo Magalhães, perpassa a atividade historiográfica de

¹⁷² Arno Wehling fala da essencialidade da cultura como característica marcante do pensamento de Varnhagen – “Da mesma forma que em Varnhagen encontram-se manifestações sobre problemas de natureza política e social, mas não uma filosofia política, seria inútil procurar, na sua obra, análises filosóficas, tanto ontológicas como gnoseológicas, sobre o homem e sua historicidade. Há, entretanto, considerações e posicionamentos explícitos sobre questões de ordem ontológica, como a natureza humana e a natureza histórica das culturas”. WEHLING, A., 1999, p. 121.

¹⁷³ É importante lembrar que Magalhães, ao citar Varnhagen, ou qualquer outro historiador, busca apresentar, precisamente, a referência bibliográfica. Essa preocupação deve ser entendida como parte do que Magalhães exclama ser a escrita da história. Como já vimos, preocupação crítica moderna em relação às fontes. O que acaba, entretanto, por desaguar num ideal de objetividade distinto do newtoniano.

Varnhagen. Sendo precisamente nesse ponto que Magalhães, não tão diretamente, afirma ser Varnhagen influenciado por Hobbes.¹⁷⁴

É justo que localizemos estar o determinismo cultural duplamente refutado por Magalhães em relação aos indígenas do Brasil. De um lado, documentos históricos revisitados, como a carta de Caminha e os relatos dos viajantes, que falavam de um índio perspicaz e dócil. Do outro lado a filosofia. O raciocínio é: Deus não poderia ser responsável pelo mal, dada a sua perfeição. Logo, a prática do mal, antes de natural a qualquer cultura, seria resultado do uso errôneo do livre-arbítrio do homem.

Seria a partir do falso axioma da selvageria intrínseca ao indígena que a tradição historiográfica capitaneada por Varnhagen, segundo Magalhães, teria construído *lugares emblemáticos* como: a constitutiva *condição nômade*; a *irreligiosidade*; a *promiscuidade*; a *irracionalidade* e a *ausência de legalidade* presentes na cultura autóctone.¹⁷⁵ Enfim, Magalhães quer afirmar que o estado selvagem do índio não é natural, mas sim **cultural**, e que tanto eles quanto os “brancos” deveriam se preocupar em aperfeiçoar-se moralmente e intelectualmente, ao invés de apontar para os problemas do outro na posição de entes superiores inatingíveis, representantes de uma civilização descolada da condição humana finita. Segundo Magalhães, a única natureza que o homem possuía era a de abrigar em si todas as condições possíveis para o reto uso da liberdade. Nosso autor investe no redimensionamento do valor da cultura ocidental, assim como busca apresentar novos dados e interpretações sobre a cultura indígena, insistindo na crítica ao determinismo cultural. Vejamos:

Tais sendo os princípios do historiador, não admira que tão poucas simpatias mostre por povos que não tinham leis escritas; e que não saiba porque há poetas, até filósofos, que às vezes fazem a sátira da civilização, descobrindo algumas virtudes no estado selvagem, sem que por isso vejam nesse estado a maior felicidade humana. Os brocados da civilização encobrem muitas misérias, e a poucos chegam; e prestam-se mais à sátira que as pobrezaas do selvagem. (p. 31)

¹⁷⁴ “Não presumo que seja o nosso historiador sectário de Tomas Hobbes; porém no seu horror à guerra da selvageria, professa às vezes os mesmos princípios e paradoxos de moral e de política, ao nosso ver funestos, que o levam a recomendar com insistência o emprego de força, e a levar a ambição e a cobiça, que depois, do zelo religioso, ‘são, diz ele, os outros dois sentimentos da humanidade no empreender obras grandes’”. (p. 33)

¹⁷⁵ Cf. LE GOFF, J. 1978.

E continua:

E devemos nós crer que sem essas leis tudo era miséria, sofrimento e brutalidade? Que nada havia por onde se guiasse o homem? Como pois o triste mortal quase metamorfoseado em fera por falta de leis e de religião, inventou a religião e leis, sem idéias de Deus, de ordem e de justiça? É como se me dissessem que antes da lógica como arte, e da moral como ciência, não havia lógica no entendimento, nem sentimentos morais no homem. (p. 32)

Enfim, Magalhães alerta para o sentido não necessariamente progressivo do aprimoramento humano, para retas razões esquecidas, para males lembrados e inventados; para certo caos do mundo da cultura que permite ao autor denunciar os caminhos errôneos tomados pela civilização burguesa ocidental e pelo Estado brasileiro em especial.

Após apontar para o equívoco que constituía a condição selvagem inata e, portanto, irrecuperável da cultura indígena, Magalhães denunciou uma certa economia moral que constituiria a civilização ocidental e que seria um outro grande sustentáculo da escrita da história de Varnhagen, qual seja, a valorização da **cobiça** e da **ganância**. Esses dois parâmetros morais, segundo Magalhães, estariam na base, também, da formação do Estado imperial, pois não nos esqueçamos da aproximação que estabelece o autor entre os interesses dos dirigentes do Estado imperial e a memória forjada por Varnhagen.¹⁷⁶ Assim:

O historiador nem sequer disfarça e doma um pensamento, *que é hoje bem acolhido*, e que se por todos fosse aplicado e praticado produziria a conflagração geral da sociedade. Lembra-se porém da conveniência da poesia, quando aconselha a concessão de brasões de armas! *Virtuoso é pois quem cheio de cobiça*, lida no campo da glória e da fortuna e aumenta seus capitais, tomando Terras, e apresando navios! *Um feliz corsário será um herói virtuoso aos olhos da moral?* (p. 34-35) (Grifo próprio)

Após revelar que elementos ontológicos sustentam o discurso historiográfico de Varnhagen, o primeiro passo de Magalhães é o de mostrar que valores como a cobiça não são constitutivos nem dos indígenas – “*Eis uma virtude que nossos selvagens não tinham*” (p. 34-35), nem dos colonizadores. Criticou a afirmação de Varnhagen de que a capitania de Pernambuco teria obtido êxito graças à ambição de Duarte

¹⁷⁶ E aqui é fundamental lembrarmos que Magalhães aproxima os discursos do conhecimento e prescritivo, quando despóticos, à busca individualista de realização absoluta dos desejos.

Coelho. E fez mais, exibiu uma carta deste último apresentada pelo próprio Varnhagen em sua *História Geral do Brasil*, na qual o elemento principal é a denúncia feita, justamente, em relação à cobiça, enfrentada pelo colono. Senão vejamos:

Entretanto o historiador transcreve o trecho de uma carta de Duarte Coelho que para a Corte se queixava da ‘negra cobiça do mundo ser tal que turba os juízos dos homens’. O que me faz crer não atribuí a donatário à cobiça o zelo que o animava pela prosperidade de sua Capitania. (p. 35)

Magalhães continua a desconstrução em relação à memória forjada por Varnhagen e afirma que muitas foram as contribuições que a cultura indígena teria legado aos colonizadores, à constituição da Nação brasileira. Nesse momento do texto, Magalhães realiza o que chamaríamos de história cultural. Acompanhemos:

Na primitiva construção das casas, em vez de pregos, se adotou timbópeba, para segurar as ripas, conforme usavam os índios em suas construções também se adotaram as próprias formas de suas cantaras ou vasos de barro para trazerem água do rio e das fontes; e em outros artigos domésticos foi a adoção do uso tão excessiva que até com eles vieram seus próprios nomes de língua tupi, os quais para sempre no Brasil acusam sua procedência... (p. 38)

Nem selvagens nem alheios ao progresso. Importantes enquanto elemento cultural formador da Nação brasileira. Magalhães teceu um inventário de outras “falsas” imagens que habitariam a memória coletiva, fato que, segundo o mesmo, em muito dificultaria o justo amálgama entre as partes que compunham aquela Nação. O que nosso autor está declarando, enfaticamente, é que havia um descompasso entre o Estado e os seus representados, e mais, que esse distanciamento era proposital e se valia da construção de mitos e da façanha de fazer parecer universal o que era da ordem do particular. Uma hipertrofia do Estado.

Tem-se feito da política uma ciência oculta, misteriosa e empírica, sem regras fixas, sem princípios; uma ciência estratégica de ataque, e não de defesa e na qual são iniciados certos adeptos com quase exclusão de honra, de modo que quando se quer dizer que alguém é político, diz-se indiferentemente que é fino ou velhaco. O sistema do egoísmo santificado presta-se a todas as interpretações; e já poucos se pejam de ostentar procederes que outrora se reputaram crimes. Afinal para selo das nossas vergonhas, inventou-se o célebre sistema das transações que cifra-se todo em um

tráfico da justiça: quem nada tem nada alcança. Todos os poderes são arrematantes de direito. Assim na decadência do império romano se punha em leilão a coroa cesária!¹⁷⁷

E continua, exclamando o distanciamento entre o *mundo do governo* e as diferentes regiões.

Estrangeiras são nossas instituições, mal e intempestivamente enxertadas, avessas aos nossos costumes e naturais tendências, e em desacordo com a vastidão de um terreno sem tamanho, e diferenças inconciliáveis de classes.¹⁷⁸

Vemos que o “egoísmo”, elemento prestigioso a Varnhagen, estaria presente, segundo Magalhães, na atuação daqueles que ativamente planejaram a consolidação de certa direção. Junto ao “egoísmo”, temos a condição “estrangeira” das instituições do Império. Os dirigentes imperiais, arbitrários e “ambiciosos”, eram verdadeiros déspotas, que faziam do *mundo do governo* um lugar de “ataque”, homens sem “honra” que, afastados das cores locais, teriam dado as costas para a busca dos mais sólidos elementos que constituíam a Nação. Os problemas mais visíveis teriam sido maquiados pelo egoísmo que “prestava-se a todas as interpretações”. O resultado é claro. “Avessas aos (...) costumes e naturais tendências” as instituições, leia-se inclusive a memória oficial, reproduziam problemas e criavam maior miséria e solidão, andavam “em desacordo com a vastidão de um terreno sem tamanho, e diferenças inconciliáveis de classe”.

Pois bem, um passo importante, segundo Magalhães, na constituição de um Estado-Nação atento aos problemas e costumes mais particulares, era reconstruir, a partir das fontes documentais e dos juízos mais fidedignos possíveis, a imagem acerca do índio, de sua herança e presença. Magalhães começa, assim, apontando para a presença de uma “ciência” indígena por vezes à frente do cabedal racional-empírico europeu.¹⁷⁹ Pois, por exemplo:

¹⁷⁷ MAGALHÃES, D. J. G. de, 1989 [1848], p. 15

¹⁷⁸ Ibid.

¹⁷⁹ Sobre a distância de Varnhagen e de outros habitantes do Império em relação às realidades culturais das outras províncias – “O historiador reconheceria esse tipo sem dificuldade, se em vez de conjeturar do seu gabinete, viajasse pelo interior das nossas províncias. Mas a religião, a língua, as leis, os novos hábitos sociais, e o esquecimento do passado, fazem que todos se julguem brasileiros, sem indagar a sua origem”. (p. 62).

É deles a observação confirmada pelos nossos fazendeiros, que as madeiras, para que durem, hão de ser cortadas no minguate, que se o forem em outro tempo, facilmente empenam e apodrecem. No minguate plantavam a mandioca e os carás; e na lua nova o milho, os feijões e a cana (...) (p.40)

E continua afirmando que o olhar determinista e preconceituoso, resguardado pelos mitos da selvageria inata e do parasitismo improdutivo, ou cometeram injustiças, legando a quem não de direito importantes descobertas, ou não raro, simplesmente porque despreparados, deixaram de perceber importantes informações.

Augusto de Saint-Hilaire achou essa prática [a do corte da madeira durante a lua minguate] muito seguida na Província do Espírito Santo onde há grande cópia dos Índios; e dela faz menção no tomo 2º página 248 da sua *Viagem nos Destritos Diamantinos*; mas por engano atribui essas idéias aos agricultores europeus, que ao contrário aqui as acharam". (p. 40)

Se não assentassem os nossos cronistas que tudo era ignorância e abusões nos selvagens, teriam recolhido muitas observações curiosas, em vez das superficialidades que notaram (...) (p. 41)

Um outro axioma a ser refutado pelos apontamentos que Magalhães faz em relação à cultura indígena, refere-se à imputação de **promiscuidade** e de **imundície**, que, diga-se de passagem, encontramos, até os dias de hoje, nas entrelinhas dos livros didáticos.

Vastos e acertados eram os seus conhecimentos médicos e botânicos. Como meios higiênicos usavam metodicamente dos banhos frios, de manhã e de tarde; das sangrias, e do fogo durante a noite em suas habitações térreas; e jamais consentiriam impureza sobre os seus corpos. (p. 41)

E vai adiante:

A mudança periódica das tabas, o que faz que os julgássemos nômades, e que se efetuava para uma milha distante do lugar, que por algum tempo deixavam reverdecer e expurgar-se, não tinha por fim senão mudar de ares, e evitar o desenvolvimento de moléstias endêmicas e epidemias (...) (p. 41)

A imagem de nomadismo construída pela história oficial de Varnhagen teria sido basilar à conclusão de que os povos indígenas seriam incapazes de agricultura e de organizar sociedades capazes de crescimento físico e técnico autônomos. Como

conseqüência recolhemos um outro mito, a saber, a idéia de que as comunidades indígenas, à época da chegada do europeu ao Brasil, estariam em processo de autodestruição, uma vez que, repito, incapazes, desde sempre, de construir ordenações sociais regulares. Vejamos:

Se o nosso historiador, ou alguém, nos soubesse dizer em que época, e com quantas famílias começou, no Brasil, a população de seus indígenas, ou aborígenas, saberíamos então ao justo se eles iam em aumento, ou em decrescimento quando aqui chegaram os portugueses. De outro modo é fazer castelos no ar. (p.51-52)

E continua:

Nem presumamos que as guerras dos selvagens entre si, antes dessa época, eram exterminadoras, como depois o foram pela política européia do açulamento das tribos uma contra as outras, para enfraquecê-las (...) Essas guerras ante-coloniais, não movidas pela cobiça, e amor de conquistas, não passavam de exercícios guerreiros, escaramuças e torneios de bravos. (p.52)

A conclusão a que chega Magalhães sobre a impossibilidade de se estabelecer com absoluta certeza os dados sobre a origem dos indígenas do Brasil¹⁸⁰ está diretamente ligada à sua concepção de história, à produção de conhecimento humano enquanto resultado eivado de imaginação, da presença do novo, do idiossincrático, da falta constitutiva de vestígios, logo, sempre problemático. É a partir desses

¹⁸⁰ A origem, segundo Magalhães, era um fantasma que estava sendo buscado pelos cientistas, historiadores e filósofos, mas nunca encontrável, pois finito e criativo seria o conhecimento humano. Um argumento que se aproxima do caminho de Santo Tomás de Aquino, qual seja, provar racionalmente e a partir do movimento do mundo, a existência de Deus. Entretanto, a razão tem, todo momento, de voltar atrás e o que permanece é o axioma revelado – “Eu sou o que sou” (êxodo 3, 13). Vejamos as palavras de Magalhães – “Como de mais é um fato que o gênero humano ignora cientificamente a sua origem, o seu berço e o seu primeiro estado, devemos crer que esse mistério sobre o seu passado, bem como o que envolve o seu futuro, entrou nos planos da Providência”. (p. 12). O reconhecimento da finitude humana como ontológica não significa desistência da vida e da produção de conhecimento e de juízo, pelo contrário. É esse chafurdar nos domínios da experiência, da razão e da moral, que dá dignidade ao homem, assim como maior certeza de sua condição ontológica distinta frente ao Senhor. Um movimento que cobra ao ente conhecimento e pesquisa científica capaz de contrariar, por exemplo, o evolucionismo darwinista e de sempre buscar a verdade mais clara possível – “e assim, recuando sempre, através de milhões de séculos, até a proveniência de uma substância amorfa primitiva, produto do acaso, não faltariam exemplares paleontológicos que documentassem essa sucessão interrompida de evoluções insensíveis; do mesmo modo que a luta pela existência no mar e na terra, e a suposta seleção natural não fizeram desaparecer a geração das moneras, e de milhares de espécies inferiores, que, apesar da ação do tempo, ainda vivem, e se reproduzem ao lado das espécies superiores, e à custa uma das outras; como para desmentir a teoria da evolução”. Id., 2001 [1880], p. 26.

argumentos que Magalhães discorda de Varnhagen e afirma ser possível chamar de indígenas os povos que aqui viviam antes da chegada do europeu. Acompanhemos:

O sr. Varnhagen (...), panegerista da civilização, mesmo a ferro e fogo, pelo cativo dos povos brasileiros, com quem não simpatiza, talvez por não conhecê-los; e a quem às vezes tudo nega, até o título de indígenas, chamando-lhes *vindições alienígenas* como para não dever-lhes caridade alguma. (p. 9)

E continua:

Tomando o vocábulo indígena no sentido absoluto que lhe dá o historiador, não sei que povo no mundo se possa hoje chamar indígena; a menos que não haja alguns descendentes de Adão que sempre no Paraíso terrestre se perpetuassem. Mas quem possui os documentos históricos da genealogia desse povo? (p. 9)

Magalhães é bem claro ao afirmar o que pensa estar por trás da conclusão de tal memória coletiva. “Como para não dever-lhes caridade alguma”, melhor dizendo, não permitir reabilitação memorial e, principalmente, reordenação na ocupação de espaços no presente, toda uma escrita da história foi institucionalizada. Magalhães, ao contrário, busca restituir o que é de direito aos índios.¹⁸¹ Enfim, admitia aos indígenas a condição de parte da população, pois – “*O fim deste trabalho é reabilitar o elemento indígena que faz parte da população do Brasil*”.¹⁸² (p.6)

¹⁸¹ Aliás, segundo Magalhães, a memória oficial teria construído a idéia de que poucos eram os índios que habitavam o Novo Mundo, buscando camuflar o assassinio cometido. Magalhães, mais uma vez, põe em xeque a eficácia das regras estatísticas e matemáticas utilizadas pelos historiadores “comprometidos”, senão vejamos: “Recorremos estas tão modestas, como incompletas informações (estatísticas), porque de propósito não queremos citar a autoridade de Américo Vespúcio e do Padre Vieira, que decidiriam logo a questão em nosso favor; visto que escritores modernos, sem outro fundamento mais que certas regras de estatística, a que atribuem evidência e infalibilidade matemática, duvidam da veracidade do testemunho dos que elevam a milhões os Índios que povoavam o Brasil na época do seu descobrimento (...) e neste ponto, se dermos hoje por suspeitos os escritores mais conspícuos e ilustrados, e não interessados em ocultar o número de seus escravos e de suas vítimas, não teremos outro recurso senão conjecturar, a vista dessas notícias esparsas, dadas sem malícia”. (p. 60)

¹⁸² É importante lembrarmos o segundo plano a que foi relegado o elemento indígena pela historiografia do IHGB, pois como afirma Manoel Salgado – “Diferente do que se passara na região das ex-colônias espanholas, a pesquisa arqueológica em território brasileiro, apesar de enormes esforços do próprio IHGB para tanto, não foi capaz de localizar traços de uma cultura indígena elaborada. Estava assim comprometida a linha evolutiva de um processo de civilização, impossibilitando, portanto, do ponto de vista histórico que a cultura indígena fornecesse uma cultura nacional. Ao contrário, essa cultura nacional aparece no discurso da História nitidamente divorciada da cultura indígena, constituindo-se mesmo como a sua negação, já que a ela – cultura indígena – não se aplicava o modelo de civilização que se tinha como matriz para pensar a cultura brasileira”.

Magalhães afirmava, além da falta de conhecimento de Varnhagen, “outros afetos” (p. 7), entre eles a ligação com a direção político-econômica que se construía. Nas próximas linhas, Magalhães fala dos interesses econômicos caros àqueles que dirigiam o *mundo do governo*, em especial a instituição escravidão:

Por amor dessa civilização, que por ora apenas consiste no argumento extraordinário da fortuna de poucos à custa do trabalho insano de muitos, aconselha o nosso historiador o cativo dos indígenas pelo emprego da força; ao passo que com sobeja razão altamente condena o cativo dos Africanos. Mas neste ponto, parecendo dar armas aos partidistas desse tráfico, ou talvez, por não acusar a cobiça dos proprietários de escravos, do que resulta o argumento da pátria riqueza, descobre que os Africanos foram feitos pela Providência para suportar o cativo, dizendo: ‘Esses povos pertencentes em geral à região que os geógrafos antigos chamavam de Negrícia, distinguem-se sobretudo pela facilidade com que suportam o trabalho no litoral do Brasil, facilidade proveniente da sua força física, da semelhança dos climas, e não menos do seu gênio alegre, talvez o maior dom com que a Providência os dotou para suportar a sorte que os esperava. (p. 46-47)

Vemos que Magalhães, mais uma vez, busca atingir a memória coletiva oficial em construção. Denuncia o discurso que afirmava a não propensão do índio ao cativo, selvagem irremediável, e, ao mesmo tempo, a docilidade de uma “raça” que “civilizava a América”, e que aqui se encontrava como que para perfazer uma caminhada de purgação e de ascese em direção à divina providência. Segundo Magalhães, Varnhagen condena a escravidão do negro pois este era “dócil”, “alegre” e teria nascido e sido preparado pela Providência para suportar esse destino. É como se defendesse, uma vez tendo sido da vontade perfeita de Deus a escravização dos negros africanos, uma natureza servil ontológica destes últimos. Em linhas gerais, a escravidão do negro poderia se transformar, mudar de estatuto. Enfim, término da escravidão para com aqueles que (já) eram dóceis e amigos, e que iriam permanecer servindo com dignidade aos seus senhores. E completa Magalhães, alertando para o sofrimento do negro camuflado pelas palavras ilusórias de Varnhagen:

Se a Providência lhe fez esse dom, prevendo a sorte que os esperava, porque se revela o historiador contra a ordem providencial, querendo por uma inversão caprichosa a liberdade dos Africanos, em troca da dos indígenas nossos conterrâneos, a quem de

GUIMARÃES, M. L. S., 1989, p. 29. Havia, também, por parte do Estado, o interesse em aproveitar a presença indígena nas terras fronteiriças.

certo negou Deus as qualidades precisas no escravo? Não me parece esse o melhor método de advogar a justa causa da liberdade dos infelizes. Tão pouco não sei se os Africanos, vítimas da sua cor, acham o nosso clima igual ao das adustas terras em que nasceram, e se o seu gênio é alegre: o que sei é que forçados trabalham pelo medo do castigo; que seu canto é uma lamentação contínua, tão triste como o seu aspecto, e que nada os regozija tanto como uma carta de alforria. (p. 47)

Neste caminho de desmistificação memorial, Magalhães realiza rigoroso trabalho etnológico. O objetivo agora é mostrar a existência de um sentimento religioso na cultura indígena, e, por outro lado, denunciar o obscurantismo religioso em que se apoiaram os colonizadores e os dirigentes do Estado imperial.

Não concordo pois com o Sr. Varnhagen quando diz: ‘a única crença forte e radicada que tinham esses selvagens era a obrigação de se vingarem dos estranhos que ofendiam qualquer da sua alcatéia’. E convertendo, *por direito de historiador*, esse espírito de vingança em religião dos indígenas, tira daí argumento contra a tolerância em matéria de religião. Dest’arte um hábil romancista prepara os fatos para as conclusões que deseja tirar. (p. 13) (Grifo próprio)

Torna-se claro que Magalhães critica a pretensão totalizante que o “direito de historiador” permitia a Varnhagen. E, continuando, Magalhães aponta para o despreparo teórico e metodológico deste último, afirmando que as conclusões pseudo-empíricas deveriam ser classificadas como componentes de um romance. A relação que Magalhães estabelece entre história e romance está colocada menos no sentido de prestigiar o valor científico daquela em detrimento de um teor fantasioso deste, do que com o fito de estabelecer os limites pertinentes a cada território, a necessidade de se obedecer às regras próprias a cada campo. Como vimos no primeiro capítulo, ambos os conhecimentos produzem elementos capazes de organizar e maximizar o viver, e devem ser complementares. Nenhum deles é capaz de desvelar o real. E o que Varnhagen fazia, segundo Magalhães, era atribuir ao conhecimento histórico valor inumano, e mais, mal realizava os procedimentos modernos devidos. Equivocava-se duplamente.

Era a partir de uma atitude acrítica frente aos documentos e ao desleixo pela vida vivida dos indígenas, ambos resultados de uma visão de mundo sistemática e moralizante, que Varnhagen não seria capaz de perceber dados claros, segundo Magalhães, como a densa religiosidade dos ditos selvagens.

Não pretendemos converter os nossos indígenas em grandes filósofos, mas longe estamos de supô-los, tão irracionais que digamos com o Sr. Varnhagen: ‘não passava a sua metafísica mais além do inato terror aos trovões e raios; (...) e nenhum indício se descobre entre os tupis de deísmo, se bem não faltem muitos de diabolismo’. (p.16)

E continua:

... como lhes não faltava a idéia de um Ente Supremo, criador do universo, e de uma alma que ao corpo sobrevive, a despeito do que dizem os que, para (...) *caçá-los e cativá-los*, começavam por supô-los animais sem alma.

O nosso historiador, que recorre não sei a que dicionário para declarar que tupi significa *tio*, diz com a mesma segurança ‘ao raio que temiam designam por *tupam* como o Deus dos povos brásílios, e não por si só significando raio, que de outro modo se exprime. Porém a palavra existia; era preciso dar-lhe outra significação, porque a de Deus não quadrava ao historiador, pela simples razão que ele ‘não crê concebessem (os selvagens) a idéia de um Ente superior, imortal e infinito a reger este infinito orbe’. *Dest’arte, fiel indagador da verdade, decide em virtude da sua particular opinião, e não a vista dos fatos, e documentos.* Tão grande e nobre idéia quer ele que a devamos à civilização. Nós porém a reivindicamos em favor da espontaneidade do espírito humano; não por oposição aos princípios de historiador, mas por ser esta a nossa convicção, conforme já o declaramos em outros escritos (...) (p. 17) (Grifo próprio)

Magalhães aclara, de pronto, qual era o objetivo daqueles que colonizaram o Brasil e daqueles outros que dirigiam (arbitrariamente) o Estado imperial no tocante à presença do indígena, a saber, “caçá-los” e “cativá-los”. Aprontavam enunciados que, segundo Magalhães, eram resultados arbitrários de historiadores que falsificavam significações. Notemos o tom irônico de que Magalhães se utiliza ao se referir a Varnhagen como historiador. Tudo isso para denunciar sua indignação em relação ao esquecimento de uma cultura tão presente e necessária à formação da justa Nação brasileira. E isso, em prol do enriquecimento de uma minoria que dirigia o Estado imperial. Vejamos o jogo temporal a que as observações de Magalhães obedecem. Por ora refere-se ao passado, noutra momento ao presente, e por fim, ao futuro, em muito ameaçado. Vejamos:

Para justificar o emprego da força em favor da *cobiça*, esse seu grande meio civilizador, *alega tão grave escritor a opinião de prelados e governadores*, sem discriminar (...) meios coercitivos que podem acompanhar a catequese, do bárbaro meio da força bruta, empregada pela *cobiça* (...) *Mas quando todos os governadores do mundo assentassem ser justa a razão das espingardas em favor da ambição e da cobiça*, nem por isso se daria por convencida essa razão divina que nos aclara, e que não cedeu à luz das fogueiras da chamada santa inquisição. (p. 48) (Grifo próprio)

Magalhães, novamente irônico, revela seu “espanto” em relação ao desprezo e mau trato sofridos pelos indígenas.

O que porém não deixa de causar espanto, é a parcialidade extemporânea com que se tenta hoje justificar crimes inúteis, que encheram de horror as almas generosas dos próprios compatriotas daqueles maus que os praticavam. (p.48-49)

Magalhães constrói um itinerário. Nele revela a história de escravidão e morticínio pela qual passou o indígena e o africano. Tudo em nome da cobiça de políticos e homens de negócio que teriam reproduzido seus interesses a partir da força e da irracionalidade.

Termina destacando a dívida que teríamos com os indígenas:

Se o Brasil é hoje uma nação independente; se uma só língua se fala em seu vasto território, em grande parte o devemos ao valor dos nossos indígenas, que aos portugueses se ligaram. (p.49)

Começa denunciando o que o presente guardava de mais obscuro:

Não estamos nós vendo como se escreve a história contemporânea? Como se alteram os fatos passados debaixo dos nossos olhos? se pois os partidos políticos de uma mesma nação civilizada, capitaneados por homens superiores, com baldões e calúnias se não poupam, que cega confiança nos há de inspirar essas pinturas de um povo estranho, feita pelos seus opressores. (p.4-5)

Denuncia Magalhães os rumos tomados por uma colonização que ainda se dava, se referia a algo parecido com a re-cunhagem da moeda colonial já analisada. Melhor dizendo, Magalhães estava atento para a configuração de um Estado e de um projeto nacional em andamento, de uma relação entre opressores e oprimidos que não mais obedecendo à dinâmica do A.S.C, conjecturava planos materiais e representacionais capazes de maximizar os lucros de uma minoria. Ambições descabidas que “sempre”, “em todos os tempos”, habitaram as terras brasileiras, e que, não obstante, acabou por forjar aquilo que era, em seu entender, uma “nação mal definida”. (p. 31)

Devemos ter cuidado, contudo, com a construção memorial empreendida por Gonçalves de Magalhães. Em duelo com a direção política que governaria, com ambição, o Império do Brasil, herdeiros do *ethos* despótico e irracional advindos da cultura colonial portuguesa, Magalhães também lança mão do estatuto historiográfico para construir imagens “apaixonadas”.

Num primeiro momento, Magalhães, calcado na carta de Caminha, entre outras fontes primárias, defende a hospitalidade e generosidade, intrínsecas ao indígena.

A hospitalidade e generosidade sem limites até para o inimigo, que podia entrar, comer e dormir em qualquer taba sem o menor receio de ser agredido, até que se declarasse ao que vinha; tão patriarcal costume, se não era um preceito da sua religião, a que jamais faltaram; se não era a manifestação espontânea da bondade de seus corações; era pelo menos o resultado de um conhecimento refletido, do quanto deve o homem ser magnânimo (...) com o seu semelhante, e não repelir, ofender e trair a quem, mesmo inimigo cheio de confiança o procura. Nisto se resume a doutrina do cristianismo; caridade com o próximo. Assim (sic) todos os cristãos imitassem neste ponto a esses a quem chamam selvagens. (p. 27)

Segue Magalhães em aparente insucesso em relação à sua negativa em heroizar o índio. Comparando a cultura do índio à ocidental, apresenta como resultado a superioridade ontológica daquela. Vejamos:

Toda a diferença desses homens da natureza a nós filhos da civilização, é a do menos ao mais para alguns. Não havendo entre eles diferenças e graduações de classes e de fortunas, passava a ciência oral a todos, segundo as suas naturais aptidões. Todos tinham igual parte no trabalho e no descanso. Entre nós, pela desigualdade das classes, e das posses, estão as ciências, as artes, as indústrias, o mando, e a ociosidade repartidas pelos mais afortunados; e a massa bruta, sem saber ler, condenada pela ordem social ao trabalho e à miséria que a materializa, acha-se em pior condição que o selvagem tanto pelo espírito como pelo corpo, e por mais ignorante que este seja nunca é tão estúpido e brutal como a maior parte dos camponeses da Europa. (p. 46)

Mais claro ainda:

Pacíficos e hospitaleiros *a princípio*, provocados se enfureceram, e retribuíram o mal com o mal. Assim fazem todos os homens. Seus erros, seus crimes, suas crueldades não nos espantam, se bem que lamentemos: porque a história das nações civilizadas da Europa habituou-se a maiores horrores, a maiores atrocidades, de que pasmaríamos os nossos selvagens, não atormentados pela sede da cobiça e do mando, que perverte o coração do homem. E entre os que matam para escravizar, dominar e enriquecer-se e os que matam e morrem pugnando pela própria vida e liberdade, pende a justiça em favor

dos segundos, que mais despertam o sentimento do belo moral, nunca de sobra no afan (sic) vulgar da vida. (p. 62-63) (Grifo próprio)

Mas essa boa fé e benevolência com estrangeiros desconhecidos são para o homem civilizado atitude de ignorância. A vista de tanta boa fé não pôde Caminha deixar de dizer: ‘são mais nossos amigos, que nós seus’.¹⁸³ (p.29)

A partir de tais comparações, não deixa de vir à tona o projeto civilizador de Magalhães. Um plano que ao mesmo tempo em que advogava pela atenção aos outros, procurava eximir-se de considerações elogiosas acerca da cultura negra, se bem que nunca deixasse de denunciar a escravidão como instituição inumana. Denunciava os elementos decaídos, não poucos, que permeavam a civilização européia, contudo, na hora de comparar a fina flor da sociedade ocidental aos indígenas, não hesitava em exclamar a superioridade daqueles.

Em conclusão destas observações diremos que, se compararmos estes selvagens com os homens eminentes dos povos cultos, e os da classe média, a vantagem é toda destes; mas se o compararmos a essa imensa população ignara e embrutecida da Europa, em que o hábito da miséria, da obediência, da servidão, e do rude trabalho da terra sem descanso, e sem lucro suficiente para matar-lhe a fome, extingue pouco a pouco todos os nobres sentimentos, e a idéia mesmo de que são homens; a vantagem é toda do selvagem, que na independência do seu caráter, na força da sua vontade, na altivez do seu espírito, e no garbo do seu porte, conserva todos os belos atributos da espécie humana. (p. 64-65)

Magalhães, por fim, deixa-nos perceber que, em alguma instância, pretendia a domesticação da natureza indígena. Acompanhemos seu elogio à ação de Caxias enquanto representante da civilização ocidental nas terras distantes do Maranhão, assim como o aprendizado, por parte dos indígenas, espíritos preparados para o aperfeiçoamento necessário:

O Presidente, que então era o Marquês de Caxias, desejava aldeá-los no Pindaré, mandou-os logo vestir com mais asseio, e deu ao chefe um velho uniforme militar; e assim ornado com elegância, o colocou à sua mesa. Fazia gosto vê-lo com que dignidade natural, sem o menor constrangimento, comia de garfo e faca, e com firmeza nos observava para imitar-nos. Notando que todos os convivas, antes de beber o primeiro cálice de vinho, faziam uma saúde ao General Presidente, tomou ele o seu

¹⁸³ E continua: “Se depois se tornaram esquivos, desconfiados e cruéis; se pagaram traições com traições, agradecemos às duras lições dos seus mestres europeus, que ao som das espingardas, em nome da civilização, lhes deram logo a escolha o cativo ou a morte”. (p.30)

copo pelo pé, levou-o à altura do peito, murmurou um som, e inclinando a cabeça para o Presidente, bebeu o seu vinho, e logo após enxugou os lábios com o guardanapo. Não cessavam de admirar a inteligência e perspicácia desse selvagem tão senhor de si, que por nenhum ato parecia estranho à sociedade em que pela primeira vez se achava. (p. 65)

Vemos que a primeira iniciativa de Caxias era providenciar maior asseio, elemento esse que o próprio Magalhães teria dito, linhas atrás, não faltar à civilização indígena. Enfim, de um lado o indígena com sua pré-disposição ao aperfeiçoamento, do outro o representante correto da civilização. Cristão capaz de ensinar e digno de ser “imitado” de um lado, d’outro, o índio, “senhor de si”, capaz de se adequar ao Belo. Nesse momento, a taça deveria ser pega “pelo pé”, o garfo e a faca se punham entre a mão e o alimento, e a bebida daquela reunião “estranha”, “sociedade na qual pela primeira vez se achava”, não parecia ser o vinho a que se referiu Magalhães, fabricado por estas plagas a partir da técnica do próprio índio.¹⁸⁴

Como vemos, Magalhães também escreve com paixão sobre a história do Brasil. Porém, seja como for, continuemos a analisar a denúncia significativa estabelecida por Magalhães acerca do alto grau de arbitrariedade e de centralismo promovidos pelo Estado Conservador. Agora, noutra momento e em função da relação senhor-escravo produzida pela escravidão negra.

¹⁸⁴ “Não menos que os europeus eram os nossos indígenas apreciadores de bebidas espirituosas; porém mais hábeis do que eles, sabiam-nas fabricar de várias espécies de frutas, raízes e grãos, em falta de vinhas. Pelo que diz o cronista Vasconcelos: ‘parece certo que algum deus Baco passou por estas partes a ensinar-lhes tantas espécies de vinhos, que alguns contam trinta e duas. Entre estas citaremos apenas o do ananás (sic) e o do caju, que rivalizam com os melhores do Reno em cor e sabor. É pena que nesta indústria não imitemos aos indígenas, e que paguemos um tributo ao estrangeiro por esses seus vinhos falsificados, que não valem os que poderíamos fabricar saborosos e estomáticos de tantas espécies de frutas que possuímos”. (p. 43).

3.3. A escravidão enquanto base da Nação decaída

Buscando as “verdadeiras causas” historicamente verificáveis que permitiriam inteligibilidade acerca da Balaiada, Magalhães escreveu o seguinte:

Se porém, aos olhos do filósofo,¹⁸⁵ tais acontecimentos, conseqüências legítimas de princípios conhecidos, facilmente se explicam, o mesmo não sucede ao vulgo, a quem se apresentam os fatos desligados de suas verdadeiras causas, supondo assim outras, e muitas vezes exagerando aquelas que lhe embute a perversa política dos partidos; e essa mesma falsa política do tempo gerada em cabeças ambiciosas e dominadas pelo espírito efêmero da época, tem propagado o ceticismo, e impelido o Brasil no desfiladeiro das rebeliões.¹⁸⁶

Dois são os traços que mais nos interessam no pequeno, porém rico trecho acima. Em primeiro lugar, Magalhães endossa a necessidade da investigação enquanto atitude desconfiada das conclusões e dos valores “partidários”. A partir de assertivas definidas com rigor científico, erros futuros poderiam ser, em parte, evitados. Entretanto, antes mesmo de continuarmos, é importante lembrar que a produção de conhecimento não deveria ser encarada como elemento irrepreensível, incontestável, pois na verdade, lidamos com o tempo, e este é movimento atordoante. Vejamos:

O caráter transitório do tempo e a convicção de sua instabilidade de tal modo sobre nós tem operado que, nas nossas dúvidas, em contínuas expectativas e malogradas experiências, quase perdemos a fé do futuro. (p. 14)

Interessa-nos destacar, ainda em relação àquela primeira citação, a denúncia que o autor faz de uma “falsa política” gerada pela tão mencionada “ambição”. Aliás, esse tema tomará as linhas restantes do presente capítulo.

¹⁸⁵ Filósofo aqui se trata de qualquer um que possua espírito filosófico, melhor dizendo, que seja capaz de investigar o que lhe é apresentado como realidade imediata, intransponível e unilateral.

¹⁸⁶ MAGALHÃES, D. J. G. de, *Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840*, 1848, p. 14. Cabe lembrar que esse texto de Magalhães foi premiado pelo IHGB. E daqui por diante faremos as devidas referências às páginas citadas da *Memória* no corpo do texto, sem repetir o título.

Gonçalves de Magalhães nos fala do *mundo do governo* como lugar de querelas particularistas, aliás, elas teriam sido tempero a mais para a eclosão da Balaiada. Não havendo o que Nabuco chamava de confronto por idéias, os políticos passavam de um a outro lugar sem coerência, apenas guiados pela ganância. Ao invés do merecimento, a proteção, no lugar de moralidade, segundo Magalhães, arbitrariedade.¹⁸⁷ Acompanhemos:

Empregam os nossos políticos todos os vergonhosos meios para dos públicos lugares arredar os seus antagonistas e rivais; de tudo se há abusado (...) alcançado o fim, que é a desmoralização do povo, renegam eles a sua obra, como o devasso pai que não quer reconhecer o torpe filho da impureza. Mas quando? depois de terem posto tudo em conflagração! Como a ambição e a ousadia são entre nós as medidas da capacidade, e o momentâneo interesse do partido a sanção do merecimento, julgam-se todos com aptidão para tudo.¹⁸⁸ (p.15)

Como vemos, Magalhães está falando dos elementos da *boa sociedade* que compunham o *mundo do governo*. Eles seriam responsáveis diretos pela condição miserável e pela imoralidade que movia as classes inferiores.¹⁸⁹ Aqueles que

¹⁸⁷ Em relação à utilização dos espaços públicos pelo arbítrio dos mais abastados, podemos acompanhar importante documento literário: “O abaixo assinado vem dar os parabéns a Vossa Senhoria por ter entrado com saúde no novo ano financeiro. Eu, ilustríssimo Senhor Juiz de Paz, sou senhor de um sítio que está na beira de um rio, aonde dá muito boas bananas e laranjas, e, como vem de encaixe, peço a Vossa Senhoria o favor de aceitar um cestinho das mesmas (...) mas, como ia dizendo, o dito sítio foi comprado com o dinheiro que minha mulher ganhou nas costuras... E vai senão quando, um meu vizinho, homem da raça de Judas, diz que metade do sítio é dele. E então que lhe parece, Sr. Juiz, não é um desaforo? Mas, como ia dizendo, peço a Vossa Senhoria para vir assistir à marcação do sítio. (...) Não posso deferir por estar muito atravancado com um roçado; portanto requeira ao Suplente que é o meu compadre Pantaleão(...)” E após uma réplica do requerente, que exigia, apenas, seus direitos constitucionais, responde o juiz de paz – “A Constituição! Está bem! Eu, o Juiz de Paz, hei por bem derogar a Constituição! Sr. Escrivão, tome por termo que a Constituição está derogada, e mande-me prender este homem”. PENA, L. C. M., 1941, p. 39-40. E ainda no romance de Manuel Antonio de Almeida, no qual Leonardo é agraciado com o posto de sargento da tropa de linha devido à influência de D. Maria, e, especialmente de Maria-Regalada, grande amor da vida daquele que realizou o requerido, Major Vidigal. O rapaz, reconhecido como um sujeito problemático e não disposto a se enquadrar às (“confusas”) regras públicas, do dia para a noite resolve casar com Luisinha, sobrinha de D. Maria. Para que o desejo de ambos pudesse ser realizado, o Major foi novamente acionado. De acordo com as normas, sargentos da tropa de linha não podiam se casar. Resultado, Leonardo passou do “antigo” posto à condição de soldado miliciano num piscar de olhos. E tudo, novamente, graças às artimanhas de Maria-Regalada. ALMEIDA, M. A. de, 2004, parte 25. “Conclusão Feliz”.

¹⁸⁸ Lembremos da acusação que Magalhães faz a Varnhagen, afirmando que ele seria responsável pela construção de uma memória coletiva que valorizaria, em detrimento da justa medida, a ambição.

¹⁸⁹ “Qualquer que seja o pensamento da época, nobre ou vil, nunca das classes inferiores se eleva às culminantes; nestas se ele germina, e daí, como o contágio, se vai estendendo até a choupana, donde reage”. (p.14)

comandavam o Estado imperial, políticos e o corpo burocrático, estavam distantes da expansão civilizacional pretendida por Magalhães, apresentavam-se afastados da pretensão de erigir uma moralidade social capaz de *atenção, diálogo, altruísmo, liberdade e ordem*. Como afirmava:

Nenhum partido representa entre nós idéias fixas, as quais também não representam as necessidades do país; cada qual afaga aqueles que melhor se prestam no momento para derrubar o estabelecido. Mas o estabelecido não é obra do tempo, triunfar do partido oposto é a única mira dos pleiteantes. Prolongam-se as lutas, e leis se fabricam segundo os caprichos dos vencedores. (p.15)

As verdadeiras “necessidades do país”, afirma Magalhães. Pois era preciso sair dos castelos, do isolamento, da construção de assertivas lógico-formais, digamos assim, como dizia ser o caso de Varnhagen e da filosofia ensinada a partir dos manuais sensualistas franceses. Se os poderes locais estavam distanciados das luzes e da reta moralidade, trancafiados em suas casas-grandes, os poderes centrais eram vitimados pela tal falta de diálogo, não aproximação entre as distantes vozes capazes de melhor representar os particulares que compunham a Nação brasileira em construção. De um lado, a classe senhorial isolada em suas liberdades negativas, de outro o *mundo do governo*, olhar desatento e arbitrário. Essa ausência de participação na *polis*, a não requerida liberdade positiva por parte da grande maioria dos integrantes da *boa sociedade*, acabava por desaguar em *centralismo* político-administrativo. Vejamos o tipo de relação que se estabeleceu entre parte do senhorio e o poder central desde a abdicação de d. Pedro I:

A casa sólida e vasta, ficava à entrada de uma chácara, nos arrabaldes do Rio de Janeiro. Na parte da frente, destacavam-se uma grande varanda e dois portões enormes, um reservado às pessoas da família e às visitas, e outro destinado às seges, às cargas que iam e vinham, ao gado que saía para pastar. Tinha ainda uma capela, para o uso de família e dos moradores da vizinhança.

No seu interior, numa das amplas salas, um homem de semblante preocupado caminhava de um lado para o outro, na manhã do dia 7 de abril de 1831. Já perdera a conta do número de vezes que lera o bilhete que um moleque lhe trouxera, remetido da cidade por um amigo, graduado funcionário do governo: ‘O Imperador abdicou. Retira-se logo para a Europa, com a Família Imperial. A revolução está nas ruas’ (...)

Ali, sozinho na biblioteca, o chefe da casa não estava completamente só. As suas idéias a respeito do mundo em que vivia eram compartilhadas por outras pessoas, também chefes e proprietários de escravos e terras (...)

O chefe da casa caminhou até a grande varanda e dali observou os dois enormes portões. Sempre fora assim – um destinado à família e às visitas; outro utilizado pelos animais, carros, escravos e vizinhos pobres que vinham ouvir missa. Sempre deveria ser assim.

Pensou em ir até a cidade. Avistaria os amigos; comentaria com eles a respeito das reflexões que havia feito sobre os deveres e as obrigações do novo governo; falaria sobre os direitos da ‘boa sociedade’; poderiam exaltar todos juntos o valor da liberdade.

Releu o bilhete uma última vez, fixando sua atenção na frase final: ‘...a revolução está nas ruas!’. E decidiu ficar em casa. Era mais aconselhável repousar do que caminhar um pouco.¹⁹⁰

Não estou afirmando que a *Casa* não se fazia representar no *mundo do governo*. O que pretendo ressaltar, e isso a partir das reflexões de Gonçalves de Magalhães, é que a relação dialogal necessária ao ótimo funcionamento do poder central nos municípios, na vida das almas mais distantes, à sua presença em lugares longínquos, não se dava. O resultado era despotismo e desordem. Isolados em suas bibliotecas, elementos da classe senhorial recebiam bilhetes de seus amigos do *mundo do governo*. Estavam mais preocupados com a liberdade dentro de suas propriedades, mais próximos de seus fantasmas mais idiossincráticos, ou da França talvez, do que do lugar público que se construía em meio aos levantes da/na *rua*. Como já observamos, afirma Magalhães que – “Estrangeiras são as nossas instituições, mal e intempestivamente enxertadas, avessas aos nossos costumes e naturais tendências, e em desacordo com a vastidão de um terreno sem tamanho, e diferenças irreconciliáveis de classe”. O resultado pode ser entrevisto pela percepção posterior de Conservadores como Justiniano José da Rocha e do Visconde do Uruguai de que a reação foi exagerada, ineficaz. Certa arbitrariedade dos dirigentes que nem sempre interessava aos mesmos-outros que compunham o *mundo do governo*, **próximos e distantes**.

Gonçalves de Magalhães alertava para a necessidade de um olhar mais atento em relação às tradições e às questões geográficas que construía as diferentes regiões. Tempos e espaços distintos que precisavam de cuidado, de certo grau de aceitação. **Atenção, aceitação e ordem**, uma transvaloração pretendida por dentro do

¹⁹⁰ MATTOS, I. R. de, GONÇALVES, M. de A., 1991, p. 11 et. seq.

próprio aparato estatal Conservador. Senão vejamos os resultados colhidos e produzidos pelo autor:

Antes de historiar é mister conhecer os homens, classes, usos e costumes do país que nos atrai a atenção, porque tais coisas são de grande importância para o peso dos fatos e inteligências de muitos, que sem este prévio conhecimento pareceriam, à primeira vista d'olhos, inexplicáveis (...) (p. 16)

E continua Magalhães recolhendo e produzindo:

Computa-se a população desta província em duzentas e dezessete mil almas, entre brancos, mesclados e negros, espalhados em uma superfície de mais de oitocentas léguas quadradas. Seu terreno, posto que fértil, como o de todo o Império, é pouco cultivado; copiosas chuvas o regam desde dezembro até junho, e neste tempo pluvial, a que só por isso chamam inverno, ligam-se as semanas sem a intermitência de um dia seco; alagam-se os campos, crescem os rios, que são muitos, e as entradas inundadas tornam-se de difícil trânsito(...) (p.16)

Não se tratava de incapacidade constitutiva de tempos e espaços irremediavelmente habitados pela desordem, pelo contrário, “terreno, posto que fértil, como o de todo o Império”. Tratava-se sim de atenção, de diálogo e da civilização inclusive dos da *boa sociedade*, homens que possuíam em seus olhos ambição e desmedida, incapazes de educar a partir da reta razão e da justa moralidade. Lembra que pontes precisavam ser construídas, não apenas aquelas que ligavam um pedaço de chão a outro, mas também aquelas outras que, ainda mais, faziam comunicar os corações e as almas. Não nos esqueçamos que, antes de tudo, a questão de Magalhães é a construção de uma moralidade social baseada no diálogo, melhor dizendo, normatividade auferida através da atuação positiva de espíritos críticos e altruístas na praça pública.

E aqui chegamos à conclusão essencial de Magalhães em relação à formação do Estado-Nação brasileiro, qual seja, a instituição escravidão tinha construído homens despreparados para o exercício da liberdade e do diálogo, escravizavam-se uns aos outros, senhores e escravos participavam do que Nietzsche chamou de *moral escrava*. Começa Magalhães por denunciar os maus tratos que os escravos recebiam, questionando a produtividade e as vantagens do sistema escravista.

É o principal gênero de lavoura o algodão e o arroz, e para isso empregaram numerosos braços de africanos escravos, os quais são tratados com tão bárbaro rigor, que até o necessário sustento lhes negam: uma espiga de milho é o seu almoço, arroz e farinha jantar, do mais lhe fornecem a rapina e a caça; andam nus ou cingidos com uma pequena tanga, salva as poucas exceções; e por isso procuram os escravos subtrair-se ao jugo do senhorio. (p.16)

E continua, apresentando uma carta do Sr. Joaquim José de Siqueira, negociante da praça do Maranhão, impressa em Londres em 1830:

Mesmo assim, atualmente com esses oitenta ou noventa mil escravos, produz o Maranhão, cinqüenta a sessenta mil sacas de algodão a novecentos contos de réis. Desta produção uma terça parte se vai em dízimos e direitos de exportação, ficando líquido para os lavradores quinhentos e cinqüenta a seiscentos contos. A exportação do arroz será talvez hoje do valor de cento e sessenta contos pouco mais ou menos; e eis aqui toda a cultura de exportação destes oitenta a noventa mil escravos, cujo o resultado feito não dá ao lavrador por cabeça nove mil réis por ano! (p. 16)

Torres Homem, importante político do Império, compartilhava das conclusões econômicas anti-escravistas do amigo Magalhães:

Capitais imensos empregados em negros são todos os anos sepultados debaixo da terra, ou anulados pela velhice; e entretanto a facilidade de achar à mão estas máquinas já feitas impede que olhemos para tantos melhoramentos, introduzidos pela atividade do gênio europeu nos processos da indústria, e que procuremos para o Brasil uma população melhor, convidando de outras nações colonos, que por conta de particulares venham cultivar o nosso solo.

A existência dos escravos, e, o que é mais fatal à civilização, a sua continuada importação desses sertões d'África, perpetua a ignorância e a ignávia em uma classe numerosa de nossos lavradores, e torna impossível desbastar os erros que na agricultura tem introduzido a rotina cega dos tempos passados.¹⁹¹

Como vemos, Torres Homem tem o objetivo expresso de denunciar uma prática econômica e moral perniciosa para a constituição e aperfeiçoamento do Estado e da Nação brasileiros. Revela, em outras linhas, a forte pressão inglesa contra a escravidão no Império do Brasil e chega a afirmar, assim como Magalhães, que aqueles que compunham o *mundo do governo* estavam de costas para a “realidade” que se apresentava cada vez mais desconcertante - segundo Torres Homem: “*Nenhuma providência porem se tomou; nem um só instante este objeto, que*

¹⁹¹ TORRES HOMEM, F. de S., 1941, p. 36-37.

preocupa tão vivamente a todos quantos olham em torno de si, e daí estendem as vistas para o futuro, fixou a atenção dos representantes da nação!”¹⁹² Ocorre que os “ilimitados” meios de se burlar as leis que iam sendo implantadas para coibir o tráfico negreiro, entre elas a não respeitada lei de 1830, apenas confirmavam a pouca importância dada pelos daquele *mundo* a tão “importante objeto”; não “olhavam em torno de si”.¹⁹³ Os problemas proporcionados pela instituição escravista seriam de tal ordem que praticamente incontornáveis se tornariam dentro de pouco, afirma o mesmo autor – “... e então o agricultor brasileiro que, (...) fechou os olhos ao porvir achar-se-á lançado repentinamente na posição mais aflitiva, reduzido a mudar em um só dia, por assim dizer, um método de trabalho que existe há três séculos; e sujeito portanto inevitavelmente a tão súbita revolução operada na indústria nacional”.¹⁹⁴

Enfim, a economia sofria pela ausência do “gênio europeu”, leia-se máquinas e mão-de-obra importadas. O escravo africano não tinha nenhum interesse no “aperfeiçoamento” da agricultura, vítima de uma vida “embrutecida pelo seu próprio estado e pela vida selvática que passou na terra natal”, senão vejamos:

O escravo não tem interesse algum no aperfeiçoamento; o mesmo estímulo do lucro não o punge para melhorar o método por que desempenha a sua aborrecida tarefa: máquina caduca, embrutecida pelo seu próprio estado e pela vida selvática que passou na terra natal, ele não pode ser senão um imperfeitíssimo instrumento para o adiantamento da nossa lavoura, e é de todo inútil para as artes e custeio de qualquer manufatura.¹⁹⁵

Não bastassem, contudo, os problemas econômicos, a imoralidade que se constituía a partir da relação senhor-escravo era objeto de grande temor. Torres Homem também fala de uma “rotina cega dos tempos passados”, melhor dizendo, de uma continuidade entre o passado colonial e o Império do Brasil; denuncia o que

¹⁹² Ibid p. 36.

¹⁹³ Aqui devemos lembrar que os Saquaremas, por vezes, não puniram os compradores (*próximos*) em relação à transgressão da Lei de 4 de setembro de 1850 que proibia o tráfico intercontinental de escravos, visavam a punir, em especial, os introdutores. E continuando, além de escravocratas, os Conservadores em questão eram a favor do tráfico interno de escravos, movimento que pôs nas mãos da elite cafeeira do sul, especialmente da província do Rio de Janeiro, o controle direto do suprimento de mão-de-obra. Ver Ilmar R. de Mattos, especialmente o capítulo 3, parte II.

¹⁹⁴ TORRES HOMEM, F. de S., loc. cit.

¹⁹⁵ Ibid., p. 37.

seria a produção de “perpétua ignorância e (...) ignávia”. Um mundo de arbitrariedades e irracionalismo que atingia o lavrador, o escravo, enfim, todos os representantes da *boa sociedade*, justamente no local onde acreditariam estar protegidos - a *Casa*.

Se por este lado (o econômico) a continuação forçosa do tráfico é uma praga que se lançou sobre a nossa terra abençoada, e que há retardado a verdadeira prosperidade, aviltando e entorpecendo aí a indústria, sem a qual não há progresso nem ventura social, que diremos dos seus efeitos pelo que toca ao moral! Quem não vê que certos hábitos, contraídos por muitos de nossos compatriotas, são oriundos da escravidão! Desde a infância temos quem nos sirva em todos os menores movimentos da vida; desdenhamos o trabalho como só próprio da condição servil, e assim ganhamos defeitos que nos são funestíssimos na carreira da existência.

A escravidão leva a corrupção e o vício até o centro das famílias, quer seja por exemplos reiterados da mais grosseira imoralidade, quer pela depravação que infiltra na alma de tantos meninos confiados aos desvelos de estúpidos escravos, só pedagogos da infâmia e preceptores do crime. Que exemplos recebem eles dos seus primeiros aios, dos companheiros de seus brincos, dos condutores de sua infância! E será livre, moral na carreira pública, o homem que desde o berço se acostumou a ser déspota e tirano no sacrário da existência doméstica? Que facilidade aberta para toda a espécie de desordens morais! E, todavia, continua-se na apatia a respeito de um objeto que, mais que qualquer outro, devia interessar-nos, como é o da colonização európeia!¹⁹⁶

Como podemos ver, Torres Homem vai ao encontro de Magalhães e denuncia a infiltração de elementos culturais inconvenientes, assim como os resultados mais subterrâneos resultantes da relação senhor-escravo, a saber, a falta de liberdade do proprietário, o despreparo para a reflexão dialógica, propiciadora de atuações racionais e altruístas e, por fim, o afastamento em relação ao universo do trabalho. O senhor, servido desde criança “em todos os menores movimentos da vida”, tornara-se dependente físico e mental de uma **presença**, a do escravo. O resultado para o Estado-Nação? Um constituir-se a partir da continuidade em relação ao mundo colonial português, próximo à ambição e ao despreparo, ao despotismo – “E será livre, moral na carreira pública, o homem que desde o berço se acostumou a ser déspota e tirano do sacrário da existência doméstica?”. Voltemos a Magalhães.

Nosso autor mais uma vez ressaltava o prejuízo econômico promovido pelas almas escravas, danadas e infelizes. Tudo isso redundava num relacionar-se com a natureza que não admitia as noções de preservação e de aumento da produtividade.

¹⁹⁶ TORRES HOMEM, F. de S., 1941, p. 37-38.

Tudo o que é colher sem martirizar a terra com meios de indústria adotam os Srs. fazendeiros, pouco cuidadosos de melhorar a lavoura (...) (p.16)

Porém, não apenas prejuízos econômicos, também morais. Gonçalves de Magalhães afirmava que a Balaiada era um produto direto do mesmo *ethos* colonial que habitava as mentes daqueles da *boa sociedade* e daí era disseminado pelos outros *mundos*. Senhores, escravos e os demais homens livres compartilhavam, segundo o autor, de um espírito de imoralidade que não teria desenvolvido capacidade abstrativa ótima para afastar o homem de seus extintos animais, individualistas. Longe estavam da liberdade (não absoluta) em relação aos desejos do corpo e do altruísmo, atributos fundamentais à construção da moralidade social pretendida. Homem e natureza estavam tão próximos que o resultado era a produção de um mundo da cultura animalesco.¹⁹⁷

... a província está coalhada de fazendas de criação de gado a vacum, em cujo trato e para a salga das carnes e couros se ocupam cardumes de homens ociosos, sem domicílio certo, pela maior parte de uma raça cruzada de índios, brancos e negros, a que chamam cafuzos, os quais são muito amantes desta vida meio errante, pouco dados a outros misteres e muito à rapina e à caça, distinguindo-se apenas dos selvagens pelo uso da nossa língua. *São estes homens de cruel índole pelo hábito de pastorar e matar o gado*, consumindo o resto da vida em ócio ou em rixas. Desta gente bruta há grandes *manadas* nesta província, e assim nas do Piauí e Ceará, análogas a estas pelos usos e costumes. (p. 16) (Grifo próprio)

¹⁹⁷ Vejamos, agora, a ação de um “vaqueiro” que bem representa a relação homem-natureza a que Magalhães se refere. Virgínio era um conhecido chefe do cangaço à época de Lampião. Ao chegar num povoado, ele encontra, entre outros, um jovem que diz não saber onde ficava um determinado lugar pretendido pelo bando. A resposta de Virgílio foi imediata e irrefreável, senão vejamos – “Eu agora vou fazer um ‘serviço’ em você mode você não deixar descendência de fãmia em riba do chão. Desça as calças!’ O rapaz cobre o rosto e cai, compreendendo finalmente no que se metera. Sai o grito: ‘Valha-me Nossa Senhora!’ E a resposta incrível: ‘Ah não tem o que fazer. É Nossa Senhora mesmo que está mandando’. O punhal logo corre rápido pela virilha da vítima e estoura o cinturão com movimento de alavanca. Calças arriadas, Virgínio ordena: ‘Segure [os testículos] senão eu toro com tudo [o pênis]’. Embainha o punhal de quatro palmos e dois dedos (...) e bate mão de uma ‘peixeira’ (...). Um golpe só e o bandido tem nas mãos bolsa e testículos do jovem. Caminha, ainda lentamente, reingressa no arruado e chega à porta de Dona Ester, com as mãos em concha ensangüentadas, e diz, educadamente: ‘Dona, eu tinha visto que a senhora tava com feijão no fogo. Quer os colhões de um porco?’ e despeja tudo na panela de barro, sem esperar resposta. O feijão espuma. A mulher agradece. Virgínio sai e vai juntar-se aos companheiros. Risadagem. De cima do cavalo, dirige-se ao jovem caído, a perder muito sangue, e receita exatamente a assepsia eficaz da vaqueirice: ‘Bote sal, cinza e pimenta!’”. MELLO, F. P. de, 2004, p. 58. Cf. FRANCO, M. S. de C., 1976.

E continua:

Muitos dos Srs. fazendeiros *à imitação dos antigos barões*, vivem sem respeito algum às autoridades, vingando-se *por suas mãos* de particulares insultos, e acoitam em suas terras os facinorosos que buscam o seu abrigo, e que em tudo se prestam às suas vendas. De tal gente se escoltam e se fazem temíveis, e tão fácil lhes é ordenar um assassinato, como a negar uma dívida, ou ao menos não pagar aos credores, os quais por sua vez, se podem, não duvidam empregar os mesmos meios para haver os seus bens. *Esta é a gente que incitada nos fez a guerra, é ela a que compôs o exército da rebeldia.* (p.16) (Grifo próprio)

Magalhães está apontando para uma relação complementar de imoralidade produzida a partir do *mundo do trabalho*. “Homens ociosos” deslocados do sistema escravista, não aproveitados, acabam por se religar aos seus antigos senhores dentro da mesma economia despótica secular, “à imitação dos antigos barões”. Não são escravos, porém estão amalgamados aos da *boa sociedade* vendendo o trabalho especializado do qual se ocupam, a saber, o assassinio. A independência não teria sido suficiente para produzir algumas das rupturas mais significativas com os tempos coloniais.

Formam “manadas” escravizadas por seus usos e costumes, presos à condição de selvagem por não estabelecerem, em relação à natureza, diferenciação contundente. “Pastoram e matam o gado” com a mesma “cruel índole” com que vão perfurar os buchos dos prisioneiros capturados.

Não obstante, não estão sozinhos aqueles elementos perturbadores que promovem desordem. Magalhães rompe as fronteiras entre a *Casa* e a *Rua*, entre a *boa sociedade* e os homens livres pobres e os escravos, denunciando mais do que a complementariedade e a divisão de trabalho, analisados por Carvalho Franco. Senhor e “selvagem” estavam unidos em sua condição cultural e espiritual degradada, decaída. Ambos compunham um quadro de irracionalismo e de arbitrariedade, de obscurantismo e de diletantismo, no qual o senhor e o “selvagem” eram incapazes de afastar-se, segundo Magalhães, do puro desejo que é a natureza do corpo. “Vingam-se”, se prestam a “vendas”, “não pagam aos seus credores”, e, por tudo isso, não se vexam em “ordenar um assassinato”. Administradores do Estado que, em detrimento da justa centralização, utilizavam-se do poder simbólico e material que tinham exclusivamente em favor de seus desejos, ambição excessiva.

Homem e natureza não se diferenciavam segundo o autor. “Manadas” que se põem a caçar à “rapina”, “pastoram”, animais que são e, por fim, como vimos em nota de roda pé, enunciam profilaxia, a mesma com a qual cuidam do gado, “castram” e, ao fim, saem com as mãos “ensangüentadas”, sem a preocupação de lavá-las, pois sabem que, naquele lugar, afirmou Magalhães, rapidamente se poriam a outros movimentos sempre similares. Escravos, homens livres pobres e a classe senhorial em formação iam de lá para cá num movimento selvagem que produzia, todo momento, impasses e levantes – “São estes homens de cruel índole pelo hábito de pastorar e matar o gado, consumindo o resto da vida em ócio ou em rixas”.

Gonçalves de Magalhães apontava para a imperícia com que o homem se lançava à natureza em busca de lucros cada vez mais significativos. Denunciava a animalidade daqueles que eram puro desejo, pura natureza. A reflexão problemática e a produção de conceitos em relação ao mundo autônomo da natureza eram tidas como lugar de partida do projeto moral-social de Magalhães. Vejamos o quanto ele se aproxima das reflexões de Hegel, filósofo a ele apresentado pelos textos de Victor Cousin. Segundo Rodrigo A. de Paiva Duarte:

Adiante destaca Hegel que também o animal tem impulsos, desejos e tendências. Seu instinto forma um círculo fechado, que no humano é interrompido. Essa atividade do humano torna-se para ele quase definitiva: (...)

E cita Hegel:

‘O espírito só atinge sua realidade à medida que se bifurca em si mesmo, dá-se a si mesmo esse limite e finitude nos carecimentos naturais e nas conexões dessa necessidade exterior e, pelo fato mesmo de que ele as interioriza as ultrapassa e adquire sua *existência objetiva*’. (Grifo próprio)

E Rodrigo Duarte comenta mais uma vez:

Disso resulta uma relação mútua, na qual o humano, por um lado, depende de uma natureza preexistente, já que ele necessita de coisas naturais enquanto alimento, matéria-prima para vestuário etc.; por outro lado, ele deve ir além, dessa natureza, a fim de se firmar como o ser peculiar que ele é.

E terminando, volta a Hegel:

‘A matéria exerce resistência contra mim (e ela é somente isso: resistir a mim), i. é, ela me mostra seu ser-para-si abstrato somente enquanto espírito abstrato, a saber enquanto sensível, mas com relação à vontade e propriedade esse ser-para-si da matéria não possui nenhuma verdade’.¹⁹⁸

Como vemos, para Hegel, assim como para Adorno, o outro filósofo analisado por Rodrigo A. de Paiva Duarte, a relação entre homem e natureza é de participação necessária, porém baseando-se em uma mediação que é conceitual. O conhecimento constituído é a pura verdade enquanto atividade de um *ser-para-si* que é livre. Atua no mundo, pois pura consciência de sua transitoriedade, entretanto, também de sua condição de realizador de mundo, de sentido, afirma Magalhães. É o sujeito que põe o mundo, dentro, é claro, do próprio movimento da matéria, da qual faz parte seu corpo.

Para o autor fluminense esta capacidade de tornar-se um *ser-para-si*, espírito racional que através do conhecimento põe o mundo, enfim, elabora sentidos para o que ocorre em sua volta, é o diferencial que aparta o homem da natureza animal. Assim, o homem é liberdade, supera seu ser puro desejo e se encontra com os outros; **alteridade** possível apenas se também a partir de altruísmo e de responsabilidade. Vejamos como Magalhães separa a natureza humana, a inteligência, do ser puro animal.

Tudo o mais que pela ciência sabemos do sol, e de todas as coisas, não são percepções sensíveis, são intuições, ou concepções puras, induzidas ou deduzidas umas das outras, por um contínuo trabalho do espírito, trabalho da sua faculdade de saber sustentada pela sua vontade, no que não entram os sentidos. A sensação de cor objetiva-se em um ponto luminoso do céu, a que chamamos cometa ou planeta, e concorre para que o percebamos; mas não entra no conhecimento do que é esse ponto, da sua grandeza real, da sua marcha, da sua força atrativa, e do seu reaparecimento após mil anos de caminho; todos esses conhecimentos dependem da inteligência conveniente empregada pela nossa vontade.¹⁹⁹

A inteligência humana que põe o mundo enquanto um conjunto de significados em movimento, não é da ordem da natureza animal. O animal, irracional, ao contrário, vive a partir de uma “alienação” perene que significa um não

¹⁹⁸ Apud. DUARTE, R. A. de P., 1993, p. 42-43.

¹⁹⁹ MAGALHÃES, D. J. G. de, 2004 [1858], p. 210.

desdobramento do espírito sobre si mesmo. Melhor dizendo, o animal vive a partir do mundo da natureza incapaz de construir sentidos abstratos, puro desejo.

Nossa imagem se reflete nos olhos de um animal, como se reflete em um espelho, como a imagem de um animal se reflete nos nossos olhos; e daí concluímos que o animal nos percebe como nós o percebemos, e tem consciência-de-si, e ciência do que somos. Do mesmo modo poderia uma criança pensar que o seu reflexo no espelho a estava vendo.

As sensações podem ser no animal coisas diversas do que são para nós; estarem na sensibilidade mesma dos órgãos, e os moverem como instintos para as coisas externas, sem que sejam presididas por uma consciência, sem que os objetos externos se lhe apresentem, como pela percepção se nos mostram” (...)

Achará o peixe salgadas e frias as águas do mar em que vive, como nós a achamos? Os animais que se alimentam de substâncias para nós insípidas, desagradáveis, repulsivas e danosas sentem os mesmos gostos, sofrem os mesmos danos que elas em menor dose nos causam? Creio que não (...)

Quanto ao parecerem inteligentes, não há dúvida. Mas uma coisa é parecer inteligente, e outra coisa é ter inteligência. Uma inteligência superior os pode dirigir, sem que eles tenham consciência de seus atos. Desde que nascem mostram os animais mais inteligências que os nossos filhos, justamente porque não possuem essa inteligência, que fora os move, sem que eles necessitem aprender coisa alguma como nós, que possuindo a inteligência como faculdade nossa, precisamos cultivá-la. Se o homem não fosse dotado de liberdade, ainda que o supuséssemos inteligente, não se possuiria, obraria instintivamente, sem consciência; em tal caso não seria a inteligência uma faculdade sua, de fora o guiaria, e não precisaria ele de uma alma espiritual, inteligente, cõnsia de si; e tal é a condição dos animais.²⁰⁰

Assim são os animais para Magalhães. Não inteligentes, corpos que atuam a partir do puro estímulo do mundo da matéria. Não pensam sobre o que fazem, apenas executam. Não buscam formular conscientemente lugares abstratos capazes de privilegiar o outro e o progresso social. O homem que habitava o Império do Brasil era, em níveis distintos, afirmava Magalhães, “selvagem”. Homens livres pobres, escravos e senhores relacionavam-se com o mundo da cultura e da natureza a partir de seus desejos e não de suas vontades. Quando “pensavam” nas vantagens materiais que poderiam alcançar, eram corpos incapazes de dizer **não** a seu imediato prazer. Enfim, riqueza e poder geravam satisfação e prazer que respondiam aos desejos da matéria e sufocavam a reflexão; impossibilitavam a desindividualização necessária ao bom andamento da vida social e da ascensão do homem em direção ao Infinito.

²⁰⁰ MAGALHÃES, D. J. G. de, 2004 [1858], p. 212-213.

Pois bem, Magalhães percebia, uma vez imiscuído aos fatos da Balaiada, que um conjunto de homens acostumados à arbitrariedade e ao despotismo produziam, em seu dia-a-dia, sentimentos como a inveja e a ambição desmedida. Olhavam-se a partir de lugares sociais em muito distanciados. Enquanto a maioria tinha muito pouco, outros poucos ostentavam suas riquezas, luxo e lascívia. Os que nada tinham eram tomados pouco a pouco de ódio e do desejo de pura vingança, essa era a justiça que pregavam. Os que tudo possuíam tratavam, sempre que possível, de mais obter. Todo momento se utilizavam dos braços dos imediatamente mais fracos. Livravam-se de seus pares num jogo de idas e vindas que apenas acirrava a tensão social. Vejamos o testemunho de Magalhães sobre a sociabilidade na cidade de Caxias, então principal núcleo comercial da província do Maranhão depois da capital São Luis:²⁰¹

Caxias, a cidade do crime, o refúgio dos facinorosos, o domínio dos pequenos pachás, que a seu grado decidiam das alheias vidas, estava acostumada a ver assassinatos todos os dias. Almas piedosas lhe auguravam grandes desgraças em punição de seus crimes, e quis Deus que ela fosse o teatro sanguinolento de todos os horrores da rebelião, talvez para correção de seus costumes depravados e seus futuros melhoramentos.

Tudo em Caxias atraía os rebeldes; sua mesma posição central, suas riquezas, munições, simpatias, e imoralidade convidavam a que fossem sitiá-la.

Toda a população errante e aventureira das comarcas do Brejo, Itapucuru, Caxias e Pastos-Bons, excitada pela cobiça, tinha engrossado as partidas dos facciosos, e seu número avaliava-se em seiscentas cabeças, que cercaram a malfadada Caxias, todas meditando a sua ruína. (p.22)

A situação era ainda mais periclitante, tendo em vista os levantes escravos, o perigo haitiano que rondava as mentes de muitos dos que constituíam a *boa sociedade* do Império.

Só a escravatura computa-se em cerca de vinte mil africanos; o que muitas vezes ameaça o sossego público, subtraindo-se parte dela ao jugo do senhorio, e aquilombando-se nas matas, donde em sortidas vão roubar as fazendas circunvizinhas, sendo necessário força armada para capturá-los; e não foi isto um dos pequenos males da presente rebelião, porquanto, fugitivos os Srs. fazendeiros, deixavam à mercê dos rebeldes seus casais e escravos e estes se aproveitavam do ensejo para fugir ao trabalho das lavouras devastadas, e foram acoitar-se daquele lado da costa entre a barra da

²⁰¹ “Caxias, outrora Aldeas-Altas, era o florescente empório do interior do Maranhão e Piauí, a mais rica e comercial cidade da província depois da capital, notável pelo luxo dos seus habitantes e descomedimento de muitos, e mais notável ainda por ser o teatro de contínuas e diuturnas vinganças e assassinatos”. (p.21)

Tutoya e Priá, onde em número passante de três mil, e capitaneados pelo negro Cosme, tido por feiticeiro, grandes devastações fizeram. (p. 21-22)

Vemos um quadro bem detalhado das reflexões de Magalhães acerca do que veio a permitir o levante em questão. A instituição escravidão possuía lugar de destaque, melhor dizendo, lugar de **origem**. Produção/reprodução de sentimentos como a ambição e o individualismo. O resultado é a **desmedida**, a **arbitrariedade** e o **irracionalismo**.

Dentro desse universo, vários vetores acabaram por forjar e agravar a situação do levante. Em primeiro lugar, os elementos que constituíam os únicos dois partidos de Caxias, como já vimos, digladiavam-se não por idéias, mas por riqueza e poder. Um ao outro se desagravavam. Utilizavam a imprensa como instrumento de vingança e difamação. Nem um nem outro, segundo Magalhães, preocupavam-se verdadeiramente com a supremacia vital que a razão e a liberdade deveriam ter sobre as paixões. Tudo teria começado no seio da *boa sociedade*, déspotas que desde cedo não sabiam o que era ser contrariados.

Forte oposição se manifestou à administração do Sr. Camargo, oposição em parte desrespeitosa, porque os que então compunham o partido do governo, antes de subir aos públicos lugares fortemente haviam atacado como oposicionistas o governo do senador Antonio Pedro da Costa Ferreira, pessoa cara ao partido que agora em desforra os guerreava. (p.17)

Ocorre, também, que a imprensa mobilizou-se apaixonadamente. Dois jornais diferentes se atacavam, representantes diretos dos interesses específicos de cada um daqueles dois partidos, a saber, os **bemtevis** e os **cabanos**. O resultado é que os lugares públicos eram tomados por uma gama de interesses que nada tinham de universais, distantes da reta moralidade. Vejamos o que afirma Magalhães:

Um pequeno jornal com o título de Bemtevi, escrito em linguagem popular, atraiu grosso partido: atacava o presidente, e a lei dos prefeitos, criação nova, que por indicação do presidente tinha passado na assembléia provincial (...)

Um jornal governista desapiedadamente insultava a oposição em linguagem trivial e grosseira. Dividiu-se a população em dois partidos rancorosos, os bemtevis e os cabanos (...) (p. 17-18)

E aqui podemos entrever o segundo elemento definidor das várias revoltas, que configurou o movimento chamado de Balaiada, a saber, a centralização mal elaborada pelos Conservadores, políticos que estariam, como já vimos, distantes das lógicas que comandavam as diferentes regiões, trancados em seus castelos. A lei dos “prefeitos”²⁰² e o movimento de centralização levado a cabo, com vigor, desde 1837, surtia efeito “curioso” segundo Magalhães. Se bem os juizes de paz eram substituídos pelos de direito, e todos os mais importantes postos policiais eram escolhidos diretamente pelos prefeitos, e esses, diretamente pelos presidentes de província, que eram, por sua vez, determinados pelo ministro da justiça, a centralização pretendida não se estaria concretizando. Ocorre que os homens que cumpririam as novas funções estavam corrompidos pela moral escrava, lugar de ambição, avareza, irracionalismo e despotismo. Vejamos as palavras de Ilmar R. de Mattos acerca da natureza arbitrária que fundava as revoltas contra o poder central forte:

Ao defenderem a Liberdade da Casa, os Liberais defendiam sobretudo a liberdade do senhor – enquanto um despotês – no governo da escravidão e de participação no tráfico negreiro, sem a ingerência britânica e sem o privilégio dos antigos colonizadores, agora ligados à Coroa.²⁰³

O problema a ser discutido é a própria incapacidade de atuação pública daqueles que ocupavam o *mundo do governo*, liberais ou Conservadores. Preocupados tão somente com os seus desejos, os políticos lá de Caxias e da Capital eram *déspotas* despreparados para o exercício da reflexão e do diálogo, desde quando muito jovens, convém lembrar. A *boa sociedade* mostrava-se escravizada em relação à instituição escravidão. Os liberais em suas bibliotecas, os Conservadores, em parte, fazendo do *mundo do governo* um lugar privado. Nem um nem outro interessados no diálogo.

²⁰² Luiz Felipe de Alencastro explica assim a Lei dos Prefeitos – “Concretamente, as hostilidades irrompem em 1839 quando o governo maranhense, a exemplo do que fizera o de Pernambuco, instaura a ‘Lei dos Prefeitos’. Pretendia-se então empossar uma autoridade, nomeado pelo presidente da província, que dirigiria vários municípios, engolfando a autonomia das câmaras, da Guarda Nacional e, sobretudo, a capacitação judiciária e policial dos juizes de paz eleitos nas cidades. Prelúdio à Lei da Interpretação de 12 de maio de 1840, à maioria, ao restabelecimento do Conselho de Estado em novembro de 1841 e à Lei de Reforma judiciária de 3 de dezembro de 1841, que generalizaram a nível nacional esse repuxo centralizador, a Lei dos Prefeitos é recebida como um atentado contra a autonomia municipal, célula política instituinte do império”. ALENCASTRO, L. F. de, 1989, p. 10.

²⁰³ MATTOS, I. R. de, 1994, p. 154.

Enfim, o *ethos* despótico e avaro era atribuído, incessantemente, ao outro, sem que fossem capazes de olhar para si mesmos. A oposição exclamava:

Um prefeito tem espalhado tantos quantos oficiais de polícia (espião) ele quer, para saber do que se passa fora e dentro das casas! Adeus sagrado das famílias! Os prefeitos chamaram e corromperam nossos escravos para dizerem tudo que em nossas casas se faz e se diz, e acrescentarem o mais que nem se faz, nem se diz! Com uma autoridade tão absoluta quem se julgará seguro! Quem os poderá ter mão! Mil maldições pesem sobre a cabeça de quem pediu e sancionou tal lei! Mil maldições pesem sobre as cabeças dessa maioria da assembléia que fez tal lei! (p. 17)

Já o presidente de província denunciava os excessos dos juizes de paz, e, conseqüentemente, de seus inimigos bemtevis.

É impossível que deixeis de conhecer todos os excessos cometidos pelos juizes de paz. Abri a história, e vereis cada página manchada com os fatos os mais monstruosos, filhos da ignorância e da maldade, um luxo de arbitrariedades e perseguição contra os bons, inaudita proteção aos maus, e porfiada guerra às autoridades. (p. 17)

Caía nas mãos do presidente um poder maior do que sua capacidade pública, pois – “*Governo partidário é sempre injusto*” (p.18). Ele acabara por lançar mãos das novas normas centralizantes para suprir, como era denunciado pelo tendencioso jornal bemtevi, interesses privados. O Sr. Camargo, então presidente da província (1838) e aqueles do outro partido comungavam de linguagem chula que, sem resolver os problemas – “*Não podia (...) deixar de abalar os ânimos*”. (p. 18)

Explodia o levante. Bemtevis e cabanos recebiam apoio das classes mais miseráveis, dizia Magalhães, e tudo isso, a partir da mesma lógica ambiciosa, vingativa e despótica que criou o racha dentro da *boa sociedade*. Figuras como a de Raymundo Gomes bem compõe este quadro. Um **homem-animal**. Um assassino, um capataz que estabelecia com os seus senhores a relação de escravidão mútua já analisada.²⁰⁴

Acompanhemos, ainda dentro do mesmo quadro, como aderiu ao levante um outro rebelde – Manoel Francisco dos Anjos Ferreira Balaio. Este relato é precioso,

²⁰⁴ “Raymundo Gomes e os seus, protegidos pelos vereadores da câmara da vila da Manga e pelo Juiz de paz Coelho, evadiram-se no dia 17, levando armamento e petrechos roubados, puseram-se em marcha via da chapadinha”. (p.19)

pois revela o grau de individualismo e de arbitrariedade que movia, segundo Magalhães, quer os elementos da *boa sociedade*, quer os das classes mais baixas.

Contam que duas filhas suas (de Balaio) tinham sido defloradas por um certo Guimarães, oficial de comissão que da vila do Itapucurumirim marchara com um golpe de gente para atacar Raymundo Gomes na Chapadinha logo em princípios da revolta. (p. 20) (Grifo próprio)

O resultado? Balaio aderiu ao levante contra o governo. O espetáculo de violência e latrocínio, dizia Magalhães, dava-se em meio ao total desregramento de todos os elementos dos diferentes partidos, das diferentes classes. Homens se tratavam como verdadeiros animais, buscando superar-se na realização de crimes inacreditáveis se não presenciados.²⁰⁵ Não podemos deixar de citar, por fim, as palavras de Magalhães sobre um feroz Ruivo que teria feito a cidade de Caxias pagar, tal qual Sodoma e Gomorra, por sua luxúria e por seus crimes:

Entre os terríveis canibais notava-se o feroz Ruivo, que fazia garbo de andar *coberto de sangue* e de apregoar o número de seus assassinatos perpetrados no dia. Em dinheiro e fazendas computam-se o seu prejuízo em quatro mil contos: bem caro pagou Caxias seus crimes passados. Muitos viram neste flagelo a maldição celeste invocada pelas vítimas de sua perversidade; que assim castigou o Céu os reiterados crimes de uma raça prevaricadora (...) (p. 23) (Grifo próprio)

Os habitantes de Caxias capitularam, “vergonhosamente”, depois de quase dois meses de “assédio e de repetidas escaramuças”. Assim ia ocorrendo o levante, assim seguia Magalhães a relatá-lo. Crimes, arbitrariedade, incompetência, enfim, o individualismo semeado e difundido era entrevisto, também, através da ação dos senhores ricos e de parte dos elementos do exército. Os braços do Estado em consolidação não chegavam ao Maranhão, as Luzes não eram disseminadas. Caía Caxias:

²⁰⁵ Vejamos um caso “impressionante” contado por Magalhães – “... no interior da província o geral desalento cedia o campo às hordas devastadoras, que ufanas não atacavam sem vitória, e com tanta rapidez lastravam, que sua podiam chamar toda a província, teatro miserando de seus horrores e latrocínios, onde punham em prática quantos flagícios (sic) inventa a perversidade do coração humano para tormento de suas vítimas. Um só fato apontarei: a um mísero ancião octogenário cortaram o ventre e nele coseram um leitão vivo, que lhe roia as entranhas; esta recordação horrível de um suplício tartáreo foi feita ante os olhos dos filhos e da esposa do desgraçado velho, e nem o deixaram os frios algozes, que galhofavam, sem o ver exalar o último suspiro no meio das cruéis vascas (sic) e dolorosos gritos da família, que além deste martírio foi espancada em despedida”. (p. 26)

...populosa, rica, bem municada, e de fácil defesa, tendo de um lado o rio Itapucuru, e do outro altos morros que a cobrem, não se teria rendido à força sitiante se aí não houvesse indiferentes mais cuidadosos no futuro, que se furtavam a todos os sacrifícios, e traidores que com os chefes rebeldes se carteavam e os socorriam com pólvora e víveres.

E continuava:

E à vista de tantos meios de resistência, de tantos recursos, com que podiam fazer rosto e repelir os sitiantes, fácil é a conclusão, para quem mesmo outros documentos não tivesse, de que algumas autoridades e principais habitantes não eram coniventes com os rebeldes, ao menos por medo com eles transigiam. (p.23)

Os “principais habitantes”, políticos importantes, todos estavam envolvidos de uma maneira ou de outra no levante. Ou apoiavam positivamente ou fugiam levando parte de suas riquezas, sempre, porém, ancorados a seus desejos mais mesquinhos. Iam para lugares protegidos, pagavam impostos aos rebeldes em troca de proteção. O Estado, não nos esqueçamos, longe estava. Apenas com a espada combatia. Desde o centro até as mais distantes províncias, a moral escrava gerava irracionalismo e despotismo, individualismos variados.

Os “rebeldes” da *boa sociedade* buscavam acordos. Percebiam, segundo nos afirma Magalhães, que o levante estava fugindo ao controle. Na capital, homens como o doutor Joaquim Franco de Sá, Liberal, e Francisco Sotéro dos Reis, Conservador, digladiavam-se menos por idéias do que por rixas partidárias.²⁰⁶ Arapucas eram armadas a todo momento e o poder e a ambição eram fins em si mesmos. Os rebeldes entregaram uma carta negociando a rendição, na qual não demonstravam o desejo de mudanças profundas. A escravidão e a opressão por parte das classes abastadas não era sequer mencionada. Magalhães parece querer nos apresentar um quadro confuso. De um lado, os líderes rebeldes que teriam se

²⁰⁶ “Diz-se que o professor Sotéro (aliado do governo) propunha esta medida (suspender as garantias na assembléa provincial) porque sorratamente maquinava a queda do presidente (Manoel Felizardo de Souza e Mello), escrevendo ele a seus amigos para a corte, pedindo o general Andréa, que por seu caráter violento e decisivo habituado estava a não respeitar coisa alguma, e contava que o general se entregaria todo à gente que o reclamava, e vexaria o partido oposto; e consta que cartas apareceram neste sentido(...)” (p. 25)

engalfinhado no levante por mesquinhez política,²⁰⁷ e num outro *locus*, os aliados ao governo, esses perdidos em suas querelas internas e em suas pretensões centralistas. Por fim, ausência de diálogo.

Retiraram-se os dois afinal (Joaquim Franco e Francisco Sotéro), sem que daquela entrevista e debate fundisse proveito algum para os públicos negócios, e nem ao menos serviam para adoçar a acrimônia dos partidos, os quais prosseguiram a reciprocamente acusações e inventivas. (p. 25)

Os “públicos negócios” estavam abandonados, se é que foram, alguma vez, alvo de preocupação, afirma Magalhães. “Acusações” e “inventivas”, desde sempre, davam o tom da discussão em questão, ambos no lugar da reflexão, da liberdade e da ordem. O Estado em construção estava, definitivamente, num caminho equivocado. A **espada** não estaria sendo capaz de acalmar os ânimos.

Magalhães ia acompanhando o teatro da guerra. Classificava como “bárbaras” determinadas práticas dos revoltosos, contudo, não deixava de denunciar o despreparo e a resposta violenta à altura empreendida pelas tropas legais. Aqueles e estes atuavam de acordo com suas naturezas despóticas e arbitrarias, num jogo-espetáculo de avanços e derrotas, de ambos os lados. Um quadro que bem representava a ausência ampla de civilização no Império do Brasil.

Fala-nos das “temeridades” cometidas pelo tenente Antonio de Sampaio, apesar de importante contribuição (p.27). Alerta para a falta de conhecimento da região e da escassez de víveres.²⁰⁸ O capitão Simão Alves não obedecia às ordens de seus superiores, ou por “incompetência” ou por “medo”. O major Falcão, “estóico” segundo Magalhães, não recuava, obedecendo ao seu senso de dever, já que não tinha superiores à altura. Ambos, vítimas da desmedida, despreparados em responder racionalmente às dificuldades de uma guerra, *despotés* desde pequenos. Magalhães

²⁰⁷ Ver a carta dos rebeldes, p. 23-24. Ilmar R. de Mattos comenta a ação dos praieiros enquanto propugnadora apenas de liberdade negativa. MATTOS, I. R. de, 1994, p. 155.

²⁰⁸ “Ocupava-se o comandante Sérgio com o mapa topográfico, e traçou um plano de ataque dividindo suas forças, das quais parte devia ir por terra e outra por água; mas como tratassem primeiro de distribuir as rações aos soldados, e grande demora houvesse em fazer a carnagem para isso, já a maré estava em preamar, e o capitão-tenente da armada Boldts apresentou a dificuldade de se efetuar um desembarque naquele dia, por vir a faltar água quando chegassem no lugar designado o Jacaréí”. (p. 27).

nos conta os reveses do “desastroso” ataque de Arêas, no qual a insubordinação e a heterogeneidade das forças, acabou por promover desencontros substanciais.

Quis a vanguarda retroceder, tão desalentada estava, mas ele (o major Falcão) conteve-a e forçou-a a nova investida, e nisto ouviu-se uma descarga dos dois batalhões que após marchavam, um de guardas nacionais do comando do tenente Jansen, e outro que cobria a retaguarda do capitão Ernesto. Entre estes vinha o coronel Sérgio, comandante em chefe, que parecia não haver previsto aquele encontro, como se marchasse por estrada amiga, nem dera instruções ao major para o que ocorresse; entretanto as cornetas destes corpos correspondiam ao toque de avançar da corneta da vanguarda, e certamente não tocavam elas sem ordem. Convém relatar todas as circunstâncias deste desastroso ataque, conhecido com o título de Arêas, nome do lugar; o mais infausto que houvermos, em que passante de mil homens ficaram sem entrar em combate, muitos mortos e outros baleados; porquanto depois lançou-se a culpa deste desastre sobre o major Falcão, como se ali não fosse um comandante em chefe que devera delinear e prever as ocorrências.²⁰⁹ (p. 28)

Na verdade, poucos estavam interessados em fazer a guerra contra os rebeldes. Uns fugiram, como já vimos, e outros, entre eles os despreparados elementos da Guarda Nacional, preveniam-se, “covardemente”, em meio à batalha. Sabemos que o governo pouco armava os componentes da Guarda Nacional, que eles não eram devidamente treinados e que, por interesses individualistas aceitavam alguns poucos elementos da *boa sociedade* dela participar.²¹⁰ A *Casa* era mais segura e economicamente mais vantajosa. Estavam desde suas bibliotecas acompanhando os rendimentos de suas lavouras.

Os rebeldes não tinham inteligência nem plano político, eram aves de rapina nas palavras de Magalhães. As forças oficiais iam caminhando, Deus sabia como, entre ordens e desordens ministradas por homens incompetentes, pouco interessados na promoção dos objetivos públicos. Brigavam entre si por picuinhas particulares enquanto – “...por falta de todas as comodidades estiveram aqui os feridos dezesseis horas, deitados sobre a terra fria até o dia seguinte, expostas suas grandes feridas ao ar e já cobertas de insetos (...)” E completa o autor afirmando ser um tão vexatório

²⁰⁹ E continua: “Encontrado o comandante em chefe, expôs-lhe o major os desastres da vanguarda, e como ele se achava ferido, pelo que nomeou aquele um oficial superior para o substituir no comando do batalhão empenhado no combate; negou-se o oficial, e o mesmo fez outro após o mandato. Tal era a disciplina que nem o comandante em chefe sabia o que fizesse para sustentar as suas ordens, nem havia quem o obedecesse”. (p.28)

²¹⁰ URICOECHEA, F., 1978, especialmente os capítulos IV, V e VI.

repertório de arbitrariedades e irracionalismo que – “*omitimos, por poupar vergonhas, minuciosos incidentes pouco dignos de escritura*”. (p. 29)

As vitórias eram divididas entre os dois lados, desertores iam e vinham ao sabor dos resultados e não das idéias. Os rebeldes exaltados destruíam as lavouras e praticavam saques, enquanto na capital os revoltosos “moderados” avançavam e retraíam-se no apoio àqueles outros, e tudo isso dependendo de como andava a questão partidária em torno da preponderância política; poder e riqueza moviam estes últimos.

A nova destes últimos acontecimentos, posto que só na aparência favoráveis, animou o governo e a capital, que já não temia que a tomassem os rebeldes, o que deu azo aos partidos, até ali pelo temor aplacados, a que agora reavivassem, e disto mesmo queixou-se o presidente para a corte. (p. 30)

E quando tudo parecia favorável às forças oficiais, o germe despótico e avaro que perpassava todas as classes fazia-se notar. Novas adesões ocorriam e acaloravam-se as batalhas. Militão Bandeira de Barros, tenente coronel da Guarda Nacional, juiz municipal, de órfãos e interino de direito, na Vila da Chapada, auxiliado pelo juiz de paz João Paulo Cortez “*obravam segundo as inspirações de capricho e de interesse*”. Essa é uma história longa, porém interessante. Acompanhemos:

Em uma reunião de júri, tratando-se do sorteamento para juízes de fato, o vigário Antonio do Rosário Cardoso lançou em rosto ao dito Militão a terrível verdade de haver ele nascido escravo e ter sido forro por seu senhor e pai, querendo por aquele modo excluí-lo: Militão jurou vingar-se (...) Aos 15 de janeiro de 1839 foi o vigário assassinado em sua própria casa por quatro soldados que seguiam a um meirinho, que primeiro lhe deu a voz de preso, seguindo-se logo a descarga a pretexto de resistência. (p. 31)

Militão perseguiu e prendeu amigos do padre reclamantes de justiça. Militão denunciou-os como arquitetos de um atentado contra ele próprio e, mais uma vez, utilizou-se do lugar público para pôr em prática seus planos ambiciosos. E mais, as testemunhas de Militão no caso teriam sido os próprios assassinos do vigário. Jorge, um dos presos por Militão, denunciou-o ao subprefeito e, encurtando o caso, Militão, os quatro soldados e o juiz Cortez foram declarados culpados pelo assassinato em pauta.

O pai, irmãos e os demais parentes de Militão se rebelaram e tomaram parte do partido Bemtevi, que a essa altura desdobrava-se e se desvinculava das reivindicações dos “moderados” da capital, embora ainda apoiados esporadicamente em se dependendo dos resultados da guerra e dos interesses particulares, como já vimos. Militão, por fim, foi solto pelos balaios, engrossando significativamente suas fileiras. E continua Magalhães:

Os parentes de Militão e um grande número de seus amigos e agregados, todos rebeldes, cerca de 5000 homens, entraram no dia 8 de março na vila do Riachão, arrombaram a cadeia, queimaram o tronco, apoderaram-se de muitas casas, e fizeram algumas mortes. (p. 31)

Magalhães alertava para a confusão entre o lugar público e o privado, a ausência de civilização forjada pela moral escrava e afirma – *“Eis como particulares intrigas causam às vezes calamidades públicas; e em tão vasto território como é o nosso, sendo as molas do governo muito fracas, é de absoluta necessidade a moralidade nas pequenas autoridades, que de ordinário são causas da perturbação dos povos. E não poucos juizes de paz capitanearam os rebeldes que devastaram o Maranhão”*. (p. 31-32)

Magalhães criticava duramente a “falta de providência da parte do governo”, afirmando que *“...ordens não criam homens (...)”* (p.32), mas sim a **moralidade**. Esta, por sua vez, estaria longe de ser um objetivo daqueles que compunham o *mundo do governo*. O Estado trabalhava no sentido de forjar instituições fortes; Magalhães, ao contrário, denunciava a fraqueza dos homens, alertava para a necessidade de se estimular a fortaleza crítica e altruísta da consciência de si, da razão dialógica, melhor dizendo. Enquanto na província do Maranhão – *“pouca tropa havia, e os cofres estivessem esgotados viam o mal sem lhe saber dar remédio”* (p. 33), Magalhães denunciava a inépcia do poder central, as querelas particularistas que tomavam a cabeça e a ação dos espíritos mais diretamente responsáveis pela consolidação do Estado Nacional. Faltavam ao Estado em construção homens moralmente preparados, o que significa dizer capazes de reflexão autônoma e altruístas, pois conscientes de sua finitude constitutiva.

O Ministério de 19 de setembro, a cuja frente se achava o Sr. Vasconcelos, depois de haver ostentado um *luxo caprichoso de arbítrio*, baqueou em consequência de domésticas intrigas: outros ministérios se levantaram, sem importância histórica ou política (...) (p.36) (Grifo próprio)

Houve um movimento de reviravolta a partir do Ministério de 16 de maio de 1839, “do qual fez parte o conde de Lages, que pela quinta vez tomou a gerência dos negócios da guerra, de tantos cuidados então, e para a repartição do Império entrou o Sr. Galvão, com aura de entendido em política”. Os rumos mudaram. Se antes os presidentes de província, um após o outro, reclamavam da falta de apoio material para enfrentar os levantados, tendo em vista que – “Era até ali o Rio Grande do Sul a pedra de toque dos ministérios, que em vão se afadigavam, mandando contínuos socorros de forças e dinheiro, sem que ao menos boas esperanças lhe colhessem” (p.36), a partir de então a atenção dos políticos e da imprensa da Corte passava a levar a sério a movimentação sediciosa. E por que se dava tal câmbio? Certamente, segundo Magalhães, não pelo interesse dos políticos e dos jornalistas em defender o interesse público, mas sim, em virtude do medo da plena *desordem*, algo que inviabilizaria a reprodução dos interesses da *Casa* - lugar de proteção e fruição dos desejos mais torpes. Não é à toa que Magalhães sublinhava ser a quinta vez do Conde de Lages à frente dos negócios da guerra, o que significa um círculo fechado baseado em irracionalismo e arbitrariedade, melhor dizendo, um eterno mesmo – despotismo e despreocupação com o outro. Não é sem um duplo significado, também, que Magalhães se refere ao Sr. Galvão como um **dito** versado em política. E continua.

Começaram os jornalistas da capital a seriamente ocupar-se com os negócios do Maranhão, que por mal pesados ao princípio, como sempre acontece nenhum valor lhes deram. Particulares correspondências, cidades e vilas tomadas, fazendas devastadas, contínuos horrores, ineficácia do governo provincial, assustaram o povo e desenganaram o ministério da impossibilidade da pacificação desta parte do Império, se continuasse nas mãos em que se ela achava. Reconheceu também o governo geral a necessidade de confiar a um só homem a presidência e comando das armas, para evitar destarte delongas e intrigas observadas agora e em outras idênticas circunstâncias. (p.36)

“Agora e em outras idênticas circunstâncias”, situações terríveis de desleixo e ambição se deram. O poder central, localizado na corte, imputara, até onde pôde, seu

“luxo caprichoso de arbítrio”, melhor dizendo, despreparo e despotismo. Até que em função do rumo que os levantes vinham tomando no Império, no nosso caso a Balaiada, as “domésticas intrigas” se intensificaram, e isso quer dizer que os Regressistas estavam tendo dificuldade em travestir de universal seus interesses monopolizadores e escravistas. Todos, por conseguinte, viam-se apavorados em meio às ameaças significativas a uma mínima ordem. Liberais e Conservadores, diferentes em suas reflexões filosófico-políticas, tratavam de rearrumar a *Casa* e de re-organizar e ampliar a centralização. As reformas do Ato Adicional (1840) e do Código do Processo Criminal (1841) eram tidas como a solução para a desordem que se tinha instaurado no Império. O Estado buscava tornar mais efetiva sua presença através dos aprimoramentos do monopólio da força e da centralização administrativa. Alcançou-se a “vitória”.

Magalhães alertava, contudo, que a vitória no Maranhão, encampada pela figura de Caxias, trazia dentro de si gritante **derrota**. Dizia a todos que a moral escrava, herdada lá dos idos coloniais, produzia espíritos despóticos e irracionalistas, incapazes de confeccionar uma teia civilizacional razoavelmente estável, assim como incapazes de sustentar a liberdade dentro de condições dialogais. Ocorre que o egoísmo e o irracionalismo perpassavam todos os rincões do Império, dos mais distantes aos mais próximos. Todos atuavam apenas a partir de si e sem autonomia reflexiva e moral; escravos de seus desejos. A reforma educacional pretendida pelo autor fluminense e por políticos como Torres Homem na década de 40 não seria efetivada durante todo o Império. Ao invés de homens fortes, livres e responsáveis, os liberais doutrinários acabavam por construir isolamento e maior ignomínia, afirmava Magalhães.

Fiquemos com parte do discurso de Caxias após a “pacificação” e a passagem de seu lugar de liderança na província do Maranhão. Palavras que ratificam o mal-estar constitutivo àquele processo civilizador.

Diminuta é a minha glória de ter concorrido para a pacificação desta parte do Império, à vista da que caberá a V. Ex. em sustentar a paz, curar dos seus interesses, e promover os germens de sua prosperidade.

(...) mas não me ufano de haver mudado os corações e sufocado antigos ódios de partidos, ou antes de famílias, que por algum tempo se acalmam, e como a peste se desenvolvem por motivos que não havemos ou não nos é dado dissipar. (p. 62)

Para Magalhães, a “paz” e a “prosperidade” deveriam ser fruto da consciência autônoma dos homens. A produção de normas e de lógicas civilizadoras deveriam passar, necessariamente, pela reflexão, pela consciência da finitude do homem, logo pelo diálogo responsável. Homens fortes, capazes de se desvencilharem o quanto possível da animalidade constitutiva, eram necessários ao bom andamento do *mundo do governo*. O autor em questão afirmava que a razão e a vontade de **ser-com-o-outro**, altruísmo, eram duas facetas da mesma moeda, a saber, o viver transitório e incompleto do homem-a-caminho de Deus.

4 Da percepção à liberdade

4.1. A filosofia como missão

Refletindo-se na multidão de projetos, que o homem traça todos os dias, observando-se a confiança, com que se abandona aos encantos deste mundo, dir-se-ia que o homem nada tem de miserável; que o número de seus dias está à sua disposição; que o seu coração é cercado com uma tríplice muralha contra os ataques, que ameaçam sua existência; e que este campo de batalha, em que deve militar como se expressa Job, não é mais que o lograr do riso, dos jogos, e da alegria. Sejam porém quais forem seus esforços – diz Santo Ambrósio – tudo fala ao homem de sua queda, e sua destruição. Todos os objetos, que nos cercam, nos advertem, sem cessar, que a morte deve reduzir a pó a obra prima da criação.²¹¹

Monte Alverne

As palavras de Monte Alverne são úteis para que possamos reconhecer um fenômeno caro a Gonçalves de Magalhães, a saber, a alienação do homem em relação à sua humanidade, à sua finitude constitutiva. O autor dos *Fatos do Espírito Humano* nos apresenta, logo de início, aquilo que para ele seria a raiz do mal-estar da modernidade - o simulacro de divindade que o homem constrói a partir da promessa de bem estar material; puro desejo. Como vimos, aliás, o desejo irrefreável de ganhos materiais tornou-se um elemento importante à manutenção da escravidão e da imoralidade dela decorrente no Império do Brasil. O Estado não respeitara as autonomias, pois que tomado por homens puro desejo. Observemos o olhar atento de Magalhães ao mundo que o rodeava.

No meio da apoteose dos interesses materiais, cujo brado vitorioso se eleva com o fumo do carvão fóssil, que exalado de mil forjas paira e negreja sobre todas as capitais e voa em longas faixas de cidade em cidade, anunciando por onde passa que uma população inteira vence o espaço e a distância com a rapidez do vento; seja permitido ao homem que se gloria do seu tempo, mas que não julga dever por isso extasiar-se exclusivamente diante da locomotiva, entregar-se um pouco a meditações menos industriais e positivas e aproveitar assim algumas horas desta vida tão afadigada, e, às vezes, tão inutilmente cheia como o tonel das Danaides.²¹²

²¹¹ ALVERNE, M., [S.d.], p. 3-4.

²¹² MAGALHÃES, D. J. G. de, 2004 [1858], p. 53. Como o presente capítulo se dedica a essa obra em especial, sempre que a ela nos referirmos faremos as devidas referências no próprio corpo do texto.

Como podemos ver, Gonçalves de Magalhães está atento às transformações que estavam ocorrendo no seu tempo. Fala-nos das grandes cidades, da poluição que delas emana, lembra-nos das importantes locomotivas e das novas noções de tempo e de espaço. Aponta para todo esse processo, contudo, a partir de uma dupla constatação. Em primeiro lugar, adverte para a necessidade de releituras em relação às transformações oriundas da modernidade, no entanto, num segundo momento, afirma ser fundamental continuar promovendo avanços técnicos e materiais.

Percebemos que Magalhães não está em busca de alguma idade do ouro,²¹³ de um lugar originário, no qual o homem vivia em perfeita composição consigo mesmo, com o seu próximo e com a natureza, aliás, todo o contrário. Critica a alienação humana moderna, porém, não deixa de buscar o progresso, melhor dizendo, certa autonomia em relação à natureza. Acompanhemos duas importantes citações. Na primeira, veremos que Magalhães busca desmitificar uma falsa situação de felicidade e de completude humanas, prometidas pelos avanços técnicos, assim como fizera Monte Alverne. Na outra, perceberemos a valorização da ação do homem em meio ao mundo.

“As vastas oficinas, as numerosas fábricas, todos esses arsenais da indústria moderna que alimentam o comércio dos mais longínquos povos e satisfazem os mais extravagantes caprichos do luxo, não satisfazem contudo todas as necessidades do nosso espírito, como não resolvem o problema da existência e da sociedade humana”. (p. 53)

Todavia:

É sem dúvida um espetáculo digno de admiração o que apresenta o gênero humano, lutando sem cessar braço a braço com uma natureza tão rica e caprichosa, que ostenta a seus olhos uma profusão inútil para o homem e lhe nega ao mesmo tempo o necessário, ou só lho concede como recompensa do trabalho, em troca do suor do seu rosto e de grandes sacrifícios. Uma natureza inconstante, que em suas fases periódicas se revolta de mil modos contra as suas cidades, inunda os seus campos, devasta as suas searas, afoga as suas alimárias; solta os ventos e as tempestades que varrem os mares, empolam as ondas, submergem os seus navios e transportam os miasmas de um a outro continente; outorga a vida a miríades de entes invisíveis, que

²¹³ É importante lembrar a crítica que Magalhães faz a Rousseau, ou pelo menos ao que ele entendeu ser a proposta do filósofo de Genebra. O autor fluminense se põe contrário ao culto do bom selvagem. Magalhães não pretende um ir para fora da civilização ocidental, mas por outro lado, um aperfeiçoamento dela a partir de profundas reformas.

empestam os ares, inficionam (sic) as águas, ou vêm disputar ao homem o fruto do seu trabalho, a vida da sua vida! (p. 53-54)

Como podemos ver, o segundo trecho é capaz de dar sentido mais preciso ao primeiro. Percebemos que Magalhães, ao falar de uma natureza indomável, afirma que a relação entre o homem e o mundo da matéria se daria a partir de nomeações necessárias e de vazios de inteligibilidade, ambos concomitantemente. O homem constrói imensas e suntuosas capitais, diria o autor dos *Fatos*, entretanto, não é capaz de conter a fúria da natureza.²¹⁴ A presença humana no mundo é acompanhada, segundo Magalhães, de incompletude, todavia, nem por isso é desprezível. Para o filósofo, a condição da moralidade, possibilidade de possuir méritos e de responsabilizar-se pelos próprios erros, somente é possível no mundo da falta; lugar dos seres humanos. Do contrário, tudo seria puro fluxo, não havendo espaço para a dúvida e para o diálogo.²¹⁵ Como exclamou Monte Alverne – “Tudo fala ao homem de sua queda”, de sua fragilidade.

Temos, até aqui, um diagnóstico preciso. Sabemos que Gonçalves de Magalhães alerta para um certo mal-estar da civilização, mal-estar material (“miséria”) e moral (arbitrariedade). Não obstante, notamos, também, que a reflexão de Magalhães não clama por rupturas, mas constitui um repensar do mundo que expressa a necessidade de se estabelecer limites ao ímpeto totalizante. Vejamos um trecho dos *Fatos* que não nos deixa ter dúvidas sobre a aflição que toma ao nosso autor.

²¹⁴ O conceito de *natureza* nos *Fatos* aponta para o não domesticável que dá contornos à finitude humana. Isso não quer dizer que o homem deva se entregar ao imponderável, todo o contrário. Magalhães está preocupado em garantir um conhecimento sobre a natureza que deve ser entendido como problemático.

²¹⁵ Como afirma César de Araújo Fragale – “O que é, pois, a exigência de liberdade em Magalhães senão uma abertura à superação do determinismo da natureza que, uma vez concebida como estado ou modo originário do ser determinado por causas estranhas à inteligência e à vontade, torna o ser humano vítima do próprio nascimento?”. FRAGALE, C. de A., 2003, p. 77. E continua: “Daí que maior ignorância, ou mistério, em relação às contingências futuras, maior grau de liberdade quando o sujeito, mesmo arrastado pela causalidade externa, procura determinar-se, sendo ele mesmo o autor de seus atos, a causa de seus movimentos e de sua atividade, dando a si mesmo as razões de agir e os fins (...) A liberdade, como expressão de luta, esforço, resistência à causalidade externa, transforma-se positivamente na única evidência da consciência de si como um absoluto, especialmente se considerarmos que a limitação do entendimento é de tal ordem que há coisas que lhe são incognoscíveis de direito, como é o caso do conteúdo infinito das contingências futuras”. *Ibid.*, p. 80.

Se a vida material na plenitude de seus gozos nada mais tivesse que desejar; se por algum feliz descobrimento na explicação da eletricidade se conseguisse aumentar prodigiosamente a verdade da Terra, como se conseguiu vencer as distâncias; se esses milhares de escravos de raça branca, a que na linguagem culta da Europa dá-se o nome de povo, trabalhador, ou proletário, deixassem de comparar com olhos esfaimados os belos produtos de suas mãos com a sua nudez e miséria, e o escasso pão amargo que repartem com seus filhos, com as sobras dos festins dos ricos, lançadas todos os dias aos cães; se pudesses participar um pouco dos benefícios desta decantada civilização, que, bem como o raio de sol, não penetra o horror das suas esquelidas espeluncas; se vissemos enfim realizados os dourados sonhos da economia política, nem assim se daria por satisfeito o espírito humano; ao contrário com maior ardor se lançaria nessas regiões puras da metafísica, que em todos os tempos atraíram os olhos dos filósofos. (p. 54-55)

As palavras acima apontam para rumos equivocados que o mundo liberal burguês estaria tomando durante a segunda metade do século XIX. Vemos que Magalhães está consciente das pretensões do liberalismo econômico e contra a hegemonia dos “dourados sonhos da economia política”.²¹⁶ Alerta para a necessidade da reflexão, para o estabelecimento de novos valores que forjem outras formas de comportamento no mundo, em especial menos individualistas e materialistas. A solução para tal situação de desequilíbrio estaria na gravidade de um certo pensamento filosófico, na verdade, numa certa orientação reflexiva.²¹⁷

O que Gonçalves de Magalhães está propondo é uma atitude crítica permanente. Somente a partir dessa atitude se poderia, menos do que alcançar a autonomia em relação ao dito real, garantir a todos os mesmos direitos de participação. Assim como em Descartes, a consciência de si levaria à constatação

²¹⁶ Magalhães anuncia duas lógicas caras ao capitalismo oitocentista. Em primeiro lugar, nos fala da impossibilidade de uma dominação plena do homem em relação à natureza, logo ao mito da produtividade infinita. Num outro momento, discorre sobre os efeitos maléficos provocados pela reificação do trabalho e sobre o crescimento econômico baseado em violenta concentração de riquezas.

²¹⁷ Luiz Alberto Cerqueira nos fala do espiritualismo de Magalhães. Defende que o autor dos *Fatos* apresenta no Brasil, próximo às filosofias de Descartes e da releitura aristotélica promovida em Portugal por filósofos como Pedro da Fonseca, a preocupação com a *consciência de si*. Bem, isso significa que Magalhães propunha, diferentemente dos sensualistas franceses, o inatismo e a autonomia da consciência, e o necessário desdobramento do eu sobre si mesmo, buscando, por fim, afastar-se dos simulacros propostos pelos sentidos, pelas paixões, pelo determinismo da natureza. A partir de então, poder-se-ia falar em um “eu” autônomo. Vejamos – “O fato que marca o nascimento da filosofia brasileira no século XIX é a introdução da liberdade como princípio de ação. Cabe a Magalhães esse mérito (...)” E aproximando Magalhães a Descartes, explica o que é essa liberdade de ação, resultado do recolher-se à inteligência, do alcance da consciência de si – “O que é, pois, a liberdade em Descartes, senão uma força espiritual, uma espontaneidade uma certa *facilidade* de ação, que o ser humano adquire em função da consciência de si inerente ao *Cogito*? Facilidade que posteriormente se traduzirá como autonomia e autodeterminação contra o mecanismo da natureza”. CERQUEIRA, L. A., 2002, p. 138.

de uma força primeira e a autodeterminação²¹⁸ passaria a ser entendida como um atributo universal e perfeito permitido ao homem pelo Infinito.²¹⁹ Como observamos, o filósofo desfere um duro golpe no despotismo e na moral escrava do Estado imperial, à época sob a direção dos Regressistas e, posteriormente, dos Conservadores Saquaremas.

...o Eclesiástico que no Brasil deve quanto antes ser plantado para que a mocidade aprenda a não dizer blasfêmias contra Deus e os homens. Por falta de Eclesiástico um ex-Ministro disse que não havia no Brasil necessidade de escolas de Filosofia e Retórica; outro, que ainda governa, em uma portaria disse que as artes não precisam de proteção; um charlatão quis achar a alma no cadinho, um matemático olha com desprezo para um poeta etc. etc. Mas eu tenho esperanças no futuro; o império da mediocridade há de cair, mas à condição de uma *luta consciente*, sem o que governará ainda por algum tempo os espíritos; convém, pois, que nos *armemos* não com punhais, mas com os *brandões da sabedoria* e ao seu clarão desaparecerão as trevas.²²⁰ (Grifo próprio)

Aqui, portanto, Magalhães está nos falando da necessidade de implementação de uma razão emancipada, na linha do *cogito* cartesiano. Alerta-nos para a necessária “luta consciente”, ponto essencial de seu projeto civilizador. Ao invés da espada, a educação em primeiro lugar; havia de se construir homens fortes. Essa atitude representa a abolição do pensamento humano em relação às forças

²¹⁸ César de Araújo Fragale comenta o respeito à autonomia, à liberdade de reflexão e de ação do outro, aproximando Magalhães a Vieira e a seu processo de **conversão**. Segundo Fragale, a educação em Magalhães se aproxima daquilo que é a conversão para o padre português, melhor dizendo, a necessidade de se levar o outro a ver por si mesmo e de querer a verdade que encontra e professa, autêntica atuação livre, senão vejamos: “O que não significa um jogo de palavras gratuito e inseqüentemente, mas uma concretização perfeita do ideal retórico da arte de bem dizer, para persuadir, por uma utilização equilibrada das técnicas a serviço da função específica de entusiasmar, motivar a atenção e persuadir os destinatários, levando-os a tomar atitudes conscientes. Deste modo há que considerar a conversão, do ponto de vista dialético, como a habilidade em revelar a outrem, através da linguagem, o desconhecido (a própria alma em oculto) a partir do conhecido (...) Portanto, o pregador é aquele que apresenta sinais para que o aluno possa por si extrair o ato dos particulares dos conhecimentos universais, ou seja, trata-se de eduzir o conhecimento em ato a partir da potência”. FRAGALE, C. de A., 2003, p. 32-33.

²¹⁹ Como afirma Vieira, pensador revelado a Magalhães por Monte Alverne – “pelas conveniências do bem comum se há de transformar os homens [...] hão de deixar de ser o que são por natureza, para serem o que devem ser por obrigação [...] porque o ofício há-se de transformar em natureza, a obrigação há-se de converter em essência”. E Fragale continua afirmando ser o trabalho e a interação, dois conceitos fundamentais à afirmação da finitude e à necessidade de diálogo em Magalhães. Apud. Fragale, César de Araújo. *Ibid.*, p. 81.

²²⁰ MAGALHÃES, D. J. G. de, 1964, p. 46.

arbitrárias e obscurantistas que insistiam em dirigir as reflexões e as atuações do homem no mundo. Como afirma Cerqueira:

Ele representa a transição de uma educação fundada no aristotelismo português para uma educação fundada na filosofia moderna; ele fez a mudança do princípio teológico da conversão – princípio esse que vigorou ao longo de dois séculos no aristotelismo sob a *Ratio Studiorum* – para o princípio ontológico do cogito cartesiano.²²¹

Podemos perceber que participava da construção de um mundo desumano, além da atitude materialista, o pensamento lógico-escolástico, resguardado pela Contra-Reforma. O pensamento teológico da conversão se impunha tão somente a partir de uma figura exterior ao indivíduo, a do padre por exemplo, que apontava para as necessárias e absolutas diretrizes do bom viver. Afirmção da verdade que não se preocupava, diferente dos caminhos propostos por Vieira e por Magalhães, com a autonomia do pensamento enquanto fim. Para o autor dos *Fatos*, subjugar-se a essa atmosfera religiosa irracional era desabilitar-se da condição de agente no mundo, mantendo-se na posição de dominado. Era não reconhecer a fundamental diferença ontológica entre a perfeição dos planos de Deus e a parcialidade do saber humano em geral. Vejamos um importante depoimento de Magalhães acerca dos perigos revelados pela ação religiosa obscurantista, pela falsa conversão:

As verdades, porém, têm contra si as suscetibilidades de corporações poderosas, as vantagens práticas das crenças e das seitas, a ignorância de uns, o proveito de muitos, os preconceitos de uma ordem social que dispõe sucessivamente da cicuta, da cruz, de fogueiras, de dragões e de cárceres para provar que só ela tem razão. Quando muito toleram hoje, porque de todo não podem dar cabo da razão, que viva a filosofia teoricamente nas escolas, *sem pretensões de dirigir o mundo social e de querer aplicar os seus princípios para melhorar a ordem existente*. O exemplo de Galileu quais seriam os progressos das ciências físicas, apesar do seu método, se elas perturbassem a consciência e ameaçassem o frutífero mando dos tutores do gênero humano, os quais protestando sempre contra a razão, sempre declarando contra a filosofia do século, se esforçam para conservar em suas faixas um pupilo que se julga com força de administrar a sua herança de razão e de liberdade. (p. 64-65) (Grifo próprio)

²²¹ CERQUEIRA, L. A., 2002, p. 22.

Magalhães se refere ao irracionalismo religioso. Fala-nos de “seitas” e nos apresenta signos que, sabemos, configuram a própria ordem cristã - a “cruz”. O elemento vitimado é a razão, representada, no trecho acima, pela figura de Galileu, e o outro, aquele que executa o papel de algoz, é trazido a partir da “metáfora” da “fogueira”. Trata-se da Igreja Católica e de todo o seu processo contra-reformista.²²²

Magalhães reafirma serem importantes à humanidade os progressos técnicos apresentados pelas ciências naturais modernas. Por outro lado, e voltando à crítica a certo saber científico, verifica que os resultados alcançados pelas ciências naturais, apesar de úteis, estariam sendo prejudicados pela metodologia materialista que falseava conclusões, apresentando, por vezes, fantasmagorias, transformando-se em idealismo e despotismo. Como vimos, essa atitude das modernas ciências apenas está preocupada em estabelecer verdades absolutas, alcançáveis a partir de vigilante e instrumentalizada observação.²²³ Todos estariam mergulhados em um mundo desumano, um lugar no qual a autonomia e o diálogo não seriam respeitados, e tudo isso em favor de uma ou de algumas vozes que se julgavam capazes de direcionar/determinar as vidas alheias.

Enfim, Magalhães está comentando os riscos trazidos à humanidade pelas atitudes sensualista/materialista²²⁴ e idealista, formas essas que viriam ocupando, desde a antiguidade, lugar de proa na filosofia, determinando, também na modernidade, a atuação das ciências naturais. A atitude materialista nas ciências naturais e na ciência filosófica produzia o que Magalhães chamava de mito da objetividade,²²⁵ principal responsável, aliás, pelas arbitrariedades humanas. A reta

²²² Lembremos: o ente que habitava o mundo era incapaz de ascender à simultaneidade e à desespacialização, ambas características divinas, logo não podia afirmar a verdade. A religiosidade em Magalhães é, acima de tudo, um apelo à vida.

²²³ Não me parece despropositada a utilização de Galileu Galilei para representar o equívoco metodológico das ciências naturais modernas. Magalhães está se referindo à revolucionária descoberta do telescópio, capaz de conferir perfeição à parcial percepção humana.

²²⁴ O materialismo teria sido uma consequência do sensualismo, apesar de possuírem características distintas. Ambos acabam por contestar a existência e a liberdade da inteligência humana, privilegiando a matéria aquele, e a sensação este.

²²⁵ A respeito disso, Fragale afirma que Magalhães estaria próximo à revolução kantiana, ratificando a impossibilidade de se alcançar a **coisa em si** - “Mais do que isso, porém, ele (Magalhães) está em perfeita sintonia com a reação metafísica do espiritualismo francês contra o sensualismo de Condillac e o positivismo de Comte, no tanto quanto essa reação se incorpora à proposta kantiana de fundamentar

equação para Magalhães é - temos em lados opostos o mundo material e a consciência, ambos irreduzíveis um ao outro, porém, a obrigação e necessidade de se produzir conhecimento (problemático) acerca do mundo.

Em relação à política, Magalhães lembrava que o Estado e a sociedade eram, ambos, arbitrários. Melhor dizendo, que o *mundo do governo*, assim como todos os da *boa sociedade* principalmente, estava mergulhado naquela atmosfera sensualista/materialista; ao fim e ao cabo, idealista. Afastados da necessária atitude crítica e da consciência de finitude. A metáfora que nos apresenta a irracionalidade social é a da cicuta. Ela nos remete ao assassinato coletivo de Sócrates. O elemento que se reporta às arbitrariedades cometidas pelos que constituíam o *mundo do governo* é o cárcere.²²⁶

Para que possamos ter melhor noção dos riscos que Magalhães atribuía à arbitrariedade política, acompanhemos o poético conselho dado ao então imperador do Brasil, d. Pedro II.

O monarca, Senhor, está sempre colocado diante do seu povo e da posteridade; o povo quer nele um protetor e amigo, a posteridade um modelo. A história, essa severa mestra e desinteressada conselheira dos príncipes, assaz terá mostrado a V. M., que tanto [d]a consulta, quanto da bondade e sabedoria do rei depende a grandeza e prosperidade das nações, e quanto a glória dos sábios e dos literatos reflete na pessoa do rei, formando a mais bela auréola de sua própria glória e majestade. Assim é que,

a metafísica no incognoscível ou mistério. Neste sentido, esclarece Heidegger, acerca da necessidade de infinito e de mistério, que ‘o conhecimento finito, enquanto finito, oculta simultaneamente e necessariamente a ‘coisa em si’, e que a oculta previamente, de maneira que a ‘coisa em si’ não somente não é acessível perfeitamente, senão que, por essência, não é acessível de modo algum’”. E continua Fragale, apontando para o papel fundamental que possui o Infinito no pensamento de Magalhães, adiantando, permite a liberdade de investigação e de querer àqueles que por serem humanos são, desde sempre, finitos. Somente assim é possível, como já dissemos, a elaboração de uma sociedade ordenada que, no entanto, livre dos despotismos, respeite o indivíduo – “Ora, Magalhães entende que a razão pela qual a inteligência e o livre arbítrio originam o erro deve-se ao fato de que o indivíduo historicamente passou a desdenhar e a esquecer-se da própria imagem concebida mediante a participação na idéia de Deus, como absoluto ou mistério, que a razão exige no âmbito da consciência de si. Essa participação é que garantiria a liberdade de cada um sem prejuízo da possibilidade de conciliação e concordância em função da necessidade do ser em comum. Portanto, não seria por causa da fé, da Providência e em nome da presciência divina que se colocaria em dúvida a liberdade humana. Pelo contrário, a religiosidade cristã, fundada na idéia do ser infinito e independente, constitui-se, em Magalhães, no ponto de partida mesmo de toda a argumentação em favor da liberdade humana como expressão de esforço, conquista e civilidade”. FRAGALE, C. de A., 2003, p. 72-73.

²²⁶ Gonçalves de Magalhães refere-se aos perigos do Absolutismo, mas também à desordem e à arbitrariedade proporcionadas pelas massas. Vale a pena lembrar que Magalhães, leitor da chamada “Geração de 30” francesa, em especial de Victor Cousin, compartilhava o ideal monarquista constitucional da Monarquia de Julho.

brilhando o sol com toda pompa de sua luz prolífica,²²⁷ parecendo não necessitar de coisa alguma para o complemento da sua magnificência, recebe, contudo, no matiz das flores, na verdura dos montes, nos azulados dos mares, novas provas de sua bondade e soberania; desapareça o sol, e não terão os olhos que ver é certo; mas, derrame o sol profusamente sobre árido e estéril deserto, tal como nos pinta a mente esses areais da Arábia, e o que terão olhos para aí ver, sem flores, sem montes, sem águas que reflitam as belas cores de seus raios? A branca areia e o pó obrigarão os olhos a fechar-se [...] Esses reis que tiveram a ventura de dar seus nomes aos séculos em que viveram tal dita não alcançaram só com os próprios feitos senão também pelo concurso de grandes homens,²²⁸ que como flores esmaltaram o seu reinado, e de que se eles souberam aproveitar, tirando-os da obscuridade, e favorecendo-os em suas ciências e artes. O verdadeiro merecimento é, muitas vezes, como o diamante que das mãos do lapidário não recebeu polidas e brilhantes facetas; por ele passa o vulgo, e não o vê; feliz de quem o reconhece através da crosta natural e pouco lisongeira; a verdade, como o merecimento, é simples em seu exterior, e teme ser esmagada a cada passo; nem esperam os bons monarcas que ela os visite sem convite; antes, se a desejam, solícitos [a] procuram entre os que falam humilde, baixo e rude, e onde, como diz o Épico encontram – Da vida o honesto estudo, Com longa experiência misturado.²²⁹ (Grifo próprio)

A partir do trecho acima, confirmamos o cuidado que Magalhães tomara em relação ao *mundo do governo*. O autor nos apresenta algumas necessidades que devem habitar aqueles que desejam participar do mundo da *polis*. É necessário que os elementos que compõem a engrenagem pública estejam atentos para a necessidade do diálogo. A metáfora do Sol confere autonomia plena e perenidade, pois afastado do elemento Terra. A flor, signo que possui lugar de destaque no texto de Magalhães, representa, por outro lado, a constante mutação da vida, a sua vulnerabilidade. Entretanto, não vive o sol sem a flor, não vive o Imperador sem seus súditos.

Magalhães defendia a Monarquia Constitucional como forma de governo mais preparada para evitar a arbitrariedade dos governantes absolutistas e dos movimentos republicanos nos moldes jacobinos. A agenda liberal do autor dos *Fatos* contemplava a essencialidade do diálogo entre os mais bem preparados na condução dos negócios da *polis*. Isso se dava, enfim, através do reconhecimento da

²²⁷ Magalhães também não parece ter elegido a metáfora do Sol de forma desavisada. O autor do *Discurso sobre o objeto e importância da filosofia* está se referindo à figura do Rei Sol, Luis XIV, e redimensionando o significativo Sol à luz de um discurso filosófico-político reflexivo/dialogal e constitucional.

²²⁸ Aqui podemos perceber que o autor busca angariar prestígio para uma certa classe de homens, entre eles os poetas, os filósofos e os cientistas naturais. Esse grupo deveria ser responsável pela preservação da tradição e pela proteção à subjetividade e ao diálogo – ao incessante apresentar-se do novo.

²²⁹ MAGALHÃES, D. J. G. de, 1973 [1842], p. 262-263.

finitude como constitutiva à condição humana. Como bem percebeu Walquiria Domingues Leão Rêgo, os discursos liberais, por volta dos anos 50, não eram marcados por reivindicações como o republicanismo e o federalismo.

Nesse sentido, a diagnose dos males do país movimentava-se em torno da herança colonial que permanece comprimindo o presente do país, sobretudo no plano da moral e dos costumes político-sociais. Ainda não chegara o tempo da crítica ao poder moderador, a concentração de poder na Coroa não constituía problema [...] Os males do Brasil não estavam radicados em seu regime político, a monarquia.²³⁰

Além disso:

O caráter de constituição outorgada não parece, nesse momento, ferir seus brios liberais.²³¹

Continuando, destacamos a importância que Magalhães dá àqueles que procuram desviar-se das simples impressões, sendo capazes de, através do que chamo de atitude filosófica, analisar, comparar e julgar com maior acerto. Fala-nos o autor de uma verdade que “não nos visitará sem convite”, remetendo-nos à necessidade do trabalho, da experiência, do “honesto estudo” e da “humildade”. Tanto o Imperador quanto os súditos devem praticar a atitude reflexiva capaz de impedir a disseminação do irracionalismo político, logo o despotismo.

Gonçalves de Magalhães não pretendeu forjar um conjunto de normas provenientes da atividade racional isolada. Ocorre que há uma relação de mútuo respeito entre os mundos da reflexão e o da prática. Quer dizer que há para cada um ritmo e tempo próprios, sendo o diálogo na *polis* o lugar de encontro das diferentes autonomias, pois então – “que viva a filosofia teoricamente nas escolas, sem pretensões de dirigir o mundo social e de querer aplicar os seus princípios para melhorar a ordem existente” (p. 65). Vemos um projeto liberal nos moldes de um Tocqueville e de um Kant, algo ancorado no diálogo racional e na finitude do saber humano. Ambos se reportam à liberdade metafísica, autonomia essencial do

²³⁰ RÊGO, W. D. L., 2003, p. 18.

²³¹ Ibid. A autora refere-se ao liberal Tavares Bastos, entretanto, considero que as assertivas também podem ser utilizadas para analisarmos o pensamento e a atuação de Gonçalves de Magalhães nos idos das décadas de 40 e 50.

pensamento, e à liberdade político-civil, respeito à participação efetiva na *polis* e aos espaços privados.

Percebemos, por fim, a configuração de dois mundos que possuem lógicas específicas a serem respeitadas. De um lado o espaço privado, crítica permanente, exercício de superação das fantasmagorias e dores do “eu”, inclusive em relação ao “nós”. De outro lado o ambiente público, *locus* que abriga regras positivas imperfeitas capazes de auxiliar a coletividade a rechaçar atuações arbitrárias. Por fim, uma vez reconhecida a finitude do saber e da ação humanos, privado e público não deveriam deixar de dialogar.

Todavia, o conservantismo perpassava todas as instituições do Império do Brasil, era um empecilho à liberdade e ao diálogo.²³² Dentro desse universo, a filosofia era o lugar privilegiado através do qual se espraiara, via autonomia reflexiva, a preocupação crítica - o espírito filosófico. Movimento constituído de dedicação e de angustia, senão vejamos:

Com razão submetia Pitágoras a um noviciado e a longos anos de silêncio os aspirantes à filosofia. Só ouvindo atentamente, ou lendo muito, se chega às vezes a conhecer, já não digo a verdade, mas simplesmente em que consiste um problema filosófico, que antes nem sequer suspeitávamos, e esse conhecimento já denota não vulgar inteligência. E quantos zombam de uma opinião que lhes daria que pensar, se a entendessem? (p. 67)

O trabalho filosófico seria possível apenas após “longos anos de silêncio”, ouvindo atentamente e lendo muito. Um trabalho de “composição” e de “decomposição” árdus e sem garantias absolutas, afinal - “*A ciência não é um dogma que se apresente inteiro e sem provas; nem uma simples crítica literária, que só destrói sem nada produzir, e vive como o parasita à custa do tronco em que se enrosca; é um trabalho arquetônico como o da vida, que decompõem para compor*”. (p. 85) (Grifo próprio)

²³² **Conservantismo** em relação às duas liberdades, a negativa e a positiva. Melhor dizendo, não reconhecimento da autonomia essencial do pensamento, assim como a negação da discussão e do des-acordo dialogal na praça pública e da garantia universal à propriedade dos próprios corpos e destinos.

Gonçalves de Magalhães nos diz que a filosofia é uma atividade que vem ao encontro da necessidade natural do homem de lançar-se ao mundo metafísico. O homem enquanto ser ativo, que pensa de forma autônoma em relação ao mundo da matéria, não deixa de se questionar acerca de sua origem e do porquê de sua estada neste mundo. Apenas o espírito filosófico, e aquele que não compactua com o materialismo e com o idealismo modernos,²³³ seria capaz de entregar-se com sabedoria àquelas questões, transcendendo, assim, o limitado universo da impressão e forjando respostas mais satisfatórias. Segundo o autor fluminense:

... conhecer uma lei é saber que tais fenômenos se manifestam deste e não daquele modo, e com tais condições, e que a ordem de hoje será a de amanhã e depois. É quanto basta para qualquer ciência. E por ventura aí para e com isso se contenta o espírito humano? Não. Por que as coisas são assim? O que são esses fenômenos em si mesmos? Quem lhes prescreveu essa ordem a que chamamos lei? O que é essa substância sem a qual não podemos conceber a possibilidade mesmo desses fenômenos? Donde viemos? para que vivemos? e para onde iremos? Eis uma nova ordem de questões da maior importância, que o homem julga-se com o direito de propor, *ainda que lhe faleça a possibilidade experimental para resolvê-las.*²³⁴ (Grifo próprio)

Magalhães percebe ser a filosofia, a razão melhor dizendo, subjugada aos limites humanos, a momentos de inflexão, a idas e vindas. Uma potência que, como afirma Antonio Paim em relação a todos aqueles da “geração” de Magalhães, é reconhecida como “perfectível ao infinito”.²³⁵ Como vemos a seguir, à atitude filosófica é necessário estar atento, buscar observar e refletir desde a idéia de perspectiva. E ao fim, o que se tem é um repertório de conceitos que podem auxiliar o homem a viver no mundo consigo mesmo e com os outros – gnoseologia e exercício ético-moral, a partir da consciência da incompletude.

²³³ Segundo Antonio Paim, Magalhães faz parte de um grupo de pensadores brasileiros, leitores de Victor Cousin, que foram felizes em resguardar a filosofia dos aparelhamentos políticos e religiosos - “Victor Cousin foi escolhido como diretor espiritual por alguns brasileiros que viveram em Paris na década de trinta. Na condição de seus discípulos, realizaram no Brasil um movimento empolgante, instaurando no país o debate filosófico autêntico, editando livros e revistas, formando professores e participando ativamente da discussão teórica que então tinha lugar em parte da Europa”, diferente do que aconteceu com “... uma parcela das gerações futuras, ao abandonarem a investigação da natureza própria da filosofia para torná-la caudatária seja da religião seja da ciência”. PAIM, A., 1996, p. 13.

²³⁴ MAGALHÃES, D. J. G. de, 1973 [1842], p. 257.

²³⁵ PAIM, A., op. cit., p. 25.

Uma profunda observação psicológica, eis tudo que é necessário: o que não exclui o concurso de outras ciências; porque todas elas são filhas do mesmo princípio, todas se abraçam, e mutuamente se apóiam, todas servem ao homem, e todas neste mais nobre empenho do espírito humano podem esclarecê-lo com um reflexo dessa luz que dele mesmo receberam; principalmente a física, a anatomia, e a fisiologia. A fisiologia, com[o] especialidade, que pelas suas observações sobre os fenômenos da vida de relação, suas pretensões frenológicas, aspira a resolver muitos dos problemas de que se ocupa a psicologia, merece que o seu testamento seja atendido; e sem medo devemos atendê-lo, *que a verdade deve sair vitoriosa de todas as provas; e se teme essa experiência, não merece as honras de verdade.* (p. 63) (Grifo próprio)

Enfim, ao homem cabe persistir na busca da demonstração das verdades, “ainda que lhe faleça a possibilidade experimental para resolvê-las”.

4.2. Da crítica à tradição à teoria da percepção

...depois que Descartes tirou a filosofia dos bancos da escola e a emancipou, restituindo-lhe o seu verdadeiro método, o psicológico, e a sua única autoridade, a da razão; serviço igual ao que alguns anos antes prestara Bacon de Verulam às ciências físicas, aconselhando-lhes a experiência e a indução; depois dos trabalhos dos seus ilustres continuadores Malebranche, Locke, Leibniz, Reid, Kant e tantos outros filósofos modernos, que com toda a independência do espírito humano seguiram as tradições de Platão e de Aristóteles, vaidade fora recomeçar sem considerar os trabalhos alheios, como se nada estivesse feito, como se nenhum acordo houvesse entre as diversas teorias em que se divide a filosofia. (p. 79)

A partir da citação acima podemos confirmar a preferência dada por Gonçalves de Magalhães ao **método psicológico**. É a partir do interesse por esse método que o autor vai escolher as figuras com quem dialoga dentro da tradição filosófica, apoiando ou refutando, assim, determinadas proposições. Afirmo, já por agora, que Magalhães sustenta suas reflexões filosóficas na convicção de que um “eu” autônomo, porém não isolado, é responsável pela construção das imagens de mundo, e que aquele método tem por objetivo desvelar os mecanismos que subjazem à realização de mundo pelo “eu”.

As palavras de Magalhães nos oferecem mais uma importante conclusão inicial. O filósofo está preocupado em garantir à tradição um lugar de destaque; se discursiva deve estar consciente que o faz desde universos lingüístico, epistemológico e moral sempre presentes. Como já havíamos visto, Magalhães se propõe a resguardar a possibilidade de dialogar. Devemos frisar que todas as reflexões e decisões acabam por ser tomadas desde um diálogo, de forma relacional. O isolacionismo, portanto, é afastado da lógica interpretativa de Magalhães. Todo o mais seria “vaidade”.

Diálogo com a tradição desde a utilização da *consciência de si*, esse é o nosso ponto de partida para a análise que pretendemos efetuar do pensamento de Gonçalves de Magalhães.²³⁶ É a partir das críticas que faz às “escolas filosóficas” e,

²³⁶ Lembrando que, para Magalhães, as noções de consciência, de inteligência e de razão são operacionalizadas como sinônimos.

especialmente, àqueles que comungavam idéias basilares às suas próprias reflexões, que poderemos melhor entender suas pretensões filosóficas.²³⁷

Gonçalves de Magalhães entende como restrita a quatro matrizes teóricas a história da filosofia. O **ceticismo**, o **misticismo**, o **materialismo** e o **espiritualismo** são os grandes blocos a partir dos quais se movimentavam todas as reflexões filosóficas. Mas vejamos como ele se refere a cada um desses vieses.

O **ecletismo**, “doutrina filosófica” disseminada pelo jovem Victor Cousin, não foi considerado, por Magalhães, como um sistema filosófico. Leiamos o seguinte trecho:

Seríamos tentados a ver no ecletismo um novo sistema filosófico [...] mas [...] o ecletismo é uma crítica que supõe o conhecimento de vários sistemas e escolas diferentes, onde ela se exerce, discriminando o que lhe parece verdadeiro do que se lhe apresenta como falso [...] Bastará supor que há verdades em todos, para que logo o espírito eclético as reconheça, as distinga, sem se enganar em sua escolha, sem deparar em um inconexo sincretismo? Não decerto; essa escolha se faz necessariamente em virtude de princípios anteriores à crítica, com uma doutrina já formada, que lhe serve de guia e de pedra de toque na aquilatação das novas verdades. Essa doutrina que serve de apoio ao ecletismo, e lhe dá o seu valor, entra infalivelmente no domínio dos outros sistemas, ou em algum deles em particular. (p. 80-81)

Magalhães declara que o ecletismo acaba por partilhar do obscurantismo filosófico moderno ao apresentar como reais perspectivas nebulosas, não experimentadas. O autor afirmou que o ecletismo, acreditando ter chegado à verdade transcendental, promoveu sincretismos confusos entre as partes. Gonçalves de Magalhães, ainda em relação ao ecletismo, fala de uma “filosofia de conciliação” (p. 80-81), que não era bem vinda à reforma espiritualista necessária ao Império do Brasil.

Magalhães trata de desacreditar, também, o **ceticismo**. Este seria algo como uma ontologia negativa, uma contradição em termos.

²³⁷ É importante ressaltarmos que durante o tempo em que lidamos com a bibliografia especializada na obra filosófica de Magalhães, pudemos constatar que uma série de classificações foi elaborada buscando trazer luz às reflexões do autor estudado. Em muitos casos, o objetivo pretendido não foi alcançado e os resultados acabaram sendo negativos, mais reprimiram do que apontaram. Portanto, rótulos como os de – imaterialista, espiritualista, racionalista e eclético não aparecerão em nosso trabalho.

Se o ceticismo porém é completamente sistemático e universal; se tudo nega, sem afirmar coisa alguma, então não passa de uma sofistaria engenhosa, ou de uma sátira debaixo de formas lógicas [...] a negação de tudo, mesmo dos princípios em que se apóia a negação, não é ciência, mas sim um fogo lógico do espírito, ou aniquilação de toda ciência; assim, em física, considera-se o preto, não como uma cor, senão como a privação de todas as cores, pela ausência da luz que as reflete. Nós queremos a verdade, e não a negação da verdade. O espírito humano não se condena ao ceticismo absoluto, nem mesmo a um ceticismo parcial e temporário. Como o enfermo, prefere antes ensaiar um remédio duvidoso ao esperar a morte resignado. (p. 79-80)

Aqui vemos, mais uma vez, a busca incessante de Magalhães por respostas afirmativas, resultados que seriam fundamentais ao indivíduo na constituição de sua identidade e de sua atuação no mundo perante os seus e a natureza. O filósofo busca construir certezas, mesmo que as saiba ser da ordem do problemático. É assim que entendo o papel atribuído ao enfermo, alguém que pretende e busca curar-se. Quando fala em “fogo lógico do espírito” está se referindo ao afastamento do filósofo e do homem em geral em relação ao mundo da matéria, do campo de experiência; doença que se torna cada vez mais grave.

Continuando, o **misticismo**, como afirma Magalhães – “...é uma doutrina sentimental que vive com o favor do ceticismo, que lhe serve de ponto de apoio” (p. 81). Magalhães está preocupado com o afastamento dos homens do que me parece ser a razão dialogal. Está discursando não contra os sentimentos, mas contra a “doutrina sentimental”, aquela que buscaria afirmar, a partir de argumentação não demonstrável, normas e deveres imutáveis a guiar a relação do homem com Deus, com os seus semelhantes, e com a natureza. Cabe-nos, ainda, mais uma esclarecedora passagem em que Magalhães disserta sobre os riscos representados pelo misticismo.

Se a fé desdenha o testemunho da razão e da experiência; se não está sujeita a nenhum critério natural, por que então tacharemos de errônea a crença no politeísmo, nas encarnações de Vixnu e na missão de Maomé? Quem senão a razão e a experiência nos indicarão como, quando, e até que ponto nos é lícito crer no sentimento, nas revelações extraordinárias, no senso comum e na palavra de um chefe de doutrina? A razão afinal é o único critério da verdade; e a maior conquista da fé está em mostrar que não a contradiz a razão. (p. 82)

Magalhães se manifesta a favor de uma aliança entre a razão e a experiência. É esse encaminhamento que possibilitaria a ele e à sociedade como um todo discutir idéias e julgar atos como a atuação irascível da Contra-Reforma, como os ditames daqueles déspotas que utilizam os “calabouços” a partir das suas individualistas concepções de mundo, assim como os crimes cometidos pela sociedade, caso representado pela execução de Sócrates. Quando afirmou Magalhães “Quem senão a razão...”, ele questionava: o que, se não a atuação humana pautada em reflexões e em análises demonstráveis, seria capaz de promover diálogos e evitar, por sua vez, o arbitrário? Cito ainda algumas palavras de Magalhães que o afastam, por completo, de qualquer definição que o analise a partir de premissas teológico-místicas.

... [a] filosofia escolástica, a qual nasceu, viveu, sutilizou-se, amesquinhou-se, definiu e expirou nos claustros, em serviço da fé, sob a tutela da teologia. Mas depois que Descartes tirou a filosofia dos bancos da escola e a emancipou... (p. 78)

Magalhães, preocupado com a necessidade da existência de espaços dialogais concretos, melhor dizendo, espaços que possibilitem ao homem civilizado ouvir e manifestar-se, se coloca contrário a quaisquer isolamentos, seja filosófico, claustral ou mesmo político. O caminho reto, segundo Magalhães, é construído em conjunto, de forma paulatina, e não linear. É a partir dessas idas e vindas reflexivas e existenciais que o homem aprende a reconhecer que o absoluto não lhe pertence e compreende ser necessário manter-se atento às “novas verdades”. Vejamos:

Entendemo-nos porém; a razão e a experiência não nos obrigam a rejeitar fatos, só porque como misteriosos e extraordinários se apresentam, ou contrários a certos princípios que temos como verdades únicas e infalíveis; a tal título poderia o mais sábio dos antigos gregos, se entre nós ressuscitasse hoje, negar-nos todos os fatos da eletricidade. O que nos aconselha a razão é que examinemos os fatos por todos os meios legítimos ao nosso alcance e procuremos com a nossa própria inteligência compreendê-los e explicá-los, sem derrogar os princípios fundamentais da razão. Quem não puder, ou não quiser dar-se a esse trabalho lento, livre é de tomar o seu partido. (p. 82-83)

Não queremos afirmar que Magalhães é sobretudo um relativista, pelo contrário. Como ele mesmo mencionou, há princípios comprovados pela razão e

pela experiência que devem nortear os mundos da reflexão e o da *polis*. O autor imagina-se num campo de batalha, assim digamos. Não deixa, em momento algum, de expor, claramente, quem são os seus inimigos, assim como os prováveis amigos, remetendo aqueles e estes aos seus devidos lados no conflito pela civilização no Brasil. Estão em jogo normas capazes de construir um mundo coletivo, ordenado, liberal e civilizado. Já tinha criticado ferozmente d. Pedro I e não poupava d. Pedro II de conselhos que o alertavam para o perigo do despotismo e do centralismo.

Gonçalves de Magalhães observava, continuando, que apenas dois são os grandes e únicos sistemas fundamentais da filosofia, são eles o **sensualismo** e o **espiritualismo**. Ambos são classificados como sistemas, pois – “...*procuram a verdade pelos seus meios naturais; ambos recorrem aos fatos e à experiência [...]*” (p. 84) - porém, ao continuar, Magalhães já nos permite entrever que suas análises posteriores serão direcionadas pela certeza da incompletude dos sistemas, qualquer que seja, senão vejamos – “*ambos podem por esse lado satisfazer o espírito humano, ainda que incompletamente; porque vasto é o campo da ciência, e não basta a vida do homem para cultivá-lo*” (p. 84).²³⁸ Concentremo-nos, daqui por diante, nas críticas feitas a esses dois sistemas e aos seus respectivos mestres. Dessa forma, ampliaremos nossas conclusões em relação ao papel da **teoria da percepção** no pensamento filosófico de Magalhães, logo sobre o estatuto do conhecimento humano.

Magalhães observa que o sensualismo é um sistema que acaba por afastar-se da experiência, promove abstrações a partir de um discurso que se pretende empírico. O sensualismo renuncia ao que Magalhães pensa dever ser uma ciência, pois não aposta numa gradual aproximação da verdade problemática a partir de reflexões e experiências demonstráveis, pois:

²³⁸ Aliás, às palavras de Magalhães muito se aproximam as de Sócrates quando próximo à morte diz – “Mas, Símas, não me parece ser obra de Glauco narrar o que ela é, mas [contar] com verdade; isto sim me parece difícil como uma obra de Glauco. Pois eu, ao mesmo tempo, nem aproximadamente [sei] qual seria [essa narrativa], nem se sou capaz disso. Pois me parece, Símas, que minha vida não é suficiente para a extensão do discurso. Quanto ao que estou convencido ser a imagem desta terra e suas regiões, nada me impede de falar”. Apud. SILVA, M. F. da, 1999, p. 10.

O objeto da ciência é antes de tudo reconhecer o fato, procurar as suas relações naturais na ordem das coisas em que ele se manifesta, quais as condições em que ele se manifesta, quais as condições ou as leis que o produziram; e se o fato excede o todo que sabemos, e parece contrário a todas as leis conhecidas, devemos procurar que outras leis o podem explicar. (p. 86)

Magalhães nos quer alertar para o diálogo inconcluso entre as proposições da consciência e os fenômenos da vida. O que resulta, como já vimos, na necessidade de se buscar demonstrar o que, ao fim e ao cabo, não se permite conhecer. O sensualismo, apressado, fia-se em uma hipótese não demonstrável, abdica da clareza, torna-se arbitrário. Ele inicia suas reflexões por aquilo que deveria se tratar da conclusão. Antes de analisar as idéias, o sensualismo afirmaria que a origem destas está na sensação. Tal atitude, diferentemente daquilo que pretende a ciência filosófica em Magalhães, acaba por fazer com que o pensador adapte os fatos à sua teoria, afastando-se, assim, da verdade.

Como um físico que começasse as suas indagações por imaginar um só elemento, uma só lei do universo, à qual amoldasse os fatos a seu jeito, para deles elevar-se pela indução ao conhecimento das leis que os regem; ou como um médico, e assim fez Broussais com o seu princípio da irritação, que não admitindo senão uma só enfermidade, reduzisse a um só meio toda a sua terapêutica. (p. 90)

O autor dos *Fatos* está preocupado com uma atitude materialista não reflexiva e não experimental que se propaga pelas diversas ciências, quer pela filosofia, através do sensualismo, quer pela física e pela medicina. A conclusão a que chega Magalhães é que o sensualismo acaba por inviabilizar a autonomia e o dinamismo do “eu” construtor de sentidos e de imagens de mundo. O cientista passaria a ser um simples divulgador daquilo que lhe seria imposto pelas sensações e o indivíduo não dotado de tal saber se transformaria em escravo de falsas respostas. No campo da moral nega-se a idéia de liberdade, deixando o homem de ser responsável por suas decisões e atos. Perder-se-iam as idéias de dever e de justiça, e aqui o autor está pensando especificamente no viver coletivo, no caos e na inviabilidade decorrentes

de formas de organização políticas como “... é o despotismo absoluto de Hobbes” (p. 90).²³⁹

A história, segundo o sensualismo, seria uma fatalidade, o reino das paixões, lugar “*de interesses materiais contra o poder da força, sem fim algum*” (p. 90). A poesia acabaria tornando-se, seguindo o sensualismo, uma elegia aos prazeres materiais da vida, pois versaria, tão somente, sobre aquilo que se apresenta ao corpo, sem a atuação da vontade.²⁴⁰

Visando a combater tais proposições que afastam o homem da autonomia, da liberdade e da responsabilidade pelos seus atos, Magalhães afirma-se, novamente, adepto do método psicológico, característica principal da escola espiritualista. O autor está ratificando que a ciência filosófica deve ter como axioma a presença de um “eu” consciente que atue em relação às impressões sem se perder nelas. Esse “eu” teria a capacidade de se diferenciar da matéria e de interpretá-la a partir de seus *a priori*. Atitude crítica permanente. Vejamos as palavras de Descartes escolhidas por Magalhães:

Quando digo que qualquer idéia nasceu conosco, ou está assinalada naturalmente em nossas almas, não entendo que ela se apresente sempre ao nosso pensamento; entendo tão somente que temos em nós mesmos a faculdade de a produzir. (p. 94)

Magalhães está observando que o “eu”, único e simples, que atua em relação ao mundo, o faz pois ativado, em alguma instância, pela matéria, e não inventando-a. Essas imagens de mundo Magalhães denomina – *percepção*. Na sua atividade, o “eu” se mantém idêntico (não em conteúdo, mas em sua essência) e a matéria não é completamente assimilada em seus movimentos periódicos. Uma relação entre o dentro e o fora que, menos do que imposta ao “eu” enquanto verdade irreduzível, é forjada desde o “eu”.

²³⁹ E aqui são importantes algumas lembranças. Vimos no terceiro capítulo a crítica de Magalhães ao egoísmo e ao irracionalismo que estariam constituindo o Estado imperial em formação. Pois bem, naquele mesmo capítulo analisamos a crítica feita pelo nosso autor a Varnhagen, afirmando-o como letrado identificado com a direção político-administrativa Conservadora. Enfim, Varnhagen, discípulo de Hobbes, estaria estritamente ligado aos interesses estatais. Um *ethos* político que não respeitava a autonomia reflexiva e o diálogo, como resultado, o despotismo e o centralismo.

²⁴⁰ Vontade, recordemos, é a capacidade de atuar desde o mundo da matéria, todavia, desobrigando-se de suas impressões, das paixões. A vontade é um constante exercício na busca de superação do desejo.

Na sucessão das nossas próprias idéias, no exercício de todas as nossas faculdades, o Eu se reconhece sempre idêntico a si mesmo, sem aumentar ou diminuir, o mesmo hoje que ontem, sempre único e simples; se ele assim não fosse, como seria possível a comparação, o juízo, a memória, a consciência, que supõem a identidade e simplicidade do sujeito? Da matéria sabemos o contrário, que é extensa e divisível, e que está em um perpétuo fluxo, como diziam os antigos; e do mesmo modo o nosso corpo, por conseguinte sem identidade. (p. 98)

Magalhães acusa Condillac de ser um geômetra e não um observador da natureza.²⁴¹ Como já tivemos a oportunidade de mencionar, Magalhães defende a precisão experimental em detrimento das abstrações puramente lógicas. Condillac, ao contrário, inicia aquilo que deveria ser uma investigação por uma hipótese inflexível, logo - *“Ele, que tão bons conselhos nos deu em favor da observação e da experiência, que tanto declamou sobre as teorias hipotéticas...”* (p. 114).

Pois bem, a hipótese que norteia os estudos de Condillac é a de que o homem é uma estátua.²⁴² O homem receberia, pacífico como uma pedra, as informações via órgãos sensoriais e as reproduziria como percepção. Desta forma, aquele “eu” único e simples, autônomo em relação à matéria, perderia seu lugar para um fluxo permanente de percepções que acompanharia, inelutavelmente, os movimentos da matéria e, principalmente, o trabalho dos sentidos. Não havendo assim o “eu” e o não-eu, antes e depois, memória, julgamento, dever. Tudo estaria em pleno fluxo heterodirigido.

Para que tenha em si o espírito humano certas sensações como anteriormente recebidas, e saiba que já lhe duram alguns instantes as sensações presentes, necessário é que tenha 1º a consciência da sua própria existência, distinta da sensação que passa, 2º a idéia de duração, 3º a faculdade de se lembrar, sem a qual as sensações passadas teriam sido esquecidas, seriam como se não fossem; nem duraria a sensação. (p. 118)

O filósofo brasileiro está afirmando que uma faculdade só pode existir se ela é desde sempre em si. A faculdade da memória não é capaz de criar a faculdade da

²⁴¹ É interessante sublinhar que, apesar de todas as severas críticas feitas pelo autor dos *Fatos* ao chefe do sensualismo francês, Sílvio Romero, em trabalho de 1878, examinando justamente a obra que nos serve de sustentação, afirmou que Magalhães era fiel discípulo de Monte Alverne e de Eduardo França, e que os três eram sectários do sensualismo francês. Cf. FRANCA, L., 1944, cap. VIII.

²⁴² Na mesma linha das críticas ao *homem estátua* de Condillac, Magalhães também nega as assertivas de Locke, fundamentadas na hipótese do *espírito tabua rasa*.

inteligência e, conseqüentemente, o permanente fluxo da matéria e as sensações decorrentes não seriam capazes de elaborar um “eu” reflexivo e autônomo. Afirma Magalhães:

A dificuldade está em tirar das sensações a memória, que ainda não existe, sem a supor já existente, como aqui faz o filósofo (Condillac). Por outra; como, e onde, a sensação presente fica sendo sensação passada, e conservando-se a si mesma, sem que haja memória, produz a memória que a conserva. (p. 117-118)

O homem possui, desde sempre, a certeza de que existe algo fora dele e que essa realidade se diferencia dele mesmo. O próprio ato de refletir sobre a realidade do mundo, portanto, evidenciaria que há duas esferas autônomas que dialogam e nunca se anulam. Para defender a sua hipótese espiritualista Magalhães recorre a demonstrações no âmbito da **fisiologia**.

Magalhães inicia esse movimento comparando o *homem estátua* de Condillac a um paciente que sofre de amnésia, pois – “... isto exatamente acontece em caso de amnésia, em que conservando o enfermo todos os seus sentidos, e tendo perdido a memória, o que tive ocasião de observar, sempre novos lhe parecem os objetos vistos e revistos” (p. 118).

Ocorre que o autor dos *Fatos* é formado em medicina pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro, ano de 1832, e mais, durante a sua estada em Paris entre 1833 e 1836, Magalhães assistiu a cursos de química e de outras ciências naturais na Sorbonne. Dessa forma, Magalhães estava bem atento aos avanços daquelas ciências, em especial da fisiologia. E continuando a expressar-se sobre a anormalidade amnésica, afirma:

Outro indivíduo, que em estado análogo conheci, passava por doido: ele se lembrava perfeitamente de todas as palavras, de todos os nomes, mas tendo perdido a memória das coisas, que novas sempre lhe pareciam de cada vez que as via, não sabia ligar-lhes os nomes. Tudo a cada momento tão novo se lhe antolhava, que perguntava o nome das pessoas e dos objetos que estava vendo com admiração; e quando se lhe diziam, ele os repetia, acrescentando que já os sabia, mas que estranhava aqueles objetos que ainda não tinha visto. (p. 118)

Podemos notar que Magalhães está comparando o homem estátua de Condillac, um puro movimento, a um paciente atingido por determinada patologia,

capaz de redefinir a relação entre o homem e o mundo da matéria, transformando-o, agora sim, num ser **passivo**.

Logo em seguida Magalhães nos fala da vontade de um paciente em relação a determinado medicamento. Segundo Condillac e todo o sensualismo, o homem, puro reflexo das sensações, acabaria por ser a própria dor, ou o próprio prazer, logo não estariam doentes ou sãos. Aconteceria, segundo o autor dos *Fatos*, todo o contrário. O homem, e aqui se refere ao doente, sofre e é capaz de refletir e de optar por determinado estado em relação a um outro qualquer. Opta ele a passar por determinados tratamentos que, mesmo que momentaneamente mais dolorosos, proporcionariam bem-estar futuro. O “eu” não era, para Magalhães, enfim, a própria sensação de dor.

Ao doente repugnam muitos remédios, que não deseja pelas desagradáveis sensações que lhe produzem; e entretanto os toma por sua *livre vontade*. O homem honesto pode desejar honras e riquezas, e não querê-las por meios ilícitos. Escravos somos dos nossos desejos e senhores da nossa vontade (p. 121) (Grifo próprio)

Como vemos, Magalhães volta a insistir na capacidade humana de se movimentar em meio à matéria e às sensações sem dela tornar-se escravo. Isso prova, segundo Magalhães, que o homem não pode ser considerado como um elemento determinado pelo corpo (matéria) ou por qualquer informação que se infiltre despoticamente de fora para dentro. O que há é um diálogo entre partes. Inteligência e o par impressão/sensação operam juntas, afirma Magalhães, sendo papel da análise científica, permeada pela metodologia psicológica, buscar distinguir aquilo que é necessário daquilo outro que é provisório.

...perceber não é sentir, nem sentir é perceber; que são atos mui distintos de duas distintas faculdades; e se a percepção de um objeto externo é sempre acompanhada de sensação, e parece uma só coisa, um ato único, se correspondem, operam ao mesmo tempo, sem intervalo, como sem dependência de verdadeira causalidade, mas de simples correlação. Se em regra geral coincidem sempre os dois atos, nem por isso deixa a análise de distingui-los... (p. 161)

O fisiologista que Magalhães utiliza para demonstrar, experimentalmente, a existência do “eu” autônomo em relação à sensação é Flourens, e antes de mais comentários, leiamos as palavras do próprio, ditadas pelo autor brasileiro:

A abolição de um tubérculo determina a perda da sensação, do sentido da vista; a retina torna-se insensível, a íris imóvel. A abolição de um lóbulo cerebral deixa a sensação, o sentido, a sensibilidade da retina, a mobilidade da íris; e não destrói senão a percepção unicamente.

Em um caso é um fato sensorial, e no outro um fato cerebral; em um caso é a perda do sentido; no outro, a perda da percepção. A distinção das percepções e das sensações é um grande resultado, e está demonstrado aos olhos.

Dois meios há para fazer perder a visão pelo encéfalo: o primeiro pelos tubérculos, é a perda do sentido, da sensação; o segundo pelos lóbulos, é a perda da percepção, da inteligência.

A sensibilidade não é pois a inteligência; pensar não é pois sentir. Eis derrotada uma filosofia toda inteira.

A idéia não é pois a sensação: eis ainda outra prova do vício da filosofia.

Pensar é tão pouco sentir, mesmo materialmente falando, que o cérebro é insensível, impassível; pode-se feri-lo, picá-lo, cortá-lo em lâminas sem produzir a menor dor.

A sensibilidade está nos nervos da medula espinhal, onde não está a inteligência; e a inteligência está no cérebro, onde não está a sensibilidade.

A independência entre os órgãos é tal que um [o cérebro] pode ser tirado, sem que isso prejudique o outro [a medula espinhal].

Prova absoluta da distinção entre sensibilidade e a inteligência; e a primeira que chegasse a este ponto.²⁴³ (p. 145-146)

Há, portanto, duas faculdades distintas, diferente do que afirmara o sensualismo. Uma é a faculdade de saber, ou da inteligência, e a outra é a faculdade de sentir. A faculdade da inteligência afirma a existência do “eu”, capaz de produzir imagens de mundo de forma autônoma. Todavia, o mais interessante é que a faculdade da inteligência supõe relações com o mundo da matéria através dos sentidos, mais especificamente através da imaginação, para que possa, assim, produzir percepções capazes de pôr, a si mesmo, em movimento. Vejamos:

A consciência supõe também percepções, não para que ela exista no espírito, mas para que ele se possa encher, e se ocupar dos outros objetos fora de si mesmo. (p. 148)

²⁴³ Aqui façamos um esclarecimento. Magalhães não considera ser o cérebro o lugar responsável por abrigar a inteligência, ela é imaterial. Todavia, como somos seres humanos, logo um ente dual, formado pela junção do corpo, que é matéria, e pela inteligência, necessitamos de certos órgãos, mesmo que em menor grau do que se pudesse imaginar. Enfim, Magalhães se utiliza de Flourens, todavia critica a materialização proposta ao espírito.

Voltamos, aqui, às palavras de Descartes utilizadas por Magalhães. O que Magalhães está afirmando não é um desenvolvimento isolado do “eu”, como se este fosse capaz de se manter acima de suas necessidades corpóreas. Tanto o é que Magalhães afirma ser a consciência, por vezes, induzida diretamente pelo mundo da matéria e dos sentidos, enfim, por alguma outra força que não o próprio “eu” (p.150). A seguinte passagem dos *Fatos* nos ajudará a entender a visão de Magalhães em relação ao movimento do “eu”, se isolado ou não.

As percepções atuais e as passadas supõem sempre a consciência, sem a qual não existiriam; mas a consciência não necessita de percepções atuais para se exercer; ela pode pensar com as percepções passadas, que se acham na sua memória. (p. 150)

Magalhães pretende, como vemos, confirmar a possibilidade de atuação da consciência, do “eu” autônomo, de forma a não depender dos movimentos mais recentes da matéria. Entretanto, reconhece, intrinsecamente, que alguma mensagem perceptiva há de se possuir para que o “eu” esteja em movimento – o “eu” só é desde o próprio movimento no/do mundo. Devo reconhecer, porém, que acaba por conferir autonomia, às vezes excessiva, à consciência.

A percepção é, não obstante, a própria consciência em atividade dialogando com o mundo da matéria, ambos, “eu” e mundo, desde sempre. Perceber, afirma Magalhães, é produzir conhecimento sobre algo externo a si mesmo, porém, que se apresenta, que se faz notar – *“Perceber é saber alguma coisa fora de si, é um modo de saber, um modo pelo qual a consciência recebe as noções das coisas externas, por conseguinte um ato da consciência, que, por assim dizer, se enriquece”*. (p. 149)

Entretanto, a percepção, o ato de objetivar o mundo externo à consciência, é da ordem do incompleto. O que Magalhães pretende afirmar é que a física, a psicologia e a metafísica, por mais que acumulem bons resultados, não são capazes de revelar a verdadeira constituição do mundo, nem da consciência, nem, por fim, de Deus. Senão vejamos:

Assim, só faz o cérebro que o espírito perceba com dificuldade, de um modo relativo, como lhe cumpre perceber neste mundo, onde tem deveres que cumprir; porque o homem é antes de tudo, acima de tudo, no fim de tudo um ente moral. (p. 154)

E continuando, afirma, mais claramente, a mundanidade do homem como constitutiva.

Livre o espírito do corpo, fica este entregue às leis gerais da matéria, e sairá o espírito com a sua consciência, com tudo o que lhe é próprio e perceberá conforme lhe estiver destinado; o que filosoficamente falando não podemos saber agora de um modo claro, estreme de dúvida; porque prejudicaria essa ciência antecipada a ordem moral da sociedade humana e a moralidade de cada indivíduo. (p. 155)

Após recebermos as impressões do mundo exterior à nossa organização física, movimento dos nervos, por exemplo, que atua respeitando às leis de atração e de afinidade próprias, recebe e diagnostica os movimentos da matéria a partir de seus *a priori*. Em seguida, a inteligência recebe essas informações, que não são mais as impressões em estado puro, e elabora percepções que são acreditadas como reais pelo senso comum, pois acopladas imediatamente a objetos externos. Logo, concluímos que não damos conta da realidade em sua forma absoluta, mas que podemos, de forma problemática, identificar elementos a partir de determinadas nomeações.

Reconhecemos mais que essas sensações não são imagens dos movimentos, nem os representam por modo algum; porque um movimento só pode ser representado por movimento análogo, e não por uma cor, ou por um cheiro; do mesmo modo que a sensação de dor não representa o som: que essas sensações são modificações especiais da faculdade de sentir, que nada se parecem com as modificações nervosas, ou corpóreas que as determinam: que elas não vêm de fora, e ao contrário são produzidas pela sensibilidade, em virtude de leis próprias a que está subordinada. (p. 198-199)

E mais:

Como todas as nossas percepções externas são ocasionadas, ou acompanhadas de sensações, *devíamos* antes de tudo separar *por todos os meios* os dois elementos que as constituem, o elemento puramente intelectual e o elemento sensível; a intuição e a sensação que lhe servem de sinal. (p. 197-198) (Grifo próprio)

“Devíamos”, “por todos os meios”, porém somente após a morte seria permitido ao espírito uma visão clara de si mesmo, de seus *a priori*. Enquanto vivo, sensação e inteligência são inseparáveis e não cabe ao “eu” desdobrar-se sobre si mesmo e alcançar, como dissemos, os axiomas que lhe legislam. Tudo isso deve ser um exercício obstinado, porém, da ordem do finito, desde o próprio movimento. Senão vejamos:

Como a modificação, o ato, a qualidade, a faculdade de um sujeito qualquer, é esse mesmo sujeito modificado, em ação, em exercício, e fora dele nada para ele será, não existe realmente; como o movimento de uma corda é essa corda em movimento, e fora da corda, e de qualquer outra coisa que se mova, não é nada, não existe realmente, e apenas será uma abstração do espírito, uma lei abstrata não executada por ninguém, e que só estará na inteligência de quem a pensou; segue-se que nada neste mundo se distingue do que o constitui; que nenhum ser se pode distinguir do seu próprio modo de ser; que nenhuma faculdade do ser pode distinguir do próprio modo de operar; porque esse modo de operar é uma modificação sua; é ele mesmo modificado. É certo.²⁴⁴

Logo, não pode a faculdade de sentir distinguir-se da sensação; porque a sensação é ela mesma em ato.

Logo, o sujeito sensitivo, de quem a sensação é uma modificação inseparável, indistinguível do seu próprio ser, não pode distinguir-se dela, nem de mil outras sensações, quando todas elas são ele mesmo. É evidente. Supor o contrário seria absurdo.²⁴⁵ (p. 202)

Os próximos a dialogarem com Magalhães são os classificados como **espiritualistas**.²⁴⁶ Magalhães, a partir da exegese de cada um dos filósofos que ele considera compartilhar as características básicas necessárias a um espiritualista, conclui que entre eles há significativa divergência em relação à explicação de como o espírito adquire as idéias gerais de gênero e de espécie, assim como as universais, “...*fundamento a todas as suas percepções e conhecimentos*” (p. 159), a saber, as

²⁴⁴ Complementando, Magalhães afirma que a inteligência é em parte voluntária e em parte não – “Todos os mais atos, ou exercícios da faculdade de saber, são mais ou menos voluntários, isto é, dependem mais ou menos da ação própria do indivíduo, e denominam-se atenção, juízo, reflexão, comparação, abstração, generalização, dedução, indução, memória, imaginação e invenção; e todos estes atos constituem a inteligência humana”. (p. 248).

²⁴⁵ Ocorre que Condillac, arvorado, – “não podendo de nenhum modo separar a modificação do seu sujeito, nem o sujeito da sua própria modificação, porque indistinguíveis e idênticos; forçado pela lógica disse, que o “eu” das sensações nada mais é que a coleção das sensações”. (p. 203).

²⁴⁶ Magalhães aproxima diferentes filósofos em função da crença compartilhada na presença autônoma do “eu”, nomeando-os espiritualistas – “De acordo estão os espiritualistas a reconhecer no ser que pensa uma faculdade de saber, distinta da faculdade de sentir, que ora desta necessita, e com ela entra em exercício, ora independente, só por si opera, como o mesmo acontece com a faculdade de sentir”. (p. 158).

idéias puras de substância, de tempo, de espaço, do infinito, do justo e do belo. O autor dos *Fatos* apresenta uma outra divergência essencial entre os discursos espiritualistas.

Outro ponto de divergência é a veracidade das nossas faculdades, o grau de confiança que nos deve merecer o seu testemunho e, por conseqüência, qual a verdade real, objetiva das coisas por elas testemunhadas: o que é o mais alto critério de verdade. (p. 159)

O autor fluminense afirma que o grande perigo que tem percorrido a tradição espiritualista é o do idealismo. Como vimos até agora, Magalhães vem buscando aprimorar o conhecimento do mundo a partir de duas principais convicções. A primeira apresenta a finitude do saber humano, dependente que é em última instância do corpo, do movimento inapreensível da matéria, o que representa uma inteligência em constante movimento (em relação ao conteúdo e não à essência, lembremos). A segunda busca apresentar o conhecimento como capaz de forjar lugares de encontros metafísicos e políticos a serem preservados e redesenhados com vagar e responsabilidade. Há, neste caso, uma classificação do mundo que, mesmo não representando o “em si” do mundo externo, é capaz de permitir orientação, pois, como afirma Magalhães - *“todas as sensações são fenômenos, aparências, sinais para o espírito de outros fenômenos, de outras aparências; mas sinais que os não representam realmente como eles são, mas só os classificam, e especificam, como fica demonstrado”*. (p. 208)

É a partir dessa dupla convicção que Magalhães se põe contrário ao esquecimento do mundo da matéria. Enfim, reconhecer limites ao saber humano e buscar comprovações mais seguras nas experimentações significava identificar, no mundo da matéria, traços que compõem, em algum grau, as imagens produzidas autonomamente pelo “eu”. A própria viabilidade da vida justa/feliz e coletiva do homem-no-mundo.

O autor declara que não se pode realizar uma investigação psicológica segura se o cientista não parte da análise conjunta dos mundos da inteligência e da matéria, buscando, na medida do possível, separar o necessário do transitório. Os espiritualistas, ao contrário, teriam se isolado do mundo e por isso foram mal

interpretados e acusados de serem idealistas pelos sensualistas/materialistas. Enfim, entre a inteligência e o mundo da matéria e o mundo dos sentidos não há síntese possível. O que ocorre, por outro lado, são acordos problemáticos que respeitam aquelas diferentes naturezas. Vejamos a próxima citação:

Estudadas como devem ser essas teorias das idéias arquetípicas de Platão, das idéias inatas de Descartes, da visão em Deus de Malebranche, da harmonia preestabelecida de Leibniz, não são tão despropositadas como parecem. Elas podem não satisfazer a todos, ou pelo modo porque foram enunciadas, ou pela impossibilidade de verificá-las, ou por defeito de algum fato mal observado que desorientou a lógica dos juízos; como em uma experiência química o elemento que escapa mesmo em pequena dose impossibilita a síntese, e, sem que tudo seja falso, nos deixa vacilantes sobre a verdade. (p. 160)

Podemos perceber que Magalhães critica as “não tão despropositadas” idéias dos mais representativos nomes da tradição espiritualista. Fala-nos do modo pelo qual as reflexões foram conduzidas. Uma metodologia que não contempla, como deveria, a existência do mundo, a observação e a experiência.²⁴⁷ O resultado é a “falsidade” de algumas conclusões que nos “deixa[m] vacilantes sobre a verdade” e inclusive sobre a possibilidade de produção de conhecimento. O que, aliás, corroboraria o discurso cético de impossibilidade da afirmação de conclusões concretas significativas.

Os espiritualistas não teriam admitido que o sujeito é, em movimento, atordoado todo momento pela matéria e/ou pela memória em fluxo permanente. A inteligência não pode abstrair-se à impressão e aos sentidos, pois ela é movimento sempre fustigado pelo fora, além de possuir dentro de si, através da memória, “pedaços” do mundo da matéria.

Se sofre [o espírito], se goza por meio delas, às vezes sem querer, é para que atenda às necessidades da vida do seu corpo, e faça por ele o que não pode fazer a vida só por si, desde que foi submetida ao seu livre arbítrio, pelo lado somente em que lhe pode servir, e não em totalidade; pois que o corpo não nos é inteiramente sujeito. (p. 206)

²⁴⁷ “A inteligência humana tem lei, tem limites que não lhe são dados ultrapassar” . p. 227. No caso de Kant, Magalhães afirma – “O que serão pois as coisas que se nos apresentam no espaço e no tempo? Coisas pensadas, sem realidade alguma fora do pensamento humano subjetivo”. (p. 254).

E ainda:

Creio que todo o gênero humano está convencido sem a menor dúvida de que ele percebe não só porque tem a faculdade de perceber, como porque há coisas que podem ser percebidas; que sem essas duas coisas indispensáveis, não perceberia nada. (p. 225)

Não nos é possível, por agora, realizarmos uma análise das críticas específicas que Magalhães faz a filósofos como Victor Cousin, Reid, Kant, Leibniz, Malebranche, entre outros. Entretanto, Magalhães critica os espiritualistas por terem se perdido em abstrações, por acreditarem ter apreendido as estruturas intuitivas da razão pura. O que significava um descolamento da consciência em relação ao mundo material do tipo sujeito *versus* objeto. Esse:

...antigo preconceito de se atribuir ao espírito o que lhe não pertence (...) Sentir para o espírito humano não é produzir a sensação como modificação sua, não é ser o sujeito dela; é recebê-la imediatamente, é ser forçado a reconhecê-la, a ter uma intuição dela, e a não duvidar de que alguma coisa existe realmente, que fora dele a produz, e de que mais coisas existem em que ela naturalmente se objetiva, como para gritar: Eis-me aqui, não duvides, e reconhece que eu não sou tu, nem coisa tua. (p. 233)

A percepção é para Magalhães diferente do que é para os sensualistas e para os espiritualistas, o resultado de um diálogo que se dá entre o mundo da matéria, os sentidos²⁴⁸ e a inteligência. A inteligência, força racional, produz imagens autônomas em relação ao mundo externo e sensitivo. Se não fosse a autonomia da inteligência, o homem viveria num eterno fluxo material ou sensitivo, algo que necessariamente eliminaria os cálculos (ciência), as noções de certo e de errado, e, por conseqüência, as noções de liberdade e de responsabilidade. Como podemos concluir, tanto os materialistas e os sensualistas, afirmando a inevitabilidade dos fatos a partir de movimentos externos à consciência, quanto os espiritualistas, revelando, em última instância, uma consciência livre das paixões e do mundo, contribuíram para a realização de um mundo comandado pelo irracional, pela força

²⁴⁸ Volto a lembrar que, neste trabalho, penso o mundo da matéria e o mundo dos sentidos menos como duas esferas distintas, do que como um único universo capaz de dialogar, em movimento, com a inteligência. Enfim, o problema da força vital não será tratado, até porque não nos parece alterar a definição que apresentamos acerca do que é a noção (faculdade) de percepção para o filósofo fluminense.

e pelos interesses individualistas e/ou utilitaristas. Em uma única palavra, pelo arbitrário.

Os liberais doutrinários acreditavam ser capazes de identificar o ser das coisas que se movimentavam no mundo da matéria. O historicismo dos políticos e letrados responsáveis pela construção da direção Conservadora propunha um todo moral e punitivo descolados da pluralidade intrínseca ao movimento do mundo. Alegaram que o Estado devia atuar de forma centralizada, pois a liberdade não podia ser regra geral em um país repleto de barbarismo e selvageria. A equação mais uma vez é simples. A autonomia reflexiva é rechaçada em prol da atuação de algumas mentes inumanas que seriam capazes de asseverar o que realmente é e o que deve-ser exatamente. O resultado é a perpetuação do monopólio do *logos* e da força.

A inteligência, por mais que parta das certezas psicológicas, não é capaz de desdobrar-se sobre si mesma e de produzir uma conclusão anterior ao seu estar-em-movimento desde sempre, como já vimos. As ciências (entre elas a filosofia) se esforçam em inesgotável agitação para separar o que pertence ao “eu”, à sensação e à matéria. É isto que nos garante a autonomia reflexiva e a liberdade política e civil, a saber, a consciência da incompletude constitutiva do saber humano acompanhada da necessidade de se construir certezas apenas problemáticas/provisórias para a superação parcial da natureza animal. Enfim, a possibilidade de criar e de sonhar assegurada pela presença e pelo aceite das diferenças.

Grandes verdades nos revelam as exceções da regra geral da natureza; verdades talvez mais transcendentais e instrutivas que as verdades comuns. Sem os sonhos, sem a doidice, sem o delírio, a embriaguez, a paralisia, que fazem que uns ouçam, vejam, e tenham sensações e percepções diversas das que tem o geral dos homens, é provável, ou talvez certo, que jamais filósofo algum fosse levado a duvidar da veracidade das nossas faculdades, na impossibilidade de explicar por meio de suas teorias imperfeitas esses fenômenos tão instrutivos. (p. 214)

4.3. Liberdade e responsabilidade

Podemos perceber que há dois caminhos necessários à produção de conhecimento em Magalhães. O primeiro, o transcendente, aponta para um desprendimento em relação àquilo que seria ordinário, o caminho que deve percorrer o “eu” para dentro de si mesmo. O segundo, o caminho da experimentação e da demonstração, leva-nos ao mundo da mobilidade caótica da matéria e dos sentidos, nos apresenta os limites da inteligência. O que há aqui é um paradoxo que forja a condição humana e que não deve, nem pode, ser sintetizado. O conhecimento da verdade, somente após o abandono do corpo através da morte.

E quem nos diz que todos esses incomensuráveis mundos que vagam pela imensidade do espaço; todas essas cenas que arrebatam o espírito na meditação vertiginosa do sublime da natureza, estarão aí perdidas, sem que nenhum espírito as admire, sem que nós mesmos, libertos deste corpo animal, não as admiremos um dia! (p. 291)

Pois bem, dois são os sentidos da investigação proposta pela consciência de si. De um lado se busca conhecer o mundo da matéria e de outro compreender a mais pura verdade para se atingir o Bem (Deus). Como vimos, entretanto, a produção de conhecimento em qualquer nível, é sempre problemática. O homem não é capaz de afirmar os exatos contornos das coisas, assim como não lhe é permitido conhecer nem a si mesmo nem a Deus. Entre Deus e o homem há uma diferença essencial. Aquele é a Causa Primeira, o supremo Bem, este é em movimento desde sempre, procurando, encontrando parcialmente, esquecendo (criatura, logo potência e ato). Vejamos:

A faculdade de saber e de pensar posto que seja contínua e permanente, as coisas pensadas são sucessivas e passageiras; se assim não fosse não haveria passado para o espírito humano, tudo lhe seria presente como a Deus. Logo que há sucessão nas coisas pensadas, há esquecimento de algumas; e essa interrupção na ordem das idéias [acaba a] parece[r] uma interrupção da faculdade de pensar. Esse esquecimento é necessário e útil; porque se estivesse sempre o espírito a se recordar de todas as suas cogitações passadas, não faria nada de novo. (p. 303)

Em Magalhães, qualquer reflexão que busque escapar de vez à fluidez da matéria acaba por não lograr êxito pleno. É a partir dessa certeza que o autor afirma a necessidade ininterrupta de diálogos para se construir o conhecimento, assim como para forjar as normas que regem o mundo social. Melhor dizendo, o espírito é fadado a participar do movimento do mundo da matéria e do mundo social sem que possa conhecê-los nos moldes da relação sujeito *versus* objeto, newtoniana. O espírito possui sua autonomia, como já vimos, porém sua visão é desde dentro do mundo. O resultado é que o espírito deve manter-se em reflexão permanente devendo, não obstante, preocupar-se em ouvir aqueles outros que são, como ele, finitos, e que podem contribuir com diferentes perspectivas alcançando-se ou não acordos. Dão-se assim a reflexão e o diálogo. Observemos o que diz Magalhães sobre a finitude da atividade reflexiva do “poderoso” poeta:

Os que o vêem nesse estado participam do seu entusiasmo, olham-no como um objeto sagrado, e o crêem possuído de um espírito divino; e esse espírito divino *é esse mesmo espírito humano de todos os dias*, que um momento após *sentirá o seu corpo extenuado pelo que não fez*, e não poderá lembrar-se do que pensou, do que disse, quando subtraindo-se às sensações o mais que lhe foi possível recobrou a virtude que lhe é própria. (p. 320) (Grifo próprio)

Segundo o autor, o homem recebeu de Deus a finitude e a liberdade justamente para se movimentar em meio à matéria e para se fazer meritório de conquistas, assim como responsável pelos seus erros. Todavia, o homem não saberia lidar com a idéia de liberdade sendo esta um expoente de sua finitude. Ou tende a imaginar a liberdade como uma atribuição onipotente, idealista, ou a tem como inexistente. Ambos os casos seriam responsáveis pelo esquecimento do mundo e, por conseqüência, da civilização. Estaria criada a possibilidade significativa para a apropriação do mundo pelas forças autoritárias, obscurantistas. Enfim, a própria moral escrava que tinha se instalado no Império do Brasil. Como afirma César de Araújo Fragale:

Ora, Magalhães entende que a razão pela qual a inteligência e o livre arbítrio originam o erro deve-se ao fato de que o indivíduo historicamente passou a desdenhar e a esquecer-se da própria imagem concebida mediante a participação na idéia de Deus, como absoluto ou mistério, que a razão exige no âmbito da consciência de si.

Essa participação é que garantiria a liberdade de cada um sem prejuízo da possibilidade de conciliação e concordância em função da necessidade do ser em comum. Portanto, não seria por causa da fé, da Providência e em nome da presciência divina que se colocaria em dúvida a liberdade humana. Pelo contrário, a religiosidade cristã, fundada na idéia do ser infinito independente, constitui-se, em Magalhães, no ponto de partida mesmo de toda a argumentação em favor da liberdade humana como expressão de esforço, conquista e civilidade.²⁴⁹

Segundo o autor fluminense, a instância suprema, Deus, existe independente do mundo, não se confundindo com ele. Deus possui dentro de si a sabedoria plena que tudo contém, todavia o homem não deixa de possuir liberdade e responsabilidade para tomar suas próprias decisões.²⁵⁰ Afirma Magalhães que o não reconhecimento da liberdade como um elemento do espírito humano em meio à totalidade do universo é um erro, equívoco este cometido de formas contrárias por homens como Malebranche e Condillac. Aquele criou um todo determinado em que o homem apenas pensaria o que fosse permitido por Deus, logo tudo caminharia de forma a não reconhecer o par erro/acerto. Condillac, ao contrário, não entendendo como uma força exterior absoluta poderia existir e permitir ao homem atuar no mundo a partir da não determinação, teria preferido descrever daquilo que para Magalhães é a Causa. Condillac teria optado pela força dos sentidos e com isso teria destruído a capacidade autônoma da inteligência. Por fim, tanto num como n'outro há ausência de liberdade e de responsabilidade. Vejamos, através de certa simulação, como Magalhães afirma as necessidades de refletir e de obrar, que constituem o homem, ao mesmo tempo em que nos mostra a força de um Deus inatingível:

...tudo é como deve ser, e tudo o que é possível já é, e há de ser. Eu vos criei livres e inteligentes *para que por vós mesmos* procurásseis conhecer os meus pensamentos eternos, e praticásseis a virtude, como eu a concebi no meio de todos os contratemplos passageiros, *segundo as vossas forças*; a verdade vos será mostrada na minha eternidade, e com ela vos darei o prêmio dos vossos esforços. (p. 346) (Grifo próprio)

²⁴⁹ FRAGALE, C. de A., 2003, p. 72-73.

²⁵⁰ Como afirma Magalhães – “a coexistência da liberdade e da necessidade prova que tudo foi previsto e ordenado com maior sabedoria que a ordem de todo esse imenso universo. E como de fato existe esta harmonia da liberdade e da necessidade, nenhuma dificuldade temos de admitir o livre arbítrio, distinguindo-o do elemento fatal e previsto que lhe resiste, e da oposição mesma de todas as vontades livres que se combatem, coordenam e harmonizam perante a razão absoluta e a necessidade das coisas que não dependem da nossa vontade, possa tudo estar previsto, sem que deixem os homens de ser livres”. Apud. Ibid., p. 73.

O dever-ser no mundo é construído a partir de um duplo viés, sob os cuidados reflexivo-analíticos, e a partir, sempre que possível, do par observação/experimentação. Não bastam a reflexão e o isolamento para o estabelecimento de normatividade. Sendo o homem corpo e espírito, as conclusões morais são instáveis, seqüencial é o pensamento humano, pois – “...*não há verdade em ciência alguma, não há fato novo, achado pelo trabalho assíduo de alguns espíritos, que não fosse, e não seja combatido por mil juízos antecipados. Outras vezes, não podendo conciliar fatos que nos parecem contrários ao que sabemos, negamos hoje o que afirmamos ontem, damos agora como causa o que antes reconhecemos efeito, ou desacordados duvidamos de tudo*”. (p. 348)

O livre-arbítrio humano deve ser utilizado a partir do reto uso da consciência de si. A inteligência, ao buscar a verdade e através desta atingir o Bem, não alcança, porém, plenamente o seu intento. Como afirma Magalhães: “*Livres somos nos nossos esforços e o que há de ser acontece, não por ter sido previsto e determinado, mas como uma consequência natural da luta da liberdade contra a necessidade*”.²⁵¹

Magalhães está afirmando a diferença essencial entre Criador e criatura. Alertando-nos para o necessário cuidado com o mundo.

Mas sendo este universo sensível um reflexo fora de nós dos pensamentos de Deus, os quais intuitivamente percebemos, esse Ser eterno que o concebeu lhe dá duração, e faz que constantemente nos afete. (p. 349)

O que constantemente nos afeta não é Deus, mas sim o seu plano, do qual fazemos parte. Vivemos, portanto, em contato direto com o mundo que mesmo existindo a partir de Deus, com ele não se confunde, possuindo concretude. O que há é que, diferente dos outros animais, seríamos capazes de nos aventurarmos através da inteligência e da emoção à procura do que é verdadeiro e do Bem. Magalhães exclama que se utilizarmos devidamente a liberdade e a inteligência, seremos auxiliados por Deus a persistir naquilo que seria nossa tarefa, nossa responsabilidade, a saber, libertar-nos do determinismo da natureza e encontrar-nos,

²⁵¹ Apud. FRAGALE, C. de A., 2003, p. 78.

por meio da consciência de si, com os outros e com o Criador. Todavia, enquanto humanos, nunca deixaremos de ser entes finitos, lembremos da metáfora kantiana da pomba.

Todavia, nesse acordo provisório entre a inteligência e o mundo há pontos de interseção. Em relação à moral, o mesmo se pode afirmar. As conclusões normativas possuem determinada estabilidade, pois são resultados do acordo entre vozes inteligentes que se põem a caminho desde a ordem universal. Pois:

Se no estado normal o efeito corpóreo das nossas percepções parece mesmo e real para todos, é porque a série dessas idéias que produzem o corpo, e os corpos, se refletem em todos os espíritos do mesmo modo, tendo elas sido todas pensadas por uma só inteligência. (p. 351)

Enfim, uma relação entre o Todo e o espírito humano em liberdade, a quem teria sido conferido livre arbítrio para afastar-se ou não, na medida do possível, do mundo natural, o das paixões, e encaminhar-se em direção ao plano universal desde sempre estabelecido.

Mas o espírito humano não é um simples pensamento da inteligência eterna que, sem se reconhecer, se mova por determinações necessárias; que só exista intelectualmente em Deus, ou como objeto para outros espíritos, do mesmo modo que o corpo existe para nós.

O espírito tem consciência de si; na sua inteligência se refletem os pensamentos de Deus; ele procura compreendê-los, delibera, e obra por si mesmo. Essa consciência e liberdade lhe dão uma individualidade real, a posse de si mesmo, ele diz *eu*, e realmente existe; e quer o constituísse Deus com o seu próprio ser, quer lhe desse um ser análogo ao seu, de ambos os modos ele se conhece pela sua própria consciência, e se distingue da consciência eterna e universal, bem como da consciência de todos os espíritos seus irmãos. (p. 353)

Pois bem, o homem livre e inteligente é capaz e responsável pelos atos cometidos. O homem enforma o mundo da matéria e o mundo social, de acordo com suas reflexões e atenção às movimentações desses próprios mundos. O homem deve produzir sentidos provisórios, atuar no mundo, todavia, não nos esqueçamos, sem abandonar sua constitutiva incompletude.

A inteligência divina seria a única e solitária espectadora dos seus belos pensamentos, se não houvesse outras inteligências que os percebessem, e onde eles se

refletissem. Incompleta fora sua obra, se tendo Deus pensado a ordem social, e a virtude no meio de todos os contrastes, e seres livres que a executassem, não desse a esses seres da sua inteligência uma existência real, uma consciência própria, e uma verdadeira liberdade. O fato é que existimos. (p. 354)

Gonçalves de Magalhães busca ressaltar a humanidade do homem. Entrementes, é preciso ficar claro que o autor está se referindo à finitude do homem como uma dimensão constitutiva capaz de construir sentidos para a existência, quer individual, quer coletiva. Não deve ser responsável, tal constatação, por atitudes de impotência e de isolamento. É do cotidiano, em última instância caótico, que o homem, finito em sua capacidade reflexiva, parte em direção ao estabelecimento de intersubjetividades parciais²⁵² As próximas palavras de Magalhães são essenciais à nossa análise.

O que limita o nosso poder é o corpo animal, essa imagem, esse complexo de fenômenos sensíveis, sujeito a leis necessárias, independentes da nossa vontade, que demanda imperiosamente a nossa atenção, e involuntariamente se opõe às nossas determinações. O corpo não nos foi dado como uma condição de saber e de querer, mas como uma sujeição que coarctasse (sic) esse poder livre, de que abusaríamos, *chamando-nos à vida prática*. Sem esse corpo, sem as relações sensíveis com outros espíritos, e com os objetos pensados por Deus, e postos ao nosso alcance, não poderíamos efetuar as intuições puras de justiça, de dever, de virtude e do belo no meio de todas as lutas da liberdade e da inteligência [...] Só com esta triste condição poderíamos ser entes morais. *Essa é a nossa glória, e o nosso bem*. Só tem liberdade neste mundo quem é inteligente; só tem inteligência quem é livre, e obra por si mesmo; e quem tem inteligência e liberdade tem consciência de si mesmo, é de necessidade um ente moral. (p. 354-355) (Grifo próprio)

Magalhães afirma a finitude humana e esclarece que tal condição constitutiva deve fundamentar a construção de mundos. É em função da condição humana comentada que o homem pode, ou não, promover civilização e ordem. É em meio ao caótico que esse mesmo ser finito deve atuar utilizando-se de sua liberdade e de sua inteligência, não se esquecendo que está exposto ao erro e que é um ser responsável. Portanto, conclui Magalhães, liberdade e inteligência são atributos que

²⁵² Assim afirma César de Araújo Fragale – “Tratava-se, portanto, da necessidade de conciliar a singularidade da existência de um indivíduo sob o estado de natureza, em que prevalece a vontade de cada um, e a universalidade da existência social desse mesmo indivíduo sob regras ou preceitos gerais obtidos pelo entendimento no âmbito da consciência de si, uma vez que a sociedade humana não é um fato natural como a ‘sociedade das abelhas ou das formigas’”. FRAGALE, C. de A., 2003, p. 83.

devem ser estimulados. A partir de tais atributos necessários, o homem se torna um ente moral, responsável por seus atos. Em outras palavras, o par finitude/construção problemática, ao mesmo tempo em que enforma o mundo social, dá condições aos seus integrantes de punir aqueles outros que cometam determinados desvios, arbitrariedades.

Magalhães afirma, por um lado, o essencial caos que habita o mundo, porém, ressalta a necessidade de se atuar com autonomia, a partir de “trabalho incessante”.

Concebemos que a vida humana e a ordem social podiam ser melhores do que são; que não estivéssemos sujeitos a tantas aflições e enfermidades; que não necessitássemos de tão rudes trabalhos para esta vida transitória; que justas fossem todas as nossas inclinações; que não houvesse ódios e guerras; que Deus mesmo nos governasse. Mais o que seria então a liberdade humana [...] Qual seria o nosso mérito, se nenhum obstáculo se nos apresentasse? O que seria a virtude, se a não praticássemos com algum esforço, vencendo as dificuldades e os vícios com que nos opomos uns aos outros? Qual seria a nossa ciência, quais as nossas artes, a nossa indústria, se as necessidades, as privações e as misérias humanas, a que chamamos males físicos e morais, não nos instigassem a uma contínua atividade livre, a um trabalho incessante. (p. 355-356)

Num primeiro momento salta-nos aos olhos a presença, no pensamento de Magalhães, de algo parecido com a *astúcia da razão* hegeliana, o que não seria nada absurdo, pois o filósofo alemão foi muito importante à formação de Victor Cousin, um dos principais interlocutores do pensador brasileiro. Poderíamos dizer que a escravidão, a colonização, a violência, o centralismo, que todos esses elementos fariam parte de uma ordem secreta do mundo, dimensionada por Deus. Afirmaríamos ainda que o discurso de Magalhães a favor do uso reto do binômio liberdade/inteligência se realizaria no âmbito do privado, da consciência, afastado do mundo social. Pois bem, essa seria uma visada ao meu ver equivocada.

Magalhães proclama a organização subjacente do universo, porém, ao mesmo tempo, alerta para a necessidade da reflexão e da atuação no mundo. Ocorre que se é vedada ao ser humano a totalidade, ele deve autonomamente refletir e atuar, caso contrário, ficaria à mercê de vozes obscurantistas. É esta presença humana no mundo que aproximaria o desigual à equidade, o vício à virtude, modificando tudo o que injusto.

Mas demos que desaparecessem todas as virtudes, e todas as ciências, desaparecendo todas as suas ocasiões, todos os vícios, e todos os males humanos. Mesmo assim essa sociedade de máquinas vivas, pouco mais ou menos como a de abelhas, impossível seria com a inteligência e a liberdade; porque bastariam estas duas condições para que cada indivíduo pensasse, discorresse, e quisesse ordenar as coisas a seu jeito; e cada qual pensando, e querendo operar a seu grado, não haveria acordo, não haveria sociedade, seria a guerra o estado permanente, e viveriam os homens em um estado muito pior do que o atual. Supondo porém uma sociedade de entes sem liberdade, sem virtudes nem vícios, sem bens nem males, todos de acordo e uniformes obedecendo a uma só vontade sempre justa; uma tal sociedade é possível, e talvez exista em qualquer outro sistema planetário; mas sendo também possível uma sociedade de homens livres, *que não exclui a outra, nem é por ela excluída*, esta sociedade existe de fato em nosso planeta, e dela somos membros, livres graças a Deus, *a fim de que sejamos justos por nós mesmos, virtuosos e sábios por nossos próprios esforços, e não um rebanho de máquinas, obedecendo cegamente a uma vontade soberana.* (p. 356) (Grifo próprio)

Essa passagem nos revela um Magalhães preocupado com a atuação do homem no mundo. A liberdade e a inteligência como forças autônomas que não deixam de dialogar com o caótico mundo da matéria, com o mundo social nos levariam a rechaçar os discursos que propusessem mundos ideais.

Magalhães exorta o homem à presença, à manutenção e à transformação do mundo. Tudo isto, porém, a partir do trabalho, da parcimônia, da compaixão, da sabedoria, do altruísmo e da humildade. Moralidade construída, claramente, a partir das tradições católicas.

A atuação no mundo seria calcada numa ética construída a partir de dois pontos. De um lado os imperativos determinados pela autonomia da razão. Por outro lado, porém, os resultados concretos que estariam se desdobrando dentro da sociedade. Como em toda a obra de Magalhães encontramos, também nas reflexões ético-morais, a presença da dupla razão/experiência. Magalhães fala dos riscos do isolamento reflexivo à implementação de normatividade, utilizando-se, como exemplo, da figura de um príncipe despótico que atuaria de acordo com suas abstrações e paixões, independente daquilo que se estaria resultando no coletivo. Vejamos:

Se um príncipe cuidar que o seu maior interesse, a sua verdadeira glória, consiste em governar despoticamente a seu bel-prazer, sem a menor oposição; e se, para sua segurança, assentar de organizar um grande exército, assalariar mercenários, mandar

prender e matar os homens inteligentes que não queiram submeter-se à sua tirania, escoltar-se de vis adutores: fará bem esse príncipe? (p. 363)

A questão para Magalhães é cuidar para que o ato de reflexão que deve orientar o estar no mundo não venha a se transformar em isolamento, logo em arbitrariedade. Portanto, ao mesmo tempo em que fala da importância de um pensamento emancipado das paixões, do simples interesse, alerta para a relação constitutiva estabelecida entre pensamento, matéria e sociedade. O homem pensa a partir do mundo social, e desde dentro dele cria o novo. Parece que qualquer desalinhamento nessa relação de forças seria prejudicial à vida humana em sociedade, pois:

O homem é antes um ente social, do que individual. Desde o momento em que aparecemos neste mundo até aquele em que o deixamos, a cada instante dependemos e necessitamos da sociedade; nela vivemos, por ela e para ela nos instruímos; todos nela pensam, e trabalham por nós e para nós; como nós por ela e para ela: a mesma razão nos ilumina a todos; a nossa consciência é por assim dizer a consciência da sociedade; e mais vezes a consultamos do que a nós mesmos. A inteligência, a vontade, o amor, a paternidade, a amizade, a caridade, o heroísmo, as intuições puras do bem, do belo, e do justo, todas as ciências, todas as artes belas, todas as indústrias, a saúde e a enfermidade, *tudo nos conduz à sociedade, ou dela nos vem, como um fluxo e refluxo contínuo de um só elemento.* (p. 367) (Grifo próprio)

Enfim, a moralidade em Magalhães não é uma construção individual e idealista do dever-ser. Ela obedece a resultados e a quereres específicos de cada agrupamento social, de cada Nação. A moral, assim como a Nação, é fruto de um complexo diálogo entre a consciência de si e o pertencimento a um determinado mundo social. Responsabilidade dos homens inteligentes em nome da ordem e da civilização, em última instância, potencialização dos atributos humanos conferidos por Deus (razão e ação).

Voltando ao capítulo anterior, o escravo, presença marcante no Império do Brasil, aparece como um elemento desapropriado de sua condição humana, de liberdade e de responsabilidade, grande empecilho à formação de um todo social substantivo. As camadas pobres de todas as sociedades, como o proletário europeu – “escravos brancos” -, eram desprovidas de educação e assim afastadas dos diálogos que visariam a estimular a ordem e a realização parcial humanas. E como

já vimos, liberdade e inteligência seriam os requisitos fundamentais à construção de uma sociedade dialogal e moral. A nossa obrigação, enquanto seres humanos, seria a de refletir com autonomia e atuar no mundo a partir da consciência da finitude, lugar de partida e de chegada. Terminando, Magalhães se referia, especialmente, à grande maioria daqueles que habitavam e dirigiam o Império do Brasil. Seres desacostumados a refletir, entregues ao egoísmo, à natureza animal; dirigentes e súditos, senhores e escravos a um só tempo. Homens que se empenhavam, segundo Magalhães, em se tornar ainda mais irracionais e arbitrários; a re-cunhagem da moeda colonial como evidência do rumo despótico e nada humano que tomava o Estado-Nação brasileiro. Mas ainda assim, esperança e movimento necessários, pois de...

Que nos importa tudo esteja previsto, se essa previsão nos deixa livre a consciência, e ignoramos o que há de acontecer? Não sabemos todos que havemos de morrer? Quem o duvida? Mas a incerteza do dia da morte, em que ninguém pensa, deixa a todos livre campo a mil projetos até o fatal momento. Nós devemos praticar como se nada estivesse providenciado; como se tivéssemos a faculdade de mudar inteiramente a ordem das coisas; como se só de nós dependesse o nosso estado, e outro pudesse ter sido nosso passado. Essa ignorância do que tem de acontecer nos dá uma inteira liberdade nos nossos juízos, deliberações e resoluções, e perfeita moralidade aos nossos atos. A fatalidade nas coisas humanas não se apresenta como razão e motivo das nossas determinações, senão como um efeito, um resultado delas. (p. 360)

5 Conclusão

Buscamos acompanhar Domingos José Gonçalves de Magalhães a partir de sua obra. Isto significa que procuramos, o quanto possível, nos manter afastados das classificações dos estudos anteriores. Ocorre que o autor fluminense tem sido analisado mais a partir do que é extrínseco aos seus escritos, do que o oposto. Magalhães tem sido visto como o próprio movimento de construção do Estado-Nação brasileiro oitocentista. Isto é, diplomata e poeta fundamental à consolidação de pontes e imagens que ligassem os *três mundos* a partir da ordem pretendida pelos Conservadores. Filósofo tido como eclético, atuaria, assim como teria feito Victor Cousin na França de 1830, buscando **conciliar** os diferentes interesses das elites envolvidas no projeto de formação do Estado-Nação supracitado.

O presente estudo chegou a algumas conclusões distintas de análises anteriores. Isto se deu apenas porque resolvemos inverter a ordem das premissas que vêm constituindo a metodologia basilar à construção de certa história das idéias. Optamos, em primeiro lugar, por ir diretamente à fala do autor estudado, algo que, por si só, representou grande dificuldade. Gonçalves de Magalhães possui uma obra relativamente grande, de difícil acesso, assim como densa e fugidia, dado ao que hoje chamamos de interdisciplinaridade. Depois de um contato mais contundente com os escritos do autor em questão, nos interessamos por estudar algumas das influências intelectuais que o puseram em movimento. Aqui, encontramos outros empecilhos significativos. Magalhães faz referências a filósofos, poetas e cientistas naturais, os mais variados, o que nos levou a estudo apenas modesto daqueles com os quais o autor fluminense teria dialogado. E, por fim, não menos importante, auscultamos o lugar de onde e para onde a voz de Magalhães se dirigia. Algo que podemos chamar de um estudo sociológico da presença do autor. Esse exercício, não diferente, nos tomou tempo considerável e, mesmo incompleto, revelou importantes chaves de inteligibilidade.

Se parte dos estudos que envolviam a figura de Gonçalves de Magalhães optou por compreendê-lo a partir do lugar a que pertencia, a saber, o *mundo do governo* do Estado imperial oitocentista em construção, o que acabou por reduzir o tempo de leitura de sua significativa obra, nos arriscamos a fazer o oposto. Reparamos que as bibliografias dos

trabalhos que envolviam o autor em questão contavam com apenas alguns títulos, quase sempre os mesmos, melhor dizendo, remetiam-se àquilo que é, desde sempre, considerado cânone. Na área da história e da literatura, os textos que mais aparecem são: o *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*, *Filosofia da Religião* e, algumas vezes, os *Opúsculos históricos e literários*, tomo VIII das Obras Completas. Nas análises filosóficas os *Opúsculos* somem, o *Ensaio* é muito pouco utilizado, e ganham relevo, principalmente, a *Filosofia da Religião* e os *Fatos do Espírito Humano*.

Bem, não desejo afirmar que os estudiosos em questão desconhecem o conjunto da obra de Magalhães. Todavia, na medida em que progredia na leitura das obras do autor em questão, mais bem visualizava lógicas e nexos que se perpetuavam durante os seus quase 50 anos de atividade intelectual. O poeta, o historiador, o filósofo, o político e o diplomata, todos eles se amoldavam a algumas certezas e a um mesmo objetivo. E aliás, lembro que em virtude da coerência apontada, vale o exercício de iluminar idéias e noções dos primeiros textos a partir dos escritos mais tardios.

A atuação de Gonçalves de Magalhães quer no mundo das letras, quer no *mundo do governo* objetivou disseminar pedagogicamente certa forma de perceber o mundo e de atuar nele. Magalhães relacionava-se com Deus, com a Pátria e consigo mesmo a partir de duas certezas basilares: 1. a necessidade do emprego da razão, do afastamento daquilo que se apresentava enquanto puro fenômeno, pois nebuloso e desnorteante; e 2. por outro lado, a consciência de que sempre ao se pensar e/ou atuar, faz-se desde um lugar, inserido em necessidades físicas e sociais insuperáveis em última instância. Enfim, o autor fluminense percorria todas as formas a ele possíveis para exclamar a vida enquanto lugar de produção de conhecimento, de noções e de lógicas que apenas se faziam a partir de um olhar incompleto. Pretendia organizar um mundo no qual as liberdades de pensamento e de crítica fossem respeitadas, contanto que calcadas na razão e na temperança. Um *mundo do governo* atento, cuidadoso e dialogal. Um Estado-Nação forte, pois habitado por entes morais, homens fortes, conscientes da necessidade de se privar, por vezes, do puro desejo e de ouvir e aprender com o outro, de construir acordos “apenas” problemáticos.

Com esse espírito, Magalhães escrevia os *Suspiros Poéticos* (1836) e seus dois artigos na Revista Niterói (1836) – o *Discurso Sobre a literatura do Brasil* e a *Filosofia da Religião*. Elaborava, também, a *Memória Histórica e Documentada da Revolução da*

Província do Maranhão desde 1839 até 1840, os *Fatos do Espírito Humano* (1858) e *Os indígenas do Brasil perante a história* (1860). Produzia todos os outros textos que, um pouco mais ou um pouco menos, utilizamos no presente trabalho.

O poeta, o filósofo, o historiador, o político, enfim, todos os homens que quisessem reduzir o prestígio da irracionalidade, do ser puro animal sobre seus espíritos, deviam estar atentos aos movimentos do mundo, pois apenas assim seriam capazes de dar conta do plural desde a própria incompletude; de aceitar positivamente a finitude. Eles se faziam iluminados, porém humanos. Se todos deveriam lançar mão daquilo que possuíam de diferencial – a razão –, não deixavam, todavia, de ser entes em meio ao movimento do tempo e do espaço, apenas capazes de respostas provisórias advindas do diálogo responsável.

Gonçalves de Magalhães percebia que muitos poetas se davam às puras fantasmagorias, alijando-se do mundo e permitindo, com tal desistência, que forças arbitrarias tomassem cada vez mais espaço. Os filósofos, os historiadores e os cientistas naturais, não distantes desse quadro, propunham certezas não demonstráveis, hipóteses que se transformavam, sem o menor critério, em certezas insofismáveis. Criam no sistemático movimento do mundo e na capacidade que tinham de observar e apreender o dito real. Pretendiam uma empiria que se fazia, sem que o percebessem claramente, muitas das vezes, a partir de um universo epistemológico e moral totalizante, prévio.

Os elementos do *mundo do governo*, segundo o autor em questão, localizavam-se no mesmo território. Acreditavam ser capazes de apresentar aquilo que era o verdadeiro e o bem para toda a sociedade, para os *três mundos*. Observavam as cores locais, entendiam o que deveria ser feito. Estavam erigindo um Estado-Nação que camuflava de universal interesses particulares muito bem definidos. O resultado? Afirmava Magalhães que as insatisfações e as rebeliões advindas tanto da plebe quanto da *boa sociedade* nunca cessariam. Seriam respostas exatamente proporcionais ao afastamento do Estado em relação às “irreconciliáveis diferenças de classes”.

Tivemos a oportunidade de ver a crítica contundente de Magalhães à *boa sociedade*, especialmente ao *mundo do governo*. Eram todos, dos mais afastados aos mais próximos, corrompidos pelo espírito da escravidão. Não abriam mão de seus privilégios, muito pelo

contrário, tratavam de reproduzi-los; faziam questão de nunca saírem de seus lugares. Desde suas *Casas* no Rio de Janeiro, então a capital do Império, moviam-se estáticos.

Enfim, eram todos, independentemente de onde estivessem ou a que *mundo* pertencessem, incapazes de entrever força maior do que as suas, objetivos mais importantes do que os apenas seus. Não refletiam, pois eram comandados pelos desejos mais abjetos, verdadeiros animais. Eram incapazes de ouvir o outro, pois acreditavam na perfeição de suas conclusões e atos. Entes que praticavam as maiores arbitrariedades, pois criam estar prestando verdadeiro serviço à humanidade. Civilizavam os bárbaros e selvagens, homens fracos e Estado forte, quando deveria ser diferente, ambos fortes. Crenças e atitudes que ainda estão em/entre nós, pois:

Falamos dos Saquaremas; os Saquaremas nos fazem falar de nós, de tal modo que os limites daquele tempo (...) não podem deixar de explodir, ampliando-se desmesuradamente e chegando até nós. Sentimos, e podemos avaliar, a presença dos monopólios; a permanência da massa de colonizados, como fantasmas dos “três mundos” que há muito desapareceram; a cidadania restringida e em muitos casos inexistente; a presença avassaladora do Estado, fora do qual qualquer partido parece inconcebível; o monopólio do discurso do professor na sala de aula; os Saquaremas que estão em nós.

Ilmar Rohloff de Mattos

6

Referências Bibliográficas

1. Obras de Gonçalves de Magalhães

MAGALHÃES, D. J. G. de. **A Alma e o Cérebro**: Estudos de psicologia e de Fisiologia. Londrina: UEL, 2001 [1876].

_____. A Confederação dos Tamoios. In: **Obras Completas**. Tomo V. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864 [1856].

_____. A Origem da Palavra. In: BARROS, R. S. M. de (Org.). **A Significação Educativa do Romantismo Brasileiro**: Gonçalves de Magalhães. São Paulo: Grijalbo, 1973 [1844].

_____. **Cartas a Monte Alverne**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1964 [183?].

_____. **Comentários e Pensamentos**. Londrina: UEL, 2001 [1880].

_____. Discurso sobre a história da literatura do Brasil. In: COUTINHO, A. (Org.). **Caminhos do Pensamento Crítico**. Rio de Janeiro: Pallas; M.E.C., 1980 [1836].

_____. Discurso sobre o Objeto e a Importância da Filosofia. In: BARROS, R. S. M. de (Org.). **A Significação Educativa do Romantismo Brasileiro: Gonçalves de Magalhães**. São Paulo: Grijalbo, 1973 [1842].

_____. **Fatos do Espírito Humano**. CERQUEIRA, L. A. (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2004 [1858].

_____. Filosofia da Religião. Sua Relação com a Moral e sua Missão Social. In: CERQUEIRA, L. A. (Org.). **Fatos do Espírito Humano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004 [1836].

_____. Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840. In: **Novos Estudos CEBRAP**. nº 23, março de 1989 [1848], pp. 14-66.

_____. **O Poeta e a Inquisição**. Rio de Janeiro: M.E.C., 1972 [1839].

_____. Opúsculos Históricos e Literários. In: **Obras Completas**. Tomo VIII. Rio de Janeiro: Garnier, 1865.

MAGALHÃES, D. J. G. de. Os indígenas do Brasil perante a história. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, (23), 1860.

_____. **Suspiros Poéticos e Saudades**. Brasília: UNB, 1999 [1836].

2. Outras obras citadas ou consultadas

ALENCASTRO, L. F. de. Memórias da Balaiada: Introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães. In: **Novos Estudos Cebrap**. nº 23. Março de 1989. pp. 7-13.

ALMEIDA, M. A. de. **Memórias de um Sargento de Milícias**. Barcelona: Editorial Sol90, 2004.

ALVERNE, F. F. de M.. **Sermões**. [S.d.].

ANDERSON, B. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ARAÚJO, R. B. de. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. In: **Estudos Históricos nº 1 – Caminhos da Historiografia**. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

ARENDT, H. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

_____. **Lições Sobre a Filosofia Política de Kant**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

ASSIS, M. de. Notícia da atual literatura brasileira - instinto de nacionalidade. In: **Obras Completas**. vol. III. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959.

BAREL, A. B. D. **Um romantismo a oeste. Modelo francês, identidade nacional**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

BARRETO, F.; LAET, C. **Antologia Nacional**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1941.

BARRETO, L. A. O romantismo e a organização da sociedade brasileira. In: **O Pensamento de Domingos Gonçalves de Magalhães: Actas do II Colóquio Tobias Barreto**. Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileiro. Lisboa: [s.n.], 1994.

BARROS, R. S. M. de. **A ilustração brasileira e a idéias de universidade**. São Paulo: USP, 1959.

- BARROS, R. S. M. de. **A Significação Educativa do Romantismo Brasileiro: Gonçalves de Magalhães**. São Paulo: Grijalbo, 1973.
- _____. **Introdução à Filosofia Liberal**. São Paulo: Grijalbo, 1971.
- BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. In: **Obras Escolhidas**. Vol. I. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- BENTHAM, J. Uma Introdução aos princípios da Moral e da Legislação. In: **Os Pensadores**. nºXXXIV. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- BERLIN, I. **Quatro Ensaio sobre a Liberdade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- BLAKE, S. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.
- BLOCH, M. **Introdução à História**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965.
- BORGES, J. L. “O Aleph”. In: **o Aleph**. São Paulo: Globo, 2001.
- BOUTRY, P. Certezas e Descaminhos da Razão Histórica. In: BOUTIER, J.; JULIA, D. (Orgs.). **Passados Recompuestos. Campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Editora FGV, 1998.
- BURCKHARDT, J. **Reflexões Sobre a História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- BURKE, P. (Org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. UNESP, 1992.
- CAEIRO, F. da G. Magalhães e o problema das filosofias nacionais. In: **O Pensamento de Domingos Gonçalves de Magalhães: Actas do II Colóquio Tobias Barreto**. Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileiro, 1994.
- CAMPOS, F. A. Reflexão Introdutória ao Estudo da Filosofia na Época Colonial, no Brasil. In: CRIPPA, A. (Org.). **As idéias filosóficas no Brasil**. São Paulo: Convívio, 1978.
- _____. **Tomismo e Neotomismo no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, 1968.
- CANDIDO, A. **Formação da Literatura Brasileira (Momentos decisivos)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- CARDOSO, F. H. **Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- CARVALHO, J. M. de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- CARVALHO, J. M. de. Entre a autoridade e a liberdade. In: **Visconde do Uruguai**. Col. Formadores do Brasil. São Paulo: Editora 34, 2002.
- _____. Fui Liberal. In: **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. Col. Formadores do Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.
- _____. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CERQUEIRA, L. A. A modernização no Brasil como Problema Filosófico. In: **Revista Impulso**. n° 29. [S.I.: s.n.], [S.d.].
- _____. **Filosofia Brasileira: ontogênese da consciência de si**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- _____. Gonçalves de Magalhães: o sentido de um projeto filosófico brasileiro. In: **O Pensamento de Domingos Gonçalves de Magalhães: Actas do II Colóquio Tobias Barreto**. Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileiro. Lisboa: [s.n.], 1994.
- CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1983.
- CHACON, V. Magalhães e o nacionalismo romântico no Brasil. In: **O Pensamento de Domingos Gonçalves de Magalhães: Actas do II Colóquio Tobias Barreto**. Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileiro. Lisboa: [s.n.], 1994.
- COLLINGWOOD, R. G. **A Idéia de História**. Lisboa: Editorial Presença; Martins Fontes, 1978.
- CORÇÃO, G. **Dois Amores Duas Cidades**. Tomo II. Rio de Janeiro: Agir, 1967.
- COSTA, C. **Contribuição à História das Idéias no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- _____. **Panorama da História da Filosofia no Brasil**. São Paulo: Cultrix, [S.d.].
- COSTA, E. V. da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- COUSIN, M. V. **Lectures on the True, the Beautiful, and the Good (1958)**. New York: D. Appleton & Co., 1858.
- COUTINHO, A. (Org.). **Caminhos do Pensamento Crítico**. Volume I. Rio de Janeiro: Pallas, 1980.
- _____. **A Tradição Afortunada: O Espírito de Nacionalidade na Crítica Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1968.

- COUTINHO, A. **Conceito de Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Pallas; M.E.C., 1976.
- CRIPPA, A. A Filosofia no Brasil. In: CRIPPA, A. (Org.). **As idéias filosóficas no Brasil**. São Paulo: Convívio, 1978.
- CRISTOVÃO, F. Gonçalves de Magalhães versus Almeida Garret mas (quase) a mesma visão da literatura do Brasil. In: **O Pensamento de Domingos Gonçalves de Magalhães**: Actas do II Colóquio Tobias Barreto. Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileiro. Lisboa: [s.n.], 1994.
- DESCARTES, R. **Discurso del Método Y Meditaciones Metafísicas**. Buenos Aires: Austral, 1951.
- DIAS, M. O. da S. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, C. G.(Org.). **1822: dimensões**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- DUARTE, R. A. de P. **Mimesis e Racionalidade**. São Paulo: Loyola, 1993.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1993 ou 1994].
- FALCON, F. História e Representação. In: **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. São Paulo: Papirus, 2000.
- _____. **História Cultural**: Uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- FAORO, R. **Os Donos do Poder**: Formação do Patronato Político Brasileiro. 2 vols. São Paulo: Globo, 1998.
- FERREIRA, G. N. **Centralização e descentralização no Império**. O debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai. São Paulo: Editora 34, 1999.
- FLAMARION, C.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FOGEL, G. **Conhecer é criar**: Um ensaio a partir de F. Nietzsche. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2003.
- FRANCA, P. L. (S. J.). **Noções de História da Filosofia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.
- FRANCO, M. S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ática, 1976.
- FRANCOVICH, G. **Filósofos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

- FREYRE, G. **Casa-Grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- GADAMER, H-G. **Verdade e Método**: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GREENE, T. A flexibilidade do *self* na literatura do Renascimento. In: *História & Perspectiva*. nº 32. Uberlândia, no prelo.
- GUIMARÃES, A. C. **Momentos do Pensamento Luso-Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.
- GUIMARÃES, A. C. **O Tema da consciência na Filosofia Brasileira**. São Paulo: Convívio, 1982.
- _____. **Pequenos Estudos de Filosofia Brasileira**. Londrina: Editora UEL, 1997.
- GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: **Estudos Históricos. Caminhos da Historiografia**. nº 1. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- _____. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas de sua historiografia (1839-1857). Fazendo a história nacional. In: WEHLING, Arno (Org.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.
- HAIDER, M. de L. M. **O Ensino Secundário no Império Brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Editorial Grijalbo, 1972.
- HEGEL, G. W. F. **A Razão na História**: Uma Introdução Geral à Filosofia da História. São Paulo: Centauro, 2001.
- HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLANDA, S. B. de (Org.). **História Geral da civilização Brasileira**. Tomo II. Vols. 1, 2 e 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- _____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ISER, W. **O fictício e o imaginário**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1996.
- JANOTTI, A. **O Marquês de Paraná**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1990.

- JOBIM, J. L. Subjetivismo. In: JOBIM, José Luís (Org.). **Introdução ao Romantismo**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1999.
- JÚNIOR, C. P. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.
- KANT, I. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- _____. **Idéia de Uma História Universal de Um Ponto de Vista Cosmopolita**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- KOSELLECK, R. **Futures Past. On the Semantics of Historical Time**. Cambridge & Massachusetts: The MIT Press, 1983.
- LACAPRA, D. **Rethinking Intellectual History: texts, contexts, language**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1982.
- LAVELLE, P. **O Espelho Distorcido: Imagens do Indivíduo no Brasil Oitocentista**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- LE GOFF, J. (Org.). **História: novos métodos, novas abordagens, novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- _____. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.
- LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo, no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LEITE, D. M. **O Caráter Nacional Brasileiro**. São Paulo: Pioneira, 1983.
- LIMA, A. A. **Elementos de Ação Católica**. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1938.
- _____. **Introdução à Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Agir, 1956.
- LIMA, L. C. **Mímesis: Desafio ao Pensamento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. **O Controle do Imaginário: Razão e Imaginação nos Tempos Modernos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- LYRA, M. de L. V. A unidade brasileira: uma questão preliminar no processo de independência. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. nº 34. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 1992.

MACEDO, U. B. de. A filosofia política de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Etapas do liberalismo no Brasil. In: WEHLING, A. (Org.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.

_____. **A Liberdade no Império**: o pensamento sobre a liberdade no império brasileiro. São Paulo: Convívio, 1977.

_____. **A Presença da Moral na Cultura Brasileira**: Ensaio de ética e história das idéias no Brasil. Londrina: Editora UEL, 2001.

_____. **Metamorfoses da Liberdade**. SP: IBRASA; RJ: MEC, 1978.

MACHADO, G. P. **A Crítica Filosófica e o Livro Fatos do Espírito Humano de Gonçalves de Magalhães**. São Paulo [s.n.], 1974.

MACHADO, R. **Nietzsche e a Verdade**. São Paulo: Graal, 1999.

MACHADO, U. **A vida literária no Brasil durante o romantismo**. Rio de Janeiro: ed. UERJ, 2001.

MATTOS, I. R. de. O Lavrador e o Construtor. O Visconde do Uruguai e a Construção do Estado Imperial. In: PRADO, M. E. (Org.). **O Estado como vocação**: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Access, 1999.

_____.; GONÇALVES, M. de A. **O Império da Boa Sociedade**: A consolidação do Estado imperial brasileiro. São Paulo: Atual, 1991.

_____. **O Tempo Saquarema**. A Formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

MELLO, F. P. de. Eunuco nordestino: O drama de um homem castrado por cangaceiros do bando de Lampião, no interior de Pernambuco. In: **Revista Nossa História**. Ano 2 / nº 13, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional; Vera Cruz, novembro de 2004.

MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura**: O Problema do Esteticismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MERCADANTE, P. **A Consciência Conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1965.

_____. As Raízes do Ecletismo Brasileiro. In: CRIPPA, A. (Org.). **As idéias filosóficas no Brasil**. São Paulo: Convívio, 1978.

- MOREL, M. **Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade**. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.
- _____. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- _____. Restaurar, Fracionar e Regenerar a Nação: O Partido Caramuru nos Anos 1830. In: JANCSÓN, I. (Org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2003.
- MOTA, C. G. (Org.). **Brasil em Perspectiva**. Difel, 1978.
- MOURA, D. O. (O.S.B). O Iluminismo no Brasil. In: CRIPPA, A. (Org.). **As idéias filosóficas no Brasil**. São Paulo: Convívio, 1978.
- NABUCO, J. **Minha Formação**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- _____. **O Abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- NIETZSCHE, F. **A genealogia da moral**. Lisboa: Guimarães & C.^a Editores, 1976.
- _____. **Segunda Consideração Intempestiva: Da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- NOVAIS, F. A. **Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PADILHA, T. M. **Brasil em questão**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- PAIM, A. (Org). **Pombal e a cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Brasil-Portugal; Tempo Brasileiro, 1982.
- _____. **A Escola Eclética**. Londrina: Editora UEL, 1996.
- _____. **A querela do estatismo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- _____. **História das Idéias Filosóficas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, 1967.
- _____. **O Estudo do Pensamento Filosófico Brasileiro**. São Paulo: Convívio, 1986.
- PENA, L. C. M.. O Juiz de paz da roça. In: BARRETO, F.; LAET, C. de, (Orgs.). **Antologia Nacional**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1941.
- PEREIRA, J. E. Significado e sentido da História em Gonçalves de Magalhães. In: **O Pensamento de Domingos Gonçalves de Magalhães: Actas do II Colóquio Tobias Barreto**. Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileiro. Lisboa: [s.n.], 1994.

- PINASSI, M. O. Os brasileiros e o Instituto Histórico de Paris – 1834-1856. In: BASTOS, E. R.; RIDENTI, M.; ROLLAND, D. (Orgs.). **Intelectuais: sociedade e política**. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. **Três devotos, uma fé, nenhum milagre: um estudo da revista Niterói, 1836**. 1996. 204f. Tese de doutorado - IFCH/Unicamp. Campinas, 1990.
- PLATÃO. **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- PROTA, L. **As Filosofias Nacionais e a Questão da Universalidade da Filosofia**. Londrina: UEL, 2000.
- REALE, M. **Estudos de Filosofia Brasileira**. Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1994.
- _____. **Filosofia em São Paulo**. São Paulo: Grijalbo, 1976.
- RÊGO, W. D. L. Federalismo e fundação da nação. In: BASTOS, E. R.; RIDENTI, M.; ROLLAND, D. (Orgs.). **Intelectuais: sociedade e política**. São Paulo: Cortez, 2003.
- RICOUER, P. **Outramente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- RICUPERO, B. **O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ROCHA, J. C. de C. História. In: JOBIM, J. L. (Org.). **Introdução ao Romantismo**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1999.
- ROCHA, J. J. da. **Ação, Reação e Transação: Duas Palavras acerca da Atualidade Política do Brasil**. [S.I.: s.n.], 1856.
- RODRIGUES, A. M. M. O romantismo na obra de Gonçalves de Magalhães e de Pedro Amorim Viana. In: **O Pensamento de Domingos Gonçalves de Magalhães: Actas do II Colóquio Tobias Barreto**. Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileiro. Lisboa: [s.n.], 1994.
- RODRIGUES, A. E. M. **José de Alencar: o poeta armado do século XIX**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- RODRIGUES, J. H. **Conciliação e Reforma no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- ROMERO, S. **História da Literatura Brasileira**. Vol. 3. Petrópolis, RJ: Livraria José Olympio, 1980.

- ROSSI, P. **Naufrágios sem espectador**: A idéia de progresso. São Paulo: UNESP, 2000.
- ROUANET, M. H. **Eternamente em Berço Esplêndido**: A Fundação de uma Literatura Nacional. São Paulo: Siciliano, 1991.
- _____. Nacionalismo. In: JOBIM, J. L. (Org.). **Introdução ao Romantismo**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1999.
- ROUSSEAU, J. J. **Contrato Social**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1951.
- SALDANHA, N. Romantismo, ecletismo e cientificismo no Brasil do século XIX. In: **O Pensamento de Domingos Gonçalves de Magalhães**: Actas do II Colóquio Tobias Barreto. Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileiro. Lisboa: [s.n.], 1994.
- SALLES, R. **Joaquim Nabuco**: Um pensador do Império. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
- SANTOS, E. F. dos. **A Monarquia no Brasil**: O pensamento político da Independência. Vitória: EDUFES; CEG Publicações, 1999.
- SISSON. **Galeria dos Brasileiros Ilustres**. Brasília: Senado Federal, 1999.
- SKINNER, Q. Meaning and understanding in the history of ideas. In: TULLY, J. (Org.) **Meaning and context**. Princeton: Princeton University Press, 1988.
- _____. **Liberdade antes do liberalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- STEIN, E. **Compreensão e Finitude**: Estrutura e movimento da Interrogação Heideggeriana. Juí: Ed. Unijuí, 2001.
- _____. **Melancolia**. Ensaios sobre a finitude no pensamento ocidental. Porto Alegre: Editora Movimento, 1976.
- _____. **Uma Breve Introdução à Filosofia**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.
- SÜSSEKIND, F. **O Brasil não é longe daqui**. O narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. **Papéis Colados**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- _____. **Tal Brasil, qual romance?** Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- TEIXEIRA, A. B. A evolução espiritual de Gonçalves de Magalhães. In: **O Pensamento de Domingos Gonçalves de Magalhães**: Actas do II Colóquio Tobias Barreto. Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileiro. Lisboa: [s.n.], 1994 (1).

- TEIXEIRA, A. B. **O Pensamento Filosófico de Gonçalves de Magalhães**. Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1994 (2).
- TOCQUEVILLE, A. de. **O Antigo Regime e a Revolução**. Brasília: UNB, 1997.
- TORRES HOMEM, F. de S. Colonização. *Minerva Brasiliense*. Tomo 2º, nº 15, págs. 448-449. In: BARRETO, F.; LAET, C. de, (Orgs.). **Antologia Nacional**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1941.
- TORRES, J. C. de O. **A democracia coroadada**. Petrópolis, RJ.: Vozes, 1963.
- URICOECHEA, F. **O Minotauro Imperial: A Burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no Século XIX**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.
- VALLE, C. P. **Natureza Tropical e Imagem Nacional no Império brasileiro**. 2001. Tese de Doutorado – UFRJ, IFCS, Rio de Janeiro, 2001.
- VERGARA, F. **Introdução aos Fundamentos Filosóficos do Liberalismo**. São Paulo: Nobel, 1995.
- VERÍSSIMO, J. **Teoria, crítica e história literária**. São Paulo: EDUSP, 1977.
- VEYNE, P. **Como se Escreve la Historia: Ensayo de Epistemología**. Madrid: Editorial Fragua, 1972.
- VITA, L. W. **Panorama da Filosofia no Brasil**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.
- WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- _____. **Ciência e Política: Duas Vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- WEHLING, A. **A Invenção da História: Estudos Sobre o Historicismo**. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001.
- _____. **Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- _____. Historicismo e concepção de História nas origens do IHGB. In: WEHLING, A. (Org.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.
- WHITE, H. **Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: EDUSP, 2001.

WILKE, V. C. L. Memória-Esquecimento: Nietzsche e Benjamin. In: FEITOSA, C.; BARRENECHEA, M. A. de (Org.). **Assim falou Nietzsche II: Memória, Tragédia e Cultura**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

ZILBERMAN, R. Crítica. In: JOBIM, J. L. (Org.). **Introdução ao Romantismo**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1999.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)